

FICHA DE META DADOS – CEDIM 2018/2	
Nome da Pasta	Comissão Pastoral da Terra
Autor/Instituição	Cúria Diocesana de Nova Iguaçu
Número de Documentos	239
Quantidade e tipo de documentação	Cartas, relatórios, revistas, livros ilustrados, cadernetas.
Dia/ Mês/Ano	1974 a 1985
Formato	A4
Resumo	O arquivo reúne cartas, pautas e relatos de reuniões, panfletos, revistas e cadernos a respeito das atividades realizadas pela Comissão Pastoral da Terra no Rio de Janeiro, principalmente no município de Nova Iguaçu.
Palavras-Chave	Comissão Diocesana de Justiça e Paz, Pastoral da Terra, terra, posseiros.
Notas explicativas	A documentação foi doada para digitalização pela Cúria Diocesana de Nova Iguaçu, local em que estão depositados os documentos originais. Mantemos aqui a mesma organização da documentação que se encontra no Arquivo da Cúria: de forma geral, trata-se de Fundos, subdivididos em caixas.

Relatório da

Pastoral

de

Terra

coord. da Pastoral

P.^a

Nov. 1979

COMISSÃO DIOCESANA DE JUSTIÇA E PAZ - NOVA IGUAÇU

SOBRE A GREVE DE FOME NO CENTRO DE FORMAÇÃO DE LÍDERES

A COMISSÃO DIOCESANA DE JUSTIÇA E PAZ - NOVA IGUAÇU, em perfeita consonância com seus Estatutos, os quais visam sobretudo a hipotecar solidariedade humana e cristã a todos aqueles que a ela recorrem, independentemente de credo político ou religioso, e em respeito aos postulados da DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, vem de público esclarecer sua atitude em relação à greve de fome, iniciada na última terça-feira, dia 5 de setembro, às 22 horas, no Centro de Formação de Líderes da Diocese de Nova Iguaçu, por parte de jovens pertencentes ao movimento denominado Convergência Socialista.

A COMISSÃO DIOCESANA DE JUSTIÇA E PAZ esclarece que achou por bem acolher os membros deste movimento, por não ver neles nenhum caráter de ilegalidade. Trata-se de um movimento legal e pacífico, tanto sob o aspecto jurídico como político, que surgiu da interpretação de uma política de abertura, preconizada pelo próprio Governo. Ora, apregoa-se a necessidade de uma participação mais efetiva da juventude no processo político nacional, não sendo portanto de se admitir que, na prática, todas as portas sejam fechadas à participação destes jovens.

Por tal motivo, a COMISSÃO DIOCESANA DE JUSTIÇA E PAZ entende a greve de fome, iniciada em protesto contra a prisão de 22 membros do movimento Convergência Socialista, dos quais 8 já foram libertados, como forma válida, encontrada pela juventude brasileira, para denunciar de modo pacífico as contradições, impossíveis de serem entendidas, e o anseio justo de participarem de um processo decisivo na vida política nacional.

A atitude da COMISSÃO DIOCESANA DE JUSTIÇA E PAZ é coerente com o Documento EXIGÊNCIAS CRISTÃS DE UMA ORDEM POLÍTICA, aprovado pela 15ª. Assembléia Geral da CONFÉRENCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL, em Itaici, São Paulo, em 1977. É também coerente, repete-se, com a DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, oficialmente aceita e aprovada pelo Governo brasileiro.

Citamos o primeiro Documento: "Estimular a participação consciente e responsável no processo político, social, cultural e econômico é um dever primordial do Estado. Tal participação constitui um dos elementos essenciais do bem-comum e uma das formas fundamentais da aspiração nacional. A educação do povo é um pressuposto necessário para sua participação ativa e consciente na Ordem Política. Por sua missão divina, cabem à Igreja o direito e o dever de colaborar nesta tarefa" (EXIGÊNCIAS CRISTÃS DE UMA ORDEM POLÍTICA, nº 25).

"A participação exige o direito de se reunir e constituir associações, bem como o de conferir a estas associações a forma que, a seus membros, parecer mais idônea à finalidade almejada, contanto que não atente contra o bem-comum" (IDEM nº 26).

"A participação política é uma das formas mais nobres do compromisso a serviço dos outros e do bem-comum... A falta de educação política e a despolitização de um povo, especialmente dos jovens, pela qual fossem reduzidos à condição de simples espectadores ou atores de uma participação meramente simbólica, prepararia e consolidaria a alienação da liberdade do povo nas mãos da tecnocracia de um sistema" (IDEM nº 27).

Citamos agora a DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS: "Todo homem tem direito à liberdade de opinião e expressão. Este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e procurar, receber e transmitir informações e idéias, por quaisquer meios, independentemente de fronteiras" (Art. 19). - "Todo homem tem direito à liberdade de reunião e associação política" (Art. 20).

Como estes jovens que nos procuraram, a COMISSÃO DIOCESANA DE JUSTIÇA E PAZ não encontra justificativa para as arbitrariedades cometidas contra um movimento que, valendo-se da abertura política concedida pelo próprio Governo, nunca se ocultou na clandestinidade, no sentido de tornar públicas suas atividades político-ideológicas. O que o movimento pretende - e isso é público e notório - é a formação do Partido Socialista, sem extravasar os limites legais, ditados pelo Governo.

Convencida da legalidade quer do movimento Convergência Socialista, quer da greve de fome como protesto contra as prisões - estas, sim, ilegais - a COMISSÃO DIOCESANA DE JUSTIÇA E PAZ não poderia deixar de acolher os jovens que a procuraram e dedicar-lhes a mais irrestrita solidariedade humana e cristã.

Vivemos hoje o Dia da Pátria, quando certamente os discursos vão, mais uma vez, fazer as variações retóricas de praxe sobre a juventude como esperança da Pátria, na base de slogans, tipo: "A JUVENTUDE DEVE PARTICIPAR!" "A JUVENTUDE É O FUTURO DA NAÇÃO!" Participar como, se ela está amordaçada naquilo que tem de mais transformador da sociedade, que é sua inquietação natural e sua vontade engajada por um mundo menos corrompido e desigual.

Deste modo, a COMISSÃO DIOCESANA DE JUSTIÇA E PAZ não pôde deixar de render-se às motivações generosas destes jovens que, deixando de lado os confortos burgueses, são capazes de arriscar a própria saúde, em protesto pacífico, para apontarem a nós, mais velhos, os enormes pecados de uma Ordem Política e Social que se denomina cristã, mas que insiste em ficar baseada e construída sobre os alicerces da desigualdade entre as pessoas, deixando abertas à pequena minoria todas as portas da acumulação acintosa - isso em meio a um povo pobre - e fechando todas as portas à maioria do povo decretado a permanecer em sua miséria.

Nova Iguaçu, 07 de setembro de 1978

COMISSÃO DIOCESANA DE JUSTIÇA E PAZ

CARTA DO DR. ALCEU DE AMOROSO LIMA

Rio, 7 de setembro de 1978

Meus jovens amigos

Há muito que sustento, em política internacional, a campanha universal dos Direitos Humanos, como base da paz internacional; em política nacional, como uma das bases do sistema democrático, o pluralismo partidário; como um dos processos mais eficazes da não-violência, na luta pela promoção das classes sociais e pelo progresso político da humanidade, a legitimidade moral das greves de fome.

É na base desses três princípios que não hesito em dar a minha solidariedade às greves de fome que, no momento, estão eclodindo, como protesto contra as prisões de pessoas acusadas de promoverem a fundação de um partido político denominado Convergência Socialista. Essas prisões contradizem frontalmente os propósitos a pregoados pelas próprias autoridades públicas, no sentido da liberalização do regime político vigente para alcançarmos um Estado de Direito e não de Arbítrio, como o atual.

Os jovens que, voluntariamente, estão dando seu testemunho moral admirável, pela greve de fome, de suas convicções políticas baseadas na liberdade e na justiça, merecem, a meu ver, todo o apoio de uma opinião pública brasileira, cada vez mais consciente dos seus deveres de participação nos destinos de nossa Pátria.

Escrevendo estas palavras na própria data comemorativa da Independência Nacional, faço votos para que o espírito de sacrifício dos jovens que participam desse protesto pacífico representem o próprio estado de espírito da atual mocidade brasileira.

Rio, 7 de setembro de 1978

Alceu Amoroso Lima

CARTA DA 11a. ASSEMBLÉIA NACIONAL DA COMISSÃO PASTORAL
DA TERRA AOS AGRICULTORES, PESCADORES, GARIMPEIROS DE
TODO O BRASIL, AOS AGENTES PASTORAIS, RELIGIOSAS, PA
DRES, PASTORES E BISPOS COMPROMETIDOS COM A LUTA PELA
TERRA.

Companheiros e Companheiras,

Nós, trabalhadores rurais, junto com pescadores, garimpeiros, bispos, pastores, padres, religiosas e agentes pastorais, ligados ao trabalho da terra, debatemos e estudamos nesta Assembléia da CPT vários assuntos. Queremos comunicar a vocês o que foi concluído de nossa conversa:

A situação da terra

A terra, no Brasil, continua privilégio de uns poucos. A maior parte da produção agrícola é fruto do trabalho dos pequenos e médios agricultores, mas a maior parte da terra do país está nas mãos dos grandes proprietários que quase nada produzem. Para os grandes proprietários, a terra é capital, é lucro. Como denunciavam os antigos Profetas, eles querem juntar terra sobre terra, expulsando os agricultores, contratando jagunços, dando cobertura a grileiros, subornando a polícia e a justiça, atirando o povo trabalhador na estrada do desamparo e da miséria.

Nos últimos anos, os agricultores estão tomando consciência dos seus direitos e unindo suas forças em organizações de base. A Igreja, em sua "opção preferencial pelos pobres" (Puebla), procura colocar-se ao lado da causa dos oprimidos e, junto com eles, também vem sendo ameaçada, perseguida e, muitos de seus membros, presos e assassinados.

Essa realidade só comprova como é grave a situação da posse e uso da terra em nosso país e como é urgente encontrar os caminhos capazes de conduzir os agricultores, os pescadores, os garimpeiros, à terra prometida da liberdade e da justiça.

A respeito da luta pela terra, decidimos apoiar os trabalhadores nas seguintes reivindicações:

1. Na luta pela Reforma Agrária, porque acreditamos que a terra é de quem nela trabalha e vive;
2. Nas lutas de resistência à opressão e exploração;
3. No direito do trabalhador rural que não tem terra, inclusive dos que foram expulsos da terra, de tomar posse de á

reas produtivas não cultivadas dos grandes latifúndios e das terras públicas:

4. Nos casos de expulsão da terra, a não aceitar indenizações. A terra se troca pela terra.

e decidimos também:

1. Procurar conhecer as leis que defendem o trabalhador rural, o pescador, o garimpeiro, e as causas da migração, lutando pela fixação do homem à terra;

2. Denunciar a devastação da Amazônia e a expulsão de agricultores, habitantes de áreas em que o governo implanta projetos de irrigação e barragens;

3. Apoiar a luta dos pescadores, expulsos das praias pelo turismo e pela urbanização desenfreada. Denunciar as usinas e indústrias que poluem os rios, envenenando as águas e matando os peixes, pondo em risco a vida das próprias pessoas;

4. Fazer pressão contra o uso indiscriminado de produtos químicos na agricultura, que ameaça a vida da terra e do homem.

A respeito da luta sindical, decidimos:

1. Continuar apoiando o sindicato como órgão de classe dos trabalhadores. Incentivar a maior participação nos sindicatos. Valorizar a oposição sindical que quer renovar o sindicato e mudar a estrutura do sindicalismo ligada ao governo;

2. Em cada região, buscar meios para o surgimento de organizações de base, sobretudo de delegacias sindicais;

3. Incentivar sempre mais as maneiras de os trabalhadores viverem organizados, pois a união dá força contra os "pacotes agrícolas", os grileiros, os jagunços, os atravessadores ou intermediários;

4. Dar todo o nosso apoio ao direito que pescadores e garimpeiros têm de se organizar e criar livremente os órgãos de classe;

5. Apoiar a luta para que o INAMPS (FUNRURAL) seja, de fato, uma forma de o Estado devolver ao povo o muito que é a ele entregue, na forma de impostos, taxas e produtos.

A Respeito da luta política, decidimos:

1. Tendo em vista que temos sido traídos, enganados, por muitos políticos, vamos, neste momento de reforma política e de criação de novos partidos, participar para impedir que as "velhas raposas apareçam com pele de ovelha";

2. Lutar para que as novas propostas políticas valorizem as organizações de base, sejam integradas por trabalhadores do campo

e da cidade e, no seu programa e na sua ação, busquem realizar as necessidades e aspirações do próprio povo trabalhador;

3. Discutir política, para que os trabalhadores rurais e agentes pastorais não sejam mais uma vez, enganados por conversa de quem não vive ligado aos interesses dos trabalhadores. Entendemos que os trabalhadores rurais não podem abrir mão de exigências políticas como: a Reforma Agrária, a Justiça Agrária, o fim do "pacote agrícola", o crédito ao alcance do pequeno agricultor, a mudança da estrutura sindical, o fim da interferência do INCRA nas iniciativas do pequeno e médio agricultor.

A respeito de nossa vida de fé:

Pela fé na palavra de Jesus e pelo batismo, somos a Igreja no meio rural, organizada na forma de Comunidades Cristãs de Base, onde brotam os grupos da CPT. Por nossa esperança e coragem na luta, denunciando profeticamente as injustiças, queremos dar provas da Justiça de Deus.

Por isso, decidimos:

1. Apoiar e defender todos aqueles que, comprometidos com a luta pela terra, sofrem perseguições, processos ou são presos. À luz do Evangelho, somos solidários com todos aqueles que assumem com a vida a causa de libertação dos oprimidos;

2. Aprofundar sempre mais a nossa fé e capacidade de amar, valorizar as celebrações populares, como cultos, cânticos, rezas e romarias, como lugares em que a vida de Deus alimenta o compromisso com a libertação;

3. Como órgão pastoral, não fazer da CPT uma forma de organização de todos os agricultores, mas que ela ajude a criar formas autônomas de organização, onde todos, sem distinção de crença, estejam unidos nos mesmos interesses de classe;

4. De acordo com Puebla, respeitar a fé de nosso povo e ajudá-la a desabrochar em sua dimensão social e política, para que todo aquele que se abrir à vida de Cristo, faça da própria vida um dom à libertação de todos os oprimidos de nossa terra;

5. Aprofundar sempre mais a Teologia da Terra, isto é, os fundamentos de nossos direitos sobre a terra que se encontram na Palavra de Deus e nos documentos da Igreja.

Ao terminar esta carta, apelamos a todas as mulheres do meio rural, para que participem das organizações de base e das lutas pela terra, pondo fim ao machismo e à opressão dentro das próprias famílias.

Com nosso abraço solidário, no Senhor da Libertação

Goiânia, aos 29 de setembro de 1979.

Ila. Assembléia Nacional da Comissão Pastoral da Terra.

1º ENCONTRO REGIONAL - C.P.T.

Nova Iguaçu, Moquetá - 9 a 30 de setembro 1977

I- Presenças: Secretário Nacional da C.P.T.

Dioceses: Representação: Nova Iguaçu - Volta Redonda (Angra dos Reis) - Nova Friburgo - Valença.

II- Agenda:

1. LEVANTAMENTO da realidade do trabalhador rural nas dioceses. Principais problemas:

- Quem tenta solucionar e como?
- Qual a participação da Igreja na solução?

APROFUNDAMENTO da situação agrária e dos problemas

- Como entender os fatos? - causas e efeitos
- Ligação dos problemas entre si e a extensão dos problemas
- Pistas de solução.

3. AÇÃO

- Participação da Igreja na ação (desafio pastoral)
- Ação coordenada e planejada em nível local, diocesano, regional e nacional
- Coordenação regional (Como? Quem?)

4. ASSEMBLEIA NACIONAL (dias 6 e 9 de novembro)

- Nossa participação?

5. REVISÃO

III-Justificação do Encontro e da presença do Secret. Nacional

a)-Face aos problemas da Terra, a Igreja sente-se desafiada e assume a Pastoral da Terra. Atua na base e se organiza em vários níveis: local, regional, nacional.

b)-A presença do Secret. Nacional é de assessoria e apoio.

Cada região deve assumir e buscar o seu caminho, visando apoiar os trabalhadores rurais na solução dos seus problemas da Terra.

A C.P.T. é um órgão que recebe por sua vez apoio da C.N.B.B., não sendo porém um setor da mesma organização; ela tem a sua autonomia.

Conclusão da nossa reunião:

DIOCESE DE VALENÇA

Levantamento: Realidade - Na região de Valença, o principal problema se refere aos trabalhadores rurais assalariados. Na sua complexidade o que se acentua é a falta de legalização no cumprimento das leis trabalhistas. Exemplificando, podemos informar: falta de anotações na carteira profissional, contando a admissão, anotações complementares de férias e outras, não cumprimento do horário de trabalho. A situação de moradia dos mesmos, a qual quase sempre não passa de um casebre, faltando os requisitos de higiene etc. O patrão lhes cobra 20% do salário que é mínimo. Para evitar problemas futuros, os empregadores geralmente, tiram os locais de seus colonos, onde plantavam cultura de sobrevivência, isto é, onde faziam pequenas roças de milho e feijão em volta do casebre, deixando-os, para sobreviver somente com o salário, que quase sempre não chegam ao salário mínimo.

Ainda existe o paternalismo que gera o medo dos empregados, a ponto, de largar seus direitos assegurados por lei, para sair sem nada e continuar amigo do patrão, que assim os ameaça.

A região é muito promissora de industrialização, fazendo com que os empregados no setor rural, abandonem tudo para procurar essas indústrias que garantem segurança trabalhista e previdenciária. Isto acontece, principalmente com a população mais jovem, ficando no setor o velho que quase está aposentado, afetando assim a produção no setor rural.

Falta conscientização do trabalhador em procurar seus direitos e dar o apoio aos companheiros que resolvem procurar.

Existem problemas ligados com os arrendamentos, parceria agrícola onde respeitem os prozós e os deveres legais.

O trabalhador assalariado quando é despedido do serviço, a lei lhe garante 30 dias para mudança; acontece que nem sempre eles conseguem mudar. Então o proprietário requer o seu despejo e a justiça determina a evacuação imediata, sem nem sequer ouvir o trabalhador.

Quando o trabalhador pede seus direitos, o juiz aconselha desistir de suas reivindicações.

Principais problemas

O impedimento por parte do empregador fazendo com que os trabalhadores não se sindicalizem e nem se organizem em órgão de classe.

Para isso usa todos os meios, como ameaça de desemprego, as organizações sindicais serem usadas pelas autoridades, os defensores da justiça serem taxados de comunistas.

Quanto a posseiros existem alguns casos isolados como a EMBRAPA que exigiu que 50 famílias desocupassem a terra, que segundo consta, são do Governo, chegando mesmo a destruir as moradias e benfeitorias de quem não se defendeu. Quem procurou a justiça, como a defesa do sindicato, permaneceu nas suas moradias.

Na maioria se faz acordo nos casos trabalhistas, em vista a falta de conscientização do trabalhador, ameaça por parte dos empregadores; falta de testemunhas dos colegas que não aceitam sê-lo, falta de documentação para provar seus direitos, falta de dinheiro, às vezes, para se deslocar para a justiça que é morosa e com isso dificulta a confiança nela.

Medidas violentas, como morte de oficial de justiça quando foi intimar um empregador para cumprir sentença judicial trabalhista, fazem com que os trabalhadores desistam de reclamações se acovardando.

Quem tenta soluçãoo sindicato dos trabalhadores rurais, Federação e Confederação. Como? Com as medidas judiciais, conscientizando os trabalhadores, dando o seu apoio moral. A justiça, quando é procurada diretamente pelo interessado.

A participação da Igreja tem ajudado com raras exceções, diretamente. Indiretamente tem dado sua ajuda com as pregações sobre justiça, mesmo assim, não se pode generalizar.

NOVA FRIBURGO

"Debate" n. 23 é o jornal de Macaé. Limite com Campos. Terras da Marinha. "Aparece" dono - Juiz dá ação de despejo aos lavradores - Casemiro de Abreu - Problemas de terra denunciado pelo deputado Federal Walter Silva. Fazenda de Cantagalo.

Situação de salário - CR\$18,00 a 30,00. Diarista de sol a sol. Sábado, domingo não trabalham mas não recebem. Recebem uma casa simples na zona norte do Paraíba, casa de pau-a-pique. Não tem luz, fossa e água. Têm um pedacinho de terra para plantar banana. Pagam 15 sacos de milho debulhado, mais 20 litros, pelo uso da casa. Outros pagam com um ou dois dias gratuitos de trabalho por semana.

Cachoeira: estão tirando a lavoura para por gado. Dá mais dinheiro e menos trabalho. O lavrador não pode plantar. Quem planta, dá a renda para o patrão. O patrão dá a semente e cobra em dobro o que forneceu. A dívida é crescente na produção de ano para ano. Isto na zona Norte. Não têm carteira assinada.

Dia 26/8/77, no Munic.de Trajano houve um fato: morte de um empregado, em serviço, ferido por um boi bravo, depois de 23 anos de emprego. Salário CR\$200,00. A viúva nada recebeu. O vigário levou a juízo.

Área do açúcar - O trabalhador rural em 7 municípios dos 15 da Diocese, recebe ajuda do Sindicato. Em alguns lugares, por ex., em Trajano, tudo vai bem. Em outros lugares, o Sindicato não atua(nem no serviço de saúde, nem na defesa dos direitos).

A Igreja já está tendo advogados que estão tentando ajudar os lavradores. Ex.: Itaocara. Advogados sem onus para a Igreja, dão orientação ao povo. O povo não está ainda consciente de seus direitos, ou não quer estar. Isto leva-o a sair do seu comodismo. Fato: Semana da família: orientação social, sobre direitos, saúde (foi médico e remédios). Registro de nascimento. Mutirão para arrumar a estrada.

Os patrões sempre levam vantagem. O lavrador que reclama é sempre demitido. No uso dos caminhões que carregam o fruto da terra, se quebram peças, estas são descontadas do salário dos lavradores. Os salários quase sempre vêm atrasados e eles devem trabalhar mais de 8 horas sem remuneração de extra.

NOVA IGUAÇU

A Rio-Santos apresenta problemas de terra. As grandes empresas compram terra. Os antigos colonos residentes são despedidos. Ex.: Queimados e Itacuruçá.

Queimados - Fazendas Normandy - 45 famílias residentes (terra desapropriada pelo Estado). Os advogados da Diocese estão orientando. Os lavradores que não têm senso de união. Cada família faz a ação isolada com os compradores.

Itacuruçá - Espanhóis compraram terras. O juiz lavra despejo. São 60 famílias que estão em conflito na fazenda Santana. A fazenda tenta fazer a ação com cada possuidor individualmente. A diocese inicia o trabalho. Ir. Josefina assumirá a liderança.

Tinguá - O lavrador não tem ajuda; é explorado. O comprador intermediário paga pouco. A produção não é de lá. qualidade. Alguns são proprietários ou outros usam as terras. As sementes são caras. O sindicato era em Caxias. Agora começa o setor de N. Iguaçu (sub-delegacia). Há dificuldade de solução burocrática: transferência de papéis, aposentadoria, etc. Alguns chegam a rasgar documentos por desânimo e desinteresse. Em competição a enxada e o trator. Disparidade de instrumental e de capital. Os jovens abandonam a lavoura.

VOLTA REDONDA (Vicariato de Angra dos Reis)

O litoral leste sul do Est. do Rio de Janeiro, abrangendo os Munic. de Angra dos Reis e Paraty conhecem uma mudança social a partir dos primeiros anos dos 70, pela implantação do Centro Nuclear de Itaboraí. A construção da monumental rodovia Rio-Santos e a promoção turística em toda a área. Esta mudança se manifestou especialmente pela especulação imobiliária, o êxodo rural para as periferias das cidades e a exploração dos preços do mercado, além das transformações no comportamento familiar e social.

Limitando-nos a especulação imobiliária, em vista de (ou a pretexto de) projetos turísticos, presenciemos o drama de povoados antiquíssimos de lavradores e pescadores, que estão sendo ameaçados na sua posse de terras que lhes permite a subsistência. Os meios são os comuns e outros incomuns.

Bracui - Povoado de mais ou menos 70 famílias, descendentes de antigos escravos que receberam a propriedade por doação dos próprios donos ainda no século passado.

Ao contrário da vontade dos doadores, um certo Coronel Honório Lima, no início deste século, se apresentou como comprador de toda a área, fato em que se baseia a Empresa Bracui Empreendimentos a se declarar a atual dona, por compra sucessiva. Esta pressionou os posseiros a vender sua posse, destruindo suas roças e oferecendo indenizações irrisórias. Muitos posseiros cederam.

O prefeito de Angra dos Reis se colocou à disposição de intermediário e conseguiu uma proposta de acordo: uma área de 1/2 ha. para cada família para iniciar horticultura, em troca da posse antiga. O povo não aceitou porque não tem condições nem conhecimentos para a horticultura. Acha que tem direitos inabaláveis pela herança da doação, e em última análise, pelo direito de usucapião.

Ultimamente o sindicato de Angra dos Reis tem se interessado no caso na pessoa de seu advogado que levou o caso em processo.

A Igreja presente na região tem participado na caminhada do povo, a través da conscientização dos direitos deles.

Campinho - Caso semelhante se passou no povoado de Campinho (Mun. de Paraty). Antigos moradores do lugar, descendentes de quilombeiros do século passado, cultivam em paz sua pequena roça, até que ouviram dizer que alguém se declarou "dono" das terras. Antes que a bomba pudesse estourar iniciaram uma ação de "usucapião", sob a orientação da Igreja do lugar e com a ajuda de um advogado de confiança. Graças à união dos moradores o caso podia se desenvolver sem muita demora em favor dos posseiros. A posse lhe é garantida já!

Fazenda Japuiba (Angra dos Reis)

Bem que haja 80 famílias, de que várias muito antigas, tem 3 proprietários que dividem entre si as terras. O principal se chama Nestor Gonçalves, conhecido proprietário e "grileiro", na região. Como de costume, em nenhuma das famílias tem documentos, e talvez nem o dono tenha. Nestor conseguiu, um ato de despejo de 47 famílias em 24 horas, através do juiz local. Nelson sob a alegação de "invasão de terras". A ordem não propunha nem acordo nem indenização. Por intervenção da Igreja e o prefeito municipal, conseguiu-se sustar a ação e ficar pendente...

Paraty-Mirim (Paraty)

Um decreto do Est. do Rio de Janeiro - jan. 1960, desapropriou a área de Paraty-Mirim, Pedras Azuis e Independência, para Reforma Agrária. A morte do Governador atrasou a execução do projeto, mas tinha desencadeado uma ocupação da área por lavradores de fora (E.S.) ao lado de antigos moradores do lugar - mais ou menos 100 famílias.

Em 1974 o Governo de Padilha "doou" a área toda para a "Flumitur" em vista de projetos de turismo.

Desde 1976 começou uma ação irracional de proibições de caça, desmatamento, roçada, melhoramentos de benfeitorias, da parte de funcionários da Flumitur, com a aparente finalidade de "esgotar" os posseiros até que saíssem. Estes funcionários tinham apoio de funcionários do IBDF (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal) e da Delegacia de Polícia de Paraty. Ameaças de várias espécies, mas a maioria do povo ficou resistindo, alguns se anedrontaram e venderam suas benfeitorias.

Um apelo, através de abaixo-assinado por metade dos moradores ao sindicato do Trabalhadores Rurais de Paraty, resultou em nada, já que o próprio sindicato estava sendo pressionado pela Polícia e outras forças.

Itanoma - Esta empresa apareceu dizendo-se dona de uma área ocupada por pescadores. Trouxe guardas privados que obrigaram o pessoal a deixar o lugar. Em troca eles receberam uma casinha pequena, de aspecto "limpo", na beira da Rodovia, colada contra os morros, com perigos constantes de se abalar com a mínima chuva, tudo isto em terras litigiosas... Os pescadores (mais de 30), se convenceram e foram.

Barra Grande (Paraty)

Junto com mais duas fazendas: S. Roque e Taquari, a fazenda Barra Grande pertence a "Fraternidade Branca Universal do Arcanjo Miguel", sede de uma religião pouco conhecida, que tem seus adeptos entre as classes altas do Rio e de S. Paulo.

A área reclamada de mais ou menos 18 por 18 km. contém centenas de posseiros que no decorrer do tempo, e através de pressões se tornaram posseiros, obrigados a pagar 1/3 da renda da banana, à fazenda.

Quando alguns souberam que a lei para eles prescrevia apenas 10% de renda, começaram a conscientizar os companheiros e exigir seus direitos. O sindicato rural de Paraty os "ajudava".

A certo momento a fazenda quis "propor um acordo" através de um contrato, que foi unilateralmente proposto pela fazenda, no entanto, com o conhecimento do presidente do sindicato. Este último queria tirar proveito político da causa, dos dois lados.

Os parceiros foram informados do golpe e procuraram ajuda. Através do Ministério do Trabalho, da Igreja e advogados de confiança se conscientizaram do teor do "contrato" que era prejudicial e recusaram assinar. Deu um incidente com a expulsão dos advogados e o padre, da fazenda.

Mais tarde, diante do juiz numa proposta de acordo, eles recuaram, aceitando a renda de 20% (e não 10%), mas não assinaram o contrato comprometedor.

Outros casos

Trinidade (Paraty) - 85 posseiros pescadores enganados pelo sindicato, venderam suas roças ao grupo BRASCAM-ADCLA. Causou sérios problemas sociais.

S. Gonçalo (Paraty) - de White Martins. O povo, desde 1917 vem sendo perseguido, ameaçado, pisado por não querer deixar suas posses. Alguns posseiros foram mortos.

Monsuaba (Angra) - Um investigador da Polícia de Paraty, com seus filhos, vem tentando "limpar" uma área, com antigos moradores, por todos os meios conhecidos, declarando-se dono.

Quem tenta solucionar?

Quem menos tem ajudado em quase todos estes casos é o órgão indicado para isso: o Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Em Paraty o sindicato tentou ganhar a confiança dos lavradores, em vista de interesses políticos, mas agiu extremamente traidor, ao menos em dois casos: Trinidade e Barra Grande.

Em Angra dos Reis ultimamente houve um grande melhoramento desde que um advogado tem assumido seriamente alguns casos, especialmente de Bracui, arriscando e enfrentando a ira dos grupos poderosos e do próprio prefeito (um interventor-militar), do lugar.

Em alguns casos as Prefeituras têm mostrado seus interesses na luta do povo, sem, no entanto, assumir nenhuma atitude que pudesse realmente resolver o caso dos lavradores perseguidos.

O povo dos lugares em conflito tem ajudado à sua própria maneira. Muitas vezes simplesmente se entregou diante do inevitável. Mas, aonde ele encontrou uma mão de apoio e de esclarecimento, muitas vezes agiu com coragem contra os agressores, especialmente unindo-se e fazendo peso em bloco, criando uma série de lideranças em seu meio de homens simples, mas eficientes na ação. Casos típicos: Campinho, Bracui e até certo ponto Barra Grande. Um dos maiores inimigos é o medo que parece ser filho da ignorância, ou falta de conhecimento da própria realidade e dos direitos.

Advogados bons têm ajudado muito. Eles foram indicados pela Igreja que conseguiu a confiança do povo.

cais. O pequeno lavrador não consegue estas facilidades!

Além disso, as grandes empresas e fazendeiros podem comprar insu-
mos em grande quantidade e a preços baixos. O pequeno lavrador não tem
condições para poder aproveitar destas facilidades (caso de Tinguá: N. Igua-
çu). Em Valença o módulo rural está fixado em certo número mínimo de hecta-
res por imóvel. Por isso este imóvel não pode ser dividido em duas ou mais
partes. Quem aproveita disso é o latifundiário que tem condições financeiri-
ras para aumentar, comprando e juntando partes ou imóveis inteiros ao seu.
As grandes fazendas assim estão engolindo as pequenas. Fica evidente que a
autoridade só beneficia o dono grande, enquanto o pequeno sofre calado, ape-
sar de que as leis existem também em favor dos pequenos. Tem delegados que
deixam impunes os assassinos de lavradores, porque "a lei é feita pelo fa-
zendeiro". Tem juizes que são amigos dos fazendeiros; eles "não têm tempo
para escutar os lavradores". Grandes que nem documentos têm, conseguem até
despejos de pequenos. "O pobre tem pouca força e sabe que não tem força".

Nota-se que os problemas são muitos e estão ligados entre si. Eles
têm causas. Como sair deles?

Por isso devo voltar a outra pergunta para que tudo possa ficar mais
claro: "Porque tudo isto"? Porque a indenização aos lavradores expulsos não
é feita em terras?

Em Nova Friburgo houve reformas das fazendas de café para pecuária.
Isto reduziu a mão de obra.

Outro caso: um agricultor produz uma beringela grande e bonita que
lhe custou 20,00 cruzeiros. No dia da venda no mercado ele recebe apenas CR\$
15,00 do intermediário. Mas ele não reage para que o dono da terra não o
mande embora.

O governo faz cooperativas para os produtores. Mas estas geralmente
não funcionam. Por que? Porque estas cooperativas são organizadas de manei-
ra tão burocrática que perdem completamente sua força. O sócio produtor não
tem nada a dizer nas decisões. Os funcionários que passam bem.

As mesmas autoridades que assinaram os Estatutos da Terra em 1964 on-
de há previsão de Reforma Agrária das áreas públicas - colonização - melho-
ramento de vida para o homem do campo - desenvolvimento agrícola - coopera-
tivas, estas mesmas autoridades agora estão favorecendo as empresas rurais
e latifúndios, sacrificando o lavrador pequeno e seus direitos.

Porque esta lei não foi executada? E ainda por que aumentou-se os im-
postos dos pequenos enquanto se oferece incentivos fiscais aos grandes? Que
tipo de desenvolvimento está atrás disto?

Mas, o que acontece no campo do lavrador acontece também na indústri-
a. Todas as pequenas fábricas estão reclamando dos grandes que não dá para
concorrer com as grandes, como os operários estão reclamando dos donos das
fábricas. Parece que o menor é explorado pelo maior em todos os níveis. Pa-
ra ganhar mais tem que engolir o menor.

E o pequeno, quando pode mudar? Será que pode mudar só mudando de lu-
gar?

O que está atrás disto?

A riqueza do Estado do Acre era a borracha das seringueiras. Mas
caiu a produção e o valor do produto. Veio, p. ex., Bradesco que "comprou"
dezenas de milhares de hectares destas terras. Recebeu dinheiro para desma-

A Igreja -- A atuação da Igreja data da primeira hora da luta. Inicialmente, sem poder mais do que acompanhar o povo sofrido nas suas emergências. Esta ação não era do "povo da Igreja", que era bastante inconsciente deste acontecimento. E até hoje a ação não vai muito além da consciência de clero e religiosos e uns poucos agentes de pastoral, leigos.

A conscientização e ação começaram a ser mais eficientes, a partir dos contatos com a C.P.T. Nacional e o empenho imediato em casos concretos, que foram revelando a extensão e as implicações dentro da estrutura latifundiária. Foi a Igreja que foi a procura de advogados sérios e de confiança. Ela que foi criando senso de responsabilidade dentro das comunidades. Nasceu a Comissão Pastoral da Terra (C.P.T.) no Vicariato, com 5 membros, para melhor poder assessorar e interligar toda a pastoral da terra, no Vicariato.

APROFUNDAMENTO

No plenário desenvolveu-se um aprofundamento, a partir dos dados que foram colocados pelas representações das dioceses.

Tem dois tipos de problemas que envolvem os lavradores rurais. Um é do posseiro que tem problema de posse; outro é do trabalhador rural assalariado, que tem problemas com salário justo, direitos de trabalho, assistência, etc. Ambos correm o perigo de ficar sem terra ou sem trabalho, ou de se sentir aliciado de sair para a indústria nas grandes cidades para poder ganhar melhor a vida. Na cidade costuma acabar numa favela.

Por causa do problema de posseiros no Vicariato de Angra dos Reis estar numa emergência grande, nem sequer se pensou nos casos de "assalariados" no resto da diocese. É que a violência do problema parece ser mais sentido na área dos posseiros ameaçados.

De fato, a C.P.T. nasceu em cima desta realidade maior: a terra. O pessoal está sendo tocado fora da terra. Daí surge a migração em busca de novas terras, até que vai ser expulso novamente. E isto acontece no país inteiro. A Anazônia Legal foi o ponto inicial.

Porque tudo isto? O que está atrás desta realidade? O problema é geral? Porque os ambiciosos querem todas as terras? E daí fica evidente porque o problema é global e a questão de terra torna-se questão de todos os trabalhadores rurais e de toda a sua condição de vida. Porque, não encontrando terra, ele vai vender sua força de trabalho na terra que não é mais dele, para poder viver. Pela grande sobra de trabalhadores rurais, os donos podem pagar o mínimo possível e mandar alguém embora quando quiser.

Parece que neste caso os ricos e o governo se entendem bem. O governo quer aumentar a produção de carne. Para isso oferece incentivos fiscais para que grandes empresas rurais sejam aliciadas a investir muito capital na criação de gado de corte. Estes investimentos pedem pouca mão de obra e muita terra com capim. Para estimular a pecuária o governo vende facilmente terras extensas a estas empresas, sem tomar em conta os direitos que muitos trabalhadores possam ter que há tempo possuem e cultivam pedaços destas terras. Com isso crescem as capineiras e diminuem as lavouras. E o lavrador agora vai fazer o que? Se não quer morrer aceita qualquer outro trabalho, ou se defende dentro das leis ou vai embora, procurando terras novas.

O Estado do Rio de Janeiro foi declarado área prioritária de Reforma Agrária. Isto quer dizer que as terras deveriam ser distribuídas para todos os lavradores que as precisam para poder viver facilmente. No entanto esta lei nunca foi executada. Na região de Angra dos Reis as terras foram declaradas área prioritária para desenvolvimento do turismo. Quem tem muito dinheiro tanta comprar estas terras para poder aproveitar dos incentivos fis-

tar, plantar capim e por gado. Para ele teve dinheiro, mas para o seringueiro não. De repente volta o valor da borracha. E aparece dinheiro até para replantar borracha.

Cai o preço da carne - está difícil a exportação, reaparece o valor do café que também ~~foi~~ cortada.

Mas ^{pra} quem está na terra, o pobre não tem dinheiro. Na hora que o dono é um "grande", o dinheiro aparece para ajudar em tudo. E o povo pequeno não é ajudado em nada para se preparar para saber fazer melhor as coisas: escolas profissionais, maquinária, adubos... "Não que seria mal para o povo, se tivesse, mas é melhor ainda para os ricos"...

Resultado: O que vale dentro da nossa sociedade é o dinheiro: TERRA=dinheiro. GENTE=dinheiro. Com dinheiro se ganha mais dinheiro, daí mais direitos, daí mais vantagens, daí mais política. Os ricos se juntam para fazer mais dinheiro. Assim o trabalhador tem que valer muito para o dinheiro acumular muito.

Para nós o Evangelho nos faz pensar diferente. Gente é gente e gente vale mais. Porém estamos dentro de uma sociedade que não pensa assim. O cão está solto. O diabo é que os ricos querem por na cabeça do povo que ele deve ficar é assim mesmo - pequeno. Progresso - nos olhos deles - é só fazer coisas para render mais lucro. A gente só serve se rende mais. Daí que a maioria do povo vira serviço de máquina para produzir. Deve sobrar o menos possível para o povo, para sobrar mais para lucrar mais.

Por ex.: Manaus é o lugar do Brasil onde tudo é mais caro. No entanto, o salário é o mais baixo do Brasil. Não importa se a gente morre de fome.

Onde o gado e outras coisas (lucro) tomaram a importância do gente, tudo vai mal, mesmo com riquezas. Até a produção de coisas necessárias muitas vezes começam a faltar: arroz, feijão, coisas que antes nunca faltavam.

O povo ama a terra. Também ele gostaria de produzir muito, com ajuda de máquinas e adubo. Mas ele não consegue porque é pobre...

Porém como seria importante uma aprendizagem do técnico - que desequilibrava toda a produção agrícola - junto com o povo, inclusive com o índio.

Dia 30/9/1977

Em plenário, após os círculos, respondeu-se às seguintes perguntas:

I - Que rumos objetivos seguiremos na Pastoral da terra, nesta região?

- Povo
- Igreja
- Sindicato (colaboração)

Valença sugere:

- a) conscientizar grupos de influência na pastoral sobre os problemas da área rural;
- b) levar ao conhecimento das diversas Paróquias a realidade da situação do trabalhador rural;
- c) informar a todas as Dioceses sobre o que se passa na Pastoral da Terra.

Nova Friburgo

- a) conscientizar os que têm responsabilidades na Pastoral Paroquial e Diocesana;
- b) entrosamento com os sindicatos dos Trabalhadores Rurais. Contatos com a Federação - Fet g - Contag

Angra - Paraty

- a) Estamos inseguros. Queremos chegar a poder viver em paz.
- b) Queremos juntar forças, ser comunidade: Povo, Igreja, Sindicato. Trabalhar juntos na união para enfrentar as ameaças.

2a. pergunta: Para realizar isto, que trabalhos concretos programaremos?

Valença

- a) Entrar em outras regiões da Diocese e descobrir elementos que possam fazer parte da C.P.T.
- b) não desacreditar do Sindicato, mas ajudá-lo a se purificar;
- c) conscientizar através de boletins, de informações inter-regiões e dioceses;
- d) cooperativismo = através dos meios de comunicação criar o espírito. Sindicatos e Cooperativas.

Nova Friburgo

-ações concretas:

- a) levantamento mais detalhado da realidade diocesana;
- b) redigir um folheto em relação à Campanha da Fraternidade-78 - Justiça e Trabalho para todos.
- c) incentivar a celebração do dia do trabalhador rural: 25 de julho e do 1º de maio;
- d) elaborar cartilhas para o trabalhador rural - sobre os direitos do lavrador e notícias de interesse;
- e) divulgar entre o clero e agentes de pastoral o boletim da C.P.T.
- f) revisão periódica com as pessoas interessadas sobre aquilo que é

feito e do que não é feito. Sugestão de data: janeiro, encontro do clero - religiosos, grupos de influência. Informando-os, conscientizando-os.

Angra - Paraty

- a) Trabalhos de grupo,
 - formação de comunidade,
 - colaborar com o advogado fornecendo-lhe os elementos pedidos na ação jurídica
 - informar ao povo
 - guardar os devidos segredos
 - denunciar os erros (abrir o bico quando o negócio não estiver certo. Testemunhar os fatos)
- b) ação de grupo, formação: mexer com o pessoal, festas, círculos bíblicos
 - mutirão
 - reuniões
 - tudo que congrega e une
 - informar em âmbito local, regional.

Observação feita pelo Secretário Nacional: Os grupos revelam dois níveis de proposta:

- Participação do Povo
- Participação dos Agentes de Pastoral
- Ampliar a C.P.T. sem esquecer a ação do próprio Povo.
- Não esquecer que a ação deve ser sempre do Povo e dos Agentes.
- Na Pastoral da Terra o melhor é recuperar a consciência do Povo e não a freguezia ou setores esquecidos (associações, irmandades, etc.)

SÍNTESE DAS PROPOSTAS

- I - Em relação ao trabalhador: conscientização
 - União do povo trabalhador com o apoio de outros grupos para enfrentar a situação ou situações
 - Buscar contatos com S.T.R. onde é possível e com a Fetag (Federação dos Trabalhadores rurais e Agricultura) e Contag
 - Onde for necessário, ajudar a purificar o sindicato por dentro - numa linha de sindicalismo mais autêntico.
- II - Em relação aos agentes de pastoral:
 - conscientização: para os problemas rurais. Organizar a Pastoral, Paroquial e Diocesana, tendo em vista também a Pastoral da Terra e o interesse pelo Trabalhador rural.
- III - Ação
 - com o trabalhador:
 - 1) Colaboração Comunitária: caso de assistência jurídica
 - 2) Abrir o bico sobre as situações de injustiça, coragem e testemunho
 - 3) Mexer com a comunidade, mutirões, informações, grupos, etc.
 - 4) Preparar o Dia do Trabalho e do Trabalhador Rural: 25 de julho
1º de maio
 - 5) Preparar Cartilha sobre os Direitos: linguagem popular
 - 6) Levantamento da realidade agrária

7) Informação:

- Boletim - para trabalhadores e agentes
- Despertar Espírito de Cooperação: sindicato, cooperativas
- Folheto da Campanha da Fraternidade

- Ação com Agentes

1) Descobrir outras pessoas interessadas - Dioceses

2) Aproveitar reuniões do clero, despertar.

- Organização

1) Comissão: organizar-se em nível de Paróquia e Diocese

- reuniões periódicas

- coordenação C.P.T.

- preparar questionários para levantamento e preparar agentes para trabalhar com o Povo

- recursos: humanos

financieiros

- Assembléia na região com maior representação da base

- Comissão Regional

- C.P.T. tenha representantes da Base

- Grupo de ação em cada paróquia: trabalhadores

Nota: O Secretário Nacional sugerirá:

Saber recolher dados: como está a situação?

tem posseiros?

proprietários?

como são os salários, etc.

Recolher fatos: jornais

documentação

Entrevistas: saber montar esquemas

Históricos: o que o povo pensa de sua vida, de sua história

Ex.: um casal, há 10 anos casados, fizeram 17 mudanças desde a la. quando saiu de Minas Gerais. Isto é uma história da Migração.

COMISSÃO REGIONALCoordenadores Diocesanos

- Nova Friburgo: Pe. Joaquim van Leeuwen
- Valença: Pe. Argeniro Brochado
- V.Redonda (Angra) Pedro Geurts
- N.Iguaçu: Ir. Josefina Holzer

A Comissão recebeu do grupo delegação para estudar quem seria o coordenador do Regional, um dentro os quatro ou um quinto.

Sugeriu-se o nome de D. José Almeida Batista para participar da equipe C.P.T. e futuramente quem sabe, seria o Coordenador.

As Assembléias como instrumento de animação e conscientização não fiquem esquecidas. Começar logo a preparação das mesmas.

Marcar data, dentro de um semestre.

Comunicações

1) Prepara-se uma Assembléia de Nível Nacional para colocar em comum a realidade, a caminhada, as decisões. A Pastoral da Terra nasceu em um encontro de Pastoral da Amazônia.

Data: 25 a 29 de novembro

A representação por Região

Dois agentes por ex.: um padre, uma irmã

Dois trabalhadores rurais que participem do trabalho pastoral e do sindicato rural.

Um Bispo ou coordenador

Despesas de viagem - serão feitas pela região

Estadia - o Nacional

2) Lembrete

Preparação de relatório das dioceses para a síntese do Regional

- migrações
- gastos
- intermediários
- posseiros
- vendas de terra

3) Encontros de Advogados

Quem em nossa região poderia participar para discutir a realidade do trabalho de assessoria, ligado às Dioceses, à Federação em conjunto.

Comunicar-se com: Vera Trindade

C. Postal 749

74000 - GOIÂNIA - GO

Assunto do Encontro:

Qual é a função da assessoria técnica jurídica?

Convidar pessoas comprometidas com os trabalhadores.

4) Cursos de formação sobre problemas da terra.

- Próximo: 2 semanas

C.P.T. e C.I.M.I.

Belem - Goiânia

Aprofundamento

Teologia Pastoral
Sociologia
Política
Antropologia

5) Boletim da C.P.T. assinaturas, fazer listas, vale postal, contribuição CR\$25,00 anuais.

Reunião dos Coordenadores

Regionais:

Data:

Avaliação:

- nos plenários os trabalhadores falaram pouco. Os Padres falaram muito
- Perdemos um pouco na Organização
- Foi um grande passo, levamos uma boa bagagem
- Foi bom, abriu horizonte, levamos coisas boas para os companheiros
- Sente-se que houve busca pra se encontrar a maneira de defender os trabalhadores
- Houve dispersão no horário: É importantíssimo reunir. Uma alerta sobre a problemática. É válido encontrar. Esperamos frutos
- Não é só a gente que sofre. Muita gente quer caminhar. Levamos uma boa inspiração pra trabalhar melhor
- Levamos uma boa idéia, um bom caminho
- Gostei. Quando a gente pensa que sofre, num encontro deste, aprende como vai se unir e defender
- Agradeço o chamado e a explicação pra dar ajuda.
- Que Deus nos dê a Sabedoria pra saber responder bem à vida.
- Que Deus nos dê força e inspiração, força e saúde pra continuar
- Agradeço a Deus - que ele infunda luz na nossa mente e no nosso coração pra gente levar para os outros
- Abertura, sinceridade, um dos melhores encontros que já foi feito - linguagem simples à altura de todos.
- Negativo: pessoas falaram muito refeições distantes; o homem do campo come cedo.
- Surpresa encontrar as próprias Dioceses representando. Importante os Bispos terem enviado gente disposta a trabalhar. Ver a disposição de cada um. Vamos ter outras surpresas quando puzermos a mão na massa
- O ritmo do trabalhador é lento. Os encontros devem ter tempo.
- Todos tinham desejo de dar colaboração; ninguém com receitas
- Falamos mais que os trabalhadores.

Encerrando: Agradecimentos pela presença de todos e a presença de Ivo.

--*-*-*

0011

Rem. CPT
ex. Postal 23
23970 Paraty. RJ



CEPIM

Dom Adriano Mandarino Hipólito, o.f.m.
Caixa Postal 22
26000 NOVA IGUAÇU - RJ

Impressor

ATENÇÃO Companheiro!



"Em 1978, nós 42 famílias, no total de 261 pessoas, recebemos um documento assinado pelo Diretor Geral do Departamento do Patrimônio Imobiliário do Estado (será que ele tem autoridade p'ra fazer isso ou é o Juiz?) dizendo que o Governador do Estado, Almirante Faria Lima, tinha por despacho de 24 de agosto de 1978, determinado que deixássemos nossas terras, antiga Fazenda Normandia, na Estrada São Pedro, em Engenheiro Pedreira, Nova Iguaçu-RJ, num prazo de 30 dias a contar do dia 06 de setembro daquele ano. Gozado é que mandaram a "carta" para um tal Sr. Antonio. Será que eles não sabem nossos nomes ainda? Pagamos o I.T.R. (Imposto Territorial Rural) ao INCRA, antes IBRA desde 1965 e imagine que "esqueceram" que nossas terras foram desapropriadas desde 1961, pelo Governador Roberto Silveira.

E veja que não foi somente com gente não. Mexeram também com outros posseiros, nossos companheiros, lá em Pedra Lisa em 1977. Mas gente não deve ter medo, afinal queremos é nossas terras, aonde temos trabalhado para manter a nós e as nossas famílias. Queremos é sossego para trabalhar e que seja cumprida a lei, dando-nos o Título Definitivo das terras."

Muita gente, grilheiros e outros interessados e até o governo, como estamos vendo estão querendo as ~~terras~~ terras não somente, aqui em Nova Iguaçu, no Estado do Rio de Janeiro, mas também em outros estados do Brasil. Isto gente encontra em várias notícias dos jornais, televisão e rádio.

Por isso, os trabalhadores rurais precisam unir-se e exigir juntos o respeito aos seus direitos. Estar juntos e saber que muitos dos direitos que possuem hoje, apesar de não serem muitas vezes cumpridos - não foi dado pelo governo de "mãos-beijadas" - mas sim adquiridos pelos próprios lavradores durante anos de lutas. Por exemplo:

Em 1960, em Niterói houve o 2º Congresso Fluminense de Lavradores que

-" Extensão da Legislação Trabalhista e da Previdência Social aos trabalhadores do Campo.

- Nós verificamos que muitas sugestões foram aprovadas até pelo atual regime do País após 1964, em leis como o Estatuto da Terra, FUNRURAL, aposentadoria para a velhice e Legislação Trabalhista Rural, apesar de algumas alterações.

= 45



Sindicatos dão apoio a posseiros

Do correspondente em
ARACAJU

Representantes de 25 sindicatos de trabalhadores rurais de Sergipe, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado (Fetase) e da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), promoveram, domingo, manifestação de solidariedade às famílias de lavradores descendentes dos índios xocos que disputam, na Justiça, com a fazendeira Elizabeth Brito, a posse da ilha de São Pedro, localizada no baixo São Francisco, no município de Porto da Folha, a 200 quilômetros de Aracaju.

A manifestação foi realizada na Igreja do povoado de Mocambo, vizinho a Calçara, onde moram os caboclos descendentes dos Xocos. A juíza de direito de Porto da Folha, Maria Aparecida Santos Gama da Silva, a pedido de Elizabeth Brito, proibiu que o encontro fosse realizado na ilha de São Pedro, em frente a Calçara, como pretendiam os trabalhadores. Durante o encontro, em Mocambo, discursaram líderes sindicais e foram entregues aos caboclos de Calçara alimentos, roupas e dinheiro, arrecadados para eles entre os moradores da região.

Embora a ilha de São Pedro se localize em Porto da Folha, a questão de sua posse tem causado polêmica em todo o Estado de Sergipe, refletindo-se principalmente em Propriá, outro município da região do baixo São Francisco.

JORNAL DO BRASIL

9 de abril de 1978

Posse de terra gera conflito e tensão social

Litígios, conflitos e tensões; títulos de posse legitimados a bala e não nos cartórios; militares que acusam padres de subversão — *lavagem cerebral* e incitação contra autoridades — e padres que apontam militares como protetores de uma ordem injusta. Esse é o quadro caótico das questões de terra no Brasil, comum ao Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul.

O Estatuto da Terra está comprometido, a reforma agrária retardada, e a política agrícola, definida em Lei pela Revolução, impedida. Os colonos não têm acesso fácil a seus direitos, e só a grande propriedade assegura bons investimentos. E não há organização administrativa, judiciária, política, e social que possa estabelecer soluções. (Pág. 22)

Agricultores querem reforma agrária
Salvador — "Os pequenos trabalhadores rurais precisam de uma vida livre em seu pedaço de terra", afirmou o presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado da Bahia, Sr. Estevão Nunes de Almeida, para quem a reforma agrária seria a grande solução para os problemas da classe. Ele é contra o direito de greve, reivindicado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, porque "só traria alguma vantagem aos trabalhadores assalariados, que, na Bahia, correspondem a um grupo muito pequeno".

Famílias despejadas não retomam posses
Porto Velho — As 55 famílias despejadas da gleba Prosperidade ainda não podem voltar às suas posses, apesar de terem obtido, na Justiça, a revogação da liminar que decretou o despejo: o Juiz Bruno Ferreira, em exercício temporário na comarca de Porto Velho, não recebeu determinação de Brasília para a reintegração. A questão se arrasta há mais de sete meses e o clima de tensão já provocou a morte de dois colonos e de um jagunço, em choques armados.

FOLHA DE S. PAULO

Quinta-feira, 18 de agosto de 1977

Posseiros pedem ajuda a d. Hipólito

RIO (Seucursal) — Dirigentes da Federação Fluminense dos Trabalhadores na Agricultura reuniram-se ontem com centenas de lavradores da localidade de Pedra Lisa (Nova Iguaçu), acusados de invadir terras do grupo Marcondes Ferraz "aproveitando-se do clima de agitação reinante no país antes de 1964".

A acusação partiu do advogado Hêlio Sabóia na ação cautelar movida contra 49 lavradores na Justiça de Nova Iguaçu. A reunião foi assistida pelo deputado Francisco Amaral (MDB-RJ), na qualidade de advogado da Mitra Diocesana do Município. Os lavradores anteriormente tinham pedido proteção ao bispo de Nova Iguaçu, dom Adriano Hipólito, que lhes prometeu comunicar o caso à Comissão de Terras da CNBB.

O advogado do grupo disse ainda que as terras, medindo 130 alqueires pertencem à Companhia Fazendas Reunidas Normandia, e que as invasões foram "quase todas estimuladas nos idos de 62/63, por políticos pouco escrupulosos e por aproveitadores que se valiam da agitação que a situação da época propiciava".

Pedra Lisa fica a 60 quilômetros do centro de Nova Iguaçu e os trabalhadores vivem da produção de produtos hortifrutigranjeiros. Contestando o advogado, os lavradores dizem que já ocupam as terras há mais de 40 anos e lançam suspeitas sobre a alegada propriedade da "Normandia". A companhia afirma que adquiriu as terras em 1927, do conde Modesto Leal enquanto os posseiros contam outra história sobre Pedra Lisa.

O ESTADO DE S. PAULO, 12/12/78

JORNAL DO BRASIL, 01/02/79

RELATÓRIO DE FETAG/RJ.

SITUAÇÃO DA ESTRUTURA AGRÁRIA NO ESTADO DO RJ DE JANEIRO

Este é o panorama agrário do nosso Estado: de um lado, um imenso contingente de trabalhadores sem terra, ou com pouca terra, que segundo os dados do INCRA de 1972 somam 170.000 trabalhadores, contra uma minoria de grandes proprietários detentora de mais da metade das terras em suas mãos.

Se analisarmos a destinação que tais proprietários vêm dando a essas terras, estão mais calamitosa se torna a situação, pois, o que se verifica é a predominância dos loteamentos, das chácaras de recreio, da pecuária, e da simples destinação das terras à especulação imobiliária, sem qualquer exploração, apenas aguardando maior valorização.

Nos últimos anos, com os grandes investimentos governamentais aplicados em grandes obras de infra-estrutura realizadas no Estado, tais como pontes, estradas, represas e viadutos, imaginávamos que os produtores agrícolas das regiões atingidas por tais beneficiamentos poderiam ter melhoras suas condições de vida e trabalho, com o acesso aos transportes, aos mercados consumidores, à comercialização de seus produtos, eliminando-se os intermediários.

Porém, o que temos visto na prática, é exatamente o contrário. Justamente os pequenos produtores daquelas regiões beneficiadas, assim entendidos os posseiros, os parceiros, os arrendatários e os minifundistas, estão sendo os mais prejudicados. Com a valorização trazida às terras pelos beneficiamentos governamentais, os grandes proprietários dos imóveis rurais desencadearam um intenso e incessante processo de expulsão dos lavradores ali situados. Vale ressaltar que tais expulsões são conseguidas pela via judicial, e até mesmo pela violência. Desta forma, a propriedade deixa de ali cumprir a função social que lhe é destinada na Constituição Federal, e na própria legislação agrária.

Sabemos que o aumento constante das expulsões de posseiros, parceiros e arrendatários da terra, bem como o aumento do número de minifundistas que são forçados a vender seu pequeno pedaço de terra em favor do latifúndio, tem obrigado esses lavradores a se assalariarem.

DECLARAÇÃO DOS DIREITOS DOS POSSEIROS.

- POSSE é a ocupação de uma terra. Um homem é POSSEIRO de toda a terra que ele está usando para derrubar, plantar e colher; é também posseiro das nascentes e dos córregos que usa.

- Todo posseiro ou possuidor de MAIS DE UM ANO E DIA:

-- tem direito de permanecer na terra que ocupa, sem ser aperreado por ninguém: nem corretor, nem administrador, nem gerente, nem delegado, nem polícia, nem proprietário;

-- tem direito de defender a terra contra quem quiser tirar o posseiro de lá;

-- tem direito sobre toda a área de terra que ele está ocupando, e não só sobre a terra que ele está plantando;

-- se for ameaçado, proibido de fazer roça, ou se tiver sua posse invadida, tem direito de se defender, mesmo usando de força se for preciso;

-- se for expulso da terra com uso da força, pela ameaça ou na marra, tem o direito de voltar para a terra, usando também ele sua própria força, mas isso precisa ser logo, quer dizer no prazo de um ano;

-- se sua casa tiver sido queimada e sua roça estragada, aquele que fez isso tem obrigação de indenizá-lo desse prejuízo.

- O posseiro pode perder a posse pelo abandono da mesma, pela venda, ou quando expulso não volta logo para ela, quer dizer, no prazo de 1 ano.

- Ninguém pode roubar a posse de um posseiro. Toda pessoa que invade uma posse usando violência ou ameaça, ou que vem no terreno do posseiro acompanhado de mais de duas pessoas, para expulsar o posseiro da terra, é CRIMINOSO.

- Toda pessoa que destrói, inutiliza ou estraga a casa, o pomar, a roça ou animais e as coisas do posseiro, também é CRIMINOSO. Nesse caso, precisa dar queixa desses crimes às autoridades e comunicar ao I N C R A .

(TUDO ISTO É AMPARADO NOS ARTIGOS 485, 489, 498, 502, 503, a palavra da lei, no Código Civil Brasileiro e nos Artigos 161 e 163 do Código Penal Brasileiro).

-Bibliografia: Pág.202,205 e 223 - Pastoral da Terra(POSSE E CONFLITOS) - ESTUDOS DA CNBB(Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) Nº 113.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O USUCAPÍO.

Artigos 550, 551 e 698 do Código Civil Brasileiro.

- Art. 550 - "Aquele que por 20 anos, sem interrupção, nem oposição, possuir como seu um imóvel, adquirir-lhe-á o domínio, independentemente de título e boa fé que, em tal caso, se presume, podendo requerer ao juiz que assim o declare por sentença, a qual servirá de títulos para a transcrição no registro de imóveis".

- Art. 551 - "Adquire também o domínio do imóvel aquele que, por 10 anos entre presentes, ou 15 entre ausentes, o possuir como seu, contínua e inconstantemente com justo título e boa fé".

- Art. 698 - "... a posse incontestada e contínua de um servidor por 10 anos ou 15 anos, nos termos do Art. 551, autoriza o possuidor a transcrevê-la em seu nome no registro de imóveis, servindo-lhe de título a sentença que julgar consumado o usucapião".

Parágrafo único: Se o possuidor não tiver título, o prazo do usucapião será de 20 anos".

Porém, faz-se ressaltar aqui, que os bens imóveis da União, seja qual for a sua natureza, não são sujeitos à usucapião.

Bibliografia: Página 223 - Pastoral da Terra (POSSE E CONFLITOS) - Estudos da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) nº 13.

Carta do bispo diocesano às Diversas Comissões Diocesanas de Pastoral, convidando-as para uma tarde de trabalho, no sábado 15 de dezembro próximo, no Centro de Formação.

Nova Iguaçu, 06 de novembro de 1984

Prezado Coordenador da Comissão Diocesana de Pastoral da Terra:

Dando andamento ao processo de organização das infra-estruturas e dos instrumentos necessários à Pastoral de nossa diocese, convido a Comissão Diocesana de Pastoral da Terra a participar comigo de uma tarde de trabalho em conjunto com todas as demais Comissões, no próximo dia 15 de dezembro, sábado, das 15 às 18h, no Centro de Formação.

Seguiremos esta pauta:

- Regimento das Comissões Diocesanas: pontos principais, dúvidas;
- Linhas Pastorais da Diocese de Nova Iguaçu: resumo e explicação;
- Integração dos trabalhos das diversas Comissões entre si;
- Conselho Diocesano de Pastoral;
- Assuntos propostos pelas Comissões.

Trata-se de uma reunião muito importante para o futuro de nossas atividades pastorais. Por isto encareço a presença de todos os membros de todas as Comissões.

Desejando-lhes a bênção do Pai, assino-me fraternalmente

seu irmão bispo

+ *Adriano*

Dom Adriano Hypólito.

ESTRUTURA DA CPT: DEBATE E VOTAÇÃO
Dia 22 Tarde e Noite - Dia 23 Manhã
Coordenação: Frei Fernando e Mario

Frei Fernando começou explicando a atual estrutura da CPT. Na cabeça o Presidente eleito pela Assembléia por dois anos. Logo abaixo o coordenador também eleito pela Assembléia por um período de dois anos. O coordenador escolhe coordenadores adjuntos. Os assessores da coordenação preparam o material e vão às bases resolver questões pendentes, em contato com as equipes locais. O conselho de representantes, por sua vez, é composto de membros de toda a estrutura da CPT.

Em seguida Frei Fernando aponta o que seriam para ele as falhas da atual estrutura: falta de participação do Presidente; falta de comunicação entre as bases e a regional da CPT; desencontro de atribuições entre coordenação e assessoria. Frei Fernando lembra que a CPT nunca se propôs a ser uma organização de trabalhadores, mas uma organização a serviço dos trabalhadores. Apresentou a proposta de uma nova organização da estrutura da CPT, surgida na última reunião do Conselho de Representantes. A assembléia conserva o seu poder soberano e continua a se reunir uma vez cada dois anos. O Presidente continua a ser eleito em Assembléia, junto com o coordenador, também chamado Secretário Executivo. Mas a nova diretoria funcionaria na base de um colegiado formado pelo Presidente, o coordenador e os assessores. As tarefas de cada assessor seriam claramente definidas.

D. Vital afirmou que para ele o principal problema não era a atual estrutura da CPT, mas o seu bom funcionamento. Iniciou um diálogo com Mario sobre o vínculo CPT-CNBB.

Em vistas de uma maior compreensão da proposta de nova estrutura da CPT, Castilho tomou a palavra e procurou desenvolver alguns pontos da mesma. Um colegiado formado de representantes por área ou diocese. Um Presidente. Assessores de assuntos específicos. Secretário executivo. Deslocamento de três lavadores, uma vez por mês, para fazer contatos em outras áreas. Presidente e assessores eleitos em assembléia.

Miguel apontou algumas falhas da proposta: os representantes de áreas eleitos pelas dioceses talvez não coincidam com a indicação do Bispo; a eleição da assessoria seria extremamente complexa pelo tempo que levaria. Para Guedes a eleição deve se limitar a Presidência e a Coordenadoria. Luizela defende a oportunidade da eleição dos assessores. Abílio defende a nova

proposta e propõe homologar a assessoria que já trabalha na CPT. Mario esclarece que em outras regionais onde os trabalhadores compuseram a coordenação não funcionou, por dificuldades de várias ordens (dificuldade na eleição dos assessores, por exemplo). Lembra que a CPT dá assessoria aos trabalhadores mas que os trabalhadores e os seus movimentos devem ser autônomos em relação a ela.

Formam-se grupos para debate sobre a estrutura da CPT. Formados os grupos e resumidas as propostas, Mario assume a coordenação e faz a síntese.

Proposta nº 1: Formação de um colegiado composto assim: presidente, representantes por área, três trabalhadores, coordenador, equipe de assessoria pastoral.

Proposta nº 2: Um presidente (bispo, padre ou pastor ligado a CNBB); representantes por área; coordenador diretamente ligado ao presidente; padre ou leigo ligado a Igreja; assessoria pastoral não eleita em assembléia.

Proposta nº 3: Formação de um colegiado composto por: Presidente, assessor administrativo, assessor pastoral, assessor sindical, assessor para reforma agrária. Todos os assessores são eleitos em assembléia. O assessor pastoral substitui o presidente para questões eclesiais quando este não estiver disponível. O colegiado tem poder deliberativo.

Após discussão passa-se a votação. A proposta nº 3 vence com as seguintes modificações subsequentes à discussão: o colegiado é deliberativo no limite da assembléia; a assembléia não elege a assessoria. Desmembra-se em seguida a votação da proposta nº 3. Cada item da proposta é votado. Mantida a escolha livre dos representantes da região. Decide-se pela não presença dos lavradores no colegiado. A partir de uma proposta de Jô realiza-se uma votação sobre a função do assessor pastoral. Seria ele simples assessor ou teria ele funções próximas a de um vice-presidente? Por unanimidade a assembléia decide que o assessor pastoral será simplesmente um assessor. O presidente continua sendo membro da hierarquia da Igreja. De acordo com o regimento vigente o coordenador continua sendo uma pessoa ligada a Igreja.

Miguel alerta para a necessidade de reformulação do regimento no que concerne alguns itens. É proposta uma comissão para redação, composta por Castilho, Luizella e Abílio.

D Vital é eleito presidente. Geraldo é eleito coordenador.

A CPT tem direito a cinco representantes na Assembléia Nacional da CPT (o coordenador, um agente pastoral e 3 lavradores). O agente pastoral eleito é: Valdeci. Os três lavradores eleitos são: Gil, Valentim e José Sanitária. Suplentes: Jorge e Oswaldo.

São definidas e votadas como áreas: Norte de Friburgo ZONA NORTE; Norte de Friburgo CACHOEIRAS DE MACACU; ITAGUAÍ (Angra, Paraty e Itaguaí) ; VALENÇA (Vassouras e Paraíba do Sul); VOLTA REDONDA ; NOVA IGUAÇU (Nova Iguaçu e Paracambi); PETRÓPOLIS. Não ficou decidido o critério de votação do representante por área.

Ficou designada uma comissão para elaborar um novo regimento, composta dos seguintes nomes: Miguel, Luis Fernando, Castilho, D. Vital , Padre Geraldo e Abílio.

PE. ROY

COMUNICADO DA ASSEMBLÉIA EXTRAORDINÁRIA DA CPT RJ

A Comissão Pastoral da Terra do Rio de Janeiro vem desde 1994 realizando uma avaliação profunda da sua ação pastoral. Um dos grandes passos neste processo foram as decisões da Reunião Ordinária do Colegiado realizada no dia 09 de agosto de 1996. Naquela data o Colegiado decidiu pela suspensão dos trabalhos da CPT até o final de dezembro/96 e elegeu uma Comissão Provisória composta de três pessoas que se responsabilizaram, juntamente com a diretora da Grande Região Sudeste e um representante do Secretariado Nacional, a redefinir o trabalho e reestruturar a equipe de uma Nova CPT a nascer a partir de 1997.

Podemos resumir assim os principais fatores que confluíram para esta tomada da decisão:

- numa autocrítica mais rigorosa da nossa prática, constatamos que o nosso trabalho encontrava-se distante da realidade concreta dos trabalhadores rurais. A Inserção nas bases - ponto fundamental da pedagogia da CPT - quase não passava de uma intenção.
- Como decorrência, em grande medida dessa situação, a CPT RJ não chegou a elaborar uma proposta ou projeto comum de trabalho no estado, ou seja, algo que comprometesse a equipe com critérios claros e explicitados por todos para a definição de prioridades e linhas de ação.

Diante deste quadro e das decisões tomadas coube à Comissão eleita no Colegiado assumir o desafio de reconstruir a CPT no Rio de Janeiro. Coube à Comissão Provisória realizar a preparação e execução de um levantamento das áreas onde não havia trabalho da CPT; preparar um seminário que enfocasse a situação agrícola/agrária do Estado/RJ; contactar pessoas e Igrejas que pudessem vir a contribuir com a CPT, e preparar e convocar uma Assembléia para apresentar o projeto constituído.

A partir de agosto/96 até meados de março/97 a Comissão Provisória realizou com responsabilidade e eficiência as tarefas que haviam assumido. Os resultados dos trabalhos desenvolvidos foram apresentados na Assembleia Extraordinária realizada nos 21 e 22 de março, no Centro de Formação da Diocese de Nova Iguaçu - Nova Iguaçu.

Foi a partir dos trabalhos realizados pela comissão, que trouxe o conhecimento de realidades até então desconhecidas e dos desafios surgidos daí, que os participantes tomaram as decisões colocadas a seguir:

- A ação pastoral da CPT deverá se realizar nas regiões Norte, Serrana e Centro Sul, sendo que na região Norte - Campos, o trabalho inicia de imediato por já termos feito os contatos e articulações necessárias e principalmente por já contar com uma agente de pastoral para assumir o trabalho. Nas outras duas regiões o trabalho irá sendo construindo dentro do processo já iniciado.
- A CPT RJ passa a partir desta assembléia a vincular-se pastoralmente, politicamente e administrativamente ao Regional da CPT Espírito Santo, até março de 1998 quando se decidirá pela continuidade ou suspensão da vinculação.

Para contatos com a CPT ES/RJ: Equipe Campo/RJ

..... RUA ABELARDO DE MELO, 230, BAIRRO JOCKEY, CAMPOS, RJ, Cep. 280.20.200. Fone 0247 222404
CPTES/RJ, R./ SÃO JOSÉ, 259, SERNAMBY, CEP. 29930-000, CXP. 165, TELEFAX: 027.763 3505
..... SÃO MATEUS, ES

Esperamos poder continuar contando com o apoio e colaboração de todas as entidades e amigos(as)!

Assembléia Extraordinária CPT RJ

FOLHA DA LARANJEIRA



RIO DE JANEIRO • LARANJEIRAS ANO 6 • N.ºS 1/2 • AGOSTO/SETEMBRO 85
ÓRGÃO INFORMATIVO DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AMIGOS DE LARANJEIRAS – AMAL

A ASSOCIAÇÃO DE BAIRRO
E VOCÊ, LEIA ESTE JORNAL
E SE ENCONTRE NA AMAL

CIDADÃO



CONSTITUINTE

LARANJEIRAS

VAMOS VIVER MELHOR?

A associação de Moradores e Amigos de Laranjeiras — AMAL — foi fundada em 30 de outubro de 1979, com o objetivo de unir os moradores na busca de soluções para os problemas do bairro e zelar pela manutenção e melhoria da nossa qualidade de vida.

A AMAL NÃO ESTÁ SOZINHA

Moramos num bairro e temos problemas comuns — a condução, o trânsito, a segurança, os serviços básicos, o abastecimento, as escolas, a especulação imobiliária, a poluição. Estes problemas também afligem moradores de outros bairros, toda a cidade.

Não estamos sozinhos nessa luta, porém. As Associações de Moradores fazem parte de um movimento comunitário coordenado pela Federação das Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro — FAMERJ — que funciona na Rua Visconde do Rio Branco, 54 — Centro, tel.: 232-5402.

Na FAMERJ as Associações de Moradores se organizam para as lutas maiores — habitação, saúde, transporte, abastecimento — a fim de serem ouvidas nas decisões governamentais.

A AMAL SOMOS NÓS

A AMAL só pode crescer e efetivar seus objetivos na medida em que os moradores do bairro se aliem para obter o que reivindicam ou propõem.

O voto direto dos sócios elege a Diretoria da AMAL. Os diretores são pessoas que se dedicam à AMAL sem receber qualquer remuneração pelo trabalho que realizam.

A Diretoria não pode e não deve assumir e encaminhar todas as solicitações, como se fosse "A Gerência" do bairro.

O trabalho da Associação é fruto da participação de todos. Cada um colabora como souber e puder, numa atividade que lhe seja agradável e nas horas disponíveis.

NOSSOS SONHOS, NOSSOS PROJETOS!

- Todas as propostas que buscam intensificar os laços de vizinhança, despertar a criatividade e a participação dos moradores.
- Os projetos que visem cultivar e preservar memória histórica do bairro.
- As medidas que impeçam a deterioração de Laranjeiras.

MEL PURO
DA SERRA DA BOCAINA (MG)
ENTREGA A DOMICÍLIO
TEL.: 551-6535

CONFECÇÕES FEMININAS
MODA ATUAL PARA JOVENS
E SENHORAS
FABRICAÇÃO PRÓPRIA
MERCEDES — TEL.: 245-5358

FAMERJ NO AR
Você pode ouvir a programação da
FAMERJ através da Rádio Roquette-
Pinto, aos sábados às 9h30min.
A frequência é 630Kh.

- Os problemas que afligem a comunidade no seu dia-a-dia.
- As questões que ferem os direitos humanos, que tolhem o exercício pleno da cidadania.

TAMOS AÍ!

A AMAL, até hoje, só assumiu lutas e propostas depois de muito debate, com sócios e não-sócios.

Você pode comparecer, sem acanhamento, às nossas reuniões e assembleias. Venha às terças-feiras, às 20 horas, quando há reunião com a Diretoria. Venha também quando ler nossas faixas, colocadas em pontos estratégicos de Laranjeiras.

Distribuímos o jornal **Folha da Laranjeira**, mensal e gratuito, entregue na casa dos associados e nas bancas de jornal.

Comunicamos nossas atividades em panfletos, circulares e barraquinhas de rua. No jornal **O Globo**, no encarte de terças-feiras.

A sede da AMAL fica nas dependências do Instituto João Alves Affonso, na Rua Ipiranga, 70. É onde nos encontramos!

SÓCIO: MORADOR, AMIGO, COLABORADOR

É simples ser sócio da AMAL. Basta preencher a ficha de inscrição e, ao fazer isto, você estará conosco, em apoio a nossa proposta. Estará nos ajudando com suas idéias e seu trabalho.

A sua contribuição, com uma mensalidade no valor de 1% do salário mínimo em vigor, será para a AMAL enfrentar as despesas: publicação do jornal, manutenção da sede, impressão de circulares e panfletos, confecção de faixas e promoção de eventos.

Você poderá participar em grupos de trabalho permanentes, em comissões de rua, comissões de festas, de torneios. Não faltará o que fazer!

POR QUE NOSSO TRABALHO É IMPORTANTE?

Não nos ocupamos de diferenças raciais, religiosas ou político-partidárias.

Queremos que as nossas causas comuns produzam melhorias sociais, culturais e urbanísticas para Laranjeiras e para o Rio de Janeiro.

Acreditamos que a população que se organiza traz para o seu bairro, cidade e país, o melhor da vida democrática — a possibilidade de mudar, de transformar —, e de acordo com os interesses de quem vive a cidade.

Magali Costa

**Laranjeiras além de ter a Distribuidora Volkswagen
mais simpática do Rio, tem também a mais simpática**

Distribuidora Yamaha.

O ATENDIMENTO ESPECIAL DISTAC DISPENSADO AOS
PROPRIETÁRIOS DE VEÍCULOS VOLKSWAGEN, ESTENDE-SE
TAMBÉM AGORA AOS USUÁRIOS DAS
MOTOCICLETAS YAMAHA
A DISTAC PRETENDE CONTINUAR CONTANDO COM SUA
PREFERÊNCIA, PRINCIPALMENTE AGORA COM ESSA
EXCELENTE DUPLA: VOLKSWAGEN E YAMAHA

DISTAC 
Distribuidor
Autorizado

R. das Laranjeiras, 291
PABX 245-8030
PLANTÃO: Seg. a Sexta 21 h.
Sáb. 18 h — Dom. 13 h.

AMAL — SEUS SÓCIOS

— SEU PATRIMÔNIO

É sabido que para o funcionamento de uma entidade, por menor que seja, é necessário um mínimo de equipamentos básicos e materiais, além, é claro, de um local fixo para realização de diversas ati-

EXPEDIENTE



ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AMIGOS DE LARANJEIRAS — AMAL

Rua Ipiranga, 70 — CEP 22.231
Caixa Postal, 16.144 — Rio — RJ

DIRETORIA

Presidente
Nireu Oliveira Cavalcanti

1.º Vice-Presidente
Daisy Alvim

2.º Vice-Presidente
Pedro Moreira Alves de Brito

Secretária-Geral
Iris de Castro Reis

1.º Secretário
Jesus Gomes de Oliveira

Tesoureiro-Geral
José Carlos de Araújo

1.º Tesoureiro
Alberto Jorge Freitas da Motta

Assuntos Comunitários
Isione Appel Concl
Danilo Porciúncula (suplente)

Lazer
Icléa Santos Escobar
Fernando Cunha Cavalcante

Cultura
Clemente Augusto S. Tanajura
Cristina Pantaleão (suplente)
Marília Coelho N. Martins (suplente)

Esportes
Boris Gheventer
Marcelo Costa Nunes (suplente)

Urbanismo e Patrimônio
Olga Varjovsky
João Vicente Mello (suplente)

Divulgação
Luís Carlos Carvalho
Maurício M. Rodrigues (suplente)
Afonso Alcázar (suplente)

Conselho Fiscal
Francisco Mendes
José Luiz Vieira Lacerda
Ney Helou
Moacir Reis (suplente)

*Coordenação de Cobrança
das Mensalidades*
Anna Victoria de Toledo Barros
(285-0285)

FOLHA DA LARANJEIRA

Projeto gráfico
Afonso Alcázar

Coordenação
Damião Nascimento

Publicidade
Alvaro Motta (285-1025)

Composição
Luiz Flávio von Rindow

Fotolitos
Fotolito Jardim América

Impressão
Universidade Santa Ursula

dades e, evidentemente, pessoas com vocação e espírito para tarefa tão dignificante.

Imagine-se, pois, as dificuldades encontradas por esta Associação para dar andamento aos programas (alguns audaciosos), propostos no início da gestão de uma nova diretoria, onde a vontade de fazer às vezes se depara com o não ter.

No decorrer desses anos, a AMAL tem contado com a colaboração de pessoas, entidades, comerciantes, empresas, grupos de ruas etc., que, dentro de suas possibilidades, têm contribuído para que o nosso trabalho tenha continuidade dentro do bairro.

O patrimônio da Associação é, atualmente, formado por bens móveis e sua incorporação se deveu basicamente a doações espontâneas e compras efetuadas com o produto das contribuições dos associados, vendas de artigos diversos, tais como: camisetas, adesivos, e também pelas receitas conseguidas através da realização de eventos (festas, bailes, áreas de lazer). Foi assim que conseguimos incorporar alguns itens, tais como: telefone, secretária-eletrônica, barracas e máquinas de escrever. Sentimos ainda, apesar de todo esforço, falta de equipamentos essenciais ao nosso trabalho — veículo, mimeógrafo, projeto de slides, papel, tinta, pano para faixas e material esportivo: bolas, redes, apitos, etc.

Sim, é claro que não podemos considerar apenas os bens tangíveis como patrimônio, pois existe outro, talvez o mais importante, que é a nossa forma jurídica constituída e reconhecida pela comunidade, pela sua luta diária em prol de um melhor nível de vida no bairro.

Para a manutenção da sede, a urgente contratatação de uma secretária, a continuidade do Coral da AMAL e das outras atividades inerentes a uma Associação de Moradores, necessita-se urgentemente da criação de receitas extras ou um aumento considerável no quadro de Associados, cuja contribuição mensal é a única receita previsível capaz de fazer frente a esse grande desafio.

Contamos, portanto, além de sua sensibilidade, com a sua participação ativa, fazendo parte do nosso quadro de Associados, pois VOCE É O MAIOR PATRIMÔNIO DA AMAL.

José Carlos

Dra. IRENE SCHECHTMAN
(DERMATOLOGIA)
Tel.: 245-4242

Dr. ISRAEL TUIEIV (PEDIATRIA)
Dra. DORA TUIEIV (PSICOLOGIA)
Tel.: 265-9571

CONVÊNIOS:
PATRONAL — FUNCEP — CAARJ
CAPEMI — UNIMED — FACINCRA
ADRESS SOMED — AMBED
DOCTOR'S

**PARA ASSOCIADOS DA AMAL,
DESCONTO DE 20%**
**RUA ALMIRANTE TAMANDARÉ, 66
sala 512**

DIRETORIA DE CULTURA

A AMAL desenvolveu há algum tempo dois projetos de grande importância: o Cineclube Carioca e as pesquisas sobre a História do Bairro. O primeiro chegou a ser um dos melhores cineclubes do Rio de Janeiro, mas, problemas financeiros devido ao alto custo de manutenção e empréstimo de filmes, aliados ao caráter não-lucrativo da AMAL, levaram ao enfraquecimento do grupo de trabalho e à consequente paralisação. O segundo reuniu vasto material da Laranjeiras antiga, sob o ponto de vista econômico e social, abrangendo desde o período de sua ocupação até hoje, além de identificar e arquivar inúmeras fotografias.

Embasados nestes trabalhos já realizados, trazemos duas propostas que são evoluções ou ramificações desta grande árvore da cultura:

- Estamos criando um projeto, que chamamos de **Viva a Imagem**, que abre suas portas às artes visuais, como o cinema, vídeo, fotografia, artes plásticas, escultura e artesanato. É a tentativa de trazer o morador artista e apreciador para que, neste local de encontro, reúna seus amigos e parentes para exibição de filmes, apresentar os slides de sua viagem, expor seus quadros, gravuras, poesias e tudo mais que desejar. A nossa proposta é fazer um encontro mensal, e dinamizar nossa Sede, convidando pessoas novas para trocar experiências e, então, crescer tanto como indivíduo como comunidade.

- Reconstitui-se o grupo da **História do Bairro**, que inicialmente tem o objetivo de montar um audiovisual sobre a história de Laranjeiras. Muitos colégios nos procuram para dar palestras sobre o Bairro, e resolvemos, então, ir ao encontro desta necessidade da comunidade, preparando um documento acessível às crianças e interessante para os adolescentes e adultos. Entendemos que este passo é importantíssimo, já que é um trabalho que tem aplicação e benefícios imediatos, além de ser uma etapa que nos dará condições de elaborar um documento mais extenso e profundo.

A Diretoria de Cultura centrará sua atenção nestes dois projetos, por enquanto, simplesmente por reconhecer suas limitações de trabalho. Os grupos montados necessitam crescer ainda mais para não serem sobrecarregados, e sua colaboração é fundamental para vencermos as dificuldades e obtermos êxito.

Estamos abertos a novas propostas; entretanto, fica claro que será um esforço conjunto. Tudo depende de nós, da vontade e energia que colocamos naquilo que desejamos. Nos procure!

- **Viva a Imagem** — Sérgio (541-1540); Marcos (295-4556); Clemente (225-3102).

- **História do Bairro** — Cláudio (265-3559); Laura (205-4441); Maurício (245-8330); Regina (205-6171).

Clemente Augusto S. Tanajura

1 — SEGURANÇA

Neste item, existem três tópicos prioritários a serem discutidos: o Policiamento comunitário, a Segurança para pedestres e a Segurança de patrimônio.

a) Policiamento Comunitário

Também chamado de Ronda-Relógio, consiste num policiamento noturno mais efetivo por parte da Polícia Militar do Rio de Janeiro, sem ônus adicionais para o cidadão. Tem por objetivo a colocação de uma agenda em ponto controlado pelos moradores. O policial, em intervalos de tempo prescrito, obrigatoriamente percorre o trecho e marca sua presença nessa agenda, assinalando o horário de sua passagem.

Essa medida já está em funcionamento, *com pleno êxito*, na Rua General Glicério e ruas adjacentes (Belisário Távora, Ortiz Monteiro, Gen. Cristóvão Barcelos, Prof. Estelita Lins e Luiz Cantanhede). Pesquisas feitas nessas localidades comprovam a satisfação dos moradores dessas ruas, que já se sentem mais seguros ao saírem de suas casas, principalmente à noite.

A idéia da AMAL, através desta Diretoria, seria estender tal medida a todas as ruas do bairro. Para isso, é necessário que um contingente maior de moradores participe das reuniões semanais, trazendo idéias e planos que, certamente, trarão benefícios à comunidade.

b) Segurança para Pedestres

Laranjeiras, com uma população de aproximadamente 50 mil habitantes, é um local em que funcionam muitos colégios (conseqüentemente, existem muitas crianças); um bairro em que desembocam dois grandes túneis (Santa Bárbara e Rebouças) com trânsito constante nas 24 horas do dia. Será que as placas de trânsito estão bem posicionadas? Em muitos locais, os motoristas não conseguem avistar, a tempo, uma contramão ou uma parada obrigatória por motivos diversos: folhagem de árvores encobrindo a placa, placas em mau estado de conservação ou

colocadas em locais sem visão antecipada etc. Em alguns trechos, há carência de faixas de segurança pintadas no asfalto, principalmente em frente aos colégios. É, também, idéia desta Diretoria solicitar ao Detran a colocação de placas educativas de trânsito (fundo azul com letras brancas) tais como: CUIDADO, TRAVESSIA DE ESCOLARES; REDUZA A VELOCIDADE, etc.

c) Segurança de Patrimônio

Esta Diretoria já idealizou oferecer um Curso Intensivo de Prevenção Contra Incêndios aos síndicos, porteiros e moradores em geral. Será contactado um Engenheiro de Segurança para, em aulas teóricas, através de palestras, projeção de filmes e slides, em local ainda a ser designado, levar à comunidade os princípios básicos de combate ao fogo em residências. Entraremos, também, em contato com o 1.º Grupamento de Incêndios — Humaitá, para conceder aulas práticas sobre o assunto aos interessados.

2 — SAÚDE

A exemplo do item anterior, três são os tópicos básicos a serem atacados: higiene em locais de uso público, alojamento dos empregados em edifícios residenciais e hospitais para atendimento aos carentes.

a) Higiene

Todas as casas comerciais do bairro serão visitadas pela AMAL (supermercados, bares, açougues, quitandas, etc.) para se ter uma idéia de como andam as condições de higiene dessas lojas. A saúde da população depende, também, dessa higiene, pois diariamente entramos nessas lojas para comprar mantimentos para o nosso sustento. Há pouco tempo, um dos sócios da AMAL entrou num grande supermercado e, qual não foi sua surpresa, ao chegar em casa com um frango deteriorado e um laticínio com a data de validade já vencida, também estragado. É importante que *VOCE* traga suas queixas quando isso acontecer. Nós estaremos alertas para evitar que esses fatos tenham continuida-

de. Para isso é necessária a sua presença. Participe!

b) Alojamentos de Empregados

Muitos de nós não fazemos idéia de como andam as condições dos alojamentos dos porteiros e faxineiros dos prédios do bairro. É uma verdadeira calamidade! Seres humanos vivendo e dormindo em cubículos malcheirosos, à mercê de ratos e baratas que passeiam livremente pelos seus aposentos.

A AMAL já tem um esquema montado para, periodicamente, visitar os prédios para constatar essas irregularidades, entrando em contato com seus síndicos para tentar sanar esse problema.

c) Hospitais

Apesar de ser um bairro tido como elitista, Laranjeiras tem um grande contingente de pessoas carentes que não podem arcar com ônus hospitalares. A Diretoria de Assuntos Comunitários já tem um esquema para visitar o Hospital de Cardiologia de Laranjeiras, o SESI — Serviço Social da Indústria (Rua Ipiranga) e as Pioneiras Sociais, com a finalidade de expor planos aos seus dirigentes para um atendimento amplo a essas pessoas carentes.

MORADOR:

NÓS TEMOS VONTADE E GARRA PARA FAZER, MAS PRECISAMOS DA SUA ADESÃO. PARTICIPE!

Isione Appel Concli (285-7225)
Danilo Porciúncula (245-5321)

EM LARANJEIRAS
S.O.S. MÃES

ESCOLINHA DE ARTES, ARTES
PLÁSTICAS, LITERATURA
INFANTIL, MÚSICA, CARINHO,
DEDICAÇÃO, ESPAÇO E MUITO VERDE
CRIANÇAS DE 3 A 10 ANOS
INÍCIO EM AGOSTO
MARQUE UMA ENTREVISTA
TEL.: 225-6465



Academia Julio Veloso

GINÁSTICA • MUSCULAÇÃO • JIU-JITSU
VÔLEI • NATAÇÃO • NATAÇÃO PARA BEBÊ
BALLET INFANTIL • JAZZ • TAI-CHI-CHUAN

GINÁSTICA PARA SENHORAS
DEPILAÇÃO E MANICURE

RUA DAS LARANJEIRAS, 536 — TEL.: 285-2845



Já se vão seis anos da fundação da AMAL. Foi numa memorável noite chuvosa de 30 de outubro de 1979, no auditório do Colégio da Providência, que realizou-se a primeira assembléia geral, com a presença de 217 moradores. Nesse dia foi aprovado o Estatuto da Associação e nomeada a primeira Diretoria Executiva com mandato transitório de seis meses. Ainda apresentaram-se os voluntários para representarem as ruas em que moravam e com eles formou-se o embrião do Conselho de Representantes (órgão deliberativo). Na assembléia de 5 de março de 1980 foi eleita a diretoria deste Conselho, formada por Nilo Bernardes (presidente), Marlene Barros da Fonseca (1.º Vice-Presidente), Jacques Gruman (2.º Vice-Presidente), Maria Elena Ratto (Secretária), Marcos Moura (Subsecretário). Infelizmente, o Conselho de Representantes não vingou.

O trabalho inicial foi intenso mas com sabor de novidade. O primeiro número da *Folha da Laranjeira* — março de 1980 — indicava que tínhamos 465 sócios. Ao término da primeira gestão (abril/80), a Associação teve como receita Cr\$ 116.061,00 e gastos de Cr\$ 109.906,54, deixando o saldo positivo de Cr\$ 6.154,46. Que incrível, parecia-nos uma vultosa quantia!

Caminhamos com acertos e erros, mas sempre com o objetivo de, em conjunto, defendermos e construirmos melhores condições de vida e qualidade do espaço vivenciado no querido bairro de Laranjeiras.

Tivemos compondo as diretorias (já estamos na 7.ª) 63 associados, alguns permanecendo por duas e até quatro gestões, em cargos diferentes.

São 39 homens e 24 mulheres que, acreditando no movimento associativo, se dedicam e constroem a liderança da AMAL.

Dentre as 51 ruas do Bairro, 19 já forneceram moradores para a Diretoria, assim distribuídas:

— Glicério (13), Laranjeiras (8), Pereira da Silva (8), Pinheiro Machado (6), Ribeiro de Almeida (4), Soares Cabral (4), Cristóvão Barcelos (3), Mário Portela (2), Cardoso Júnior (2), Gago Coutinho (2), Presidente Carlos de Campos (2), Moura Brasil (2), Leite Leal (1), Belisário Távora (1), Coelho Neto (1), Álvaro Chaves (1), Estelita Lins (1), Ipiranga (1) e São Salvador (1).

Passaram pelos diversos cargos da Diretoria estes 63 filiados da AMAL, assim distribuídos:

— **Presidência:** Nireu Oliveira Cavalcanti, Ruy Milidui, Luiz Kaufman, Cândido Fernando Espinheira da Costa Filho,

Regina de Paula Santos Prado e Ney Helou.

— **1.º Vice-Presidente:** Daisy Alvim Gonaçalves, Leda Fraguito, Luiz Kaufman, Nilton Souza.

— **2.º Vice-Presidente:** Pedro Moreira Alves de Brito, Suzana Barros, Ruy Luiz Milidui, Nilton de Souza, Mario José Carneiro Silva, Magali de M. R. Costa, Paulo R. Fonseca.

— **Secretaria-Geral:** Iris de Castro Reis, Ruy Luiz Milidui, Nilza Carneiro da Cunha Ventura, Anna Victoria de Toledo Barros, Antonio Sergio P. Barreto, Sandra M. S. Neiva Moreira.

— **1.ª Secretária:** Jesus Gomes de Oliveira, Anna Victoria de Toledo Barros, Angela Schwartz, Lucia Maria Chaine, Maria Márcia Trigueiro Mendes, Marília Coelho Martins.

— **Tesouraria Geral:** José Carlos de Araújo, Luiz Kaufman, Roberto Mendes (substituído por Ronaldo Cesar M. Persiano), Rui Cerqueira Silva, Jonathas Botelho Cavalcanti de Albuquerque, José Luiz da Silva, Alberto Jorge F. da Motta.

— **1.º Tesoureiro:** Alberto Jorge Freitas da Motta, Nelson Ribeiro Mendes, Tânia Rodrigues, Jonathas B. C. Albuquerque, José Luiz da Silva, Maria Luiza B. S. Lins, Claudio Portch.

— **Divulgação:** Luiz Carlos Carvalho, Alfonso Alcázar, Querlon Lisboa, Ney Helou, Antonio A. Leão Chagas, Maurício M. Rodrigues.

— **Ação Comunitária:** Isione Appel Concli, Armando Nogueira, Cândido F. E. da Costa Filho, Wanda Thereza Capper, Vera dos Santos Peixoto, Kátia Mascarenhas.

— **Urbanismo e Patrimônio:** Olga Verzowski, Lysia Bernardes, Nireu O. Cavalcanti, Cid Matheus, Fábio Celso Guimarães (substituído por Mauro Cesar de O. Santos), Ernani Simões Correa.

— **Cultura e Lazer:** Isabel Maria da Costa Pinto, Leda Fraguito, Regina de Paula Santos Prado.

Em assembléia do dia 25-5-83, a Diretoria de Cultura e Lazer foi desdobrada em: Cultura, Lazer e Esportes, sendo criado também o Conselho Fiscal.

— **Cultura:** Clemente Augusto Souza Tanajura, Francisco Mendes.

— **Lazer:** Icléa Escobar Gavião, Pedro Magalhães.

— **Esporte:** Boris Gheventer, Francisco José Queiroz Freire, Antonio Mauricio Figueiredo.

— **Conselho Fiscal:** Francisco Mendes, José Luiz Vieira Lacerda, Ney Helou, Moacir Reis, Nilo Bernardes, Berilo de Menezes.

Nireu Cavalcanti

PMs EM DESTAQUE

Do Comando do 13.º Batalhão de Polícia Militar recebemos a relação dos policiais militares que mais se destacaram durante o mês de agosto/85, com um resumo das principais ocorrências de que participaram:

— **PATAMO** — 3.º Sgt. Amaury de Castro Pinto, Cabo Apolinário do Nascimento, Sds. Walter José Lopes e Edson Roberto Dias dos Santos

Dia 1º — Prenderam um elemento que tinha acabado de arrombar um auto na rua Benjamin Constant, no Catete.

Dia 08 — Prenderam um elemento armado no interior do ônibus da linha 176.

Dia 25 — Prenderam um elemento de vulgo "Felipão", que fazia parte de uma quadrilha que praticava assaltos a residências na Tijuca.

Dia 28 — Prenderam um elemento armado na Rua Pinheiro Machado.

Dia 31 — Prenderam um elemento armado no interior do ônibus da linha 407.

— Prenderam, em uma incursão no morro Santo Amaro, um elemento armado que responde a vários processos por roubo.

— **RP** — Cabo Ronaldo Emery Valentini e Sd. Sérgio Castro da Silva

Dia 17 — Encontraram uma criança recém-nascida, abandonada nos Arcos da Lapa e tomaram todas as providências necessárias, agindo de forma a preservar ao máximo a integridade física da criança, dedicando-lhe um carinho todo especial.

— **CABINA 13/3** — Soldados Jaime Veríssimo da Silva, Valdecir de Santana e Gilberto Beloni dos Santos

Dia 17 — Prenderam, no interior do ônibus da linha 464, um elemento que tinha acabado de roubar uma senhora.

— **CSR-06** — Soldados Ronaldo Rodrigues Vale e Jorge Luiz Sales de Souza

Dia 24 — Prenderam um elemento que tinha acabado de cometer

assalto a uma residência na Rua das Laranjeiras.

— **POG** — Soldados Nohilson Campos Evangelista e Indiano Conceição Carvalho

Dia 14 — Prenderam três elementos que tinham assaltado passageiros de um ônibus da linha 433 e saíram em fuga embarcando num táxi, mas foram perseguidos e alcançados.

— **POT** — Soldado José de Souza

Dia 23 — Prendeu dois elementos que tinham acabado de assaltar uma senhora na Rua Estelita Lins, nas Laranjeiras.

**GASTROENTEROLOGIA
HEPATOLOGIA
CLÍNICA MÉDICA**

DINA SORIANO — Médica

PSICOTERAPIA — Adulto/Criança
MONICA SORIANO — Psicóloga

R. Laranjeiras, 21 L. 34
Tel: 222-8177 (marcar hora)

CONVÊNIOS

DIRETORIA DE DIVULGAÇÃO

A COMUNICAÇÃO NOS BAIRROS MUDA A ALDEIA GLOBAL

Não importa o lugar, a sociedade e em que condições o homem se encontra. Perdido na multidão de uma grande cidade ou preso numa cela toda branca, eternamente iluminada, sem cheiro e sem som, ele sempre encontrará um discurso, uma maneira de se comunicar com a sua consciência e talvez manipular a loucura ou deixá-la gostosamente banhar-se em seus neurônios.

Das paredes de uma caverna pré-monolítica ficou a sua arte, o registro do seu momento histórico, o testemunho de quem viveu a primeira caçada, talvez a primeira reflexão da própria existência. E agora, dos terminais computadorizados desenha-se o novo tempo. O homem possui várias maneiras de se comunicar dentro das novas situações surgidas ao seu redor. Em plena megalópole, assistimos à reorganização dos espaços e uma reinteração dos indivíduos. Ressurgem os pequenos feudos, muralhas levantadas com segurança ao redor de luxuosas moradias e completo lazer. Mas a deterioração das condições de vida na grande cidade condiciona a organização dos habitantes através das associações de moradores.

Nessa nova estrutura social a comunicação, essa coisa ainda bem desconhecida, toma novas formas redimensionando a aldeia global macluhiana. Passa a ser importante receber informações de um universo mais próximo. Por isso, o jornal de bairro, quer produzido pela grande imprensa atenta ao fenômeno, quer pelas próprias associações. Mas a mudança não pára aí. Num estágio adiante, surgirão as tvs comunitárias e as rádios de bairro para atenderem os sonhos e as necessidades reais de serviço para esse novo indivíduo.

Luiz Carlos P. Carvalho

JORNAL COMUNITÁRIO

A falta de (ou a má) comunicação é um problema. A mensagem clara e objetiva é a solução. E em nenhum outro setor esta necessidade de comunicação é tão importante quanto numa comunidade.

Em boa hora, a Editora Vozes publica o volume 16 da Coleção FAZER, intitulado Como se faz um jornal comunitário, de grande utilidade para todos os que se interessam pelo assunto.

De maneira agradável (como recomendam que um jornal comunitário deve ser), Ana Arruda Callado e Maria Ignez Duque Estrada ensinam como se faz um bom veículo de comunicação, começando pelo planejamento, passando por todas as fases de editoração e produção gráfica e fechando o livro com uma pequena relação dos erros mais comuns encontrados em livros, jornais e revistas.

Simpaticamente, as autoras exemplificam uma das primeiras decisões a tomar — a escolha do título do jornal — com a Folha da Laranjeira, reproduzindo a capa do exemplar de novembro/84.

Damião Nascimento

DIRETORIA DE ESPORTES

ESBOÇO DE PROGRAMA

A Diretoria de Esportes da AMAL pretende integrar a comunidade de Laranjeiras através das atividades esportivas. A fim de alcançar este objetivo, a Diretoria promoverá a realização de torneios de futebol e voleibol, bem como de outras modalidades de esporte, envolvendo os moradores e amigos do bairro.

As programações serão divulgadas, no mínimo, com 15 dias de antecedência, sendo pensamento da Diretoria efetuar competições entre as ruas e/ou seus representantes. Os amistosos com outras Associações de bairros poderão ser futuramente cogitados.

As atividades desenvolver-se-ão no Pólo, Cardoso e Pereirão ou em outras dependências do bairro, incluindo os clubes (Fluminense, Hebraica e outros), porém, de preferência, no Pólo, local facilmente acessível e de todos conhecido. Ademais, no que diz respeito à comunidade, o Pólo exerce a maior atração.

É importante, contudo, preparar o Pólo, que, infelizmente, apresenta precárias condições de limpeza, conservação e necessita de alguns reparos, sendo o mais urgente, a melhoria dos pisos do campo de futebol e da quadra de voleibol. Na verdade, o Pólo está praticamente relegado a um plano secundário pela Administração Pública, de modo que sua reativação constituir-se-á no primeiro grande desabafo a ser enfrentado pela atual Diretoria.

Os colegas esportistas estão convidados a comparecer, todos os sábados à tarde, ao Pólo. Tragam suas sugestões e participem das nossas tradicionais "peladas".

Boris Gheventer



PASSEATA PELA PAZ EM LARANJEIRAS

Cerca de 300 pessoas, na sua maioria jovens e crianças, se mobilizaram em torno de um tema que a cada dia vem despertando interesse nas novas gerações: a luta pela paz. Este foi o motivo da passeata realizada em Laranjeiras, no dia 6 de agosto, aproveitando a data que lembra os 40 anos do lançamento da bomba atômica sobre Hiroxima, pelos Estados Unidos.

Nem o sol quente que sugeria uma praia conseguiu desviar os planos dos jovens de realizar a "Passeata pela Paz", organizada pelos alunos da Escola Senador Correia. A manifestação contou com a participação de várias escolas da região — o Centro Educacional Anísio Teixeira, Colégio São Vicente de Paulo e Escola EDEM — e teve o apoio da Assembleia Permanente do Meio Ambiente, AMAL, FAMERJ, entre outras entidades.

Tudo transcorreu dentro do previsto. A concentração se deu às 10.00 horas na praça Ben Gurion e às 12.00 horas a manifestação chegou ao Largo do Machado, onde foi realizado um ato público. Falaram vários ecologistas, dentre eles Carlos Minc, Alfredo Sirkis e Lizst Vieira, que levantou a questão da política antipacifista defendida pela Rússia e pelos Estados Unidos. "Esses países pretendem a paz baseada na corrida armamentista — afirmou Lizst —, o que não podemos apoiar, porque queremos uma outra sociedade, uma outra política, uma outra maneira de viver".

Clara Elisabeth

CASA DO MINHO — O SEU CLUBE DO BAIRRO
CONGRAÇAMENTO DA FAMÍLIA LUSO-BRASILEIRA
TUDO 1.º SÁBADO DO MÊS, ARRAIAL MINHOTO, COM SARDINHA
ASSADA, PÃO, VINHO E CALDO VERDE.

SHOW FOLCLÓRICO E CONJUNTO PARA DANÇAR
SEXTAS-FEIRAS, DE 15 EM 15 DIAS, TOCA DO MINHO
ASSOCIE-SE

RUA COSME VELHO, 60 — TELS.: 225-1820 E 205-4698

CRIANÇA MUNDO Wilson de Jesus Costa

Nunca triste	Tristeza, saudade	Criança-passado
Nunca serena	Alegria, inconstância	Criança-lembrança
Sempre irrequieta	Por todos os lados	Criança-futuro
Aos pulos, aos gritos	Por todos os cantos	Criança-esperança
Criança é criança	Futuro, esperança	Criança-sapeca
Vamos ver mais crianças?	Onde estão as crianças?	Que-bate-com-o-pé
		Criança-verdade
Nunca triste	Pega na cartilha —	Criança-saudade
Nunca serena	João vê a ave	Criança-criança
Do mundo, esperança	Maria a peteca	Esperança, lembrança
Dos homens, lembrança	O o é fechado	Será todo o mundo...
Se muito ela chora	O a é aberto	uma grande criança?
Por tudo sorri	Onde estão as crianças?	



COMO PARTICIPAR DA CONSTITUINTE?

NA HISTÓRIA, O POVO SEMPRE POUCO REPRESENTADO

Se a nova Constituição afetar a vida de todos, dos viventes e dos que ainda vão nascer, dos negros e dos brancos, de desempregados e dos empresários, dos analfabetos e dos letrados, dos operários e dos doutores, nada mais lógico que todos participem ativamente do processo de elaboração. Lógico, mas até hoje, quase nada vivenciado, seja em consequência de impedimentos colocados de fora, pelo Governo, aliado aos interesses das classes dominantes, seja porque fomos — e até hoje somos — vítimas de um preconceito: a Constituição é coisa para juristas e advogados.

Assim, a História Brasileira, com suas oito Constituições — sendo apenas três feitas por Congressos Constituintes — registra uma escassa participação na elaboração de sua *Lei Maior*, aquela que está acima de todas as outras leis, fonte de todos os poderes e direitos, e expressão (ou pelo menos deveria ser) da vontade do povo. Não bastassem a influência estrangeira e o formalismo, características encontradas em todas as Constituições brasileiras, a presença de correntes populares nunca foi decisiva nas Constituintes do País.

VAMOS REVERTER A SITUAÇÃO

É inconcebível que aquilo que nos diz absolutamente respeito como nossas garantias individuais, nossos direitos sociais, o tipo de governo que queremos para o país, a autonomia do município em que vivemos, o direcionamento de nossa economia e os projetos sociais, tudo isso seja uma matéria sobre a qual não tenhamos nada a dizer ou não saibamos nos pronunciar.

É igualmente inconcebível que onde já exista um princípio de organização como as paróquias, as associações de moradores, os centros de arte e de pesquisa, nos clubes sociais e de serviço não desponte uma consciência dessa responsabilidade e oportunidade histórica de, nós todos, enquanto cidadãos, nos constituirmos e nos mobilizarmos para influir no perfil da democracia que será talhada na próxima Constituição.

Claro que não temos a ilusão de que somente com a feitura de uma nova Carta Magna todos os problemas sociais, políticos e econômicos serão magicamente por ela solucionados, mesmo porque ela será um reflexo de interesses contrários oriundos de classes sociais diferentes.

A Constituinte representa, no entanto, um espaço importante para avançar em direção às conquistas que queremos: tanto para consolidar os direitos já adquiridos na prática, quanto para alcançar direitos cuja conquista ainda depende da organização da sociedade, como o direito ao transporte, à moradia, à efetiva oportunidade à educação garantida por uma dotação orçamentária justa, à informação, ao acesso à justiça e a uma maior participação.

Por isso é importante a luta no plano institucional, a luta pela Constituinte, para assegurarmos melhorias no plano social e a sua consagração na Lei Maior do País. Se elas

forem formuladas e aprovadas a lei será, nesse caso, um aliado, e não um inimigo a mais a ser enfrentado.

A AMAL, fiel a seu propósito estatutário de batalhar por uma cidadania plena, não poderia ficar à margem deste processo constituinte. Tocando paralelamente todas as reivindicações mais imediatas, nas ruas e do bairro ela se dedicará, com um desdobramento de esforços e o empenho de um bom número de pessoas a importantíssima tarefa de sensibilizar e informar os moradores de Laranjeiras. Além disso, ela procurará criar métodos e meios para que através da formação de grupos de reflexão, assessorados por técnicos amigos, venhamos a produzir um conjunto de sugestões para a Constituinte em torno de temas que dizem mais diretamente respeito a nossa vivência de cidadãos urbanos.

O COMITÊ DE LARANJEIRAS

Desde abril deste ano vimos regularmente nos reunindo, lendo, estudando, debatendo idéias, acalentando e arregando as mangas para torná-los realidade.

A AMAL entendeu que era imprescindível batalhar para que fosse criado um Comitê de Bairros, onde entidades sediadas em Laranjeiras e nos bairros vizinhos assumissem a tarefa de engajar, de modo articulado, as pessoas de seu universo físico e social num processo de participação popular na Constituinte.

Em julho, o Comitê nasceu. Poucas entidades dele já fazem parte de maneira efetiva e concreta: o Instituto Superior de Estudos Religiosos (ISER), o Colégio São Vicente de Paulo, o INES, a Casa de Artes de Laranjeiras (CAL), à 16.^a Zona do PDT, a AMA-Cosme Velho, além da AMAL, é claro. Sempre mais pessoas dele têm-se achegado para colaborar no desenvolvimento de um projeto que se estenderá por quase dois anos.

É um fórum aberto de reflexão, debate e programação de ações com reuniões quinzenais, às 20:30 horas sempre às quartas-feiras, na sede da AMAL (Ipiranga, 70).

Você (entidade ou pessoa) pode comparecer sem constrangimento, no momento que quiser. Estamos formando um pequeno "Banco de Subsídios" que a cada dia engorda mais, com novos textos de cartilha, recortes de jornais, livros que conseguimos através de contatos estabelecidos com comitês de outros estados da federação.

Pretendemos formar monitores para desenvolver debates nas ruas ou escolas que solicitarem, contando com o apoio de um audiovisual sobre Constituinte e Constituição, elaborado pelo IBASE.

Além de darmos continuidade a um Ciclo de Palestras já iniciado, no momento presente temos nossos esforços voltados para exercer pressão junto ao Congresso, no sentido de modificar o "Ato Convocatório" do Presidente Sarney reivindicando entre outros:

- A convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte Livre, Soberana e exclusiva, e não de um Congresso com poderes constituintes.
- A participação popular no processo e, para tanto, a criação de Comissões Municipais Consultivas.
- A revogação do "lixo autoritário" que impede essa participação.
- Normas disciplinares visando coibir o poder econômico na eleição dos constituintes.

Vamos juntar nossas forças, nossos sonhos e a partir do Bairro onde moramos, dizer o que pensamos, o que queremos para nossa sociedade e país.

Informações com DAISY — 245-2935
REGINA — 205-6171

SOARES CABRAL PROTESTA

Os moradores da Soares Cabral organizaram uma passeata de protesto contra o projeto de se construir mais um espigão em Laranjeiras. Acompanhados pela bate-

ria do "Pereirão", todos cantavam o samba feito comunitariamente, intitulado "Samba do Protesto": "Querem construir um espigão/ na rua Soares Cabral/ Nós não temos área verde/ Nosso bairro é infernal/ Eles querem destruir o nosso espaço/ Eles querem destruir o nosso lar/ Eles querem é dinheiro/ Precisamos pro-

testar./ Depois de construído o espigão/ Não adianta chorar./ Ai já será tarde/ Vamos todos protestar".

Aproveitando a data (Dia da Árvore), uma muda foi plantada por uma criança, símbolo de vida e esperança. (p. 16)

Damião Nascimento



Coisas da Terra

PROMOÇÃO COMUNITÁRIA!

BONIFICAÇÃO

Distribuidora de Produtos Hortifrutigranjeiros Ltda.

CONTEÚDO	QUANTIDADES			
VERDURAS				
Agnão	2			2
Alface		2	2	
Bertalha	2	2		
Chicória	2		2	
Couve				2
Espinafre			2	
Repolho		1		1
LEGUMES				
Abóbora	1k		1k	
Abobnnha		1k		
Aipim	1k		1k	
Batata-Doce		1k		1k
Batata Média	1k	1k	1k	1k
Benngela		1k		
Beterraba			0,5k	
Cenoura	1k		1k	1k
Chuchu	1k	1k		1k
Jiló				0,5k
Pepino		0,5k		
Pimentão	0,5k		0,5k	
Quiabo			1k	
Tomate p/Salada	1k	1k	1k	1k
Vagem Manteiga	0,5k			0,5k
Inhame		1k		1k
FRUTAS				
Abacaxi		1k		1k
Banana Prata	1dz	1dz	1dz	1dz
Laranja-Pêra	1dz	1dz	1dz	1dz
Maçã Argentina		5		5
Mamão Baiano	1		1	
Mamão Awaí		2		2
Manga		6		6
Melão Pequeno	1		1	
OUTRAS				
Cebola	0,5k		0,5k	
Cheiro-Verde	1	1	1	1
Ovo Branco "A"	1dz		1dz	

PREÇO POR CESTA = 1 ORTN



OI, PESSOAL! ESTAMOS AQUI APER-
TANDO O CINTO POR VOCÊS. Aaaaai!!!



MERGULHE NESTA CESTA. VOCÊ NÃO
VAI SE ARREPENDER E SUA FAMÍLIA
VAI LHE AGRADECER.

COISAS DA TERRA quita sua trimes-
tralidade.

— Isto significa que a partir do mo-
mento em que você receber sua 1.^a
cesta já é sócio da AMAL com o tri-
mestre quitado, não precisando se
preocupar mais com o pagamento
até o próximo ano.

AT.: Se você já é sócio da AMAL,
COISAS DA TERRA quita o tri-
mestre imediato ao último pago.

Cada cesta foi programada de tal for-
ma que apenas alguns produtos se re-
petem (fixos), procurando-se acima de
tudo satisfazer as necessidades básicas
de uma família de 4 a 5 pessoas duran-
te uma semana. Além dessa preocupa-
ção, outra, talvez a maior será com re-
lação à qualidade dos produtos cons-
tantes em cada cesta.

As cestas serão entregues em sua resi-
dência no horário combinado.
Os pagamentos deverão ser efetuados
contra entrega das mercadorias.
Não cobramos frete nem taxa de ins-
crição.



ALÉM DE TUDO, AINDA ENTREGAMOS
EM SUA RESIDÊNCIA. SEM ACRÉSCI-
MO. O PESSOAL DA COISAS DA TERRA
FICOU BIRUTA. APROVEITE!

Anote neste espaço os dias em que gos-
taria de receber suas cestas. Procure
fazer com que todas as entregas sejam
feitas no mesmo dia da semana, duran-
te 4 semanas seguidas.

Indique as datas em que deseja receber as cestas.

—/—/—, —/—/—, —/—/—, —/—/—

Obs.: Semanas seguidas, sempre nos mesmos dias.

Para participar dessa promoção espe-
cial, basta preencher e enviar a ficha ao
lado para COISAS DA TERRA ou
através do telefone 205-3271 das 7.00
às 20.00 horas de segunda a sábado.

Queiram enviar-me os produtos acima indicados, pelos quais pagarei à
vista no ato da entrega.

Nome: _____

Endereço: _____

Fone: _____



Coisas da Terra

PROMOÇÃO COMUNITÁRIA!

BONIFICAÇÃO

Distribuidora de Produtos Hortifrutigranjeiros Ltda.

CONTEÚDO	QUANTIDADES			
VERDURAS				
Agnão	2			2
Alface		2	2	
Bertalha	2	2		
Chicória	2		2	
Couve				2
Espinafre			2	
Repolho		1		1
LEGUMES				
Abóbora	1k		1k	
Abobnnha		1k		
Aipim	1k		1k	
Batata-Doce		1k		1k
Batata Média	1k	1k	1k	1k
Benngela		1k		
Beterraba			0.5k	
Cenoura	1k		1k	1k
Chuchu	1k	1k		1k
Jiló				0.5k
Pepino		0.5k		
Pimentão	0.5k		0.5k	
Quiabo			1k	
Tomate p/Salada	1k	1k	1k	1k
Vagem Manteiga	0.5k			0.5k
Inhame		1k		1k
FRUTAS				
Abacaxi		1k		1k
Banana Prata	1dz	1dz	1dz	1dz
Laranja-Pêra	1dz	1dz	1dz	1dz
Maçã Argentina		5		5
Mamão Baiano	1		1	
Mamão Awaí		2		2
Manga		6		6
Melão Pequeno	1		1	
OUTRAS				
Cebola	0.5k		0.5k	
Cheiro-Verde	1	1	1	1
Ovo Branco "A"	1dz		1dz	

PREÇO POR CESTA = 1 ORTN



OI, PESSOAL! ESTAMOS AQUI APER-
TANDO O CINTO POR VOCÊS. Aaaaai!!!



MERGULHE NESTA CESTA. VOCÊ NÃO
VAI SE ARREPENDER E SUA FAMÍLIA
VAI LHE AGRADECER.

COISAS DA TERRA quita sua trimes-
tralidade.

— Isto significa que a partir do mo-
mento em que você receber sua 1.^a
cesta já é sócio da AMAL com o tri-
mestre quitado, não precisando se
preocupar mais com o pagamento
até o próximo ano.

AT.: Se você já é sócio da AMAL,
COISAS DA TERRA quita o tri-
mestre imediato ao último pago.

Cada cesta foi programada de tal for-
ma que apenas alguns produtos se re-
petem (fixos), procurando-se acima de
tudo satisfazer as necessidades básicas
de uma família de 4 a 5 pessoas duran-
te uma semana. Além dessa preocupa-
ção, outra, talvez a maior será com re-
lação à qualidade dos produtos cons-
tantes em cada cesta.

As cestas serão entregues em sua resi-
dência no horário combinado.
Os pagamentos deverão ser efetuados
contra entrega das mercadorias.
Não cobramos frete nem taxa de ins-
crição.



ALÉM DE TUDO, AINDA ENTREGAMOS
EM SUA RESIDÊNCIA. SEM ACRÉSCI-
MO. O PESSOAL DA COISAS DA TERRA
FICOU BIRUTA. APROVEITE!

Anote neste espaço os dias em que gos-
taria de receber suas cestas. Procure
fazer com que todas as entregas sejam
feitas no mesmo dia da semana, duran-
te 4 semanas seguidas.

Indique as datas em que deseja receber as cestas.

—/—/—, —/—/—, —/—/—, —/—/—

Obs.: Semanas seguidas, sempre nos mesmos dias.

Para participar dessa promoção espe-
cial, basta preencher e enviar a ficha ao
lado para COISAS DA TERRA ou
através do telefone 205-3271 das 7.00
às 20.00 horas de segunda a sábado.

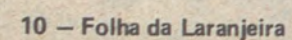
Queiram enviar-me os produtos acima indicados, pelos quais pagarei à
vista no ato da entrega.

Nome: _____

Endereço: _____

Fone: _____

NOSSO BAIRRO • SUAS RUAS



Como Nasceu Nosso Bairro

Ao tempo dos vice-reis e da vinda de D. João VI para o Brasil, o Rio de Janeiro era ainda uma cidade acanhada, embora capital da Colônia. A área urbanizada de pouco ultrapassava o atual centro, mas vários caminhos circundavam o maciço montanhoso ou penetravam pelos vales em seu sopé. Em direção à Zona Sul, a Lapa e a Glória eram o limite da cidade e daí partia o caminho que, entre a montanha e a orla da baía, seguia pelo Catete e levava a Botafogo, Lagoa, Gávea e também à Praia Vermelha.

Desse caminho se bifurcava, no Largo do Machado, o de Laranjeiras, que penetrava pelo vale do rio da Carioca, ou das Caboclas, como então se chamava, enquadrado pelas vertentes do Corcovado, os morros de D. Marta e Mundo Novo, de um lado, e pela encosta sul do esporão de Santa Tereza, de outro. Desse rio, em cujas "aguadas" no século XVI se abasteciam as naus que aportavam na Baía da Guanabara, haviam sido captadas, no alto vale, as águas levadas ao longo do esporão de Santa Tereza, até a cidade velha, pelo aqueduto da Carioca. Outras fontes menores também viriam a ser utilizadas, mais tarde, para o abastecimento do bairro. Os passeios dos nobres da época ao Corcovado, com parada na Bica da Rainha, faziam-se acompanhando esse vale de Laranjeiras. Ao longo do caminho já havia chácaras que nas primeiras décadas do século XIX se tornariam mais numerosas, em uma transição gradual do rural para o urbano. Eram chácaras dotadas de horta e pomar, onde se criavam pequenos animais e, nas cocheiras se cuidavam dos cavalos, indispensáveis como meio de transporte. Muitas, senão a maioria dessas chácaras, não se configuravam como verdadeiras unidades produtoras, pois apenas contribuíam para o abastecimento das próprias famílias e seus muitos agregados.

Essas chácaras serviam de segunda residência para as famílias da burguesia nascente que evitavam permanecer nos sobrados da cidade velha e passaram, paulatinamente, a ser utilizadas como residência permanente.

Ainda no século XIX, muitas delas seriam desmembradas, por vezes entre os membros da mesma família, e outras dariam lugar a novas ruas, a primeira das quais foi a atual Gago Coutinho (rua Carvalho de Sá), aberta em 1834.

CARRUAGENS E BONDES

No decorrer do 2.º Reinado e da grande expansão da economia cafeeira na Província do Rio de Janeiro e áreas vizinhas de Minas Gerais, expandiu-se rapidamente a área urbanizada no baixo vale, próximo ao Largo do Machado e ao caminho de Botafogo, e, também, ao longo do rio da Carioca, pelo eixo da rua das Laranjeiras e da ladeira do Cosme Velho. Essa ocupação de caráter urbano se relaciona também à implantação dos primeiros serviços de transporte coletivo que iria facilitar a mudança de famílias das velhas ruas comerciais para os arrabaldes, em particular aqueles mais próximos, como era o caso de Laranjeiras. Em 1839 inauguram-se as primeiras linhas de ônibus — carruagens públicas, fechadas, que representaram papel importante para essa ocupação do então arrabalde. A linha pioneira, para Botafogo, logo seria seguida por outras e, já em 1942, os ônibus subiam o

caminho de Laranjeiras, tendo chegado a ter 4 viagens pela manhã e outras tantas à tarde. Outros tipos de transporte coletivo — *gôndolas* e *diligências* —, também iriam servir ao bairro nascente e, como os ônibus, só seriam desbancados, nas últimas décadas do século, pelos carris — os populares *bondes*.

Inaugurada em 1868 a primeira linha de bondes, ainda de tração animal, entre a rua Gonçalves Dias e o Largo do Machado logo após seria implantado um ramal para Laranjeiras. Esse ramal foi prolongado, em etapas sucessivas, até as Águas Férreas, a última por concessão de 1883. Em 1894 inaugurava-se a tração elétrica até o Largo do Machado e, em 1896, no ramal de Laranjeiras.

Ao longo da segunda metade do século XIX, portanto, completou-se a ocupação da rua das Laranjeiras, que, acima da rua Ipiranga, acompanhava o traçado do rio da Carioca, como também, mais acima, a ladeira do Cosme Velho e, entroncando nesta, a dos Guararapes. Além da Rua Nova de Laranjeiras, atual Pereira da Silva, que data de 1840, e da Gago Coutinho, já citada, as principais transversais seriam a rua Guanabara — atual Pinheiro Machado — e a Ipiranga. Também datam do 2.º Império a rua Ribeiro de Almeida, então Passos Manuel, a Paissandu, a Coelho Neto (antiga rua do Roso) e o conjunto da Praça São Salvador e adjacências: ruas São Salvador, Senador Corrêa e Esteves Júnior, os terrenos desta dando fundos para o rio da Carioca, o qual passava onde veio a ser construída a Conde de Baependi. Outras ruas tiveram iniciada sua abertura na final do Império, entre elas a Soares Cabral e a Leite Leal, sendo completadas na última década do século, ou nos primeiros anos do século XX. Figuram, igualmente, em plantas da época, a rua Alice e a Cardoso Júnior, ladeiras que, de um lado e outro do vale, serviriam para ligar Laranjeiras ao Rio Comprido e a Botafogo.

A ERA DAS MANSÕES

Na primeira década do século XX, pouco restava, portanto, das grandes chácaras de outrora. Elas haviam sido, quase todas, substituídas por mansões, construídas no último quartel do século, ladeadas de casas (também grandes pelos padrões de hoje), ocupadas pela classe média nascente. De permeio com essas construções, casas mais modestas, de parede-meia — algumas de tipo *chale* — e ruas particulares de "casinhas" de aluguel destinadas a famílias de baixa renda.

O tipo de construção característico desses novos arruamentos seria o das casas assobradadas com porão alto, muitas vezes habitável, tendo sempre presente muita cantaria, nos portais, ombreiras e peitoris das janelas, e, com frequência, balcões de ferro. Também as pequenas lojas comerciais, dispersas no eixo principal e, algumas, em outras ruas — Ipiranga e Paissandu, por exemplo — tinham seus portais de pedra, e, muitas vezes, residência no sobrado.

Aparentava-se também a esse estilo de construção o imponente bloco da Fábrica de Tecidos Aliança, que ocupava o trecho superior da atual rua General Glicério, com aparência análoga às grandes construções residenciais da época.

Dando-se hoje um balanço desse processo de expansão que, em poucas décadas transformou um arrabalde em um bairro, o que foi facilitado pela grande proximidade em relação à cidade e, também, pela implantação dos serviços de transportes coletivos, não se pode deixar de relacioná-lo a outros fatores mais gerais. Dentre esses, sem dúvida, há que referir a grande prosperidade da região cafeeira da qual o Rio de Janeiro era o foco de concentração da riqueza, sobretudo a partir da década de 1860, a prosperidade da cidade, porto, centro financeiro e capital não tendo sido diretamente abalada pelas grandes crises do café das décadas de 80 e 90. Importa também ressaltar que, não havendo àquela época serviço de esgotos sanitários, os vales das bordas do maciço eram os locais de maior salubridade, induzindo-se, com isso, a transferência da burguesia nascente, em particular as famílias de estrangeiros, para os antigos arrabaldes, que longe dos miasmas da cidade velha onde eram freqüentes os surtos epidêmicos, eram dotados de amenidades entre as quais o próprio abastecimento de água mais fácil. Vale lembrar, também, que a influência européia, parisiense, nos modos de vida dessa burguesia nascente se acentuou no último quartel do século, tendo-se passado a condenar o estilo de vida tradicional, nos sobrados da cidade, e a própria concepção arquitetônica do velho núcleo, como o comprovam planos da época — que na primeira década do século XX seriam postos em prática.

SURGEM AS VILAS

Todos esses fatores e outros mais se conjugaram para, em poucas décadas, transformar Laranjeiras em bairro residencial que, já na virada do século tinha um conteúdo social bastante diversificado. Com efeito, se em suas origens Laranjeiras foi arrabalde aristocrático, com a melhoria do sistema de transportes coletivos e a demanda crescente de habitação por população de renda média e baixa, foram se sucedendo os desmembramentos das belas chácaras e, além das casas de classe média, construíam-se, aqui e ali, um "correr de casas" pequenas, de parede-meia, e também "vilas" — ruas particulares de casas modestas — praticamente sem quintal. Como a rua das Laranjeiras, a Ipiranga teria várias dessas vilas e a Soares Cabral, em seu trecho médio, se caracterizaria pelas casas de uma porta e duas janelas, em terrenos de pequena profundidade. Por sua vez, a alta Cardoso Júnior e, em particular, a Vila Aliança abrigariam operários da fábrica de tecidos situada no final da rua do mesmo nome (hoje General Glicério). A construção dessas casas modestas respondia à demanda crescente por moradias de aluguel causada pela aceleração da migração para a cidade e, certamente, deve se ter beneficiado da isenção de impostos aduaneiros assegurada, no final do século, para a importação de materiais de construção destinados a habitações desse tipo que viessem a substituir os cortiços da cidade velha.

Dessa forma, o arrabalde aristocrático que veio a se transformar em bairro de classe média — também abrigaria um contingente relativamente expressivo de população de baixa renda, caixeiros do comércio local e do novo comércio florescente da "cidade", além dos pequenos comerciantes que viviam nos sobrados ou nos fundos de suas lojas.

Lysia Bernardes



RUA DAS LARANJEIRAS, 430
TELS.: 285-1039 e 285-6092 —
ENTREGAS A DOMICÍLIO

- AS MELHORES PIZZAS E MASSAS DA CIDADE
 - SERVIÇO DE RESTAURANTE COM PRATOS VARIADOS
 - CHOPP (BRAHMA) CLARO E ESCURO
 - FEIJOADA ESPECIAL ÀS SEXTAS E SÁBADOS
 - BACALHAU À PARMÊ E À GOMES DE SÁ AOS DOMINGOS
 - ACEITAMOS ENCOMENDAS: TORTAS, DOCES, BISCOITOS E SALGADOS.
- SALÃO COM AR REFRIGERADO

ANUNCIE NA
FOLHA DA LARANJEIRA
TEL.: 265-1025
(ÁLVARO)

entidades do bairro

1



A SAÚDE NO BAIRRO DE LARANJEIRAS

Como não poderia ser diferente do resto da cidade, o nosso bairro também se resente de uma política de saúde pública voltada mais para a prevenção, sem descuidar do complexo sistema de cura das doenças.

Para um bairro com cerca de 50.000 habitantes, é fundamental a ação governamental equipando-o de postos de saúde. Percorremos Laranjeiras e constatamos a existência de cinco entidades voltadas para a saúde: *Hospital de Cardiologia de Laranjeiras, Fundação das Pioneiras Sociais, Maternidade-Escola, Centro Médico Wolf Klabin e Ambulatório São João de Deus.*

Transcrevemos a seguir as informações obtidas de cada entidade.

Hospital de Cardiologia de Laranjeiras (INAMPS)

Situado na Rua das Laranjeiras, 374 desde 1974, funciona parcialmente, em virtude de encontrar-se em obras, que estão prestes a serem concluídas. Voltado para os problemas cardiológicos, o serviço ambulatorial atende a cerca de 650 pacientes por dia. Possui atualmente 52 leitos, mas após o término das obras, com a equipagem necessária e a contratação de mais funcionários, o Hospital terá 400 leitos. O HCL conta atualmente com 600 dedicados funcionários.

Atende aos segurados da Previdência e aos não ligados ao sistema. Mantém um trabalho junto à comunidade carente infantil da circunvizinhança, através de uma equipe coordenada pelos médicos Enzo Batendiere e Maria do Carmo Ribeiro e a assistente social Maria Angélica, num trabalho de prevenção da febre reumática. Este trabalho está sendo realizado em conjunto com a paróquia Cristo Redentor.

Trata-se do único hospital público do Rio especializado em Cardiologia.

No dia 12 de setembro tomou posse o novo diretor, médico Roberto Horcardi Figueira, morador do bairro.

Para maiores informações, ligar para 205-6545 ou 285-4594.

Fundação das Pioneiras Sociais

Serviço gratuito, funcionando na Rua Pereira da Silva, 86, no horário de 7 às 14 horas, de segunda a sexta-feira.

O atendimento é ambulatorial de prevenção de doenças cardiológicas e ginecológicas (inclusive prevenção do câncer de mama). O serviço prestado é de alto nível, bastando telefonar para 205-8146 e falar sobre o seu problema, que será orientado(a) como proceder.

Lembrem-se de que, gratuitamente, qualquer pessoa de 18 anos poderá fazer o *exame preventivo anual* referente à sua situação cardiológica ou ginecológica.

Maternidade-Escola (Universidade Federal do Rio de Janeiro)

Fundada por decreto do Presidente Francisco de Paula Rodrigues Alves (Dec. n.º 5.117 de 18.01.1904), está localizada na Rua das Laranjeiras n.º 180. Presta serviço ambulatorial de pré-natal no horário das 7 às 9 e das 13 às 14 horas, de segunda a sexta-feira, e mantém serviço de prevenção do câncer.

As pacientes que fizerem o pré-natal na Maternidade serão beneficiadas com a garantia de internação grátis para o parto. A paciente terá que dirigir-se à Maternidade, pois a instituição não possui ambulância. Como novidade, oferece atendimento a cliente particular em dois quartos individuais.

O atual diretor é o Professor Carlos Antonio Montenegro.

Telefone para maiores informações: 245-8173.

Centro Médico Wolf Klabin (SESI)

Ambulatório muito bem instalado num prédio de cinco andares na Rua Ipiranga n.º 75, desde 1972.

Funciona de segunda a sexta-feira das 7 às 14 horas, atendendo aos filiados ao SESI e aos conveniados das empresas Furnas, Embratel, Telerj e Cedae.

O ambulatório atende a 500 pessoas por dia em suas 15 modalidades clínicas, além de raios X. Possui laboratório para exames variados, realizando cerca de 18.000 exames por mês. Atende a todo o Rio de Janeiro e cobra o valor simbólico de Cr\$ 2.100 por consulta. Um Serviço Social de Orientação poderá atender, excepcionalmente, o morador do bairro que não pertença a firma conveniada. O Coordenador é o Dr. Miguel Ribeiro de Carvalho.

Telefones para maiores informações: 265-1183 e 285-6298.

Ambulatório São João de Deus (Igreja Católica)

Situa-se na Cardoso Júnior n.º 406, junto a uma capela. É um serviço de pequeno porte, baseado no trabalho voluntário. Profissionais de saúde: se tiverem um pequeno tempo disponível, procurem colaborar com esse Ambulatório.

Fora as entidades citadas, as demais são particulares.

Nireu Cavalcanti



CLÍNICA SANT'ANNA

RUA SOARES CABRAL, N.º 38
TEL.: 265-5545

- CIRURGIA PLÁSTICA
- LIPOASPIRAÇÃO
- ODONTOLOGIA – ORTODONTIA – REABILITAÇÃO ORAL
- CIRURGIA CRÂNIO-MAXILOFACIAL – URGÊNCIA

Dr. ALTAMIRO – Dr. VICENTE – Dr. VINICIUS

PAGAMENTO CREDI-SANT'ANNA

GINÁSTICA – JAZZ – MUSCULAÇÃO – SAUNA
FAÇA TODAS AS MODALIDADES COM APENAS UMA MENSALIDADE

HORÁRIO LIVRE

ACADEMIA SPARTA

RUA IPIRANGA, 67-A – SOBRADO LARANJEIRAS

SYLVIA CHRISTINA ANDRADE LEAL

GINECOLOGIA – OBSTETRÍCIA
2.ª, 4.ª e 6.ª – das 17 às 21 horas

Av. Princesa Isabel, 323 S/203
Copacabana – Tels.: 275-8797
246-4180 – BIP 437

ANUNCIE NA FOLHA
Tel.: 265-1025
(Alvaro)

ESCOLA MUNICIPAL ALBERT SCHEITZER

- Rua General Glicério, 186 - Telefone: 225-1692
- Ensino do 1.º Grau
- Horário: 7:00 às 17:45 horas
- Fundação: 01/07/1966
- Responsável: Prof. Lais Correia de Noronha

ESCOLA ESTADUAL DE 2.º GRAU ALCEU DE AMOROSO LIMA

- Rua General Glicério, 186 - Telefone: 225-1692
- Ensino do 2.º Grau
- Horário: 19:30 às 22:30 horas
- Fundação: 1984
- Responsável: Prof. Bertina

ESCOLA MUNICIPAL JOSÉ DE ALENCAR

- Rua das Laranjeiras, 397 - Telefones: 225-4512 e 265-8836
- Ensino do 1.º Grau
- Horário: 7:00 às 17:30 horas
- Responsável: Profa. Léa de Carvalho Reis

ESCOLA MUNICIPAL ANNA FRANK

- Rua Pinheiro Machado, 190 - Telefone: 225-5250
- Ensino do 1.º Grau (7:00 às 18:00 horas); Supletivo (19:00 às 22:00 horas)
- Horário: 7:00 às 22:00 horas
- Responsável: Profa. Laura Ferreira Porto

COMO UMA CRIANÇA DE 9 ANOS VÊ A AMAL, QUE TEM 6 ANOS

Esta matéria foi escrita por uma criança de 9 anos, Thiago, filho de um membro da Diretoria da AMAL. O texto foi transcrito na íntegra, obedecendo-se até os títulos que ele propôs. Corrigiu-se apenas a grafia. A solução dada por Thiago para a sede decorre certamente de informações que ouviu sobre a ida da AMAL à Prefeitura para tratar de assuntos do Bairro. Até o momento não se tem nada de efetivo neste sentido.

Não se trata de uma matéria encomendada, mas uma colaboração espontânea do Thiago e, por esta razão, a *Folha da Laranjeira* agradece a participação voluntária deste novo "jornalista".

FOLHA DA AMAL

A AMAL é uma associação de moradores que todo ano oferece festas juninas, festas dos dias das crianças e todos os domingos faziam áreas de lazer. Só pretendem ajudar as pessoas e colaborar com a cidade e para isso gastam o seu dinheiro em faixas e passeatas. Claro que a AMAL possui diretores, presidentes e coordena-

INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS (INES) (Rua das Laranjeiras, 232)

- Serviço: Atendimento pedagógico ao deficiente da audição.
- Horário: 7:30 às 21:30 horas.
- Fundação: 26 de setembro de 1857.
- Responsável: Lenida de Olivera Vianna

CLUBES

FLUMINENSE FOOTBALL CLUB

- Data de fundação: 21.7.1902
- Endereço: Rua Álvaro Chaves, 41 - Tel.: 225-7240
- Horário de funcionamento da Secretaria: 8:30 às 12:00 horas e 13:00 às 18:00 horas.
- Atividades sociais e desportivas para sócios e não-sócios.
- Instalações: Ginásio de esportes, piscinas, quadras de tênis, campo de futebol, salões, biblioteca, etc.

HEBRAICA SOCIEDADE CULTURAL ESPORTIVA E RECREATIVA

- Data de fundação: 12.5.1952
- Endereço: Rua das Laranjeiras, 346 - Tels.: 245-8044, 265-8782 e 285-4351
- Horário de funcionamento da Secretaria: 9:00 às 18:00 horas.
- Atividades sociais e desportivas para sócios (todas as atividades desportivas, exceto futebol de campo e tênis de campo).
- Instalações: Ginásio esportivo para 3.000 pessoas, Teatro para 400 pessoas, 2 piscinas, Estacionamento.

dores e para organizar tudo isso é preciso muitas reuniões. Mas infelizmente a AMAL foi tirada de seu lugar que era num porão, mas um porão muito bem cuidado como se fosse uma casa que se chamava sede. Só que esse porão pertencia a um orfanato que precisou do local. Então a AMAL ficou sem a sede. Mas havia uma casa abandonada que ficava na rua Pinheiro Machado. Então a AMAL resolveu se aposar dessa casa e foi falar com o prefeito da cidade que se chama Marcelo Alencar que resolveu dar a casa à AMAL.

A ORGANIZAÇÃO DA AMAL

A AMAL consegue se organizar porque usa a inteligência. Se vocês procurarem com atenção verão que em farmácias de Laranjeiras sempre há um lugar onde se bota cartas. Essas cartas são as que organizam a AMAL. E assim por diante vai superando a barra do governo brasileiro.

E graças a uma máquina eletrônica que a AMAL conseguiu comprar facilitou-a. Porque ela grava todos os recados telefônicos numa fita magnética.

A COLABORAÇÃO DA AMAL

A AMAL colabora com as coisas justas, por exemplo: segurança, trânsito, saúde, etc. E o mais importante é que ela colabora com seus sócios e com todo bairro de Laranjeiras.

MORADOR DE LARANJEIRAS

GRANDE DEBATE COM OS CANDIDATOS

A AMAL, coerente com a sua razão de ser, vem mais uma vez proporcionar à comunidade a oportunidade de exercer a sua cidadania com critério e responsabilidade.

A exemplo do que já foi feito nas eleições de 1982 (para Governador), Laranjeiras será palco de um grande DEBATE PÚBLICO entre os atuais candidatos à Prefeitura de nossa Cidade, quando deverão apresentar seus programas de governo.

A AMAL convidou todos os candidatos, fiel à sua não-vinculação ou apoio a qualquer partido ou candidato.

O evento será divulgado oportunamente. Esteja atento!

UNIVERSO

Há sempre algo a aprender. O Universo incomensurável, de tempos em tempos, galardea-nos com novas forças. Vejamos, por exemplo, a energia atômica. O pequeno planeta Terra caminhava para um impasse: - falta de energia pelo esgotamento de suas reservas conhecidas. Uma situação de calamidade que é a guerra, faz com que o homem se aprofundasse na arte, pouco recomendável, de destruir, aniquilar seu semelhante. Assim nasceu o uso da energia atômica, irmã mais velha da navegação inercial ou espacial, esta com cerca de 10 anos de idade.

Este século é realmente notável, único se o compararmos com os anteriores, embora estes sejam o alicerce indispensável daquele. Quem poderia afirmar, há vários anos passados, que os aviões mais velozes e mais modernos não teriam as tradicionais hélices? Que seu combustível seria o arcaico combustível das lâmpadas, o querosene? São fatos. Estuda, pois, Irmão!... Vislumbrando somente a Via-Lactea, onde gravitam muitos bilhões de astros e sistemas, extasio-me, fico perplexo, ante a grandeza do que poderíamos chamar Deus.

Mas, é várias vezes milenar, na civilização asiática, que é utopia o finito classificar o Infinito. Podemos e devemos, entretanto, analisá-lo, sondá-lo, como Galileu e outros Sábios fizeram e que a ignorância dos homens da época deturpam em nome de Deus.

As religiões para sobreviverem terão que ser uma só. Reporto-me ainda à sabedoria do Oriente, onde se afirma que religião e ciência são sinônimos. Os homens mais cultos serão sempre os orientadores de Tudo. Mesmo sem serem os Chefes ou os mais ricos, terão no seu íntimo o prazer de sua capacidade intelectual. Assim sempre foi e será.

Infelizmente, ou talvez felizmente, uns não podem aprender por outros. É uma estrada que cada indivíduo tem que percorrer por seu modo e por sua vez. Percorrei-a com firmeza, caro irmão.

Gilberto Coda



VAMOS ÀS RUAS?

Por que não?! Já estamos nelas!!!

Não é verdade, pessoal! É duro dizer: mas só estamos nelas de passagem! Passagem para o trabalho, de volta do trabalho, para a escola das crianças, médico, comércio, sempre correndo, tudo voando, mal nos cumprimentamos, nem nos vemos.

A gente não curte a rua. Não se conversa mais com os vizinhos: sobre o outro vizinho, sobre o cachorro do vizinho, política, o buraco da rua, a feira, o desgoverno, o sol de verão, a insegurança, o *black-out*, a reforma agrária, a novela, a fraude no INPS, a novidade no parquinho, o FMI, etc.

Não nos desesperemos! Somos seres sociais. Nos movemos no sentido do coletivo, que enriquece o individual: enriquecimento político, afetivo, existencial, enfim. Nos associamos também contra a frieza, a competição e a guerra das cidades de hoje: afinal, quem não quer ver seus filhos brincando com os amigos, saudáveis, e não isolados ante a televisão ou o futuro?

Precisamos de lutar, porém. Retomar o caminho nas ruas e por ruas. Nas ruas integraremos a comunidade, e por ruas, organizadamente, discutiremos o que interessar, tentaremos soluções para os problemas.

E são tantos! A insegurança, o trânsito, a falta de escola (Pereirão), a tormentosa escavação de uma rocha (Cristóvão Barcelos), a aberrante construção do edifício-pombal (Soares Cabral) que tornará ainda mais insuportável o trânsito no local e bloqueará a reserva florestal, e por aí vai.

Mas muita atenção, tente! Problemas desmobilizam com suas soluções, com as respostas, com o cansaço. Dosemos nossas energias, dividamos nossas tarefas e preocupações, e nos unamos. E para se ter energia para se prosseguir na luta temos de nos encontrar na vida livre, no lazer, no descanso, no papo da esquina: na rua!

Rua espaço livre! Rua referencial para a organização dos moradores!

Devemos ter cada rua, ou setor de ruas, com seu representante, sua comissão. É nossa meta, é proposta estatutária!

Enquanto, contudo, cada setor ou cada rua não escolhe seus representantes, contaremos com a colaboração de vizinhos que nos ajudarão no encaminhamento exigido pelos diversos assuntos que pintarem. (Veja na página central desta edição a relação dos companheiros que agirão como "contatos" entre nossa sede e sua rua, provisoriamente.)

Procure seu vizinho e ajude-o na organização do setor de ruas onde você mora. E depois?

Depois tudo será mais fácil, muito mais gente e muito mais prazer nos encontros da AMAL, nos encontros com os vizinhos, ouvindo

*"em volta dessa mesa velhos e moços lembrando o que já foi,
em volta dessa mesa existem outras falando tão igual
em volta dessas mesas existe a rua vivendo seu normal
em volta dessa rua uma cidade... tão desigual!"*

Pedro Alves de Brito



A Árvore participou da passeata contra o espionagem da Soares Cabral, dia 21 de setembro, como "convidada especial".

CADERNO DE SERVIÇO

A *Folha da Laranjeira* pretende, no mês de dezembro, publicar um caderno de serviço para os moradores do bairro, comércio em geral, autônomos (médicos, dentistas, artesãos, bombeiros, pintores, professores, pedreiros, etc.).

Para que possamos viabilizar este projeto necessitamos de sua opinião, além de saber de seu interesse em nele anunciar. O número de prováveis anunciantes definirá o custo do espaço publicitário. Disque para a sede da AMAL, 205-5941, e deixe seus dados, ou seja: endereço, telefone, nome e profissão para futuro contato.

AMAL/SERVIÇO

AMAL/SERVIÇO é a nossa mais nova criação e diz respeito ao cidadão de Laranjeiras. Não prometemos com ele arranjar emprego para ninguém, nem garantir que conseguiremos lhe arranjar uma empregada, alugar seu telefone, vender seu carro, ou arranjar um projeto de uma casa maravilhosa para você executar. Mas o que pretendemos é reunir todas as necessidades de cada um em nossa sede.

Assim, basta você ligar para 205-5941 ou dar um pulinho na Rua Ipiranga, 70, de segunda a sexta, de 15 às 18 horas e comunicar para a gente o que quer vender, comprar, alugar. Se estiver desempregado, deixe seus dados; se for autônomo, também, para que possamos trocar coisas e serviços entre nós mesmos. É um balcão comunitário que levamos fé possa trazer a todos bons resultados e uma interação mais gostosa e verdadeira.



ESPECIALIZADA EM FAZER GOSTOSURAS

FABRICAÇÃO PRÓPRIA:

TORTAS, DOCES FINOS, BISCOITOS, SALGADINHOS ETC.

Filial: RUA DAS LARANJEIRAS, 76-A — Tels.: 205-2599 e 205-2543

Loja no Centro: GONÇALVES DIAS, 16-C — Tels.: 222-9072 e 232-5890

SERVIÇO DE FESTAS

LUNAR — SERVIÇOS HOSPITALARES LTDA.

- Aluguel de equipamentos hospitalares:
 - camas fowler, colchão d'água, cadeira de rodas, cadeiras higiênicas, etc.
- Oxigenioterapia
- Nebulização domiciliar
- Acompanhantes c/noções de enfermagem
- Remoções locais e interestaduais
- Enfermagem permanente
- Atendimento médico-domiciliar

Rua das Laranjeiras, 336 - grupo 16
Tels.: 225-8534 e 245-0206 (Dia e Noite)

		/	
NOME _____			
CATEGORIA DO ASSOCIADO _____		DATA DE INSCRIÇÃO ____/____/____	
ENDEREÇO _____		TEL.: _____	
PROFISSÃO _____		TEL. DO TRAB. _____	
LOCAL DE TRABALHO _____			
DATA DE NASCIMENTO ____/____/____		NATURALIDADE _____	
ANO QUE VEIO P/ O BAIRRO _____		MORA EM CASA PRÓPRIA? _____	
ASSINATURA _____			

1. COMO VOCÊ TOMOU CONHECIMENTO DA AMAL?

- | | |
|---|--|
| ☐ Através de parentes/amigos/conhecidos | ☐ Viu faixas nas ruas |
| ☐ Áreas de lazer | ☐ Jornal |
| ☐ Folhetos | ☐ Cartazes |
| ☐ Através da grande imprensa (TV, Rádio, Jornal, etc.) | |
| ☐ Outro meio. Qual? _____ | |

2. VOCÊ GOSTARIA DE COLABORAR NAS ATIVIDADES DA AMAL?

- ☐ Não.
- ☐ Sim. De que modo?
- ☐ Departamento de Divulgação (feitura/colocação de faixas, cartazes, folhetos, etc.)
 - ☐ Departamento de Esportes (organização de provas, torneios, jogos)
 - ☐ Departamento de Urbanismo e Patrimônio (problemas de trânsito, estacionamento. Levantamento do Patrimônio do Bairro. Cuidados com arborização, praças, parques. Equipamentos urbanos)
 - ☐ Departamento de Cultura (Projeto Viva a Imagem. Cineclube. História do Bairro. Artesanato. Coral. Banda)
 - ☐ Secretaria (Acompanhamento de processos. Plantão. Datilografia)
 - ☐ Comissão de Rua
 - ☐ Departamento de Ação Comunitária (Grupo de saúde. Segurança. Escolas. Representação nos Conselhos)
 - ☐ Departamento de Lazer (Organização de áreas de lazer, festas)

VEJA, NO VERSO, OS LOCAIS DE ENTREGA DESTE QUESTIONÁRIO

DEVOLVA SEU QUESTIONÁRIO
PELO CORREIO (AMAL — Rua
Ipiranga, 70 — CEP 22.231 — Rio
de Janeiro — RJ) OU ENTREGUE
NUM DOS SEGUINTE LOCAIS:

— CONFEITARIA ITAJAÍ (R. Laranjeiras)
— DISTAC (Rua Laranjeiras)
— NOVA ARGUELLES (Glicério)

— FARMÁCIA GLICÉRIO
— PAPELARIA RAINHA DE LARANJEIRAS
— COISAS DA TERRA (Pinheiro Machado)
— EMFOCO (R. Laranjeiras)
— BANCA DE JORNAIS DA PEREIRA DA SILVA
— FARMÁCIA SÃO JOSÉ
— CAROS AMIGOS (Gen. Glicério)

A. VOCÊ COSTUMA LER A FOLHA DA LARANJEIRA?

- ☐ Sim, todos os meses
☐ Sim, de vez em quando
☐ Não, esta é a primeira vez

B. COMO A FOLHA DA LARANJEIRA CHEGA ÀS SUAS MÃOS?

- ☐ Recebe em casa/Sócio da AMAL
☐ Apanha em banca de jornal. Qual? _____
☐ Apanha em loja comercial. Qual? _____
☐ Lê emprestado
☐ Nunca leu, esta é a primeira vez

C. DE QUE VOCÊ GOSTA NA FOLHA DA LARANJEIRA? _____

D. DE QUE VOCÊ NÃO GOSTA NA FOLHA DA LARANJEIRA? _____

E. QUE OUTROS ASSUNTOS DEVEM SER TRATADOS PELA FOLHA DA LARANJEIRA? _____

F. VOCÊ GOSTARIA DE COLABORAR COM A FOLHA DA LARANJEIRA?

- ☐ Não
☐ Sim. Como? ☐ Fotógrafo ☐ Redator ☐ Repórter
☐ Diagramador ☐ Ilustrador ☐ Datilógrafo
☐ Outra atividade. Qual? _____



SEMANA SANTA ÚRSULA

1985 - ANO JUBILAR

21 a 25 de outubro

O ano de 1985 é particularmente significativo para a Universidade Santa Úrsula porque estamos participando das comemorações dos 450 anos da Ordem de Santa Úrsula, primordialmente dedicada, desde a sua fundação, ao trabalho de educação da juventude. A obra educacional ursulina existe no Brasil desde 1735 e, no Rio de Janeiro, a partir de 1939, quando foi estabelecido o Instituto Santa Úrsula a que sucedeu a nossa Universidade, reconhecida em 1975.

A USU se há de compreender, pois, como um processo, com passado, presente e futuro, e uma cultura cujos sentidos, valores e padrões a fazem crescer e se transformar no tempo, fiel à própria identidade. Identidade enraizada num carisma fundacional que evolui no decorrer da história, sempre expressando, porém, elementos que lhe são essenciais: a vocação apostólica orientada para a Educação; o espírito de serviço; a procura de respostas concretas às necessidades de cada época.

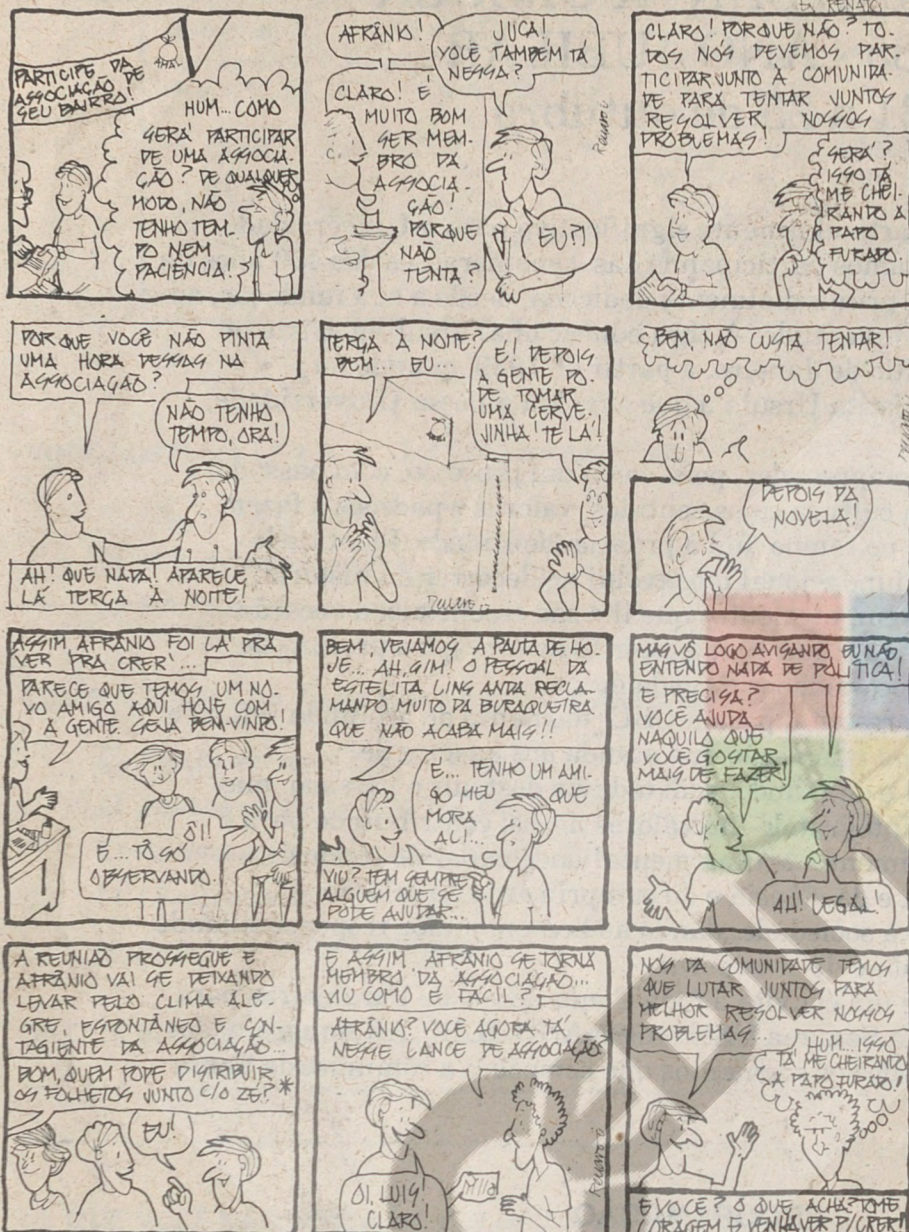
O Ano Jubilar representa, para a USU, momento de profunda reflexão sobre os caminhos de uma renovação que atenda aos anseios de transformação do Brasil e do mundo, sem todavia destruir o passado, mas construindo sobre ele e integrando-lhe valores novos; contribuindo para o surgimento e desenvolvimento de uma mentalidade capaz de conduzir à humanização da cultura e da ciência e ao cumprimento da missão universitária de serviço à sociedade, dando ao homem maior responsabilidade de se assumir plenamente e de se superar.

Esta mensagem é um convite à toda Comunidade de Laranjeiras para participar dos eventos da Semana USU - 1985 ANO JUBILAR, programados por representantes de todos os segmentos que compõem a comunidade Santa Úrsula.

PROGRAMAÇÃO

21/10 16:00h Conferência: D. Helder Camara <i>A Contribuição da Juventude para a Renovação da Sociedade</i> Local: Auditório da USU 17:00h Inauguração da Exposição "<i>Os Caminhos de Santa Úrsula e os Legados de Santa Ângela</i>" Local: Hall do Prédio I 18:00h Ação de Graças - Celebração da Eucaristia Oficiada por Excia. Revma. D. Helder Camara Local: Escadaria do Prédio I 19:00h Concerto da Orquestra Sinfônica da Escola de Música UFRJ Local: Escadaria do Prédio I	11:00h "Abrindo Caminhos" Inaugurações: — Passarela 6 — 5 — Espaço Ano Jubilar - Exposição do Centro de Arquitetura e Artes — Laboratório de Nutrição — C.A de Ciências Biológicas 19:00h Abertura da Exposição: "Bach - Cantata 400 Anos" Local: Hall - Auditório USU 19:30h Concerto Coral USU Regência: Maestro M. Bussiki Local: Auditório USU	Oficina de Música Oficina de Literatura Local: Auditório da USU 24/10 9:00h II Olimpíada USU Provas Esportivas Local: Ginásio de Esportes da USU 19:00h Através do Espelho - <i>Lewis Carroll</i> Oficina de Teatro - Grupo Serafim Local: Auditório USU
22/10 9:00h Abertura da II Olimpíada USU Banda da Escola Naval Desfile das Equipes Local: Ginásio de Esportes da USU	23/10 9:00h II Olimpíada USU Provas Esportivas Local: Ginásio de Esportes da USU 19:00h Happening Poético Musical	25/10 9:00h II Olimpíada USU Provas Esportivas Local: Ginásio de Esportes da USU 19:00h Concerto de Música Barroca e Renascentista Praetorius Ensemble Local: Auditório da USU

“VER PRA CRER”



* NÃO PENSEM QUE PARTICIPAR DA ASSOCIAÇÃO É GO DISTRIBUIR FOLHETOS POR AI. É MUITO MAIS!!

ANUNCIE NA FOLHA

Tel.: 265-1025
(Alvaro)

Novo endereço da FAMERJ:
Rua Visconde do Rio Branco, 54
Centro - Tel.: 232-5402

COLÉGIO WAKIGAWA

1.º GRAU (5.ª a 8.ª) — SISTEMA DE SUPLÊNCIA, 2 ANOS
IDADE MÍNIMA: 14 ANOS

2.º GRAU — SISTEMA DE CRÉDITO, EM 2 ANOS
NÃO HÁ LIMITE DE IDADE

VESTIBULAR — CESGRANRIO, PUC, ISOLADAS

17 ANOS DE EXPERIÊNCIA

RUA GAGO COUTINHO, 25 — TELEFONE 265-4227



poesia

AGA KHAN

Era um sápatra do Oriente
de degeneradas dinastias ...
Como seus antepassados,
passava os dias
estudando estratégias guerreiras
para mais dilatar o seu vasto império.

Consultava os oráculos taciturnos
sobre os desejos dos seus antepassados
e estes, submissos, vinham do espaço
no gume da espada dos seus hierofantes
predizer no corpo das vítimas
as vitórias que o esperavam ...

Aga Khan era magro, raquítico, enfezado
mas bem aboletado de ambição!
E acalentava o sonho extraordinário
de conquistar terras, mares e povos
onde ainda não botara a mão ...
Desencadeava suas hostes furibundas
Como se um deus cruel desencadeasse um
furacão
arrasava reinos e impérios
onde não mais germinava o pão.

Uns vermes ruins lhe furaram o intestino
e o sonho acalentado desde menino
feneceu ...
E seus pajens, num forno crematório,
incineraram crânio, vísceras e gambitos.
E, vejamos só:
coube toda a sua ambição
numa caixa de palitos ...
Poucos gramas de pó nauseabundo
fizeram tremer e morrer meio mundo.

Antonio da Costa



RUA COSME VELHO, 174. LOJA A
TELS: 265.6045 265.1197

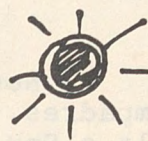
O Frio Quente
traz mais delícias
da boa cozinha
para você

Bom apetite!

A AMAL e todos os que partici-
param da Festa Junina realizada no
Pólo de Esporte e Lazer agradecem
à DISTAC — RUA DAS LARAN-
JEIRAS, 291 — a doação feita à
Associação, o que, sem dúvida, con-
tribuiu para o brilhantismo de mais
este evento, já tradicional na comu-
nidade de Laranjeiras.

ANO 5 N:18*
SETEMBRO 85

VAI



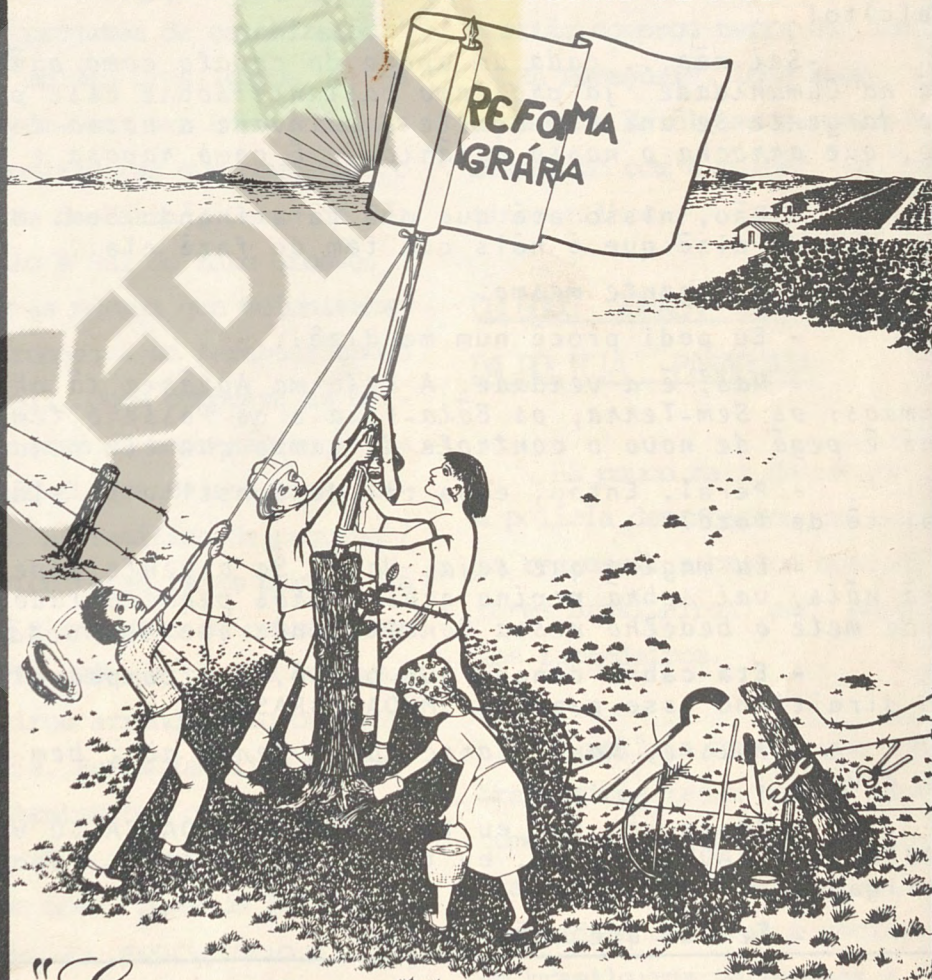
BOLETIM DAS MIGRAÇÕES

VEM

- + NOS TEMPOS DA NOVA "VELHA REPÚBLICA"....02
- + BRASIGUAIOS.....03
- + MIGRAÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL.....06
- + UNIÃO DOS MIGRANTES EM RORAIMA.....08
- + PADRE ITALIANO É EMBOSCADO E MORTO A TIROS EM MATO GROSSO..09
- + POR TRÁS DA... REFORMA AGRÁRIA.....10
- + CONFLITOS DE TERRA EM RONDÔNIA.....12
- + CAVALCANTE.....14
- + JOVENS PREOCUPADOS COM A MIGRAÇÃO.....15
- + ASSASSINATOS NO CAMPO.16
- + ADEUS, Pe. ALBERTO...17
- + NOTÍCIAS.....18
- + NOVAS PUBLICAÇÕES.....20

DIA DO MIGRANTE

25 DE JUNHO DE 1985



"Eu os plantarei em sua terra e não serão mais arrancados da terra que eu lhes dei, disse Deus"

(AMÓS 9,15)

NOS TEMPOS DA NOVA "VELHA REPÚBLICA"...

Neste número do VAI-VEM a abertura fica por conta do reencontro de dois compadres, velhos amigos de longas datas e muitos dedos de prosa: Seu Mané Gandola e Seu Zê Desconfiado.

Mané Gandola, cigarrinho de palha no canto da boca, todo feliz e crente com a chegada da Nova República. E Zê Desconfiado, cabra ativo como quê!, inda não tinha visto nada de novo.

- Cumpadre Zê, quanto tempo! Como foi que passô esse tempo todo, cumpadre?

- A gente tã lutando, nê? A vida tã difíci, mas...

- Mas, agora tudo mudô. Tamos na Nova República, nê? O aperreio vai se acabá de veiz. Cê num viu sua excelença o Presidente fala na televisão?

- Qual o quê, homi. Onde se viu a "fraqueza do Governo" olhã prã nóis al guma veiz? Isso é cunversa prã boi durmi.

- Cumpadre mais ateu! Dessa veiz as coisa melhora mesmo, num sabe? Tão falando em Reforma Agrária pros pobre tudo, e até numa tal de Lei da Constituinte que eles vão dá prã gente...

- Aí é que tã, Mané. Ninguém vai dá nada de graça pro pequeno. A gente é que tem de pelejá mode conseguí os nossos direito. Não podemo é ficã na cunversa desses grandão feito passarinho visgado.

- Mas o mundo é assim mesmo, Zê! A gente devia é agradecê a Deus que os grandes agora ficaram com dô e vão ajudã a gente... Eles até pediram prã nóis um pa(c)to!...

- Sei não... cada um apeia do cavalo como quê, mas põe atenção nisso: nóis lã na Cumunidade jã proseamo bastante sobre esse pacto. E vimo que num tem jeito da gente se uni com aquele que invade a nossa terra, que tira o nosso emprego, que arrocha o nosso salário... É como raposa e galinha - num tem camaradage nunca...

- Bão, nisso até que ocê tã atinando bem. Mas, e essa Reforma Agrária... num vai me dizê que é nóis que tem de fazê ela...

- É a gente mesmo.

- Eu pedi procê num me dizê...

- Mas, é a verdade. A Reforma Agrária tã chegando com a luta dos nossos irmãos: os Sem-Terra, os Boia-Fria e os Possero temos que nem eu... O Governo ' quê é pegã de novo o controle do campo que ele perdeu jã faiz tempo.

- Peraí. Então, essa tal de Constitu-sei-lã-o-quê também é a gente que vai tê de fazê?

- Eu magino que seja, Mané. Se a gente esperã os homi de gravata dá ela prã nóis, vai sobrã pepino grosso pros pequeno tudo. Tã na hora da gente se mexê mode metê o bedelho nessa Constituinte que vai votã as lei da nossa nação.

- Eta cabra danado que ocê é, hem cumpadre? Por mim, eu tava era engolin do direitinho esse papo de MUDA BRASIL.

- Pois é, Mané. Carece de a gente abri bem o olho. Senão vão enrolã nóis de novo.

- Agora é que eu tô vendo: A MUDANÇA SÓ VIRÁ DA PARTICIPAÇÃO DE TODO CABRA TRABALADÔ!!! Puxa, eu tenho que espalhã isso. Intê, cumpadre. E muito obrigado.

- Tem de quê, não. Intê!

EDITADO POR:

CENTRO DE ESTUDOS MIGRATÓRIOS
(Confederação dos CEMs J.B.S)

CENTRO PASTORAL DOS MIGRANTES
(São Bernardo do Campo)

CORRESPONDÊNCIA:

BOLETIM DAS MIGRAÇÕES
Centro de Estudos Migratórios
Caixa Postal 42.756

04299 - São Paulo - SP
Fone: (011) 273.9031

BRASIGUAIOS

BRASILEIROS EXPULSOS

DO PARAGUAI

O Ciclo Migratório do Oeste e Norte do Paraná esteve estreitamente ligado com a duração da colonização nesta região. Depois de colonizada toda essa área e introduzida a mecanização na lavoura, com a concentração das terras nas mãos de latifundiários; as pequenas colônias que existiam dentro das fazendas foram sendo desativadas gradativamente e muitos meeiros, arrendatários e diaristas perderam o direito à terra. Em seu lugar implantaram a monocultura mecanizada e a criação de gado.

Expulsos da terra, esses trabalhadores se deslocaram de região em região. Muitos foram tentar comprar terras mais férteis no Mato Grosso do Sul. O que não foi possível. Outros tiveram como alternativas terras da fronteira paraguaia.

A construção da barragem de Itaipu foi também responsável pelo desalojamento de inúmeras famílias, que não conseguiram comprar terras na região com o dinheiro mingüado recebido da indeniza-

ção. A solução foi tentar comprar terras no Paraguai. Hoje sabe-se que há mais de 400 mil trabalhadores brasileiros no Paraguai, ao longo da fronteira com o Brasil.

Nessa região foram iniciados projetos de colonização nos moldes brasileiros e a mão-de-obra era bem-vinda. As colonizadoras que ocuparam o Norte do Paraná, Oeste de São Paulo e Sul do Mato Grosso, são as mesmas que colonizaram a fronteira do Paraguai com o Brasil. Quem comprava as terras eram os empresários e os grandes fazendeiros brasileiros. As famílias de pequenos agricultores foram para lá com a intensão de conseguirem terra. Boa parte não conseguiu e virou arrendatário ou bóia-fria. Essas famílias faziam contratos com os "donos da terra" por períodos de um a três anos, pagando 20% da produção ao proprietário e 5% ao comissário da polícia paraguaia, como afirma seu Sebastião, mineiro, ainda moço foi trabalhar como arrendatário no Paraná, onde pagava 35% ao patrão: "o feito foi

ir para o Paraguai, onde, segundo a propaganda, havia terra fértil e barata. No Paraguai acabei de me enrolar: era 20% pro fazendeiro, 5% pro comissário, 15 mil de um permesso, 90 mil de uma identidade e 250 mil da Imigrantes". Sebastião comprou terra do IBR, INCRA Paraguaio, logo após o pagamento da última parcela foi despejado com a mulher e os cinco filhos.

COLONOS SOFREM REPRESSÃO DA POLÍCIA PARAGUAIA

Há pouco mais de um ano a polícia desencadeou uma alta repressão sobre os agricultores brasileiros, não porém aos fazendeiros.

A polícia exige que os brasileiros façam toda a documentação definitiva de imigrantes e, por uma questão de identidade cultural e social, os brasileiros se recusam a fazê-la. Para evitá-la fazem um documento chamado de "PERMISSÃO", por três, seis meses e até por um ano. Nesse período, essa exigência foi refor-

çada e o custo dos documentos' elevado. Em consequência disso a maioria das famílias vivem ' ainda de forma clandestina dentro do Paraguai, escondidos da polícia, num regime de confinamento.

A polícia chega nas casas, prende, espanca, tortura e deste modo, as famílias se obrigam a vender até os poucos bens que possuem para pagar a fiança de quem estava preso. Há brasileiros presos, outros desaparecidos e há crimes cometidos que a lei paraguaia sentenciava com a pena de morte. A polícia paraguaia matou brasileiros tão somente por falta de documentação, após longo interrogatório.

Durante esse tempo, um grupo de 300 famílias se juntaram ao movimento dos "SEM TERRA" da região de Mundo Novo e Dourados, ocupando a gleba Santa Idalina, em abril do ano passado.

O sofrimento e a perseguição dentro do Paraguai, foi a semente que fez brotar a organização entre as famílias de brasiguaios. E uma comissão delas foi até Brasília pedir uma solução imediata para a situação em que se encontravam, pedindo, também, terras no Brasil. Nessa época já tinham recebido o "ultimatum" para que deixassem o Paraguai, quem não tivesse a documentação, ou então fazê-la até 31 de maio. Para fazer o documento defini-

tivo de imigrantes era necessário muito dinheiro. Dinheiro que a maioria das famílias não tinha. Pois o tão exigido documento custava, e ainda custa a quantia de 21 mil guaranis por pessoa, em torno de 250 mil cruzeiros. Muitas famílias deviam pagar mais de um milhão de cruzeiros.

Além disso, os arrendamentos estão acabando e os "fazendeiros brasileiros" estão mecanizando suas lavouras e es-

Diante disso tudo, o jeito foi sair e acampar em Mundo Novo, exigir terras férteis no Mato Grosso e o reassentamento todos juntos em módulos de 25 hectares.

Os Brasiguaios estão firmes na decisão de só saírem do acampamento para a terra exigida. O INCRA já está cadastrando pais e filhos maiores de 18 anos, conforme exigências dos brasiguaios, para, deste modo cumprir as exigências.



tão criando gado.

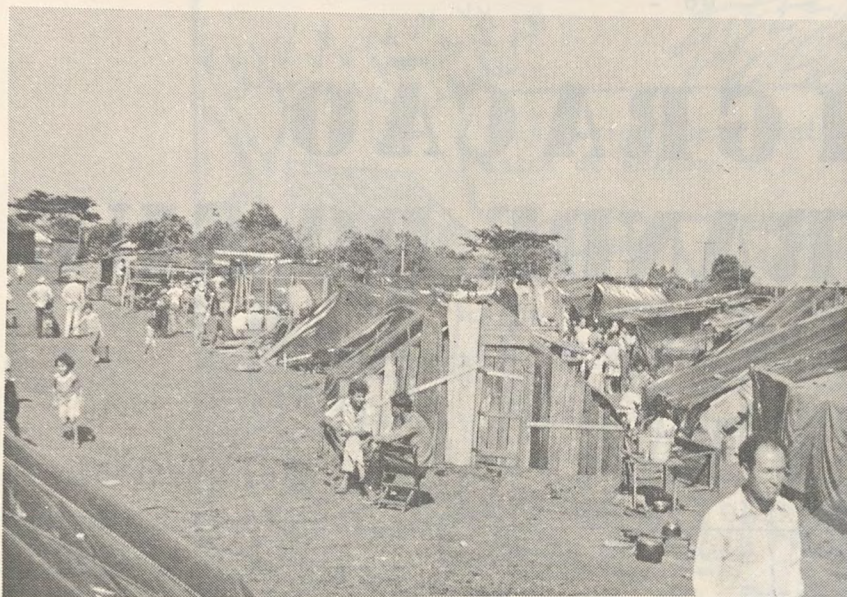
Os que tinham alguma pequena propriedade, na medida que trocava o chefe do IBR (Instituto do Bien Estar Rural), eram obrigados a pagar a terra novamente, com preço atualizado. Há casos de famílias que tiveram que pagar a terra por três vezes e quando terminaram de pagá-la pela 3ª vez, veio a ordem de despejo do juiz, sem poder colher a última safra, já pronta.

SITUAÇÃO NO ACAMPAMENTO

"BRASIGUAIOS, NÃO HAVERÁ

VITÓRIA SEM LUTA".

Este é o grito dos acampados em Mundo Novo, escrito numa faixa na entrada do acampamento, mais acima, está a bandeira do Brasil.



Ali estão abrigadas' mais de sete mil pessoas, sem as mínimas condições de saneamento básico, assistência médica e hospitalar suficiente e, sobretudo, sem comida para todos.

Eles solicitaram ajuda' ao Governo Estadual e Federal mas até meados de julho deste ano, essa ajuda não havia chegado. A Prefeitura local esta

va fornecendo sopa duas vezes' ao dia, para um total de 1500 crianças e mais de 100 gestantes.

A falta de comida já tinha começado a provocar nas crianças doenças. Constatou-se um surto de sarna. Havia mais de 300 pessoas com Leshmaniose; havia casos de infecção intestinal, sem falar em diarreia e inanição nas crianças subnutri

das.

A maioria das famílias' são pobres, sem as mínimas condições de uma vida digna de pessoas humanas. Há no acampamento mais de 2500 crianças' com menos de 12 anos de idade' e mais de 500 delas com menos' de 2 anos. Há em torno de 200 mulheres gestantes e mais 100 acima de 5 meses de gravidez.' Eram esperadas para o fim do mês mais de 3 mil famílias no acampamento. Não chegou a atingir esse número previsto, mas já são mais de 2 mil famílias, segundo a comissão de brasiguaios que orienta os trabalhos' no acampamento.

O acampamento começou no dia 14 de junho e chegam em média 20 famílias por dia. A situação dos brasiguaios era desumana dentro do Paraguai e será pior, se o governo não tomar providências. Eles também' reclamam a falta de apoio das Entidades de defesa dos direitos humanos e da própria Igreja local, que até então tinha' se omitido. O que está marcado em cada brasiguai é a esperança de ter um pedaço de terra,' onde possa trabalhar e produzir o próprio pão: "A minha esperança aqui é a que todos os meus companheiros têm. Essa esperança que eu tenho é a herança que Deus Pai deixou para nós: é a herança de um pedaço de terra. Quando fez tudo isso aqui, Ele fez pra tudo nós e agora chegou a hora dessa nossa herança", conclui Sebastião acampado de Mundo Novo.

MIGRAÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL

PESQUISA REVELA SITUAÇÃO DO MIGRANTE EM BENTO GONÇALVES

Bento Gonçalves e Caxias do Sul são dois importantes municípios industriais do Rio Grande do Sul. Com a industrialização ocorre a entrada permanente de migrantes, provenientes, em geral, da zona rural dos municípios circunvizinhos.

Com o objetivo de conhecer melhor a realidade do migrante, o Colégio Nossa Senhora Medianeira promoveu uma pesquisa com 425 famílias migrantes em Bento Gonçalves.

A pesquisa revelou que a maior parte dos migrantes - 22% - situa-se na faixa de 26 a 30 anos. Embora a maior parte deles - 64% tenham migrado apenas uma vez, é importante ressaltar que 25% deles já migraram duas vezes. Conforme pode se visualizar no quadro abaixo, uma parcela significativa dos migrantes se situam na faixa de profissões tidas

como "desqualificadas".

SITUAÇÃO DE TRABALHO

Situação	Nº	%
Desempregados	13	3
Biscateiros	14	3
Aposentados	43	10
Donas de casa	45	11
Faxineiros	84	20
Empregados	226	53
TOTAL	425	100

Em decorrência desta situação de trabalho, a grande maioria dos migrantes estão situados no extrato mais baixo de renda, 77% recebem apenas 1 (um) salário mínimo.

Ao avaliar a sua experiência migratória, 70% dos migrantes entrevistados consideram que ela foi negativa, enquanto 30% consideram positiva.

Os motivos alegados para considerar a migração negativa foram: "a vida não é fácil, saudades, um pouco triste, arrependimento, falta de amigos, chateados, derrotados, cansados da vida,

mal".

Esta avaliação feita pelos próprios migrantes mostra que a migração não é a solução para melhorar de vida. Ao contrário, a migração na maioria das vezes expressa para o trabalhador uma situação de empobrecimento permanente.

MIGRANTES EM REPÚBLICA

Tendo em vista o grande número de Repúblicas de Estudantes existentes em Caxias do Sul e conhecendo a dramática realidade em que vivem estes migrantes, especialmente no que tange a habitação e o emprego, o CENTRO DE ATENDIMENTO AO MIGRANTE está desenvolvendo um trabalho no sentido de formar grupos e lideranças, a fim de que sejam agentes de transformação do fenômeno migratório hoje.

Já foram visitadas aproximadamente 120 repúblicas num total de 615 jovens. Foram feitos quatro encontros com os mesmos, no sentido de conhe-



cimento de si e da realidade que os cercam, das atividades que vem sendo desenvolvidas no Centro de Formação de Lideranças. Este trabalho é de suma importância, pois o migrante de República carece de um atendimento adequado sobretudo por parte da família e da Sociedade, como podemos constatar pelos depoimentos:

"Toda a pessoa que vem para cá precisa de muita força de vontade, principalmente os que querem trabalhar e estudar. Os que não têm experiência não é conveniente que venham. Há muitas dificuldades de fazer amizades. O pessoal é interesseiro, fechado e egoísta..."

"Quem tem condições de ficar, fique, pois é di-

fícil achar emprego. O dinheiro que se esperava ganhar não se ganha. A gente não tá acostumado a ser mandado por chefes. A gente não se governa mais. Amigos! A gente não conhece ninguém..."

"Personalmente para mim el Centro de Migrante lo comparo con el oasis de agua fresca y cristalina en medio del ardiente desierto."

As principais atividades desenvolvidas são:

- visitas aos migrantes em Repúblicas;
- organização de pastas e fichários;
- aplicação de ficha de cadastramento aos migrantes em República não identificados;
- reuniões com os mi-

grantes em Repúblicas visitadas;

- organização de grupos de jovens migrantes;

- elaboração de textos, mensagens e estudos comparativos;

- sessões de estudo sobre: sindicato, os jovens e a política, os jovens e o meio urbano, o jovem e a Igreja;

- reuniões e encontros para organizar grupos de atuação;

- reuniões comemorativas;

- elaboração do programa de reuniões; elaboração de mensagens, textos e outros;

- divulgação do trabalho realizado através do Boletim,

- Avaliação periódica e final com perspectivas' do ano de 1986.

UNIÃO DOS MIGRANTES EM RORAIMA

Animadores de comunidades, homens e mulheres, estivemos reunidos nos dias 27, 28, 29 e 30 de dezembro de 1984, para juntos fazer a revisão da nossa caminhada, avaliar a nossa prática, estudar e planejar o ano de 1985. Aqui somos todos MIGRANTES, de vários estados do Brasil. A Assembléia contou com 31 pessoas de 14 estados diferentes: - Amazonas, Piauí, Maranhão, Paraná, Minas Gerais, Bahia, Goiás, Mato Grosso do Sul, Espírito Santo, Pará, São Paulo, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Rio Grande do Sul. Mais uma vez fizemos uma Assembléia Nacional bem representada.

No primeiro dia fomos "assuntar" o que mudou em nossas comunidades. Vimos que as comunidades que querem viver o PROJETO DE DEUS, enfrentam muitos problemas. As mudanças são quase impostas pelos que tem o "projeto do faraó".

O problema mais grave é a interferência da gente do "Faraó" (ASTER - INCRA - GOVERNO - BANCO - COMERCIANTES e POLITIQUEIROS) na organização das comunidades. Até na hora do culto elas querem se intrometer. Houve eleições para vereadores em seis novos municípios e os politiqueiros fizeram tudo para comprar os dirigentes e fazer deles cabos eleitorais. As falsas promessas dos vários partidos tentou criar a divisão nas comunidades. Trouxeram a confusão, mas não conseguiram dividir as lideranças.

Tão grave como a interferência dos falsos políticos é a tentativa dos

órgãos do Faraó, de imitar a organização do povo das comunidades. Tem o mesmo rótulo, mas o conteúdo é falso. Temos de ter cuidado com as imitações. É coisa do diabo o que a ASTER anda fazendo nas comunidades. Clube de Mães, mutirões, grupos de jovens só para desmantelar as comunidades cristãs. Eles marcam reuniões no horário da celebração, usando o povo das comunidades que não estão bem conscientes.

NOSSA PROFISSÃO DE FÉ E COMPROMISSO NA LUTA PELO PROJETO DE DEUS.

Nós queremos nos comprometer com o Deus de nossos pais, de Abraão, Isaac, Jacó, dos Profetas, de Maria, de Jesus Cristo e queremos seguir um só caminho que é o PROJETO DE DEUS.

-Diante das falsas promessas, temos que dar um salto. Temos que avançar. Chega de esperar e pedir. Temos que exigir, reivindicar. Temos certeza que todos estes órgãos são a "Besta Fera" que quer colocar a sua marca em nossas comunidades de fé. Temos que ser decididos.

"Oxalá fosses frio ou quente! Assim, por que és morno, nem frio, nem quente, estou para te vomitar de minha boca".

(Apocalipse, 3,15)

"MIGRANTE ERRANTE"

Migrante que vem
migrante que vai
migrante que entra
migrante que sai
do sul e do norte
provando que é fraco
provando que é forte
Migrante forçado
destino azedo
migrante sem rumo
migrante inocente
ou migrante culpado ?
Migrante empurrado
para oeste além
migrante que volta
que nunca mais vem
migrante sem teto
sem piso, sem futuro
teimoso caminhante
que sina errante
que hoje inseguro.

Migrante que vem
migrante que vai
migrante que entra
migrante que sai
procurando resposta
e nada encontra
migrante ligeiro
da eterna mala pronta
nem se arruma
se desarruma outra vez
e o sistema dizendo
- veja o que você fez

Migrante arrojado
forjando história
sangue e suor
na luta do melhor
descarta o sistema
dilacera correntes
une os braços
que vão sua glória!
Entretanto
migrante não se cansa
carrega consigo
o lume da esperança
a enxada, a foice
a faca, o facão, o arado
que bela indumentária
para trabalhar a terra
embora nela se encerra
que migrante atirado
que vanguarda a Reforma Agrária.

Migrante errante
sem teto e sem piso
sem graça e sem raiz
migrante amante
não perde o sorriso
na espera do seu chão
no chão do seu país!

(Prof. Arnaldo R. Menecózi
Três Lagoas - MS).

Padre italiano é emboscado e morto a tiros em Mato Grosso

Da Reportagem Local

O missionário italiano padre Ezequiel Ramin — que trabalhava na diocese de Ji-Paraná, Rondônia, como auxiliar do bispo d. Antônio Possamai — foi assassinado a tiros, anteontem à tarde, por pistoleiros não identificados, quando voltava da Fazenda Catuaba, município de Aripuanã (MT). Ele acabara de se reunir com cerca de trezentos posseiros, ameaçados de expulsão de suas terras, há vários anos, por fazendeiros do Centro-Sul. O corpo do padre,

crivado de balas, foi recolhido à noite e levado para Ji-Paraná, onde está sendo velado.

Ao tomar conhecimento do assassinato do missionário, o presidente da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e bispo de Chapecó (SC), d. José Gomes, 64, disse ontem que "este fato comprova o que a Igreja vem dizendo: o problema da terra é muito sério e exige um enfrentamento urgente, através de autêntica reforma agrária que garanta terra para os que nela trabalham, terra para os que não a têm".

FOLHA DE S. PAULO Sexta-feira, 26 de julho de 1985

"...OS PODEROSOS DO DINHEIRO NÃO QUEREM DE FORMA NENHUMA REPARTIR COM OS QUE NADA POSSUEM.."

"...NÃO PODEMOS CONFIAR QUE VENHA REFORMA AGRÁRIA JUSTA ENQUANTO ESTES PODEROSOS NÃO FOREM TIRADOS DO PODER MEDIANTE UM VOTO CONSCIENTE DO NOSSO POVO; É PRECISO A GENTE ACREDITAR NA UNIÃO PARA TRANSFORMAR ESTA REALIDADE FORTEMENTE MARCADA PELO PECADO DA INJUSTIÇA."

"Diocese de Ji-Paraná"

Dom Antonio Possamai

As duas horas da madrugada do dia 25, despertava o telefone de Dom Antonio Possamai, com a notícia do atentado ao padre Ezequiel Ramin, de Cacoal RO, acompanhado pelo sindicalista Adílio de Souza.

No dia 24, às 10 horas o Pe. Ezequiel e o senhor Adílio visitavam a Fazenda Catuva, no município de Aripuanã-MT a 70 KM de Ji-Paraná. Trezentas famílias tinham ocupado as terras da fazenda, há 2 anos. Algumas já haviam se retirado da Fazenda, mas ainda restavam outras. O Padre Ezequiel procurava aconselhar as famílias para se retirarem, pois, a situação era perigosa, muitos jacuções ameaçavam do... Os posseiros aceitaram a proposta do padre. O Pe. Ezequiel e o Sr. Adílio saíram para tomar o carro. Andaram alguns metros quando veio uma chuva de balas e chumbos sobre ele e o Sr. Adílio. O Sr. Adílio ainda conseguiu pular fora e se salvar. Pe. Ezequiel também pulou fora gravemente ferido, caiu no chão perto do carro onde foi novamente crivado de balas e chumbo. Este fato denota selvageria e vingança.

No altar preçada na cruz, a camisa ensopada de sangue do P. Ezequiel. Jesus em diversas vezes falava do cálice de sangue. Aos apóstolos disse: "quem não beber do meu cálice, não será meu discípulo" Esta camisa se tornou o "Calice Vivo" do povo de Rondônia. Os movimentos populares buscam sempre um sinal-um símbolo vivo para animar as comunidades...hoje, temos o melhor símbolo de luta, de fé e de esperança, justiça. O corpo foi levado para a Itália, mas ficou o mais sagrado para nós: o seu sangue, o sangue do seu sacrifício. Sua morte nos dá a vida e a força para continuarmos.

POR TRÁS DA...

- 10 -

(alguns itens do Plano Nacional de Reforma Agrária...)

OBJETIVOS	Contribuir para o aumento da oferta de alimentos e de matérias-primas, buscando o atendimento prioritário do mercado interno.	1
	Possibilitar a criação de novos empregos no setor rural, de forma a ampliar o mercado interno e diminuir a sub-utilização da força de trabalho.	2
	Promover a diminuição do êxodo do campo, procurando atenuar a pressão populacional sobre as áreas urbanas e os problemas dela decorridos.	3
ÁREAS (regiões) PRIORITÁRIAS	Regiões críticas que estão exigindo Reforma Agrária, com progressiva eliminação dos latifúndios e minifúndios.	4
	Regiões em estágio mais avançado de desenvolvimento social e econômico em que não ocorram tensões nas estruturas demográficas e agrárias.	5
	Regiões já economicamente ocupadas em que predomine a economia de subsistência, e cujos lavradores e pecuaristas careçam de uma assistência técnica.	6
	Regiões ainda em fase de ocupação econômica carentes de programa de desbravamento, povoamento e colonização de áreas pioneiras.	7

PALAVRAS VAZIAS E MENTIROSAS :

- Assegurar um regime de posse e uso que atenda aos princípios de Justiça Social;
- Oportunidades a todos que na terra quiserem trabalhar;
- Participação democrática;
- Reafirmação, na prática, da função social da terra;
- Estado deve respeitar as formas de posse e uso já existentes.

A Reforma Agrária do governo não passa, no fundo, de uma tentativa de retomar o controle da situação do campo, controle esse perdido por causa do avanço da luta dos trabalhadores - o qual tem como sintoma mais evidente o espantoso aumento dos conflitos no campo. O governo, como se diz, "dá o anel para não ser obrigado a ceder o dedo".

'REFORMA AGRÁRIA'

- 11 -

(... e suas limitações, do ponto de vista dos trabalhadores)

1	O pequeno proprietário sabe que tanto na safra boa como na safra ruim, ele sempre sai perdendo, porque a comercialização do produto é feita por grandes comerciantes, agro-indústrias, etc. Estes intermediários controlam toda a distribuição dos alimentos, visando unicamente garantir seus lucros e não atender às necessidades reais da população.
2	Reforma Agrária para os trabalhadores significa garantir a sobrevivência da família trabalhando em terra própria, não tendo que empregar outros trabalhadores, nem tendo que trabalhar para patrão nenhum, sujeitando-se a salários de fome.
3	Uma simples distribuição de terra não basta. Uma reforma agrária que não modifique as formas de distribuição do crédito, da utilização de máquinas e insumos agrícolas, não possibilitará a fixação definitiva do homem na terra. Ele acabará se tornando um migrante sazonal aquele que sai à procura da safra para conseguir sobreviver, como é o caso de milhares de pequenos agricultores do Vale do Jequitinhonha - MG, que migram durante 6 meses por ano para o corte da cana em São Paulo.
4	Fica evidente que a preocupação de fundo é a expansão da empresa agrícola no campo, como forma dominante de produção. Dessa forma, dá-se prioridade à "terra de negócio", destruindo o projeto dos trabalhadores que é fazer da terra um local onde se trabalha, se vive e onde, enfim, se constrói a fraternidade.
5	?
6	O nordeste, por exemplo, é uma região típica de economia de subsistência; e não é um simples ato de mágica, tipo assistência técnica, que modificará essa estrutura. Comprometido com as classes dominantes, o governo dificilmente terá condições de fazer com que o nordeste deixe de cumprir sua histórica missão: liberação de braços para a indústria, para a grande lavoura, para a construção civil, etc.
7	Nos projetos de colonização implantados no norte do Brasil, os colonos desbravam a mata, matam as cobras, amansam a terra e, logo em seguida, são expulsos por pretensos donos ou por empresas agrícolas e mineradoras que invadem as áreas recentemente desbravadas. No dizer de um colono, "o trabalhador prepara a cama para outro se deitar". No Paraná, por exemplo nas décadas de 40, 50 e 60 o trabalhador "preparou a cama"; e em 70 e 80 os grandes nela foram se deitar. O camponês, como sempre, foi forçado a tocar adiante.

REFORMA AGRÁRIA A PARTIR DOS TRABALHADORES SIGNIFICA:

- * Ocupação de terras vazias ou não utilizadas (Luta dos Sem-Terra)
- * Resistência firme na terra (Luta dos posseiros)
- * Greves por melhores condições de vida e trabalho (Luta dos "bóias-frias")
- * Exigência da demarcação das terras indígenas (Luta dos índios)
- * Buscar direitos e condições para trabalhar a terra (Luta dos pequenos proprietários, arrendatários, parceiros, meeiros, etc.)

REFORMA AGRÁRIA É UMA CONQUISTA DA ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES DO CAMPO E DA CIDADE !!!

CONFLITOS DE TERRA

EM RONDÔNIA

Nós agentes de pastoral e trabalhadores rurais, reunidos na segunda Assembleia regional da Comissão Pastoral da Terra, estudando e analisando a questão do campo em Rondônia, vimos levar ao conhecimento da opinião pública, os grandes problemas que assolam, no momento, a população rural do Estado.

A política de colonização do Governo trouxe, entre 1979 a 1985, para o Estado de Rondônia, 466 mil migrantes. Migração esta, que é consequência de

uma política agrícola voltada aos grandes, do desemprego, das construções de hidrelétricas, de barragens, além do projeto do governo de esvaziar as lutas dos agricultores do sul e de outras regiões pela conquista da terra, trazendo para a Amazônia.

Denunciamos o fracasso dos projetos de colonização, implantados pelo INCRA e a consequente falta de infra-estrutura (estradas, transporte, educação, saúde, falta de armazenagem e preços justos para a produção).

Esta política fundiária do governo deixou como saldo hoje, 11.000 famílias cadastradas no INCRA em 1982, que ainda não receberam terra e que formam, juntamente com outras, uma população de 40.000 famílias sem terra no Estado.

O asfaltamento da BR 364, além de acelerar o processo da migração, possibilitou o aumento de instalações de empresas agro-pecuárias, mineração e madeireiras, que já devastaram 7% da área florestal de Rondônia.

Esta situação não poderia ter deixado outro quadro, senão o caos, que se configura na existência de dezoito conflitos de terra dentro do Estado, envolvendo mais de 3.176 famílias.

Além de prejudicar profundamente os migrantes lavradores, esse quadro prejudica também as populações indígenas da região como é o caso dos Gavião e Araras no Posto Lourdes; os Suruí do Pos



to Sete de Setembro; dos Cinta-Larga do Postal indígena Roosevelt; dos Akurap e Sakrap de Mequêns e os Uru-Eu-Uau-Uau.

Denunciamos também o INCRA, FUNAI, GOVERNO DO ESTADO e o IBDF, que são os maiores responsáveis por esta situação de violência generalizada.

Esperamos do governo que acaba de se instalar em Rondônia seja atento às situações de sofrimento do povo e tome medidas necessárias para que os colonos e os índios vivam num Estado onde seus direitos sejam respeitados.

Aqui está a relação dos conflitos de terra existentes no Estado:

CONFLITOS DE TERRA NO ESTADO DE RONDÔNIA

MUNICÍPIO	FAZENDA	PESSOAS ENVOLVIDAS	Nº DE FAM.
Ouro Preto	Urupã	posseiros x fazendeiros	700
	Citrosuco	posseiros x fazendeiros	450
	Reserva do INCRA e projeto Urupã	posseiros x INCRA	120
	Área do Embrapa	posseiros x emp.estatal	100
	Área Adventista	posseiros x Igreja Adv.	38
Presidente Médici	Horizonte	posseiros x fazendeiros	350
Pimenta Bueno	São Felipe	posseiros x jagunço	30
	Gaúcha	posseiros x fazendeiros	30
Espigão D'Oeste	Belchior	posseiros x fazendeiros	40
Colorado D'Oeste	Cabixi	posseiros x fazendeiro	20
	Verde Seringal	posseiros x fazendeiro	400
Porto Velho	Santa Júlia	posseiros x fazendeiro	150
	Flor do Jamari	posseiros x IBDF	30
Guajará Mirim	Sidney Girão	posseiros x fazendeiro	3
Costa Marques	Reserva Biológica de Guaporé	moradores antigos x IBDF	30
<u>ÁREA URBANA:</u>			
Ouro Preto	Área da Embratel	posseiros x prefeitura	55
	Núcleo de Apoio rural	posseiros x administração	130
Ariquemes	"Área Pública"	posseiros x prefeitura	500

A Paróquia de São Sebastião em Ji-Paraná estará promovendo nos dias 31/8 e 1º de setembro uma Festa em Prol da construção do Centro Social e Pastoral dos Migrantes naquele município. Projeto para salas de catequese, encontros de Migrantes e Pastoral da Terra, auditório-biblioteca e outras dependências.

CAVALCANTE!

- 14 -

QUEREMOS

NOSSAS TERRAS

"Somos trinta e duas (32) famílias de posseiros, que tínhamos nossas terras em Montes Claros de Goiás. Com o apoio do Idago, grileiros ocuparam nossa área e fomos despejados. O homem que entrou lá, com o apoio do Governo de Goiás, possui outras cinco fazendas e não precisa de nada.

Em março último, nós viemos a Goiânia buscar solução. Ficamos acampados na frente do Idago, e depois aqui na Praça Cívica. Mas o Idago e o Governador não quiseram nos atender.

O Governador Íris Rezende mandou a PM, de madrugada, tirar a gente da Praça Cívica. Isso aconteceu no dia 9 de abril. Foi uma grande covardia. Como disse o arcebispo Dom Fernando e mais o povo da Arquidiocese numa nota lida nas Igrejas: 'O que causa maior revolta é ver que repetem, hoje, com um Governo eleito sob a bandeira oposicionista, as mesmas violências praticadas contra os humildes, durante o Governo anterior. Pior: no Governo anterior, as violências eram praticadas à luz do dia, sem disfarces; agora, elas são cometidas na calada da noite, para que, sob a luz do sol, a demagogia continue enganando a população com discursos de amor aos pobres'.

Nós voltamos aqui para a Praça Cívica. E só vamos sair daqui se for para voltar ao nosso chão de trabalho.

Precisamos do seu apoio, amigo de Goiânia (e de todo o Brasil). O Governador e a Primeira dama estão fazendo coletas para os flagelados do Nordeste. Eles precisam, é verdade. Mas por que não olha para quem está sofrendo injustiça bem aqui mesmo, em Goiás, na frente do Palácio dele?"

A carta dizia também que "com os Projetos que estão perto da gente que é o Jica, Proálcool, Minerações, Asfalto, a coisa está caminhando rápido para expulsão do homem do campo. As MIGRAÇÕES INTERNAS estão aumentando muito".

Deste modo, os companheiros de Cavalcante escreveram para a equipe do VAI-DEM. Através desta carta, podemos ver a luta travada por eles, para conseguirem um pedaço de chão para ganhar o pão do dia-a-dia. De outro lado, vemos que outros querem as terras apenas para a especulação. As famílias de Cavalcante querem terra para viver, para os filhos terem pão.

JOVENS PREOCUPADOS COM A MIGRAÇÃO

"Angústias e incertezas com as perspectivas do caminho do progresso. A população que vive ao longo do Rio Uruguai, está ameaçada de despejo. 2,5 milhões de pessoas correm o risco de ser expulsas de suas terras por causa da construção de 25 barragens. E o povo se organiza em Sindicatos, faz passeatas, protestos e Romarias da Terra. Deseja permanecer firme em seu chão".

Os jovens da Paróquia de Tucunduva, diocese de Santo Ângelo-RS, tiveram um dia esportivo e, juntos com o Pe. Carlos Afonso, também não deixaram de tomar posição diante desse problema e outros, que afligem o povo.

Eis alguns pontos do documento por eles emitido, e que a Revista Missões Consolata apresenta na íntegra a seus leitores:

Nós, jovens da Paróquia de São Roque de Tucunduva, estamos reunidos num ato de festa e de confraternização.

No entanto, como jovens cristãos, não podemos deixar passar em branco esta oportunidade, sem tomarmos uma posição diante dos graves problemas que nos afligem.

Vemos em nosso município de Tucunduva, cerca de 800 famílias sem-terra, que clamam a Deus pelo direito de ter um pedaço de chão para dele tirar seu sustento. Vemos também, jovens sem-terra, desorientados, perambulando pelas nossas estradas, sem muita perspectiva de vida. Desiludidos diante das injustiças que sofrem, buscam outras formas ou alternativas de trabalho como único ganha pão de cada dia. Outros, trabalhando nas terras dos grandes, sentem o cansaço do dia e o peso do trabalho. Conscientes de sua dignidade de Filhos de Deus,

organizam-se na luta por direito à terra, participando dos Movimentos Populares.

Sabemos que a terra no Brasil se concentra nas mãos de poucos, 1% da população possui 45% das terras do Brasil. No RS, 16% da população detém 76% das terras. Também as Multinacionais, já em 1978 tinham 150 mil hectares no RS. Esta é uma triste situação, que não é fruto da falta de vontade que o nosso povo tem de trabalhar, mas fruto de nossa Sociedade Capitalista, que não valoriza o homem e o seu trabalho, mas o dinheiro e o capital.

Outro problema que podemos ver, são os pequenos agricultores que devido ao alto custo de sua produção, recorrem aos Bancos financiando seus maquinários, insumos e o custeio de sua plantação. As frequentes frustrações das safras de trigo e soja aumentam o endividamento. Às vezes, não tendo mais a quem recorrer, vendem sua pequena propriedade ao latifundiário e vão morar nas periferias das cidades, ou emigram para outros estados.

Se não bastasse isso, já tomamos conhecimento do Projeto de Construção de 25 Barragens no Rio Uruguai que, se nós não nos organizarmos e batermos o pé firme em nosso chão, elas expulsarão 2 milhões e 500.000 pessoas. Isto tudo, segundo dados fornecidos pela Comissão Pastoral da Terra, por Sindicatos e pela própria Eletrosul que é a grande interessada,

que vai faturar bilhões de dólares em cima desses projetos. Aqui bem perto de nós, teremos a construção da Barragem chamada do Roncador, que atingirá 150.000 hectares de terra e expulsará 100.000 pessoas.

Um dos grandes problemas que não podemos deixar de ignorar, é o grande consumo de Drogas em nossa sociedade e que também atinge o nosso município. A divulgação da Droga é feita principalmente aos jovens, realizada muitas vezes abertamente, sem que se tomem as devidas providências. Outras vezes, dá-se pelos Meios de Comunicação Social, que ao combatê-las, também fazem propaganda. As principais causas do uso são: fuga da realidade, vazio espiritual, desentendimento familiar e insegurança. A distribuição das drogas interessa aos grandes grupos econômicos e políticos que podem dormir tranquilos, enquanto os jovens estando drogados, não dispõem mais de forças para reagir diante da exploração e diante de sua eminente destruição.

Como jovens cristãos, como povo de Deus, assumimos o compromisso de lutar e defender o que é nosso. Nosso direito de permanecer neste chão e dele tirar nosso sustento. Cremos que Deus criou tudo para todos e não para uma pequena minoria gananciosa e opulenta que não se contenta em beber um copo d'água, mas quer beber o rio inteiro.

ASSASSINATOS NO CAMPO

CAROS COMPANHEIROS!

Como já deve ser do vosso conhecimento, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, é uma articulação do Sindicalismo Rural, entre os Sem Terra, na luta pela conquista de um direito fundamental para nós, que é o direito à terra.

Os companheiros sabem muito bem como a violência tem estado presente em todas as lutas pela posse da terra. Os latifundiários grileiros, através de seus jagunços, muitas vezes ajudados pela própria polícia e até mesmo acobertados pelo poder judiciário, transformaram nosso campo num mar de injustiças. E muitos dos nossos companheiros pagaram com a vida a sua determinação de lutar pelo seu pedaço de terra.

A maioria desses assassinatos não teve resultado na Justiça e opinião pública, sobretudo da cidade, pois muitas vezes eles não ficam sabendo destes fatos deprimentes na vida do povo do campo.

Por isso, o MOVIMENTO DOS SEM TERRA, resolveu (através de sua secretaria) tentar reunir todos os dados e informações possíveis sobre esses assassinatos e mortes induzidas, que houve no campo a partir de 1964. Sabemos que é uma tarefa difícil, mas esperamos até o final do ano reunir material suficiente para publicarmos um "dossiê" em forma de livro. Pretendemos então divulgar esse trabalho o mais amplamente possível, através da imprensa, em coletiva, inclusive no exterior, etc, com os seguintes objetivos:

- 1º) Levar, através da denúncia ao conhecimento dos trabalhadores e do povo em geral do campo e da cidade, a existência desses crimes barbaramente cometidos contra os trabalhadores rurais;
- 2º) Pressionar as autoridades no sentido de darem solução a esses crimes realizando, deste modo, a Justiça social, que todos exigimos;
- 3º) Fazer desse trabalho um registro histórico das lutas camponesas e seus mártires nesse período.

Mas para isso precisamos da colaboração de todos os companheiros que sintam a importância dessa pesquisa. Por isso pedimos encarecidamente aos companheiros, para que, se tiverem conhecimento de assassinatos no seu município ou região, por favor, enviem quaisquer dados disponíveis. Podem ser documentos impressos, dossiês, recortes de jornal, fotografias, relatórios, etc. Precisamos de dados, principalmente do período de 1964-1977, porque pouco se publicou ou se documentou dessa época, por ser a fase mais dura da ditadura militar.

Se os companheiros tiverem conhecimento de alguma entidade ou pessoa que possa ter essas informações, comuniquem-nos.

Junto a esta, segue um modelo de ficha, com dados básicos que nos interessam. Se tiverem informações, preencham-na e nos enviem. Se for mais de um caso, por favor, faça cópias da ficha. Todos os gastos que tiverem serão reembolsados por nós, basta nos comunicar. Nos comprometemos enviar uma cópia do trabalho ao estar pronto.

Companheiros, vamos preservar nossa história de lutas, denunciando as injustiças que se cometem há muitos anos contra os trabalhadores rurais.

MODELO DE FICHA

ASSASSINATOS NO CAMPO:	ANO _____	DATA _____	ESTADO _____
IDENTIFICAÇÃO DA VÍTIMA:	NOME _____	IDADE _____	EST. CIVIL _____
	Nº DE FILHOS _____	TRABALHO/FUNÇÃO _____	
	MORADIA _____	MUNICIPIO _____	
CARACTERÍSTICAS DO CRIME:	LOCAL _____	AUTORIA: MANDANTE _____	
	PRATICANTE _____	DESCRIÇÃO DO CRIME _____	
	CAUSAS _____	OUTRAS INFORMAÇÕES _____	
	PROVIDÊNCIAS JURÍDICAS _____	FONTES _____	
TODAS AS INFORMAÇÕES ENVIE PARA: Maria Cristina Vanucchi Leme			
Cx. Postal 749			
74.000 - Goiânia - GO.			

ADEUS, Pe. ALBERTO!



23 DE JUNHO DE 1985! Toda a Igreja no Brasil celebrava o Dia do Migrante. Dia de Ação de Graças, dia de elevar a Deus as dores, as lutas e as esperanças deste povo sofrido.

23 DE JUNHO DE 1985! Dia de tristeza e de luto para o povo migrante. Perdíamos Pe. Alberto Romano Zambiasi, grande defensor e pioneiro da Pastoral dos Migrantes. Sua morte foi causada por um acidente enquanto estava de férias no Rio Grande do Sul, junto a seus familiares.

Pe. Alberto era sacerdote há 9 anos e pertencia à Congregação dos Missionários de S. Carlos. Quando estudante trabalhou na antiga favela do Vergueiro, SP, e aí percebeu a necessidade de pesquisar as migrações em sua origem, bem como em suas causas. Para tanto realizou várias viagens aos locais que mais expulsavam gente (Norte de Minas, Bahia, Norte do Paraná), atento também à situação dos bóias-frias e dos migrantes brasileiros no Paraguai. A partir daí sua vida foi uma intensa luta no sentido de despertar a Igreja, a sua Congregação e a Sociedade para a problemática das migrações. Consciente de que tal problema exigia a participação de toda a Comunidade, incentivou aos leigos para que também se dispusessem a esse trabalho. Para isso, em 1975, fundou a Associação de Voluntários pela Integração dos Migrantes (AVIM). Mais tarde, participou da criação do primeiro Centro Pastoral dos Migrantes, sediado - juntamente com a AVIM - na Igreja N. Senhora da Paz em S. Paulo.

Receber os migrantes, acompanhá-los em seus primeiros passos na cidade grande, regulamentar sua documentação, profissionalizá-los etc, são algumas das atividades às quais Pe. Alberto mais se dedicou. Com seu exemplo, ajudou a reavivar o carisma do serviço aos migrantes na sua Congregação Missionária, conforme o queria nosso fundador Dom Scalabrini.

Para nós da equipe do CEM, fica a saudade e a admiração por este homem de fé e de ação, que ofertou sua vida por um carisma que vale a pena ser seguido. Que Deus o acolha, ele que tão bem ouviu e pôs em prática o conselho divino:

"Eu era migrante e tu me acolheste" (MT 24,35).

NOTÍCIAS <

ENCONTROS DE MIGRANTES

O ano de 1985 está sendo marcado por vários encontros regionais de migrantes, os quais prepararam o Encontro Nacional a ser realizado em outubro. Houve encontros nos seguintes locais: Manaus, dias 23 e 24 de junho; Porto Alegre, dia 25 de maio; na região da cana, interior de São Paulo, os migrantes se reuniram em diversas cidades para refletir sobre seus problemas: Dobrada, dia 7 de julho, encontro de bôias-frias "fixos"; Barrinha, dia 14 de julho, migrantes "sazonais" (mineiros e baianos); Taquaritinga, dia 28 de julho, migrantes "fixos" e "sazonais". Estes encontros fazem avançar a proposta do SPM (Serviço Pastoral dos Migrantes), que é de integrar os trabalhos pastorais com migrantes a nível nacional.

"Estamos com nossas máquinas paradas, em sinal de protesto contra a política agrícola, que está levando a gente ao desespero. Estamos "quebrados". Não temos mais condições de tocar a roça. A nossa situação está de morte. Somos obrigados a fazer esta manifestação para sermos ouvidos pelo governo que se mostra completamente insensível à nossa situação dramática. O nosso problema atinge todo o país. Problemas de crédito, correção monetária, juros, falta de subsídios para a agricultura, e outras coisas estão levando a perder tudo o que foi construído com muitos anos de suor e trabalho. Não temos condições de saldar nossos débitos. É por isso que por todo lado estouram estes movimentos de protesto contra a atual política agrícola que deixa o trabalhador totalmente arrasado" (Comissão dos Produtores de Andradina - SP)

// PRODUTORES RURAIS //
NA LUTA
PARA MUDAR A
POLÍTICA
AGRÍCOLA //

// LISTAS DAS FAMÍLIAS SEM - TERRA //

"A prefeitura municipal de Itupiranga-PA, sendo concededora dos profundos problemas que atingem o campo, da falta de terra para os lavradores e também do programa do governo Federal sobre a Reforma Agrária, sensibilizou-se mais ainda e iniciou um trabalho em favor dos homens sem terra do município de Itupiranga e vizinhança. Para isto, iniciamos uma listagem dos homens sem terra que, até o momento, já ultrapassa a casa das 4 mil famílias" (Prefeito Municipal de Itupiranga - carta ao CEM)

"Na gleba 4, linha 2 do município de Presidente Médici existe uma vasta área pretendida pelo SR. Aureliano Pereira de Brito, popular Paraíba (...). Nesta área os sem-terra começaram a trabalhar marcando as posses e derrubando as matas para as plantações. Cerca de 350 marcações foram feitas. Apenas 4 posseiros estavam residindo na área. Nos dias 9 e 10 de maio de 85 aconteceram os seguintes fatos: cerca de 15 jagunços, fortemente armados, inclusive com armas de grosso calibre que costumam ser privativas do exército e da polícia, surpreenderam os homens com atos de violência: espancaram barbaramente o Sr. Juscelino de Moraes; espancaram, despiram e torturaram os Srs. Manoel e Pedro, Otacilio e Beronice; Mataram a tiros o Sr. Francisco de Oliveira; saquearam os posseiros, tirando-lhes tudo o que possuíam; torturaram os posseiros de forma bárbara e humilhante" (CPT-Ji-Paraná, 17/5 de 85)

"" CRESCE ""
VIOLÊNCIA
NO
CAMPO ""

Querido e lembrado povo de nossa Comunidade.
O nosso abraço Fraternal! (*)

Como seria bom se vocês estivesse aqui conosco para juntos ter mais um reforço em nossos trabalhos. Nós acreditamos que vocês continua presente, no pensamento, e em nossas orações não esquecemos de rezar por todos vocês. Não se esqueça que mesmo com muito cansaço e trabalho devemos lembrar que somos batizados, e temos que testemunhar e anunciar o Cristo na realidade em que vivemos.

Estamos sentindo um fracasso, na comunidade pois além de sair tanta gente para São Paulo, ainda vem a saída de Daniel e Eliete para Pintadas, isto para nós é lamentável porque a falta é muito grande, quando chegamos no salão é uma saudade e emência. Nós mesmo com este grupinho não podemos ficar parado, temos assumindo nossa responsabilidade de cristãos.

As comunidades estão enfrentando uma luta perigosa, com os posseiros do Lameiro é a velha questão que já houve e agora renovou. E daqui do Canto está algumas pessoas acompanhando, Miguel, Zito, Pedrinho, Daniel, Lourinho, Eliete. Derivado que está em frente foi intimado na delegacia de Ipirã pelo fazendeiro Nequinho de Baixa Grande. As comunidades acompanharam Derivado, em frente da delegacia se reuniu um grupo de 70 pessoas com 2 advogados esperando a chegada do fazendeiro, até que ele chegou com um Advogado. Não aconteceu nada com Derivado, É aí que vemos a força de um povo unido. E tem uma reunião marcada para este mês para ver se ele quer um acordo com os posseiros, e a luta continua.

E a comunidade mesmo um grupinho pequeno enfiou fazer uma roça comunitária trabalhamos 2 horas no Domingo e ao terminar o trabalho concluímos com a oração e tem uma boa participação dos homens, das mulheres, dos jovens e adolescentes.

Os jovens estão trabalhando junto com os casados na sexta feira até a chegada de vocês no dia 14 deste vai ter um encontro de jovens em Mairé é do Zonal III e é abertamente para as comunidades e os jovens daqui vai.

Terminamos com muita saudade. E que esta carta seja lida por todos vocês.

Equipe que elaborou: Miguel, Mariinha, Neuza Gorda, Dilma, Cecília, Iracema, Elulza, Eluneuza.

(*) Carta enviada do município de Pintadas -Bahia para migrantes sazonais que trabalham no corte da cana em Santa Ernestina - SP.

PROJETO NORDESTE

O Presidente da República criou por decreto em 1º de abril de 1985 o "Projeto de Desenvolvimento da Região Nordeste", conhecido como "PROJETO NORDESTE". Ele pretende até o ano 2000 atingir 2 milhões de famílias prioritariamente do sertão árido. A meta de fixar o homem no sertão parece piada. Não há lógica em dizer que o "Nordestão" volta-se para o pequeno produtor rural, quando este para colher feijão terá que pagar o financiamento em dólares, enquanto o governo continua com os incentivos fiscais para destilarias de álcool e projetos pecuários.

" "

N

O

T

Í

C

I

A

" S "

* Encontra-se em fase final a pesquisa "CAMPESESINOS Y AGRICULTURA EN ZONA DE FRONTERA AGRÍCOLA" elaborado em conjunto pelas seguintes entidades: Programa de Ayuda Cristiana (PAC), Centro de Estudos Migratórios (CEM) Bispo de Foz do Iguaçu e Prelatura de Alto Paraná.

* No ano passado (1984) foi elaborado pela primeira vez pelo CEM o calendário do Migrante. Para este ano pretendemos dar continuidade, lançando o calendário do Migrante para o ano de 1986.

* Está sendo editado pelo CPM- CURITIBA um boletim que se encontra em seu 4 número. A equipe do CEM parabeniza a equipe do CPM e deseja que continuem com este trabalho que é muito importante para todos os migrantes.

NOVAS PUBLICAÇÕES

- 20 -

"AS MIGRAÇÕES RURAIS E IMPLICAÇÕES PASTORAIS" (Um Estudo das Migrações Campo - campo do Sul do país em direção ao norte de Mato Grosso). Pe. J. Renato Schaffer - Ed. Loyola	"O objetivo geral do trabalho sugere no aspecto econômico, a hipótese de que um novo ciclo, "o ciclo da soja" teria acarretado esta nova onda migratória do país (...). O Brasil continua sendo um país em movimento, um país de migrantes internos (...). O 'ciclo da soja' trouxe consigo consequências desastrosas para os pequenos proprietários e minifundistas em geral, do Sul do país, especialmente do Paraná (...). O novo eixo orientador das migrações rurais é então fruto de uma modernização forçada e imposta de fora". (Introdução) "O Pe. Renato Schaffer viu tudo isso, analisou as causas do fenômeno e seus efeitos, as frustrações sem remédio e as escassas experiências exitosas. Ponderou o saldo desse enorme deslocamento humano e apontou medidas concretas que possam preservar os direitos e a dignidade desses 'bandeirantes' anônimos". (Prefácio)
"COLONIZAR NÃO É A SOLUÇÃO" Comissão P. da Terra - RS Edições Paulinas	"Este trabalho quer trazer um pouco de luz para clarear este assunto e ver quais os verdadeiros objetivos do governo com a colonização. Tem muita mentira neste assunto. Os próprios dados oficiais, do governo, mostram aquilo que a propaganda esconde. Por exemplo, será que não tem terra no Sul para os sem terra? Será que a colonização, assim como é feita, é a saída para os que não têm terra?" (Apresentação) "Escuto rádio e fico cheio de alegria, quando se fala que a Reforma vai chegar; espero um dia, espero dois e só se cria, falsos projetos para poder me tapear" (Do canto: "Eu sou roceiro")
JOGO DE SLIDES SOBRE COLONIZAÇÃO (Acompanhado de fita K7) Centro de Est. Migratórios	Trata-se de um audio-visual que, a partir de depoimentos dos próprios colonos, procura denunciar os mecanismos que a propaganda utiliza para enganar e atrair os pequenos proprietários e os sem-terra do Sul para o Norte. Destina-se a grupos de reflexão, sugerindo a resistência no próprio estado como única alternativa à falsa "Reforma Agrária" do governo e das empresas particulares. O material mostra a extrema contradição entre as promessas e a dura realidade que o colono acaba encontrando. Como diz um dos depoimentos "trabalhador prepara a cama para outro se deitar". O jogo de slides é acompanhado por fita cassete. Estará à venda a partir de outubro.
"TERRA DE DEUS - TERRA DE IRMÃOS" (Círculos Bíblicos e Via-Sacra) Centro de Estudos Migratórios - Ed. Paulinas	Estes Círculos Bíblicos (9 encontros) e a Via-Sacra (15 estações) pretendem ser um subsídio para a Campanha da Fraternidade de 1986. Os temas, naturalmente, giram em torno do problema da terra, da migração forçada e da Reforma Agrária. Todas as reflexões são largamente acompanhadas de gestos simbólicos os quais têm por objetivo penetrar mais profundamente na vida de nosso povo sem terra, sem raiz e sem rumo - povo migrante. Amplamente fundamentado em textos bíblicos, este subsídio quer ser um instrumento evangélico de reflexão e de luta para o povo "sem pátria". Apontamos também, seguindo as sugestões do povo que caminha, algumas pistas concretas para a solução do problema da falta de terra e da migração compulsória. Além de Cantos, orações e indicações de leitura, o livreto contém: * <u>Texto-base</u>: algumas idéias mestras para aprofundar a reflexão e auxiliar o coordenador; * <u>Círculos Bíblicos</u>: nove encontros de reflexão que procuram caminhar com "o olho na Bíblia e o pé no chão". * <u>Via-Sacra</u>: 15 estações que acompanham a dor de Jesus no sofrimento dos homens sem terra e sem trabalho.

Past. da Terra

Exmo. Sr. SECRETARIADO DIOCESANO DA PASTORAL DE NI

A Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio de Janeiro, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nova Iguaçu e Comissão Pastoral da Terra de Nova Iguaçu, vem convidar V. Excia. a participar do Encontro PROBLEMAS DA ÁREA RURAL DE NOVA IGUAÇU, a realizar-se no dia 9 de abril ' de 1981 Quinta-feira das 9 às 17 horas.

Sua presença é importante neste encontro, quando estarão reunidos e discutindo os seus problemas os trabalhadores do campo de Nova Iguaçu. Desde já esperamos contar com vosso apoio e a presença de V. Excia.

Afetuosas saudações,

Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do RJ
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nova Iguaçu
Comissão Pastoral da Terra de Nova Iguaçu.

OBS: O Encontro se realizará no Centro de Formação de Líderes
Rua Aymorés nº 8 - Moquetá - Nova Iguaçu

PROGRAMA DO Iº ENCONTRO DOS TRABALHADORES RURAIS DE NOVA IGUAÇU - RJ

LOCAL: CENTRO DE FORMAÇÃO DE LÍDERES DE MOQUETÁ - RUA AYMORÉS Nº 8
BAIRRO DE MOQUETÁ - NOVA IGUAÇU - RJ

INÍCIO: Das 9:00 às 9:45 horas

DISCUSSÃO EM PEQUENOS GRUPOS POR ÁREAS: Das 10:00 às 10:45 horas

Assuntos a serem estudados:

1º) Situação da Zona Rural de Nova Iguaçu:

- Falta de escolas primárias
- Situação das estradas e pontes
- Eletrificação

2º) Política da Terra:

- INCRA e IBDF
- Terra para trabalhar
- Falta de trabalho
- Título de posse e usucapião

3º) Situação de Saúde e Previdência Social:

- Postos de saúde
- Deficiência de atendimento do FUNRURAL
- Problemas da velhice e aposentadoria

4º) Uso e Ocupação do Solo Urbano

- Ocupação de terras urbanas
- Crescimento das favelas

CAFÉ: 15 minutos

PLENÁRIA DOS GRUPOS: Das 11:00 às 12:45 horas

Apresentação de cada relator de grupo e discussão.
Conclusões.

ALMOÇO: Das 13:00 às 14:45 horas

LAZER: música, teatro, filme, cantos, etc.

PALESTRA SOBRE FÉ E POLÍTICA: Das 14:45 às 16:00 horas

DISCUSSÃO EM PEQUENOS GRUPOS: Das 16:00 às 17:00 horas

CAFÉ: 10 minutos

PLENÁRIA E ENCERRAMENTO: Das 17:00 às 17:40 horas

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE NOVA IGUAÇU

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA DE NOVA IGUAÇU

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

NOTA CONJUNTA SOBRE A EXPULSÃO DE AGRICULTORES EM NOVA IGUAÇU

Quarta-feira, dia 29 de abril, realizou-se uma verdadeira operação militar na região de Parque Estoril, em Nova Iguaçu. Surpreendentemente esta operação de guerra teve a finalidade de despejar mais de 300 famílias de indefesos posseiros que trabalhavam a terra, a fim de dela arrancar o sustento de seus filhos.

As terras da presente disputa pertencem ao Ministério da Agricultura desde a década de 60 e se encontravam improdutivas há 17 anos, apesar de tratar-se de uma Fazenda Modelo deste mesmo Ministério.

O atual conflito de terras não é um caso isolado e nem desconhecido de nossas Autoridades. A FETAG (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio de Janeiro) fez um levantamento e chegou à seguinte conclusão: 25 mil pessoas, distribuídas em 15 municípios do Estado do Rio de Janeiro estão vivendo sob constante ameaça de expulsão da terra.

Queremos citar aqui alguns dos casos mais recentes e graves: além do caso presente de Parque Estoril, denunciemos situações idênticas em Capivari, Morro Grande, São Lourenço, no município de Duque de Caxias; Campos Novos em Cabo Frio, São José da Boa Morte, em Cachoeiras de Macacu.

Acontece mais uma vez o que sempre aconteceu, na história do Brasil: o pequeno e o pobre não têm vez, impede-se seu direito de organizar-se e lutar por condições dignas de vida para sua família.

Para a atual ação de despejo, não existia mandato judicial nem se sabe de onde partiu a ordem de prisão dos agricultores, sendo tais prisões manifestamente ilegais. O presente caso de agricultores impedidos de trabalhar para a terra tirarem a subsistência de suas famílias vem mostrar, mais uma vez, que questão de terra não é caso de polícia.

Sabe-se que a denúncia que ocasionou as presentes prisões partiu do Sr. Lehar Rodrigues da Silva, presidente da Associação Rural de Nova Iguaçu. Resta saber os verdadeiros propósitos e interesses escondidos para uma atitude tão desumana.

Estas famílias fizeram uma opção: em vez de fome, desemprego ou criminalidade, elas escolheram trabalhar a terra e dela tirar o seu sustento.

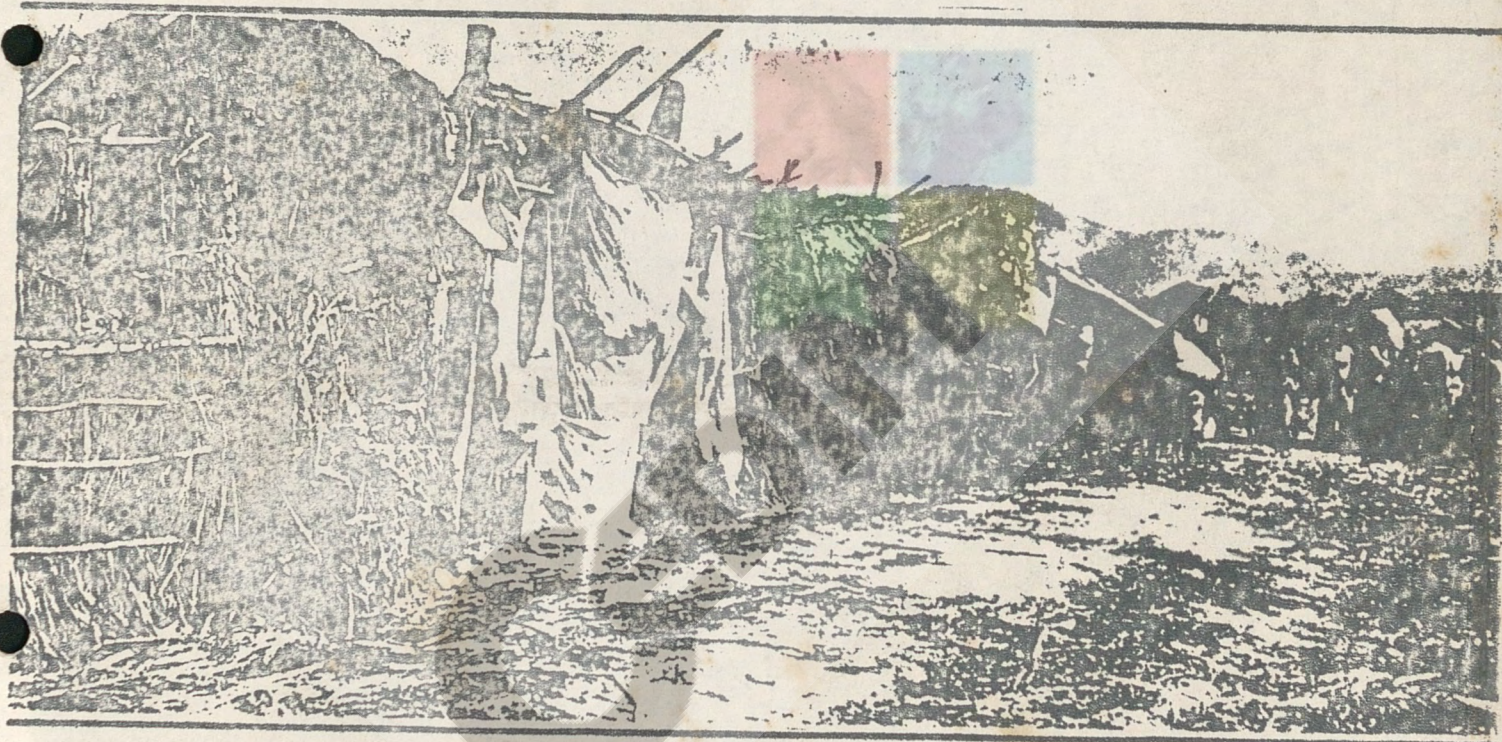
As entidades abaixo-assinadas repudiam este ato arbitrário de violência contra famílias que querem trabalhar e produzir; e vêm exigir do Governo o assentamento definitivo, bem como a titulação legal de cada lote, em nome das famílias expulsas.

Choga de violência! Pela reforma agrária! A terra para quem nela trabalha!

Nova Iguaçu, 30 de abril de 1981.

FETAG (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do E. do Rio de Janeiro)
SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE NOVA IGUAÇU
COMISSÃO DE PASTORAL DA TERRA DE NOVA IGUAÇU
COMISSÃO DE PASTORAL OPERÁRIA DE NOVA IGUAÇU
MOVIMENTO DE AMIGOS DE BAIRRO DE NOVA IGUAÇU
COMISSÃO DIOCESANA DE JUSTIÇA E PAZ DE NOVA IGUAÇU

ACAMPAMENTOS



GUANDU
PARQUE ESTORIL

SEM TERRA
RJ - JUNHO 85

“Vamos em frente até que todos tenham terra”

Foi no sábado de Aleluia, em abril passado, que os trabalhadores sem terra de Engenheiro Pedreira, Nova Iguaçu, Estado do Rio, ocuparam as terras abandonadas e desaproveitadas tidas como Fazenda Campanela. Eram em torno de uma centena de homens e mulheres com suas crianças. Passaram a noite de sexta-feira da Paixão para sábado em vigília. De madrugada entraram na terra.

— Estávamos em estado de calamidade por causa da fome. E esta terra, aí na cara da gente, parada, esperando semente. Por isso estamos aqui. Ainda virão muitos outros. Não saímos mais de jeito nenhum — explicou um ocupante.

Negociação e diplomacia

Esse povo vinha se reunindo há algum tempo. Discutiam sua dura situação. Trocavam informações sobre a fazenda. Conversavam sobre o exemplo de outras ocupações. Passo a passo, chegaram à conclusão que aquela terra parada era uma injustiça e só esperava por eles. Resolveram entrar. Planejaram o que, como e quando fazer. Aquele chão pisoteado e endurecido por umas poucas cabeças de gado estava a cargo do encarregado, que atende pelo nome de Manoel que passou a fazer ameaças ao saber das reuniões no quintal da casa de dona Hilda.

— Estou esperando vocês com oito homens armados.

— Não precisa ter tanto medo. Somos muito e muito mais que vocês. Mas não pretendemos tocar em



Uma pausa para foto do jornal. É bom ter um jornal da gente

vocês. Só queremos trabalhar a terra para comer — foi a tranquila e segura resposta de d. Hilda.

Na noite da vigília da Paixão, pouco antes da ocupação, um jagunço disparou vários tiros contra a casa de d. Hilda. Algumas pessoas se assustaram por causa das crianças. O agressor queria dispersar os sem terra. Mas só uns poucos se afastaram. Ao ver que o grupo numeroso e compacto se mantinha firme, o sujeito exclamou: “Não adianta”. E foi embora.

Depois disso, a conversa com o encarregado Manoel mudou de tom. O homem confessou que não via o patrão nem a cor do dinheiro há mais de um ano. Aliás, em 30 anos, admite que só viu o patrão três vezes. Era uma confissão do abandono total daquela terra.

Quando viu se erguerem os barracos de bambu e capim, a instalação da bandeira branca num mastro de vários metros para que o ponto

inicial da ocupação fosse visto de longe, fez uma proposta:

— Quero que não mexam num pedaço de terra que estou plantando e em um lote para cada um dos meus dois filhos.

— Se trabalhar num pedaço de terra, fique nele. Quanto a seus filhos, se querem lotes, que venham juntar-se a nós. Se tomarem parte no trabalho, ajudarem na capina e preparação da terra, se participarem da ocupação, terão um lote cada um, como todo mundo. No bem bom de ganhar sem lutar é que não recebem coisa alguma. Esta é a nova lei.

Ai, o homem fez uma última pergunta: “Até onde vocês vão?”. Resposta em cima da bucha: “Até onde for preciso até que ninguém fique sem seu pedaço de chão para plantar”.

Assim foi a negociação, a diplomacia da ocupação.

É difícil, mas vai

A comissão inicial foi formada por d. Hilda, Joaquim Carvalho, Silas Lopes, Eliezer Ferreira, Sebastião Teófilo, João Alves, Amaro, Antonio e o pastor Orlando. Já foi formado o mutirão com um regulamento feito pelos próprios ocupantes em assembléia. Posse organizada. Tem sido difícil, mas vai avançando. Muitos companheiros fazem biscates para ajudar o coletivo. Foi lançado um apelo a solidariedade. Foram feitos contatos com entidades, o mutirão vai se firmando a cada dia que passa. A terra já recebeu a primeira semente. Em breve dará o que comer. A lavoura e a escritura de posse do ocupante. A terra é dele.

ATENÇÃO: Quando fechávamos esta edição do SEM TERRA chegou a notícia do Rio contando sobre o despejo das famílias do Mutirão do Guandú. Elas foram obrigadas a abandonar a ocupação por uma luminar de reintegração de posse decretada pelo juiz José de Magalhães Perez, de Nova Iguaçu. Enquanto as polícia civil e militar do Rio retiravam os posseiros, os jagunços da fazenda derrubavam e ateavam fogo nos barracos. As famílias agora estão acampadas diante da fazenda e uma comissão ia percorrer o INCRA, Assembleia Legislativa e Palácio do Governo reivindicando a desapropriação da fazenda por interesse social. Eles acreditam que as autoridades vão atender o pedido, pois não há como esconder a ociosidade da fazenda.



Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio de Janeiro
(FETAG-RJ)

Rua Visconde de Itaboraí, 70 — Tel. 717-6066 — Niterói - RJ.

Senhor Diretor,

Niterói, 14/05/85.

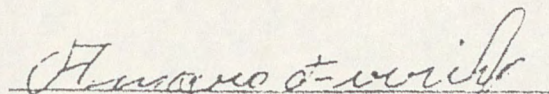
No dia 13 de Maio, quando se devia estar comemorando a libertação dos escravos, os trabalhadores posseiros na Fazenda Boa Esperança - Município de Nova Iguaçu - localidade Eng. Pedreira, foram surpreendidos com um despejo determinado pelo Juiz José Magalhães Peres através de uma liminar de reintegração de posse. Esta medida não levou em conta a situação social das famílias que estavam tentando arrancar o seu próprio sustento em lavrar a terra.

O latifundiário que deixou esta área abandonada por mais de 30 anos lançou a mão do remédio jurídico e policial para despejar as 87 famílias que ali desejam continuar a dar à propriedade a função social através do instrumento legal que a seu trabalho produzir alimentos e de acordo com o Estatuto da Terra e a Constituição em vigor. Desta forma reivindicamos a desapropriação por interesse social que beneficia 435 pessoas com urgência a regularização fundiária e a sua titulação definitiva com todo o apoio técnico, creditício, etc. de acordo com o que preconiza as diretrizes da Nova República, que é a de tomar a terra produtiva e promover a paz social.

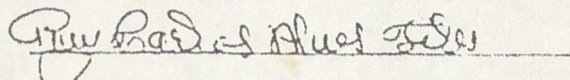
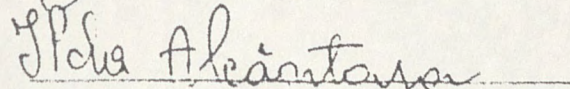
Assim é a esperança dos trabalhadores e seus representantes.

Solicitamos ainda que o INCRA faça um levantamento da titulação da área e peticione ao Juiz da Comarca mostrando o interesse deste órgão na área, para trazer a tranquilidade às famílias.


ERALDO LÍRIO DE AZEVEDO
Presidente da FETAG/RJ


Pela Comissão de Trabalhadores

Sr. Diretor Regional Adjunto
Dr. Domenico Juarez Miceli
Largo de São Francisco, 34 - 16º andar
Rio de Janeiro - RJ

/atmo.

Expediente Doutrinário

O SR. PRESIDENTE (Mariano Gonçalves Neto) - Tem a palavra a primeira oradora inscrita, pela liderança do Partido dos Trabalhadores, a dinâmica Deputada Lúcia Arruda, que dispõe de 10 minutos.

Deputada Lúcia Arruda

A SRA. LÚCIA ARRUDA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, neste exato momento, na Comissão de Agricultura da Assembleia Legislativa, estamos recebendo

um grupo de trabalhadores do campo, que veio trazer uma grave, séria denúncia a esta Casa. Vou fazer a leitura da carta, assinada pela diretoria do "Mutirão do Gaundu" em Engenheiro Pedreira. Em Engenheiro Pedreira existe a Fazenda Boa Esperança, há mais de 30 anos completamente abandonada. Há questão de um mês, 87 famílias ocuparam-na, em forma de mutirão, organizaram o chamado "Mutirão do Gaundu", e fizeram com que em apenas um mês essa terra pudesse ter um trato, pudesse até colher alguma plantação. Exatamente no dia 13 de maio, um grupo das Polícias Civil e Militar, com grande violência, despejou as famílias da Fazenda Boa Esperança.

Quero começar o meu pronunciamento, fazendo a leitura dessa denúncia que nos trazem as 87 famílias, em forma de mutirão lá organizadas.

(Lendo)

"MUTIRÃO DO GAUNDU"

DENÚNCIA QUE FAZEMOS AO POVO DA CIDADE E DO CAMPO E ÀS AUTORIDADES E PARLAMENTARES QUE RESPEITAM OS DIREITOS DOS CIDADÃOS BRASILEIROS.

No dia 13 de maio, quando se devia estar comemorando a libertação dos escravos em nosso país, nós trabalhadores sem terra e posseiros do latifúndio Campanella, em Engenheiro Pedreira, fomos tratados como escravos. Fomos despejados com grande aparato militar e policial armado até os dentes.

Nossos barracos foram queimados com tudo que tínhamos dentro deles - roupas, comida, utensílios. Os policiais nos agrediram com grosseiras ofensas e ameaças a nossas famílias. Foi um atentado.

As plantações regadas com o suor de nossos rostos ficaram à mercê dos invasores daquela terra DURANTE ANOS TOTALMENTE ABANDONADA e que nós trabalhamos, semeamos e fizemos renascer.

Fomos despejados em benefício de um latifundiário que vive no asfalto do Rio, na rua da Quitanda, e que tenta ficar de posse das terras para a especulação, para tirar lucros sem trabalhar e sem produzir. O juiz José de Magalhães Peres lançou a repressão e a violência contra nós em sentença favorável às pretensões ilegais dum parasita.

Deixamos área lavrada, plantada e plantada. Estávamos produzindo apesar das grandes dificuldades. Primeiro porque nos organizamos em nosso Mutirão. Segundo porque tivemos solidariedade. Terceiro porque fazemos parte dum movimento que cresce em todo o país.

Esta injustiça precisa ser reparada para que alguma coisa comece a mudar neste país. Reintegração de posse tem que ser um benefício dos trabalhadores e não dos parasitas latifundiários. Exigimos indenização pelos nossos barracos queimados. Não perdoremos nenhuma planta que os invasores venham a destruir.

Queremos terra para trabalhar. Queremos garantir o pão de nossas famílias. Continuamos na luta e não dispersamos nosso Mutirão. Acampados permanecemos em frente à Fazenda até que tenhamos a terra de volta. Não queremos que nossos filhos sejam transferidos em marginais na cidade.

Nessa luta precisamos do apoio e da solidariedade de todos.

Engenheiro Pedreira, 13 de maio de 1985.
(Conclui a leitura)

Pois bem, caros colegas, estamos diante de um verdadeiro quadro de horror. Estamos diante de mais um quadro de violência e injustiça social, que infelizmente ainda acontece em nosso País.

Muito se fala da Nova República. Muito se fala da nova prática: no Estado do Rio de Janeiro muito se falou e muito se prometeu a respeito de uma política voltada para os interesses da grande maioria da população injustiçada, explorada.

Com protesto e veemência tomamos conhecimento da denúncia, que essas 87 famílias hoje trazem no depoimento à Comissão de Agricultura da nossa Casa.

Em primeiro lugar, o nosso protesto vai contra a violência cometida pela Polícia Militar e pela Polícia Civil, que, numa ordem de despejo lavrada pelo Juiz José de Magalhães Peres, tenta garantir o despejo com violência, destruindo os barracos, destruindo a plantação e tratando os trabalhadores como se fossem animais.

Sr. Presidente, que agora me escuta, é preciso que nesta Casa fique o nosso protesto, pois somos contrários a essa onda de violência, que ainda ocorre no Estado do Rio de Janeiro.

O INCRA, seguindo orientação do novo Governo Federal, vai tentar a revogação da liminar de despejo lavrada pelo Juiz citado. Essa é uma tentativa do INCRA, que hoje está no local fazendo um levantamento da área, entrando em contato com a situação dessa fazenda, há 30 anos abandonada; os trabalhadores, que compõem as 87 famílias que lá ocupam, apenas queriam terra para trabalhar. Queriam poder trabalhar para dar condições dignas a seus filhos.

É impossível que essa onda de injustiça social ainda aconteça.

Desta tribuna faço um apelo ao Governo do Estado quero ver, quero entender o seu verdadeiro empenho em traçar uma política mais ofensiva para os sérios problemas de terra que temos em nosso Estado.

O Estado do Rio de Janeiro era um Estado rico, era um Estado que até exportava produtos.

Ao longo dos anos, as terras foram abandonadas em troca dessa especulação dos grandes latifúndios. E hoje o Estado do Rio é uma pobreza em termos de cultivo de suas terras, abandonadas.

É o velho interesse de uma só família, de um só cidadão prevalecendo contra 87 famílias, contra milhares e milhares de trabalhadores do campo, que querem terra para poderem trabalhar.

Fazemos um apelo à Comissão Fundiária do Estado do Rio de Janeiro, na Secretaria de Justiça, para que tenha verdadeiro empenho e se sensibilize com o drama dessas 87 famílias, violentamente tratadas pela Polícia do Estado.

Quero, desta tribuna, reafirmar o meu protesto e o meu apelo ao Governo do Estado do Rio de Janeiro para saber que tratamento dará a essa questão. O INCRA já está fazendo o seu papel, quando apela no sentido da revogação da liminar de despejo.

Qual será o papel do Estado do Rio? Ficará com a violência e omissão diante da violência cometida contra as 87 famílias?

O SR. PRESIDENTE (Mariano Gonçalves Neto) (Fazendo soar a campainha) - Nobre Deputada, há outros oradores inscritos no horário doutrinário. Rogo a V. Exa. que encerre.

A SRA. LÚCIA ARRUDA - Estou encerrando, Deputado, inclusive comecei além do meu horário.

O SR. PRESIDENTE (Mariano Gonçalves Neto) - O relógio não disparou; quando vi que eram três e quinze, bati no relógio. V. Exa. falou quinze minutos.

A SRA. LÚCIA ARRUDA - Estou encerrando, reafirmando o meu apelo, e hoje - voltando agora à Comissão de Agricultura - vou propor a essa comissão moção de repúdio à violência cometida contra essas 87 famílias da Fazenda Boa Esperança, no Município de Nova Iguaçu.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Mariano Gonçalves Neto) - Passa a palavra ao representante do Partido da Frente Liberal, Deputado Luiz Antônio, mas não sem antes responder à nobre Deputada Lúcia Arruda: mandado de despejo do juiz, assinado pela Justiça, tem direito de chamar a força policial quando as pessoas não atendem. É o esclarecimento que, como advogado, presto a S. Exa.

A SRA. LÚCIA ARRUDA - Pela Ordem, Sr. Presidente: já que o senhor me respondeu, quero responder também.

O SR. PRESIDENTE (Mariano Gonçalves Neto) - No horário doutrinário não há "pela Ordem". Com a palavra o nobre Deputado Luiz Antônio, que dispõe de 10 minutos.

(Com o microfone desligado, manifesta-se a Sra. Deputada Lúcia Arruda)

COMUNICADO DOS DESPEJADOS DO MUTIRÃO DO GUANDU

(Nova Iguaçu - RJ)

No dia 13 de maio último, quando se devia festejar a libertação dos escravos, 87 famílias de trabalhadores foram expulsas da Fazenda Boa Esperança, em Engenheiro Pedreira, município de Nova Iguaçu.

Foi um grande aparato policial (civil e militar). Algumas casas foram queimadas e as demais destruídas, com tudo o que tinham dentro: roupas, comidas, utensílios.

Agora estamos acampados diante da terra em que morávamos e trabalhávamos, mas continuamos lutando pelo nosso direito de trabalho e do pão.

A posse tem de ser garantida em favor dos trabalhadores e não do latifúndio que só quer o chão para especular. Quem produz somos nós. O latifundiário é um parasita e não pode ser protegido pela Justiça.

Nossa organização se chama "Mutirão do Guandu". Somos um por todos e todos por um.

Já estivemos no INCRA reivindicando a desapriação daquela área, porque a injustiça de que fomos vítimas precisa ser reparada para que alguma coisa comece a mudar em nosso país.

Estamos denunciando a violência que sofremos e pedimos todos os apoios possíveis para podermos voltar a terra. Contamos com a solidariedade que deve ser urgente. Temos necessidade de agasalhos, comida, mantimentos e dinheiro vivo. Precisamos que todas as vozes se ergam em protesto, unindo-se ao nosso grito por um pedaço de chão e por JUSTIÇA.

Essa luta não é só nossa. É de todos.

Engenheiro Pedreira, maio de 1985.

MUTIRÃO DO GUANDU

Amaro Ferreira - pela
Comissão de Trabalhadores

10

Coordenador Regional do INCRA
Dr. Modesto da Silveira
Rio de Janeiro - RJ

Carta Aberta

Os trabalhadores sem terra que aqui representados pelos lavradores do Guandu, Parque Estoril e Marapicu, todos localizados no Município de Nova Iguaçu, RJ, recebendo a solidariedade de outros lavradores de Nova Iguaçu, conscientes de que a questão da terra é hoje, no Brasil, um problema a ser enfrentado como prioridade e corretamente pelo Governo, queremos nesta hora demonstrar nossa vontade e nossas reivindicações, porque as julgamos legítimas e inadiáveis.

A luta sobre a questão da terra está na rua; a Reforma Agrária é hoje uma bandeira que deve caminhar para o atendimento dos reais interesses da maioria dos lavradores, desempregados e migrantes deste país.

O conjunto da nação brasileira, vivendo uma nova realidade social em que os princípios democráticos constituem uma exigência de caráter irreversível, o poder público tem que assumir a causa do povo marginalizado e reprimido pela História.

Não aceitamos mais ser tratados como "invasores" e "usurpadores" da propriedade particular. A função social da terra é produzir e agasalhar o homem, portanto a terra é de quem nela efetivamente trabalha. O INCRA tem diante deste quadro um papel fundamental a desempenhar, como órgão responsável pelo assentamento de lavradores na terra, não devendo limitar-se a agir quando da ocorrência de conflitos. Vivendo o drama de tantos lavradores sem terra do Brasil e da América Latina, nós, pequena parcela desse povo, habitando a Baixada Fluminense, estamos aqui para exigir nossos direitos, buscando solução justa para o problema que encaminhamos a este órgão do governo.

Comissão Coordenadora do Guandu, Parque Estoril e Marapicu.

Apoio:

- Caritas Diocesana de Nova Iguaçu
- Comissão de Justiça e Paz de Nova Iguaçu
- MAB
- FETAG
- FAMERJ
- CPT de Nova Iguaçu e Regional
- Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nova Iguaçu



MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA

SECRETARIA REGIONAL SUL

Caixa Postal 1916
Rua São Manoel, 35 — Rio Branco
CEP 90.000 — Porto Alegre — Brasil

AO POVO DO RIO DE JANEIRO

As famílias dos trabalhadores sem terra do Guandu e do Parque Estoril (Município de Nova Iguaçu) hoje com parecem ao INCRA para solicitar à sua diretoria recem em possada, a imediata destinação social daquelas áreas que são agricultáveis mas estão abandonadas há dezenas de anos.

Segundo dados oficiais, no Estado do Rio de Janeiro, mais de 920 mil hectares de terra boa para a agricultura estão totalmente ociosas. É mais do que uma quarta parte de toda a área do Estado! Os proprietários já mostraram que não têm a menor intenção de se tornarem produtores, apesar de todas as facilidades e estímulos.

Além das 120 mil famílias sem terra, que ganham menos de meio salário mínimo como diaristas, parceiros, colonos, boias frias, etc., um número incalculável de lavradores foram expulsos ou forçados a abandonar o campo e condenados ao desemprego nas cidades onde vivem em miséria extrema nas favelas.

As populações urbanas também sofrem as consequências dessas injustiças. Seus orçamentos familiares estão cada vez mais onerados pelo preço dos alimentos de outros Estados, enquanto os latifundiários preferem manter suas terras como reserva de valor para finalidades especulativas.

Assim sendo, é urgente a mudança da estrutura fundiária, distribuindo e redistribuindo a terra, assecurando um regime de posse e uso que atenda aos princípios da justiça social e aumento da produtividade. Não só de modo a garantir a realização sócio-econômica e o direito de cidadania do trabalhador rural, como também contribuindo para o aumento da oferta de alimentos e de matéria prima buscando o atendimento do mercado interno. (PLANO NACIONAL DA REFORMA AGRÁRIA, pg.11).

Os agricultores do Guandu e do Parque Estoril foram violentamente expulsos das terras paradas que pretendiam e pretendem cultivar. Agora estão ao relento, acampadas em condições extremamente precárias. Querem trabalhar e se integrar na sociedade como produtores de alimentos. Diante da orientação anunciada pelo Governo, reclamam e contam serem atendidos para que possam contribuir para o bem comum e ganhar o sustento de suas famílias.

Rio de Janeiro 11 de junho de 1985

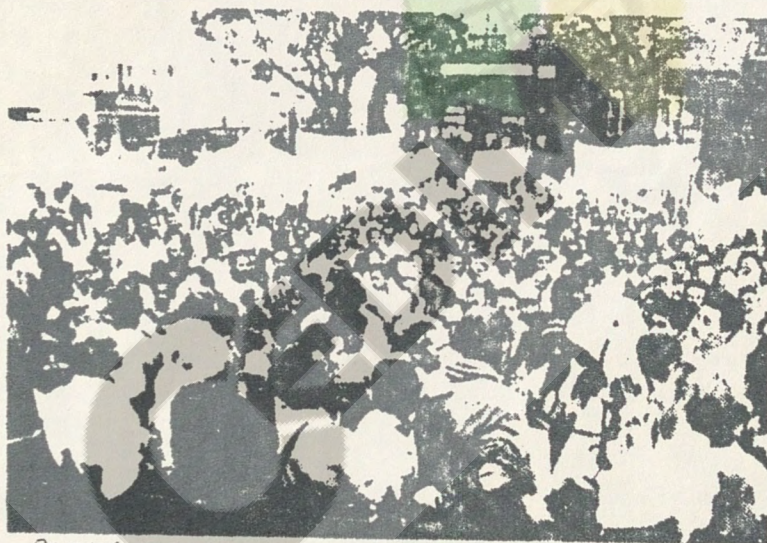
Coordenação Estadual dos
Trabalhadores Rurais Sem Terra

Camponês pede terra

Cerca de mil camponeses de Nova Iguaçu fizeram ontem, no Centro da cidade, caminhada - da Central do Brasil até a sede do Incra, no Largo de São Francisco - pedindo reforma agrária. Já. Todos foram expulsos dos Parques Guandu e Estoril, depois de ocuparem a terra e plantarem. As expulsões se deram próximo à colheita. No Incra, eles foram recebidos pelo diretor-adjunto Agostinho Guerreiro. Página 7.



Depois da passeata, os camponeses fizeram manifestação na porta do Incra



Os manifestantes fizeram caminhada da Central do Brasil até a sede do Incra, no Largo de São Francisco

Agricultores pedem terras abandonadas para cultivar

Mais de 500 agricultores do Guandu e do Parque Estoril, em Nova Iguaçu, que há 20 dias foram violentamente expulsos das terras abandonadas que pretendiam cultivar naquela localidade, realizaram uma caminhada ontem pela manhã, da Central do Brasil até o Largo de São Francisco, onde está localizada a sede do Instituto Nacional de Reforma Agrária (Incra). Foram pedir a sua diretoria recém-empossada, a imediata desapropriação "daquelas terras férteis para a agricultura que estão improdutivas há mais de 10 anos". Segundo o presidente do mutirão dos camponeses de Campo Alegre, Laerte Rezende, a desapropriação beneficiará a mais de 10 mil pessoas.

Como o diretor do Incra, Antônio

Modesto da Silva, está em Brasília, uma comissão de lavradores foi recebida pelo diretor-adjunto, Agostinho Guerreiro, que afirmou que o Departamento de Desapropriações já está estudando uma solução para o problema dos posseiros do Guandu, que invadiram um local que consta do cadastro oficial do Incra com a seguinte denominação: latifúndio improdutivo. Agostinho Guerreiro disse que uma decisão final sobre o caso deverá ser anunciada nos próximos dias.

Já as terras do Parque Estoril pertencem à União e estão sob o domínio do Ministério da Agricultura, que precisa detectar a sua liberação. Portanto não depende diretamente de nós, explicou Agostinho Guerreiro.

Baixada quer terra para plantar

Jurandir Costa



Cerca de mil lavradores da Baixada Fluminense realizaram passeata, ontem, pelas ruas do Rio e foram se concentrar diante do prédio do Incra, no Largo de São Francisco. Eles reivindi-

cavam a desapropriação do Parque Pastoral e uma área do Guandu, de onde foram expulsos, há 20 dias, por soldados armados. "Queremos plantar" — diziam as faixas.

O Fluminense

Lavrador de Nova Iguaçu faz passeata e tumultua o Rio

O Incra — Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, depois da manifestação e protesto de lavradores de Nova Iguaçu, que paralisou o Centro do Rio, prometeu, ontem, acelerar o processo de desapropriação das terras do Guandu, assim como, solicitar do Ministério da Agricultura resposta para a utilização das terras do Parque Estoril, conforme informou Agostinho Guerreiro, diretor-adjunto do órgão no Rio.

Cerca de mil lavradores das terras do Guandu e do Parque Estoril, em Nova Iguaçu, saíram em passeata da Central do Brasil e percorreram a Avenida Presidente Vargas, a Avenida Rio Branco, Rua Sete de Setembro e se concentraram no Largo de São Francisco, em frente ao Incra, onde diversas pessoas usaram da palavra pedindo desapropriação das terras do Guandu e do Parque Estoril.

O presidente do Mutirão de Nova Aurora, Laerte Rezende de Bastos, informou que há 20 dias policiais militares invadiram as áreas do Guandu e de Parque Estoril, expulsaram os lavradores; destruíram suas plantações e ainda os cercaram levantados por eles, "sob o pretexto de que o Juiz de Nova Iguaçu, José Ma-



Os manifestantes paralisaram as principais ruas do Centro do Rio

galhães Peres, tinha dado uma liminar detorando prejudicadas com esse ato. Agora, todas as nossas famílias estão acampadas na estrada próxima ao local. Queremos justiça das autoridades. A terra deve ser de utilização de interesse social".

quem nela trabalha e não daqueles que se dizem donos e nada fazem por ela".

Ao invés de carregarem pás, ancinhos, picaretas e enxadões, os cerca de mil lavradores seguravam cartazes e com dizeres como "A terra parada é um crime. Queremos trabalhar", e, "Operário Camponês unido com Sarney", além de cantarem "Um, dois, três, quatro, cinco mil, queremos trabalhar nas terras do Brasil".

Após a concentração no Largo de São Francisco, os líderes foram até a diretoria do Incra e lá pediram a desapropriação das terras do Guandu e do Parque Estoril. Na oportunidade, Agostinho Guerreiro informou que o levantamento do Guandu já foi enviado à Brasília. Agora, pediremos aos nossos companheiros do Departamento de Desapropriação, para acelerar esse processo.

Quanto ao problema do Parque Estoril, Agostinho Guerreiro disse que a terra é da própria União. Por isso, não é necessário ser desapropriada. No entanto, acentuou que o Ministério da Agricultura é responsável pelas terras do Parque Estoril. "daí estamos aguardando uma resposta para a liberação daquela área para de utilização de interesse social".

Camponeses pedem reforma agrária, já

Uma passeata, ontem, pelo centro da cidade, pediu Reforma Agrária já. Cerca de mil camponeses de Nova Iguaçu, envolvidos em atritos de terra, caminharam da Central do Brasil até a sede regional do Inera, no Largo de São Francisco, denunciando a ação violenta de grileiros na região ribeirinha dos rios Guandu, São Pedro e Santo Antônio, naquele município da Baixada Fluminense e, manifestando apoio à implantação do Primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária da Nova República.

No Inera, eles pediram a desapropriação de várias áreas de Nova Iguaçu, muitas já ocupadas por trabalhadores rurais, especificamente as dos Parques Estoril e Guandu, de onde 460 famílias foram expulsas, sob a mira de armas, no dia 23 do mês passado, por grileiros. Essas famílias estão acampadas na Estrada das Limeiras, em Engenheiro Pedreira, passando necessidades e, ainda por cima, sendo ameaçadas de morte, conforme denunciou o líder camponês Laerte Resende Bastos, presidente do Mutirão Nova Aurora, uma das áreas ocupadas pelos lavradores.

ESPERANÇA

O diretor regional do Inera, Modesto da Silveira, estava em Brasília participando de uma reunião sobre reforma agrária convocada pelo Presidente Sarney, mas o diretor-adjunto, Agostinho Guerreiro, falou aos manifestantes concentrados em



Mais de mil camponeses querem terra para plantar

frente ao Instituto de Filosofia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Ele disse que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária já encaminhou ao seu Departamento de Desapropriações o processo de solução para a questão do Parque Guandu, de 278 hectares, no dia 20 do mês passado. Explicou que a sede do Instituto, no Rio, vai pedir que o processo seja breve. Quanto ao Parque Estoril, ele esclareceu que toda a área pertence à União e que o Inera-RJ está esperando resposta da Delegacia Federal do Ministério da Agricultura, que detém o domínio daquelas terras, para regulamentar a situação das famílias que a ocuparam.

Segundo ele, as possibilidades de se acabar com os conflitos, naquela região, dentro em breve, são

grandes. "Sabemos que a situação é dramática e esta manifestação evidencia a necessidade de solução o mais rápido possível", declarou.

SOFRIMENTO

Os Parques Guandu e Estoril foram ocupados no começo do ano. Cerca de 460 famílias ali se instalaram, plantando alcapim, batata, jiló, quiabo, alface, couve e agrião, principalmente. Quando a colheita estava próxima, elas foram expulsas. No Guandu, por oficiais de justiça, apoiados por policiais militares, que cumpriram determinação do juiz José de Magalhães Perez, da 1ª Vara Cível. No Estoril, por vários grileiros.

O juiz deu reintegração de posse do Parque Guandu a Mancini Campanella.

Thais Carmen Campanella de Silva, Miguel de Silva, Floriano Pecanha dos Santos, Nelly Rosa Campanella e Mário César Campanella. Eles destruíram as plantações, com tratores e derrubaram os barracos dos lavradores. No Parque Estoril, segundo o presidente da Comissão de Pastoral da Terra de Nova Iguaçu, Sobral Bráulio Rodrigues, os grileiros mantêm vários vigias armados.

Acampadas em condições bastante precárias, as 460 famílias estão até passando fome. Sobrevivem com a ajuda da Pastoral da Terra, de Nova Iguaçu, e da Secretaria Regional Sul do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra. O desespero as levou a se concentrar, ontem, na Central do Brasil, a partir das 9h e a realizar a passeata até a sede do Inera.

JORNAL DO BRASIL

Lavradores pedem desapropriação

Expulsos há um mês das áreas do Guandu e Parque Estoril, em Nova Iguaçu, cerca de 300 lavradores saíram ontem em passeata pelo Centro do Rio até a diretoria regional do INERA, no Largo de São Francisco, pedindo a desapropriação de pelo menos 5 mil hectares de terra na região. Esta foi a primeira manifestação pela reforma agrária realizada no Rio após a posse do novo Governo.

Com faixas, cartazes e palavras de ordem reivindicando a reforma agrária "já", os manifestantes chegaram de trem na Central do Brasil, interromperam o trânsito da Av. Presidente Vargas e da Av. Rio Branco e acabaram ouvindo do coordenador adjunto do INERA, Agostinho Guerreiro, a promessa de que as áreas do Guandu e Parque Estoril serão desapropriadas brevemente.



O Mutirão do Guandu, formado por trabalhadores de Nova Iguaçu, protesta nas ruas

Desemprego atingiu 100 mil trabalhadores

Envolvendo 50 mil pessoas, aproximadamente, o Estado do Rio tem 33 municípios com sérios conflitos de terras. Os latifundiários somam 119, e, segundo pesquisas, o número de desempregados chega a 100 mil trabalhadores.

Desde 1978 os impasses já provocaram cerca de 200 prisões e 25 mortes. Os maiores focos de tensão, segundo relatório da Contag - Confederação dos Trabalhadores na Agricultura - estão localizados nos Municípios de Paraty, Nova Iguaçu, Cabo Frio e Cachoeira de Macacu.

Cerca de 200 trabalhadores de Nova Iguaçu, esta semana, saíram às ruas em protesto porque foram expulsos das terras que ocupavam nas Fazendas Parque Estoril, na Vila de Cava, e Boa Esperança, em Engenheiro Pedreira. O clima nos dois locais é bastante tenso.

A Fazenda Estoril pertence ao Ministério da Agricultura desde 1960. Os posseiros já foram despejados, em 1981, e a área, na ocasião, foi invadida por grileiros. Como a situação voltou a piorar, os posseiros continuam insistindo na regularização das posses.

A situação é pior na Fazenda Boa Esperança, em Engenheiro Pedreira, onde, depois de dois meses tratando da terra, 87 famílias foram despejadas por decisão do Juiz José Magalhães Peres. Integrantes do denominado Mutirão do Guandu, os trabalhadores não têm para onde ir.

Diversas cabanas de sapé e capim rabo de burro foram erguidas no meio da rua de Engenheiro Pedreira. As casas abandonadas do local estão sendo invadidas, enquanto as terras que ocupavam guardadas por policiais.

Ainda em Nova Iguaçu, há problemas nas Fazendas Reunidas Normandie, onde 130 famílias aguardam reconhecimento das posses e titulações. As terras foram desapropriadas pelo Governo do Estado em 1961, para fins de in-

teresse social e está totalmente ocupada mas há conflitos com grileiros.

As Fazendas Barra Grande e Taquari, em Paraty, foram desapropriadas pelo Incra, mas ainda não regularizadas. Parte dessas fazendas não foi incluída no decreto desapropriatório, ficando dezenas de posseiros sem possibilidade de regularizar suas posses. Cerca de 250 famílias encontram-se nessa situação.

Também há necessidade de regularização das posses na Fazenda Paraty-Mirim, desapropriada em 1960 pelo Governo do Estado. No Parque Nacional da Serra da Bocaina, 300 famílias aguardam a regularização de suas terras, uma vez que os posseiros, além das pressões do IBDF, vêm sendo ameaçados por grileiros.

Em Cachoeira de Macacu, além da necessidade de regularização, porque a desapropriação ocorreu desde 1981, existe um outro fato considerado grave. A Fetaf e a Contag querem a apuração de responsabilidade pela inutilização de quase totalidade das terras rurais férteis da área quando foram gastos milhões de cruzeiros num projeto de irrigação que não funcionou.

O Município de Macaé também responde por sérios conflitos. Há problemas nas fazendas Crubixais, Salto, Bicuda e Pequena. A Fazenda Crubixais, com 32 famílias, foi desapropriada em 1983 pelo Governo Estadual com outras finalidades. Como nenhuma delas foi efetivada os trabalhadores reivindicam a titulação.

No final do mês passado, cerca de 200 famílias com enxadas, foices e machados demarcaram três alqueires na Virgem Santa. A Polícia Militar precisou ser mobilizada para evitar que o problema deixasse saldo drástico. O problema não foi ainda totalmente contornado. No Município de Cabo Frio, o maior problema refere-se à parte da Fazenda Campos Novos, que, embora desapropriada, a situação dos posseiros ainda não foi regularizada.

Lavradores expulsos das terras acampam na estrada

Jornal dos Sports

Quarta-feira, 12/6/85

O direito de usar terras abandonadas para garantir a subsistência através da agricultura era a principal reivindicação de centenas de pessoas que, ontem, fizeram um protesto na Central do Brasil representando os 400 camponeses que, ocupando áreas rurais não utilizadas de Nova Iguaçu, em Engenheiro Pedreira e Parque Estoril, há dois meses, receberam uma repentina ordem de despejo, há 20 dias, por parte dos proprietários. No momento, elas estão acampadas nas estradas que margeiam estas terras, à espera de uma posição do Inera, que prometeu comunicar o fato ao Governo Federal, em Brasília.

Estes camponeses são pessoas muito pobres e desempregadas que viviam na periferia de Nova Iguaçu. A medida em que foram sabendo da existência daquelas terras vazias, sem cercas, cujos proprietários não reclamavam há décadas, eles foram se agrupando e iniciando pequenas plantações de alho, batatas e hortaliças. Segundo Laerte Resende Bastos, residente na localidade rural de Campo Alegre, também em Nova Iguaçu, os lavradores receberam a ordem de despejo sem nenhum aviso prévio e os proprietários são conhecidos, apenas, pelos nomes de Alberto, no Parque Estoril, e Campanella, em Engenheiro Pedreira. No Parque Estoril, inclusive, houve uma intimidação violenta por parte dos que eles chamam de grileiros e, há poucos dias, foram dados 200 tiros à noite, com o intuito, segundo Laerte, de assustar os que ainda resistiam e permaneciam nas



Os camponeses pedem terra para eles e cadeia para grileiros em seus carinzas

terras. O bando era chefiado por Pedreira esta sendo apoiado pela um homem conhecido como Zea Federação das Associações de Moradores de Nova Iguaçu, Pastores, ao conhecimento do Governo do Estado da Terra e sindicatos. On- Estado, que passou a respon- tem, durante o protesto, foi dis- sabilidade para o Inera. Laerte tribuiu um documento à po- diz, no entanto, que a única punição explicando que o "problema da terra no Brasil é, prioritário, tendo que ser garantida que se pede ao Gover- nador é de que não haverá mais hoje, enfrentado com coragem pelo lavradores pretendem voltar, com Governo. A Reforma Agrária é suas famílias, para as terras de hoje uma bandeira que deve en- onde foram retirados. "Não caminhar para o atendimento dos queremos roubar terra de nin- reais interesses da maioria dos lavradores, desempregados e guém, só queremos uma chance migrantes deste País", e continua de trabalho", reclamavam.

APOIO

O movimento dos lavradores do Parque Estoril e Engenheiro terra é produzir e agasalhar o

homem, portanto a terra é de quem nela efetivamente trabalha. Vivendo o drama de tantos lavradores sem terra do Brasil e da América Latina, nós, pequena parcela desse povo, habitando a Baixada Fluminense, estamos aqui para exigir nossos direitos, buscando solução justa para o problema que encaminhamos ao Inera". Assinando o documento estão entidades como a Caritas Diocesana de Nova Iguaçu, Comissão de Justiça e Paz de Nova Iguaçu, MAB (Associação de Moradores), Fetag, Famerj, Comissão da Pastoral da Terra e Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nova Iguaçu.

CAMPANHA DA SOLIDARIEDADE AS FAMÍLIAS DE GUANDU

Um grupo de pessoas das Comunidades da Paróquia da Catedral, foi no dia 23 de maio até o Município de Nova Iguaçu, visitar e apoiar as 87 famílias que vivem ao relento, abrigando-se em cabanas feitas de capim à beira da estrada. Elas foram tiradas de suas terras à força, por capangas. Onde já haviam plantado alho, milho, feijão, maxixe, laranjas, etc. Estas famílias estão vivendo em tormento. O Senhor Paulo Roberto, falou ao grupo pelas 87 famílias dizendo: "Nós vamos lutar até o fim para ter as terras de volta. Nós não temos líder. Todos lutamos pelo mesmo ideal. No momento o nosso maior líder é a fome e a falta de moradia". Enquanto o seu Paulo Roberto conversava para o grupo a luta que estão passando, os capangas que ali se achavam olhavam uns para os outros e cochichavam. No meio de tantas tristezas e sofrimentos, o grupo teve momentos de alegrias com a presença das pessoas de Caxias. Todos se uniram, cantaram, rezaram e foi lido um trecho do livro de Jó 24, 1-8. Frei David, Irmã Arlete e outras pessoas deixaram para aquelas famílias uma mensagem de conforto e de fé, incentivando-as a permanecerem firmes na esperança de um dia conseguirem de volta as terras. O grupo da Catedral levou um total de 600 quilos de alimentos, resultado da Campanha de solidariedade promovida pela paróquia. Todos levaram e guardaram a Deus dando testemunho de fé e de coragem. Muitas famílias pertencem a outra religião. Há 200 hectares de terra fértil esperando ser cultivada.

O MENSAGEIRO DA COMUNIDADE
JUNHO DE 1985

Posseiros expulsos querem voltar à área ocupada

Oitenta e sete famílias de posseiros — 435 pessoas — que ocupavam há dois meses uma área de, aproximadamente, 300 hectares, no Distrito de Engenheiro Pedreira, estão negociando com o Incra, o retorno ao local, de onde foram retirados no dia 13 deste mês por força de uma liminar de reintegração de posse, sob a ação violenta de policiais civil e militar.

Um dos posseiros, Ladair Antonio da Cruz, 48 anos, lembrou que os policiais, naquela ocasião, nada fizeram para conter a fúria de um capataz da Fazenda Campanela — cujo dono reivindica a propriedade da área —, conhecido como "Mané Campanela", que derubou e queimou cerca de 60 barracos, onde residiam os ocupantes. A Federação dos Trabalhadores da Agricultura, com sede em Niterói, encaminhou um documento de protesto ao Incra, de repúdio contra a retirada dos posseiros.

JAGUNÇOS AMEAÇAM

Há cerca de dois meses, cerca de 30 famílias, constituídas de pessoas desempregadas e em geral descendentes de lavradores e oriundas de diversos Estados bres-

leiros, entraram na área, que faz divisa com a Fazenda Campanela, próximo ao bairro do Guandu. Nos dias seguintes chegaram as outras famílias, vindo cada uma a ocupar lotes dimensionados em 3 mil metros quadrados.

João Vicente de Paula, 58 anos, seis filhos com idades entre 2 anos e 16 anos e a mulher, pedreiro desempregado há cerca de três anos, disse que deseja voltar ao local, onde todos já mantinham pequenas lavouras, com produção destinada à sua própria subsistência e à venda em pequena escala nas feiras-livres do município. Mas, a dificuldade de voltar é muito grande. Sem contar que a Justiça foi quem os retirou, a área vive guardada por jagunços armados que ameaçam de morte qualquer pessoa que se disponha a retornar.

João Vicente de Paula disse que os posseiros estão em casas de parentes ou de pessoas amigas, mas muitas famílias continuam acampadas à beira da estrada que dá acesso ao local, protegidas apenas por barracas, que não suportam guarnecê-las mesmo quando cai uma pequena chuva. Antes de serem expulsos, os lavradores mantinham plantações de alpinia,

banana, laranja, coco, mamão, além de cultivarem hortas. Hoje, os jagunços os ameaçam até com metralhadoras.

"QUEIMAR TUDO"

Atualmente, os lavradores contam com o apoio da Diocese de Nova Iguaçu, através da Comissão de Justiça e Paz e da Pastoral da Terra. Em um documento enviado ao diretor regional adjunto do INCRA, Domenico Juarez Miceli, a Federação dos Trabalhadores da Agricultura critica a reintegração de posse, despachada em Nova Iguaçu pelo Juiz José Magalhães Peres, considerando que "a medida não levou em conta a situação social que os ocupantes estavam tentando arrancar o seu próprio sustento em lavrar a terra".

A entidade reivindica a desapropriação de toda a área "por interesse social que beneficiará 435 pessoas com urgência e regularização fundiária e sua titulação definitiva com apoio técnico (...)".

Ladair da Cruz, 48 anos, 4 filhos, contou que no dia em que foram retirados por medida judicial, o oficial de Justiça se fez acompanhar por três camburões

da Polícia Militar, além de policiais civis. Um capitão da PM, de nome Carvalho, ao lado de soldados fortemente armados, ameaçava botar fogo em todos os barracos — feitos de sapé —, desse modo, conforme contaram os lavradores: "Ou sai na paz ou serei obrigado a acender um fósforo e queimar tudo". Nos dias seguintes, toda a lavoura foi estragada pelas pisadas do gado, solto com esta intenção pelos jagunços e capatazes da Fazenda Campanela.

Tanto Ladair Antonio Cruz quanto João Vicente de Paula lamentam que tenham sido obrigados a sair do local, argumentando que toda aquela área mantinha-se improdutiva, sem nenhuma utilidade. "Há mais de trinta anos estava tudo parado e ninguém se incomodava. Bastou que criássemos uma lavoura para que aparecesse um dono", queixaram-se, para acrescentar que diretores do INCRA lhes disseram que existe possibilidade de que a área seja desapropriada e que até o momento, "nenhum político apareça para nos emprestar apoio e solidariedade".

PM protege fazenda ameaçada de invasão em Vila de Cava

Cerca de 20 soldados do 20.º BPM, armados de revólveres e fuzis, estão, desde a última terça-feira, à noite, dando proteção à Fazenda Dandó, em Parque Esteril, Vila de Cava, Nova Iguaçu. Segundo o comandante do 20.º BPM, Humberto Fonseca, o policiamento vem sendo feito em atendimento à solicitação apresentada pelo Comando Geral da PM, devido a ameaças de invasão no local. Ele garantiu que a proteção é uma medida preventiva e continuará até que o problema seja resolvido.

Próximo à Fazenda, desde 1981, posseiros vêm tentando obter uma área de 430 alqueires de terra, pertencente ao Ministério da Agricultura. A ameaça de invasão vem detendo apreensivos proprietários de fazendas e sítios próximos ao local, que pediram proteção à PM. Os posseiros acamparam a Polícia Militar de dar proteção aos grileiros que agem na região. Se-

gundo eles, na terça-feira, o grileiro conhecido como "Zé Barbudo" acompanhado por capangas fortemente armados, invadiu a área e fez diversos disparos para intimidá-los. Algumas cápsulas das balas disparadas, foram recolhidas pelos posseiros e apresentadas esta semana ao Secretário de Estado de Justiça, Vivaldo Barbosa, que adiantou que todas as providências serão tomadas para que a situação seja resolvida e que eles receberão a resposta junto à Pastoral da Terra, em Nova Iguaçu.

O comandante do 20.º BPM lembrou que a propriedade legal tem que ser preservada, daí a necessidade da manutenção dos soldados no local. Segundo ele, os soldados estão armados porque sempre trabalham assim. "É rotina", disse. Humberto adiantou ainda que, até agora, não foi registrada qualquer violência no local.

IVº ENCONTRO REGIONAL DA CPT-RIO

Japuíba, 26-29 de abril de 1979

PARTICIPANTES:

22 lavradores, 2 pescadores, 1 operária, 3 representantes sindicais, 1 advogado, 1 técnico da FASE, 5 padres, 2 irmãs e 2 outros agentes de pastoral; total 39, dos quais 31 tempo integral.

Eles representaram as dioceses de Nova Friburgo, Nova Iguaçu e a região litoral Angra dos Reis-Paraty.

MÉTODO DE TRABALHO

Desde o início, os lavradores tomaram parte na organização do encontro. Para compor a equipe de coordenação, o plenário escolheu 5 lavradores e 3 agentes de pastoral, mais 2 observadores. Foram eles que conduziram os trabalhos durante estes 4 dias do encontro.

Houve celebrações diárias, que, pela presença de 3 lavradores evangélicos, tiveram um cunho ecumênico.

ASSUNTOS DA PAUTA

Os primeiros dois dias seguiu-se o programa provisório que tinha como principal objetivo o entrosamento de todos os participantes entre si e na realidade regional e nacional do campo, através de depoimentos em grupos e plenários. No final houve uma exposição sobre a posição da Igreja Católica, a partir da Conferência dos Bispos em Puebla, e uma síntese da máquina opressora do homem do campo.

Com esta base, os lavradores decidiram partir para um estudo sobre:

FORMAS DE RESISTÊNCIA

Diante das ameaças, injustiças e todas as arbitrariedades dos poderosos e daqueles que estão ao lado destes, os lavradores chegaram a algumas palavras-chaves para expressar formas de resistência.

1. CONSCIÊNCIA: O povo lavrador não está sabendo das coisas que há atrás das injustiças cometidas contra ele, e se sente incapaz para agir. Os seus líderes também são pouco esclarecidos, ou pouco capazes. Mesmo os sócios dos sindicatos não são conscientizados.

Precisamos procurar pessoas (assessores) que nos ajudem na conscientização.

2. UNIÃO: Os pequenos que se sentem fracos devem se unir, para juntos serem fortes, para se animar, encorajar para a luta. Base para tudo é a união dos lavradores. É preciso resistir em comunidade e levar a todos a participar desta união. Devemos aproveitar as possibilidades que nos oferecem as religiões e os sindicatos, com seus prédios e outras facilidades.
3. SINDICATOS: Devemos lutar para conseguirmos sindicatos mais fortes, sem pelegos; reivindicar delegacias sindicais.
4. ORGANIZAÇÃO: É preciso que os lavradores se organizem, a partir da união que já conseguiram. O órgão próprio é seu sindicato.
5. PARTICIPAÇÃO NA DIREÇÃO DA SOCIEDADE: Falta democracia no país. Daí é necessário que os lavradores entrem nos órgãos que dirigem a sociedade e participar na sua direção. É preciso chegar à mudança das estruturas através: 1) eleições diretas (:participação direta do povo na política); 2) mexer com as leis para poder fixar o homem na terra (o que evita migrações, marginalização, criminalidade); 3) cobrar das autoridades competentes o que é de direito.

Nestes cinco pontos, a base tem todo um programa de ação.

DECISÕES PRÁTICAS (em nível de região)

1. COORDENAÇÃO REGIONAL DA CPT-RIO

Modo de composição: Foi proposta e aceita uma coordenação que seria uma equipe com representantes, não tanto de cada diocese, e sim de cada área onde os trabalhos da CPT funcionam bem. Estes representantes, então, deveriam ser, um coordenador regional mais pessoas escolhidas pelos lavradores da área. Os candidatos seriam lavradores ou agentes de pastoral, conforme melhor acharem. Mas ficou em pé também que os bispos destas áreas devem homologar estas escolhas.

Esta decisão vale de experiência, até o próximo encontro de outubro. Até lá vamos ver se pode funcionar assim.

Membrs escolhidos:

- 1) Pe. Pedro, coordenador regional
- 2) Sr. Manoel Moraes da região Angra dos Reis
- 3) Sr. Acir, da Região Paraty
- 4) Sr. Braulio, da região Nova Iguaçu
- 5) Pe. Joaquim van Leeuwen, da região Cachoeiras.

Tarefas: Estudar e encaminhar propostas concretas;
 Estender o movimento para outras áreas de problemas rurais.

Frequência das reuniões: Duas reuniões, entre os encontros regionais semestrais.

Em cada área representada por um companheiro que foi escolhido, este tentará organizar sua equipe local da CPT.

2. SECRETARIADO REGIONAL

Ficou claro que a nossa região precisa de um pequeno secretariado, num lugar mais central, p.ex: Nova Iguaçu, com comunicação fácil com o coordenador regional e todos os outros companheiros da região. Neste secretariado deve funcionar também um serviço de informações e documentação, que ajudará os lavradores a terem mais contato com a luta dos companheiros pelo Brasil afora, com estudos, trabalhos, cartilhas, leis, etc., que possam ajudá-los.

Para a concretização deste secretariado é preciso primeiro estudar bem o assunto, e tomar contato com os bispos de nossas áreas.

Financiamento?

- 1) Ver as possibilidades dos bispos,
- 2) Campanhas nas bases e paróquias,
- 3) Campanhas em dioceses ricas (p.ex: Rio) entre cristãos de movimentos especializados: MFC, Cursilhos...
- 4) Em última instância: projetos de fora do país.

TAREFAS A SEREM ENCAMINHADAS PELA COORDENAÇÃO REGIONAL

3. FORMAS DE SOLIDARIEDADE

Quase todos os dias a gente escuta falar em casos de violência cometidas contra lavradores ou outros grupos de pessoas, dentro da área da gente, dentro da região, ou dentro do país. Cada vez são tantas pessoas em desespero que precisam de nosso apoio, para poder aguentar a luta e não desistir. Este apoio faz com que eles não se sintam abandonados; que saibam que não são os únicos a lutar, mas que todos os companheiros da região ou do país estão firmes ao lado deles, também para ajudar na mudança total da região ou do país.

Agora, a gente tem que cuidar muito. Cada caso tem que ser estudado com calma. A gente deve estar bem por dentro do assunto para não fazer bobagens. Também é preciso saber quais são os casos que mais precisam de apoio; senão, a gente talvez se gaste a toa e deixa de tomar uma atitude para casos mais urgentes.

Além disso, é importante aguardar o momento certo, senão poderia até atrapalhar as pessoas que estão sofrendo, ou fazer esforços desperce-

bidos ou sem efeito.

Às vezes a solidariedade deve ser realizada em união com outros grupos ou pessoas.

FORAM LEVANTADAS AS SEGUINTE FORMAS DE SOLIDARIEDADE:

- 1) Fazer um levantamento de todos os casos de despejo no Estado do Rio.
- 2) Apoiar o Congresso Nacional dos Lavradores em Brasília, 21-25 de maio.
- 3) Marcar reuniões com apoio de sindicato e CPT juntos, em lugares de ameaço.
- 4) Comemoração do dia 1º de maio.
- 5) Criar uma comissão de solidariedade e apoio a todas as lutas e reivindicações no campo e na cidade, em todo Brasil.
- 6) Que as denúncias sejam comunicadas a esta comissão.
- 7) Estudar a possibilidade de participar na Comissão Estadual contra a construção da Usina Atômica em Angra dos Reis.
- 8) Apoiar o Comitê Brasileiro de Anistia.
- 9) Fazer mutirões para a construção de estradas, pontes, casas, etc; listas para ajudar em casos de doenças, enterros, etc...

Na primeira reunião da Coordenação, este assunto vai ser estudado, e, se for possível formar um grupo (comissão), para executar as diversas formas de solidariedade.

4. ECUMENISMO NA CPT

A CPT tem sua origem na fé cristã e o compromisso conseguinte com a causa de Jesus, a transformação deste mundo. Pela situação em que vivemos hoje, os lavradores e todos os trabalhadores rurais no Brasil, sentem que estão no centro da causa de Jesus. A causa deles pede uma transformação total, radical, uma libertação de todas as formas de escravidão, opressão e pecado, a ser feito por eles e com eles. Como está, a situação é insuportável. Neste ponto não pode haver divergência entre católicos e evangélicos.

Felizmente, muitos cristãos sentem assim e já chegaram a trabalhar juntos na CPT, tanto em nível nacional quanto local. Na nossa região contamos há tempos com esta feliz colaboração em vários casos concretos, tanto que neste último encontro participaram 3 evangélicos, lavradores ao lado dos católicos. Sabemos, portanto, que não todos estão abertos para esta colaboração e que precisa ser feito ainda um caminho grande de aproximação mútua.

Em vista disso, esta assembleia da CPT assumiu as seguintes decisões a respeito da colaboração de cristãos de várias denominações:

- 1) Criar uma equipe (comissão) da CPT para dialogar com as várias lideranças religiosas locais.
- 2) Partindo da realidade de cada lugar, tentar um trabalho em grupo com as pessoas dos diferentes credos religiosos.
- 3) Incentivar a cooperação entre as várias comunidades locais com o objetivo de ajudar o trabalhador rural.
- 4) Os grupos organizados devem procurar abrir espaço para todas as pessoas de boa vontade.

5. ALIANÇA COM OPERÁRIOS

A cada dia fica mais claro que a luta pelos direitos dos lavradores é semelhante à de outros grupos de brasileiros, especialmente dos operários. O encontro contou com a presença feliz e experiente de uma operária que mostrou a situação humilhante em que vivem todas estas grandes massas de operários. Apesar da existência de leis protetoras, eles não chegam a poder exigir o que seja de direito. Igual às massas dos lavradores. Além disso, tudo é feito para que lavradores e operários não se encontrem e não se unam para lutar juntos. Porém, seria essa a força dos dois grupos, se fossem um grupo só.

Disso a assembléia tirou estas conclusões:

- 1) Lutas pela autonomia sindical entre todos os sindicatos de trabalhadores, na cidade e no campo.
- 2) Os lavradores devem convidar operários para participar de círculos bíblicos e vice-versa, aonde for possível.
- 3) A CPT deve tentar entrar em contato com a pastoral operária e promover encontros mixtos de lavradores e operários.
- 4) Divulgar a história das lutas de operários e lavradores.
- 5) Convidar operários para lutar juntos com os lavradores pela Reforma Agrária.
- 6) Fazer visitas nas casas dos companheiros, lavradores e operários, levando a mensagem.
- 7) Estudar a possibilidade de aliança também com os estudantes.

6. DENÚNCIAS

Os lavradores e trabalhadores rurais assalariados passam por um sem fim de injustiças. Por isso foi proposta a fundação de uma comissão na CPT, que estude os vários casos para preparar a denúncia destas injustiças, a ser comunicada a jornais, sindicatos, políticos, superiores civis e religiosos (bispos, pastores, etc).

Tratando-se de assuntos delicados, a primeira exigência é que todos os dados devem ser verificados, o que pede investigações rigorosas. Outra exigência é que não se tira a responsabilidade dos lavradores envolvidos, para que o caso não vire paternalismo.

Entre as injustiças enumeradas por alto pelos lavradores presentes somamos: - despejos de lavradores e pescadores, ou ameaças de despejo, na Região;

- o escândalo dos preços dos produtos agrícolas, pagos aos produtores, em comparação com o preço do mercado. A máfia dos intermediários e suas maquinações; p.ex: quiabo na região de Cachoeiras - banana e peixe no litoral - existência da "orelha do burro"...
- A falsa "Reforma Agrária" da área de Papucaia, e a exploração dos colonos;
- a quase total inobservância das leis do trabalho no caso dos trabalhadores rurais assalariados no E.do R.

7. ASSEMBLÉIA NACIONAL DA CPT EM GOIÂNIA (24 - 29 de set. de 1979)

- Objetivos: - encontro para fazer eco em nível nacional daquilo que acontece no campo;
- avaliação dos trabalhos da CPT
- previsão de instrumentos necessários;
- possibilitar encontro e troca de experiências a trabalhadores e animadores da CPT em âmbito nacional;
- posicionar-se em relação às situações mais gritantes, buscando assumir conjuntamente, exercitando a solidariedade.

Foram estas os objetivos sugeridos pela CPT Nacional.

Quais são as sugestões dos lavradores da CPT- Rio?

- Participantes: Foram convidados 5 pessoas de cada região, das quais uma seja o coordenador regional, 3 ou 4 lavradores e ao máximo um agente de pastoral além do coordenador (no caso que se escolhe 3 lavradores). Nossos bispos tem livre acesso!

Decidimos que da nossa região vão 4 lavradores e o coordenador regional. Os lavradores sejam representantes das áreas seguintes: Cachoeiras de Macacu (1), Nova Iguaçu (1), Angra dos Reis (1) e Paraty (1).

Das bases pedimos quanto antes sugestões a respeito dos objetivos.

8. PESQUISAS DE GRANDES EMPRESAS

Cada região deve colaborar para se conhecer melhor a situação de-saistrada do homem do campo. Todos sabemos que esta está muito ligada à presença das grandes empresas nacionais e multinacionais que ocupam o campo e as praias.

O secretariado nacional da CPT mandou um roteiro para facilitar o trabalho. A coordenação regional vai elaborar um plano para executar esta pesquisa na Região.

9. PESQUISA SOBRE A HISTÓRIA DA TERRA

Trata-se de um estudo sobre todas as lutas de terra na sua região, até onde a memória vai, com as vitórias e derrotas dos lavradores nelas.

A coordenação regional vai elaborar um plano e tomar contato com a FETAG, que está fazendo um trabalho semelhante.

10. PUBLICAÇÕES DA CPT.

Pede-se às bases que mandem sugestões sobre todo o material que lhes chegam às mãos, inclusive com suas críticas construtivas:

- O BOLETIM da CPT-Nacional
- O CALENDÁRIO da CPT
- A CARTILHA de nossa Região: "O Lavrador e Sua Terra".., etc.
- FITAS GRAVADAS...
- Outras publicações...

11. 1º de Maio : DIA DO TRABALHADOR

Foi esclarecido que este é o dia de todos os trabalhadores: do operário e do homem do campo, unidos na mesma luta pelos seus direitos e sua dignidade humana, por causa de sua origem histórica, marcada pelo sangue dos operários mártires.

O dia 25 de julho é oficialmente o dia do lavrador, mas não tem esta origem histórica heroica. Pode haver razões psicológicas e outras para que os lavradores também celebrem aquele dia, mas melhor mesmo fica o dia 1º de maio.

12. CONGRESSO NACIONAL DE TRABALHADORES RURAIS, organizado pela CONTAG para os dias 21 - 25 de maio de 1979 em Brasília.

No plenário foram dadas informações importantes sobre este Congresso, pelo presidente da FETAG, Sr. Eraldo Lírio de Azeredo.

13. PRÓXIMO ENCONTRO REGIONAL DA CPT-RIO

Todos estão de acordo que seja no dia 25-28 de outubro de 1979 no centro de formação de ARROZAL (diocese de Volta Redonda). As bases são pedidos a mandar sugestões a respeito dos assuntos a serem tratados.

ENCONTRO REGIONAL DA CPT

Moquetá - Nova Iguaçu

27,28 e 29/10/1978

I- PAUTA:

- . Informações sobre a realidade dos lavradores na Região
- . Por que as coisas acontecem deste jeito ?
- . Quais as causas ?
- . União de forças contra as causas do mal - União no trabalho
- . Fé
- . Prática

II- PLANEJAMENTO DOS TRABALHOS E DIVISÃO DO PESSOAL EM EQUIPES DE ESTUDO E SERVIÇO:

Síntese das presenças: 20 lavradores, 3 advogados, 1 Bispo, 4 Padres, 2 Irmãs, 4 Senhoras, 1 representante da FASE, 1 religioso, 1 representante da CPT Nacional, 3 representantes da Confederação dos Trabalhadores Rurais (Niterói), 1 representante do Sindicato de Rio Bonito, 2 do Sindicato de Rezende-Barra Mansa, 2 do Sindicato de Angra dos Reis e Paraty, 1 antigo funcionário do INCRA e representante do Sindicato -Tingüá, 2 representantes do Sindicato de Valença e 1 jornalista.

1) SÍNTESE DA REALIDADE:

- Os lavradores vêem que em muitas coisas o problema é causado pelo INCRA - ele cadastra, cobra, promete, desapropria, cria confusão.
- Falta condução e condição de transportar produtos.
- A maioria do pessoal é assalariado. O Patrão explora. O INAMES dá mais favor aos Donos. O atendimento dos "Serviços" é feito junto: grandes e pequenos e estes, acabam sobrando.
- As "questões" nunca são ganhas pelo Povo. Falta justiça. Não há fiscalização. A Lei não é cumprida. As carteiras profissionais não são assinadas.
- Há violência, guardas-florestais fazem andanças estranhas. Jagunços, armas, Ameaças até do IBDF.
- Documentos falsos dão ganho de causa.
- Gente "intermediária" que não planta, transporta os produtos para a CEASA. Lá não são favorecidos os pequenos produtores e os consumidores.
- Um Governo Estadual desapropria terras, outro vem depois e faz doações- A FLUMITUR entra e vende caro aos Turistas.
- Prefeitos ora estão de um lado, ora de outro.
- Polícia agride e não é justa.
- Furnas faz grilagem.
- Patrões vencem na justiça e dão insignificantes indenizações.
- Empresas compram os lavradores com salários "confidenciais".
- Alguns Sindicatos não atendem aos interesses dos trabalhadores.
- Católicos e Crentes não se unem. Na divisão por motivo religioso - a Comunidade enfraquece e os lavradores saem perdendo.

2) CAUSAS DESTA REALIDADE

Quando a gente vai ao médico conta o que sente. A "realidade" relatada dá o sintoma. A síntese dos relatos é como uma radiografia, disse Beto.

Mas, o bom médico quer saber as causas da doença e pede exame de laboratório. Da água que a gente bebe vêm os vermes.

- Técnica: da saca-rolha.
- Relato dos casos pessoais, experiências de vida no campo. O grupo escolhe um caso a ser representado.
- Desenhos dos fatos - Escolha do desenho que ampliado é apresentado após as dramatizações.
- Interpretação dos quadros por cada grupo.

SÍNTESE: Nos desenhos e nas cenas, apareceram os problemas:

- desigualdade de Propriedade
- União dos trabalhadores

Conclusão apresentada por Frei Beto: A gente vê que a sociedade em que vivemos é como uma árvore. Tem frutos bons e maus, como: fome, desemprego, doença, saúde, capital, etc.

Os frutos bons ficam com os donos da árvore e os ruins, com os que sustentam a árvore: a raiz = os lavradores, os operários. O que mantém firme a árvore, o tronco é o ESTADO - a LEI.

Para curar frutos doentes em árvore doente, é preciso por remédio, mudar leis e políticos.

A árvore que não se cura com os remédios é cortada - e no lugar dela, planta-se outra.

A força da árvore vem da raiz. Só quando a raiz começa a sair da terra que a sufoca, é que vê que não pode viver prá ser guiado pela cabeça do patrão.

É dentro da situação que descobrimos os donos do nosso trabalho. A diferença entre o escravo e o patrão é que este alimenta aquele prá viver e trabalhar mais. Quanto mais filhos fizer, mais mãos de obra e mais baixos salários se terá - até chegarmos ao ponto de não termos vergonha de chamá-lo: "Salário Mínimo".

A solução não é separar frutos bons dos "ruins" - nem cortar os galhos junto ao tronco, pois nascem novos com o mal-velho.

O mal só pode ser cortado pela raiz.

Uma das cenas mostrou a divisão de classes = Rica - Média - Trabalhadores.

Os ricos usam a Classe Média (secretárias). A Classe Média escorrega e vai aos pequenos, desejando subir também.

O Estado deveria ser a força de equilíbrio, com leis justas. Mas, na realidade, aqui, está a serviço dos ricos, contra os trabalhadores.

Outra perna que dá força ao Estado é a ARMA prá repressão.

Os ricos se reúnem com plenos direitos.

Os pequenos, quando se reúnem, são chamados de subversivos.

Mas, quem tem o poder de fazer da nossa Sociedade o que bem entender são os trabalhadores. O poder do trabalhador é tanto mais forte, quanto mais unido está. Assim, na comparação da árvore e da raiz - só os trabalhadores podem fazer correr a seiva - porque eles são a raiz - trabalham e sustentam a árvore.

Nos desenhos e encenações, percebeu-se que o desejo de união está nos pequenos e nos grandes. A gente pensa pela cabeça do rico ou pela cabeça do trabalhador. O importante é saber com que cabeça a gente está pensando. Os grandes só vão ceder na medida em que os pequenos se unirem.

3) D. VITAL TAMBÉM FALOU:

Fez um histórico lembrando que no 1º Encontro Nacional em Goiânia, a CPT, tratava do problema da Amazônia Legal, em 1975; e ele participou.

Em 1976, a seu convite, houve em Jacuacanga um Encontro nosso, do Vicariato (Angra dos Reis). Ivo Poletto, Secretário Nacional e Dr. Miguel - advogado foram convidados. Pe. Pedro assumiu depois; a coordenação

Em 1977 nossa CPT se tornou Regional.

O Bispo disse ainda que aprendeu nestes dois dias, participando. Expressou seu contentamento pela caminhada feita. Pediu aos Lavradores

res que nos ajudassem a "Ser Igreja" e a darmos forma concreta à nossa fé. Desejou que nosso trabalho continue, que os Bispos e Padres aprendam o que é Pastoral e qual é o "Serviço" ao Povo.
Despediu-se por ter outro compromisso na Universidade Rural.

4) Em grupos nos dividimos pa vermos "o que" de mais importante apareceu nos trabalhos anteriores e os "Porques".

O Plenário trouxe estes dados:

- Somos 3 classes: rica - média - pobre
- Sem os pequeninos ninguém vive, nada se faz no mundo
- Os frutos são bons e maus. É preciso cortar prá dá nova resistência, frutos sem bicho.
- A arbitrariedade da classe rica. A classe dos trabalhadores é a que tem mais respeito pelas outras pessoas. Vai ser difícil convencer os grandes sobre o dever do respeito.
- É importante todos estarem percebendo que sem união não se muda. A parede inteira é que aguenta o vento, não é distribuída - com vagas de tijolos o vento entra e a derruba.
- Como os grandes se reúnem e têm este direito, assim os pequenos também devem se reunir. Os grandes se reúnem prá defender seus direitos. Os pequenos se reúnem prá viver. A vida, Deus deu prá todos. Todos têm direito de viver a vida e bem, até o fim.
- A união do Bispo e dos Vigários como irmãos dos pequenos - mostra que Deus é Pai e nos dá na Igreja o apoio.
- O teatrinho foi bom.
- A união faz a força.
- Devemos nos organizar. Desde 1964 as organizações foram destruídas, mas o fogo não morreu. Mesmo com o peleguismo entulhando a fogueira. O teatrinho revelou que havendo espaço, surge a voz tímida de quem ainda tem vontade de falar.
- Os desenhos foram bons.
- A "árvore" da explicação do Beto. A raiz significa a força.
- Na TV a gente vê artistas chorando por causa do namorado, mas ninguém chora o preço do feijão.
- Tudo que está aqui é fruto do trabalho do operário e do lavrador que nos alimenta com o fruto da natureza.
- Mostrar onde está o erro é um trabalho.
- Buscar a união dos trabalhadores.
- Mostrar às Autoridades que as Instituições deveriam ser para o Povo um SERVIÇO. Ex.: no Nordeste houve uma questão que levou o caboclo em juízo. Todo mundo foi com ele. O major queria descobrir os 5 líderes prá cortar a cabeça deles, Mas, cada semana iam cinco pessoas diferentes, porque unidos, todos respondiam por todos e o Major não podia castigar todo mundo.
- Tudo o que acontece, depende também de nós. Somos todos em grande parte, responsáveis.
- Não é verdade que só sabe agir quem tem a cultura da Escola. Pondo um lavrador e um médico de cada lado, vamos ver que cada um sabe coisas diferentes que o outro não sabe. O arquiteto desenha e assina - o operário faz a casa.
- Toda a experiência de Barra Mansa mostra que sem união nada se consegue.
- O teatrinho do "Chefão" revelou que a união é o apoio.
- A raiz dos problemas é a mesma em todas as regiões.

- Tudo antes estava escuro. Agora, Deus dá uma luz que vai mostrando para nós o caminho melhor.
- O Sindicato e o Advogado de Angra dos Reis, vão ajudando.
- Jesus leu a passagem de Isaias, quando começou seu trabalho pastoral: ele veio para fazer os cegos verem, os mudos falarem. Jesus não é médico. Seus milagres têm o sentido religioso - faz ver a realidade.
- O pobre não dá esmola, conquista direitos.
- Os ricos são muito bem organizados. Têm jornal, TV, polícia, exército, carros. Tudo está montado a serviço deles. Mas, quem transforma a árvore em mesa, a semente em alimentos, são os operários. Quem pode parar o mundo são eles também.
- Queremos uma Sociedade organizada como uma família: todos com os mesmos direitos e oportunidades.
- Se as três classes fizessem a experiência da ajuda mútua! Não é virar as coisas hoje: o oprimido de agora ser opressor do futuro. Não é isto. É, cada classe vencer o seu egoísmo e ser, uma pela outra.
- O Poder está unido. Quais os meios que tem ?
- Todos os desenhos expressaram fatos reais.

* * *

Após as colocações feitas livremente por todos, em plenário, Ivo lembrou que precisávamos continuar, já que os desenhos e teatros nos fizeram ir enxergando melhor. A reunião não gira só em torno dos problemas mas, quer enfrentá-los e buscar caminhos para resolvê-los.

Vamos fazer tentativas de ver o que fazer a partir do que já foi feito.

5) PERGUNTA-SE:

- Será que já basta o que fizemos ou precisamos fazer mais alguma coisa ? O que ?
- MEMÓRIA: o que já fizemos ?
quais as tarefas das reuniões regionais anteriores ?
Lembrar:
- ABRIL 1978 - Objetivo: União X conscientização
Meta: Caminho = estudo do problema do homem do campo em cada região.
 - . Participar da vida do Povo - aproveitar as festas populares conscientizar.
 - . Promover organizações comunitárias.
 - / . Fomentar Sindicatos autênticos
 - / . Fomentar Ecumenismo.
 - / . Trabalhar junto, descobrir Líderes.
 - . Reclamar, reivindicar.
 - . Exigir dos órgãos assistenciais, nos lugares onde existem, (escolas, ambulatórios, etc).
 - . Lutar pela legalização dos Estatutos da terra.
 - . Buscar ajuda técnica para melhorar o trabalho do campo.
 - / . Reunião de base (com os trabalhadores rurais).
 - / . Reunião em momentos difíceis.
 - / . Reunião com grupos vizinhos.
 - . Círculos Bíblicos.

- / . Reuniões em Fazendas (onde é possível)
- . Aproveitar festas, lazer, tornar o lavrador mais consciente.
- / . 1º de Maio, explicá-lo e celebrá-lo. Origem.
- / . Comunicar, informar o Pessoal. Dar notícias. Enviar Boletins.
- / . Denunciar as injustiças. Articular, combinar.
- / . Assessorar-se com pessoas que possam ajudar a melhorar o trabalho.
- . Levar a CPT onde ela não está.
- . Contato com os pescadores, pereferias das cidades.

A MEMÓRIA EM PLENÁRIO -

das decisões de 1978, realizou-se o seguinte:

a) BARRA MANSA - REZENDE

Começou celebrando o 1º de Maio. Participou do encontro da CPT. Iniciou o ELO = Escola de Líderes. Convoca lavradores através de uma carta convite. Fez cadastramento. Fundação de mais uma Delegacia Sindical. Farrow Círculos Bíblicos com tema sobre a Terra.

b) ANGRA DOS REIS

Fez reuniões com lavradores e Advogado. Fez Círculos Bíblicos coordenados pelas Irmãs. Divulgou os Direitos Humanos. Motivou os lavradores a assumir o Sindicato, inscrevendo-se, participando, colaborando. Denunciou fatos. Interferiu junto às Autoridades. Impediu ação de despejos. Motivou a integração de Monsuaba na CPT.

c) PARATY

Encaminhou pedido de filiação à Federação (Não obteve resposta sobre a legalização das Delegacias Sindicais criadas). Sentiu o freio do Sindicato para não trabalhar com a CPT. Conseguiu movimentar os sócios para atualizar suas carteirinhas (Sindicato). Luta-se para que o Sindicato tenha bom advogado para vencer o peleguismo, para a libertação do atual presidente. Incentivam formas de organização e ação conjunta CPT - Sindicato. Reuniões de conscientização após o ato litúrgico. Reuniões sobre a História do Brasil. Reuniões para estudar o livrinho dos Direitos Humanos. Ação para redescobrir as técnicas de plantio dos antepassados - luta contra as técnicas modernas de adubos químicos que envenenam a terra e o fruto da Terra, contra a propaganda da EMATER a serviço das multinacionais (Ela fez visitas de propaganda aos lavradores de Paraty). Feiras livres, convites. Abriu o olho dos agricultores sobre o assunto: adubos. Chamou a Federação em reuniões Sindicais.

d) CACHOEIRO DE MACACU E TRAJANO DE MORAIS

Círculos Bíblicos. Em Trajano são 28 Comunidades Rurais. Divulgação Cartas Episcopais - sobre os Direitos Humanos. Elaboração de uma Via-Sacra especial - CF. Direitos do Lavrador publicado em versos. Orientação sobre a responsabilidade do "VOTO" e formação de "CHAPAS" para organizar o Sindicato. Comemoração do 1º de Maio. Distribuição de folheto com mensagem do Bispo. "Boa Notícia" alertando a consciência dos Católicos para o discernimento político em época de eleições. Enfrentou denúncias. Celebrou a Semana da Fraternidade numa Comunidade Rural. Promoveu a aquisição de documentos: registros, carteiras profissionais, etc. Fez projeções de Slides sobre o valor do trabalho e do trabalhador rural. Incentivou as festas. Abaixo-assinado denunciando irregularidades da Diretoria Sindical. Reuniões com agentes de Pastoral para levar-lhes a CPT. Reuniões mensais com lavradores em Japuiba. No condomínio de Marabá, 40 parceiros, registrados como fazendeiros perdem seu direito à aposentadoria. Tentativa de defesa dos direitos e da Verdade. A Federação propôs ao Sindicato o diálogo com Pe. Joaquim e companheiros em Japuiba - em busca de superação de problemas e saída para um novo cami-

nhar. O mesmo se propôs em Trajano. Problemas com a CEASA - preços altos. Quem é e como age.

e) VALENÇA

Aos poucos se trabalha. Novos Padres participam das reuniões, como também outros trabalhadores. Encontros com a participação de religiosas e professoras. D. José Rodrigues, do Juazeiro da Bahia, visita e faz palestras sobre a realidade do Lavrador na Usina de Sobradinho. Escolha de novos membros da Diretoria do Sindicato. Conscientização do pessoal da Diretoria para uma atuação mais autêntica. Contradição por parte da Autoridade Diocesana. Houve encontros de Líderes da Diocese e o representante da CPT não foi convidado. Em reuniões de jovens, onde se debatia o problema do lavrador, houve denúncias (de filhos de fazendeiros).

f) NOVA IGUAÇU

Recursos jurídicos em defesa das terras de uma família prejudicada na venda de terras, por terceiro. Em reuniões com agentes pastorais programou-se:

visitas às regiões - contatos com os grupos - convites às pessoas (lavradores) - estudo da Cartilha do Lavrador com 19 lavradores da Diocese - Contatos com o advogado da Comissão Justiça e Paz (Dr. Paulo Amaral) - estudo para ver onde devem ser criadas as Delegacias Sindicais - plano de maior divulgação dos trabalhos e problemas da Terra - organização do Natal do lavrador - Contactar o Clero, Agentes Pastorais, noticiar, motivá-los ao trabalho da CPT - Visitas convites às regiões rurais. EMATER chega a Tinguá - A Federação se coloca disponível - Na fazenda Normandi houve demarcações e indenizações em 1961. Agora, novas desapropriações o governo Faria Lima doou à APAE. Desabrigam 40 famílias. Mais de 2.000 trabalhadores rurais no município de Nova Iguaçu.

Como síntese destes e outros relatos, o Secretário Nacional da CPT fez uma sugestão:

- . Que se faça um levantamento da situação do Povo da área rural - face aos riscos que surgem com a investida das Companhias Imobiliárias;
- . Incentivar a criação dos Sindicatos, onde não há;
- . Firmar o povo na terra porque "plantar é comer";
- . Unir operários da periferia e zona rural na defesa dos próprios direitos e interesses.

II - Da realidade levantada - surgiram algumas perguntas para reflexão e debate em plenário:

- 1) Como combinar a ação conjunta CPT e Sindicato dos Trabalhadores Rurais?
- 2) Encontros de Trabalhadores e formas autônomas de organização.
- 3) 1º de Maio e/ou 25 de julho para celebrar o dia do Trabalhador Rural.
- 4) Como usar material nas bases: cartilhas, cartas educativas, boletins ? Como trocar experiências ?
- 5) Levantamentos:
 - a) História da Terra (da luta por ela)
 - b) Grandes empresas no campo, além das Multinacionais, as Nacionais.
- 6) A coordenação regional e viagem do Pe. Pedro
- 7) Próximos encontros
- 8) Imprensa - Divulgação.

PLENÁRIO - RESPOSTAS

- 2 - A CPT é um órgão da Igreja que se propõe trabalhar junto ao Homem do Campo numa linha política, na busca de melhores condições de vida para o Lavrador, de sua fixação na terra, na defesa de seu direito de trabalhar e viver dignamente.

A CPT trabalha com o Sindicato, órgão oficial legal, na medida em que ele atende ao homem do campo, defende seus interesses, melhora por dentro a organização. Reconhece os valores e os limites da estrutura. Confronta profeticamente quando necessário.

- Os OBJETIVOS são comuns: defender o trabalhador

- Com margem à autonomia de cada órgão.

- Na ação conjunta, enquanto a Pastoral puder ser feita visando conscientizar o homem para que ele veja, julgue, decida dentro do plano de Deus que o fez à sua Imagem e semelhança.

- Política = tudo o que se faz para o benefício do Povo, do cidadão. A educação deste Povo na busca do bem comum, juntos e não cada um por si.

Se a gente quer que uma nação seja favorável ao Povo - este mesmo Povo deve poder decidir como quer a sociedade. É importante a decisão nas bases.

- Nos Encontros, a vez e a voz seja dada aos Lavradores, revendo o que se fez, o que deu certo e o que não deu, por que ?

- 3 - 1º de Maio é o dia de todos os Trabalhadores - Celebrar com festa o dia especial do Lavrador a 25 de julho.

- 4 - Cada região tenha sua equipe de Educadores e Animadores. Pertença à equipe os Lavradores que lendo, informando, estudem e reflitam com os companheiros. Se possível, tenha-se uma Equipe Volante.

- 5 - Foi aceita a sugestão de se fazer um levantamento da História da Terra nas regiões e das Grandes Empresas que estão no Campo:

- . que produtos implantam
- . se fazem reflorestamentos
- . se fazem loteamentos

Aguardar folhas roteiros de orientação do Nacional, para a pesquisa.

- 6- Coordenação Regional :

Pe. Pedro - região de Angra-Volta Redonda

Pe. Joaquim - " " Nova Friburgo

Notado
Pe. Argemiro - " " Valença

Ir.
Ir. Josefina, Oswaldo e Lourdes - região de Nova Iguaçu

Na ausência do Pe. Pedro, por 4 meses, Frei Jorge, Dr. Miguel e Ir. Tereza darão sua colaboração.

- Próximo encontro: de 26 de abril, às 9 hs, até 29 ao meio dia, em Japui-ba, Sítio Shalon - Diocese de Nova Friburgo.

- Com maior participação de trabalhadores e com prazo de tempo suficiente para as decisões, sem correria. Com discreta participação de agentes e advogados.

- 2º Encontro de 25 a 28 de outubro, no Arrozal.

- 3 - Divulgação - Imprensa : Lourdes, da equipe de NOVA IGUAÇU, organizará assessoria, preparar-se-á para dar as notícias sem que elas sejam truncadas. As notícias para fora e as notícias para a nossa região, criando a comunicação frequente.

- * - * - * - * - * - *

* * *

*

2º Encontro da Comissão Pastoral da Terra - RJ

Moquetá (Nova Iguaçu -RJ) 28 - 30 de abril de 1978

Participaram 33 pessoas, entre lavradores, agentes de pastoral, advogados, religiosas e padres, representando as dioceses de Volta Redonda, Nova Iguaçu, Nova Friburgo e Valença, com convidados especiais da paróquia de Santa Clara (Campo Grande -RJ) e da FETAG -RJ (Federação dos sindicatos de trabalhadores rurais).

1. Recapitulação do encontro anterior (29 - 30 de setembro de 1977).

Foram lembrados as decisões daquele encontro:

- 1.1. Em relação ao trabalhador: conscientização - união - contatos com a Federação dos sindicatos rurais - melhoramento dos sindicatos existentes.
- 1.2. Em relação aos agentes de pastoral: conscientizar os agentes para os problemas rurais - organizar a Pastoral da Terra em vários níveis.
- 1.3. Em relação à ação do trabalhador: colaboração comunitária - denúncia - mexer com a comunidade - preparar o Dia do Trabalhador Rural - Cartilha informativa sobre direitos do trabalhador rural - assistência jurídica - levantamentos - informação.
- 1.4. Em relação à ação dos agentes: descobrir outras pessoas interessadas - aproveitar reuniões do clero - informações - organização em outros níveis (local, paroquial, diocesano, etc.).

2. Clareação do objetivo do encontro, a pedido do grupo presente. Daí as seguintes propostas:

- 2.1. Tomar consciência do trabalho que se faz em cada região, junto ao lavrador e ao problema da terra.
- 2.2. Avaliar, revisar, organizar este trabalho.
- 2.3. Clarear o objetivo da Pastoral da Terra, dando a todos ciência de que se busca e se propõe.

3. Avaliação em grupos diocesanos ou locais do que se fez e não se fez.

Positivo: Houve progresso na conscientização e na formação, como também no trabalho de união entre os lavradores. "A 'pastorização' ajudou; tem mais possibilidade de unir o povo". Foram utilizados, para isso, os seguintes 'instrumentos':

- Criou-se comissões locais da CPT.
- Acrecimento de reuniões com lavradores, tratando diretamente os problemas que lhes afetam.
- Foram aproveitados os círculos bíblicos e a Campanha da Fraternidade de 1978.
- Aumentaram as comunicações e informações sobre problemas de lavradores, em âmbito local, regional e nacional, através de folhetos, boletins e cartilhas.
- Foi elaborada uma cartilha (ainda não divulgada) a respeito dos direitos dos lavradores rurais (Paraty).
- Aumentou o número de pessoas interessadas na causa do lavrador, no ambiente da Igreja e dos sindicatos.
- Houve gritos de denúncia da parte da Igreja (cf. Angra dos Reis).

- Lavradores fizeram mutirão (Japuiba)
- Levantamentos da realidade do lavrador em vários lugares.
- Dia do trabalhador rural (Japuiba).
- Melhor atuação e aumento do número de bons advogados, que assumiram a defesa de casos dos lavradores.
- CPT colaborando com a Comissão Justiça e Paz (Nova Iguaçu).
- Na região de Guaratiba (Rio) o trabalho pela posse envolveu a periferia da cidade.
- Criou-se mais simpatia tanto pela CPT quanto pelo sindicato dos lavradores rurais. "O povo não é muito 'paléstrico', mas é de fazer + tudo que é preciso".

Negativo: O positivo não é geral para todos os lugares, e às vezes só excessão.

- Em geral, a falta de persistência e a falta de união do lavrador continua a ser o teor da realidade.
- Existe muito medo entre os lavradores.
- Falta analisar e aprofundar nosso tipo de ajuda e a linguagem usada na comunicação.
- Nas dioceses de Nova Iguaçu e Valença não conseguiu-se aumentar muito o interesse pela causa do lavrador.
- Faltou maior comunicação com bispos e padres para alertar sobre situações e problemas, e informar sobre posições tomadas.
- Não saiu a divulgação da cartilha programada.

4. Síntese de Objetivos de Trabalho, que, em forma de propostas, desejos, problemas, sugestões, ou perguntas foram expressados pelo grupo em plenário.

4.1. União e conscientização:

Notamos grande falta de união e de consciência entre os lavradores. Precisamos clareza sobre: o que se quer, na conscientização e união? de quem? para que? para que libertação? União, também em base ecumênica, especialmente com vários grupos de protestantes. Como fomentar a união? a conscientização?

4.2. Articulação e organização:

Precisamos formar núcleos locais e paroquiais. Por isso é preciso uma organização em base local, paroquial, diocesana e regional. Conhecer e tentar entrosar a colaboração de todos os órgãos que trabalham junto ao lavrador, especialmente os sindicatos do lavrador.

4.3. Sindicato do trabalhador rural:

Precisamos de sindicatos conscientizados e conscientizadores, ligados à Federação (FETAG) e desejamos mais informação sobre sindicalismo pela CPT (e vice versa).

4.4. Realidades problemas:

- Relação patrão x lavrador: O primeiro faz o que quiser, apesar das leis trabalhistas. Normalmente não assina carteira - dá o salário que bem entender - "não tem compaixão" com o empregado - é protegido pelas autoridades.

O lavrador tem medo do patrão. Ele pode perder tudo, sendo mandado embora - não recebe "justiça" - não sabe de seus direitos - fica desconfiado e sente resistência e barreiras (também dentro da Igreja!).

- A INCRA, num caso concreto de colonização, explora o colono!

4.5. Instrumentos:

- Círculos bíblicos (como usar?).
- Formação de lideranças (como?).
- Aprender a linguagem do povo (como escutar?).
- Denunciar casos concretos de exploração.

5. União e conscientização

Como trabalhar em vista de união e conscientização junto ao trabalhador rural? Foi este o objetivo concreto, escolhido pela assembleia, para ser aprofundado. Para poder responder a esta pergunta foi primeiro feita uma avaliação dos trabalhos concretamente em andamento e que visam esta união e conscientização: "Trabalhamos com quem? o que? como? e para que?"

Síntese das respostas:

- 5.1. Círculos bíblicos. Parecem ser o instrumento mais comum de todos os lugares. Normalmente reúne só católicos, esporadicamente também crentes. E ainda, prevalece a participação de mulheres e crianças. Em base da Palavra de Deus, o pessoal procura fomentar a união e tomar iniciativas para enfrentar problemas comuns do dia a dia. A maior dificuldade é mobilizar o pessoal para uma conscientização; só a partir de problemas urgentes fica mais fácil.
- 5.2. Reuniões (comunitárias). Este tipo de reunião se faz a partir de problemas concretos. Pode reunir especialmente homens, já que o homem é considerado o indicado para resolver problemas de ordem social. Com a finalidade de enfrentar juntos os problemas que se apresentam, os homens correm o perigo de ficarem superficiais por falta de experiência de reuniões. É nestas ocasiões que se procura estudar seus direitos e questões anexos. Em alguns lugares as mulheres também participam, como também não-católicos. No entanto, são conhecidas certas atuações contrárias de pastores crentes, alegando que "o povo tem que aceitar o sofrimento e a perseguição como a vontade de Deus". Muita gente não quer tomar parte nestas reuniões por medo e desconfiança, e nisto vem sendo estimulado por patrões e outros interessados.
- 5.3. Sindicato. Está havendo, na região, um maior entrosamento entre setores da Igreja e de sindicatos dos trabalhadores rurais. Membros das CPTs estão apoiando o fortalecimento dos sindicatos de baixo para cima, e de cima para baixo, ajudando na informação sobre direitos sindicais, a fundação de delegacias e de outros sindicatos. Vários advogados conseguiram a confiança dos sindicalizados. O povo, no entanto, sabe distinguir entre Igreja e sindicato.
- 5.4. Visitas. Contatos pessoais com lavradores são de suma importância, exatamente para desfazer a distância histórica entre opressor e oprimidos. Membros da CPT estão ganhando largamente a confiança do lavrador.
- 5.5. Campanha da Fraternidade de 1978. Grande instrumento conscientizador e unificador, durante a Quaresma de 1978, foi esta Campanha, com seu lema: "Trabalho e justiça para todos". Sendo instrumento oficial da Igreja, dispôs de farto material de subsídios e tempo dedicado para este fim, concretamente aplicado a diversos grupos do povo. Na região foi utilizado material adequado para o ambiente do lavrador injustiçado. Além de encontros, reuniões, círculos bíblicos e orações em geral, teve atividades diretas com assistentes sociais na região do Cachoeira de Macacu (Campanha do registro civil).
- 5.6. Divulgação de material. Alguns agentes de pastoral fizeram circulares ou boletim paroquial; outros comunicam através do boletim diocesano; outros enviam material conscientizador aos fazendeiros da paróquia.
- 5.7. Em muitos lugares aproveitou-se dos momentos religiosos de contato com o povo para dar um recado: na preparação do batismo, no sermão da missa dominical, etc. É este o meio comum de atingir

certa massa de gente, da qual especialmente a juventude está acomodada. Para que?

Em vários momentos acima já foi mencionada a finalidade das atividades. Mas, em geral pode-se dizer que todas as atividades da Igreja (tratando-se de pessoas com opção) pretendem unir e conscientizar o povo, e bem desta maneira: acompanhar o povo sem se impor ("Entrar pelas portas que o próprio povo abre: que são a religião"). Ver com ele os fatos, o que se sofre na pele e o que está atrás dos fatos. Conhecer os direitos de cada um e qual a resistência dos opressores. Como chegar a se unir e juntos reivindicar seus direitos? - crescer juntos - encaminhar o pessoal para os instrumentos legais de defesa (sindicalismo, cooperativismo, justiça, etc.). Combater o individualismo interesseiro e o fatalismo pregado durante séculos pelo opressor e até pouco pela própria Igreja. Restituir ao lavrador voz e vez. Descobrir suas lideranças.

6. Complementação de alguns pontos

6.1. Organização - sindicato.

O lavrador está na sociedade, mas parece que não toma parte, porque tudo é decidido para ele de cima para baixo, até muitas vezes no próprio sindicato. Daí que ele parece não querer reivindicar seus direitos. Contudo, se o lavrador deve ser o senhor de sua própria história, é preciso que ele mesmo assuma seu papel e que se "organize". Uma das maneiras legais para se organizar é o sindicalismo. É importante que o lavrador esteja consciente que ele deve se organizar e que o sindicato é seu instrumento.

6.2. Papel da Igreja (em geral) e da CPT (em particular).

Papel da Igreja não é de fazer sindicatos, e organizar as reivindicações dos lavradores. Sim, ela vai caminhar junto ao sindicato e outras organizações de serviço. Sindicato é papel do próprio lavrador; e ninguém, nem governo, nem Igreja, nem advogado, podem substituir este papel. A CPT pretende ser um serviço específico da Igreja ao lado do lavrador, para que este possa crescer e caminhar em todos os sentidos, particularmente no sentido da solução de seus problemas como lavrador. Assim, ela quer interligar os que trabalham na terra; rever seu trabalho (assessorar); dinamizar; animar o lavrador para que caminhe mais. Assim ela pode conscientizar o lavrador para que este mesmo assuma a organização de sua vida de lavrador (p.ex: purificando o sindicato por dentro). Mas Igreja (e CPT) nunca podem esquecer sua própria purificação contínua, visto sua ambiguidade histórica em relação ao homem do campo e do oprimido em geral.

Esta ambiguidade da Igreja e o compromisso histórico do sindicalismo com interesses da classe opressora, faz com que as duas entidades têm seus receios recíprocos.

7. Planejamento

Colocando "União e Conscientização" como objetivo de nossa ação futura, destacamos os seguintes:

7.1. Tipos de metas e rumos:

- Desenvolver estudos socio-econômicos da realidade agrária.
- Participar da vida do povo, particularmente em momentos especiais.
- Promover organizações comunitárias.
- Conscientizar em vista de sindicatos representativos e autênticos.

- Fomentar ecumenismo na problemática do meio rural.
- Reivindicar a criação de órgãos assistenciais (escolas...)
- Lutar pela aplicação do Estatuto da Terra e a Legislação específica do Trabalhador Rural.
- Assessoria Técnica para melhoramento agrário.

7.2. Tipos de atividades

- Reuniões de base com trabalhadores rurais, aproveitando-se as já existentes; outras em cima de problemas urgentes; com líderes de vários lugares; círculos bíblicos; reuniões nas fazendas (estudando caso por caso).
- Aproveitamento das festas e outras formas de lazer do próprio povo e criar hábitos de lazer mais conscientizadores (filmes, teatro, etc.).
- Celebração do dia 1º de maio (com esclarecimento sobre a data com sua origem histórica).
- Informações (internas e externas); divulgação de material de conscientização (direitos gerais e do agrário): boletins, cartilhas, folhetos feitos pelos próprios lavradores.
- Denúncias (com articulação).
- Assessoria de profissionais e líderes comunitários.
- Extensão da CPT para outras áreas geográficas (p.ex: dentro do clero diocesano) e outras faixas do povo (p.ex: pescadores, periferia das cidades).

8. Avaliação e sugestões

- 8.1. Em linha psicológica: o encontro foi muito positivo; deu para conhecer mais companheiros na mesma luta - não se está sozinho - pode-se aprender um do outro - aprende-se a trabalhar aonde a gente teria a vontade de desistir diante da inensidão dos problemas - sente-se a importância do encontro pela participação de tantos advogados e pela visita do bispo Dom Adriano - a gente sente-se motivado e incentivado para o trabalho.
- 8.2. Em linha de conteúdo: foi comum a observação que houve progresso desde o primeiro encontro do ano passado - dúvidas ficaram mais esclarecidas - caminhou-se em várias atividades - as resoluções deste encontro eram mais objetivas e concretas (houve quem julgou as resoluções do 1º encontro quase idênticas).
- 8.3. Foi julgado importante a ligação CPT - sindicato. A presença de vários advogados da FETAG deu uma boa troca de experiências para as duas entidades, animação e apoio mútuos, e uma interação prometedora.
- 8.4. Teve um certo desequilíbrio nas presenças. O número dos advogados e também de agentes de pastoral pesava diante do número dos lavradores, tanto que, especialmente na última parte do encontro, a participação dos lavradores ficou na sombra.
- 8.5. Foi recomendado de evitar futuramente, na medida do possível, as chegadas atrasadas e as participações parciais do encontro.
- 8.6. Também foi recomendado de caprichar na preparação antes do encontro.
- 8.7. Foi feita a proposta aos advogados de se unirem para refletir entre eles sobre sua missão específica junto ao lavrador.
- 8.8. Mostrou-se o sentido de falta da presença de Frei Vital, o homem que tinha iniciado o trabalho da Pastoral da Terra na região, desde a ida dele à Goiânia em 1975.

1º ENCONTRO REGIONAL - C.P.T.

Nova Iguaçu, Moquetá - 9 a 30 de setembro 1977

I- Presenças: Secretário Nacional da C.P.T.

Dioceses: Representação: Nova Iguaçu - Volta Redonda (Angra dos Reis) - Nova Friburgo - Valença.

II- Agenda:

1. LEVANTAMENTO da realidade do trabalhador rural nas dioceses. Principais problemas:

- Quem tenta solucionar e como?
- Qual a participação da Igreja na solução?

APROFUNDAMENTO da situação agrária e dos problemas

- Como entender os fatos? - causas e efeitos
- Ligação dos problemas entre si e a extensão dos problemas
- Pistas de solução.

3. AÇÃO

- Participação da Igreja na ação (desafio pastoral)
- Ação coordenada e planejada em nível local, diocesano, regional e nacional
- Coordenação regional (Como? Quem?)

4. ASSEMBLÉIA NACIONAL (dias 6 e 9 de novembro)

- Nossa participação?

5. REVISÃO

III- Justificação do Encontro e da presença do Secret. Nacional

a)-Face aos problemas da Terra, a Igreja sente-se desafiada e assume a Pastoral da Terra. Atua na base e se organiza em vários níveis: local, regional, nacional.

b)-A presença do Secret. Nacional é de assessoria e apoio.

Cada região deve assumir e buscar o seu caminho, visando apoiar os trabalhadores rurais na solução dos seus problemas da Terra.

A C.P.T. é um órgão que recebe por sua vez apoio da C.N.B.B., não sendo porém um setor da mesma organização; ela tem a sua autonomia.

Conclusão da nossa reunião:

DIOCESE DE VALENÇA

Levantamento: Realidade - Na região de Valença, o principal problema se refere aos trabalhadores rurais assalariados. Na sua complexidade o que se acentua é a falta de legalização no cumprimento das leis trabalhistas. Exemplificando, podemos informar: falta de anotações na carteira profissional, constando a admissão, anotações complementares de férias e outras, não cumprimento do horário de trabalho. A situação de moradia dos mesmos, a qual quase sempre não passa de um casebre, faltando os requisitos de higiene etc. O patrão lhes cobra 20% do salário que é mínimo. Para evitar problemas futuros, os empregadores geralmente, tiram os locais de seus colonos, onde plantavam cultura de sobrevivência, isto é, onde faziam pequenas roças de milho e feijão em volta do casebre, deixando-os, para sobreviver somente com o salário, que quase sempre não chegam ao salário mínimo.

Ainda existe o paternalismo que gera o medo dos empregados, a ponto, de largar seus direitos assegurados por lei, para sair sem nada e continuar amigo do patrão, que assim os ameaça.

A região é muito promissora de industrialização, fazendo com que os empregados no setor rural, abandonem tudo para procurar essas indústrias que garantem segurança trabalhista e previdenciária. Isto acontece, principalmente com a população mais jovem, ficando no setor o velho que quase está aposentado, afetando assim a produção no setor rural.

Falta conscientização do trabalhador em procurar seus direitos e dar o apoio aos companheiros que resolvem procurar.

Existem problemas ligados com os arrendamentos, parceria agrícola onde respeitem os prozós e os deveres legais.

O trabalhador assalariado quando é despedido do serviço, a lei lhe garante 30 dias para mudança; acontece que nem sempre eles conseguem mudar. Então o proprietário requer o seu despejo e a justiça determina a evacuação imediata, sem nem sequer ouvir o trabalhador.

Quando o trabalhador pede seus direitos, o juiz aconselha desistir de suas reivindicações.

Principais problemas

O impedimento por parte do empregador fazendo com que os trabalhadores não se sindicalizem e nem se organizem em órgão de classe.

Para isso usa todos os meios, como ameaça de desemprego, as organizações sindicais serem usadas pelas autoridades, os defensores da justiça serem taxados de comunistas.

Quanto a posseiros existem alguns casos isolados como a EMBRAPA que exigiu que 50 famílias desocupassem a terra, que segundo consta, são do Governo, chegando mesmo a destruir as moradias e benfeitorias de quem não se defendeu. Quem procurou a justiça, como a defesa do sindicato, permaneceu nas suas moradias.

Na maioria se faz acordo nos casos trabalhistas, em vista a falta de conscientização do trabalhador, ameaça por parte dos empregadores; falta de testemunhas dos colegas que não aceitam sê-lo, falta de documentação para provar seus direitos, falta de dinheiro, às vezes, para se deslocar para a justiça que é morosa e com isso dificulta a confiança nela.

Medidas violentas, como morte de oficial de justiça quando foi intimar um empregador para cumprir sentença judicial trabalhista, fazem com que os trabalhadores desistam de reclamações se acovardando.

Quem tenta solução o sindicato dos trabalhadores rurais, Federação e Confederação. Como? Com as medidas judiciais, conscientizando os trabalhadores, dando o seu apoio moral. A justiça, quando é procurada diretamente pelo interessado.

A participação da Igreja tem ajudado com raras exceções, diretamente. Indiretamente tem dado sua ajuda com as pregações sobre justiça, mesmo assim, não se pode generalizar.

NOVA FRIBURGO

"Debate" n. 23 é o jornal de Itaocara. Limite com Campos. Terras da Marinha. "Aparece" dono - Juiz dá ação de despejo aos lavradores - Casemiro de Abreu - Problemas de terra denunciado pelo deputado Federal Walter Silva. Fazenda de Centagalo.

Situação de salário - CR\$18,00 a 30,00. Diarista de sol a sol. Sábado, domingo não trabalham mas não recebem. Recebem uma casa simples na zona norte do Paraíba, casa de pau-a-pique. Não tem luz, fossa e água. Têm um pedacinho de terra para plantar banana. Pagam 15 sacos de milho debulhado, mais 20 litros, pelo uso da casa. Outros pagam com um ou dois dias gratuitos de trabalho por semana.

Cachoeira: estão tirando a lavoura para por gado. Dá mais dinheiro e menos trabalho. O lavrador não pode plantar. Quem planta, dá a renda para o patrão. O patrão dá a semente e cobra em dobro o que forneceu. A dívida é crescente na produção de ano para ano. Isto na zona Norte. Não têm carteira assinada.

Dia 26/8/77, no Munic. de Trajano houve um fato: morte de um empregado, em serviço, ferido por um boi bravo, depois de 23 anos de emprego. Salário CR\$200,00. A viúva nada recebeu. O vigário levou a juízo.

Área do açúcar - O trabalhador rural em 7 municípios dos 15 da Diocese, recebe ajuda do Sindicato. Em alguns lugares, por ex., em Trajano, tudo vai bem. Em outros lugares, o Sindicato não atua (nem no serviço de saúde, nem na defesa dos direitos).

A Igreja já está tendo advogados que estão tentando ajudar os lavradores. Ex.: Itaocara. Advogados sem onus para a Igreja, dão orientação ao povo. O povo não está ainda consciente de seus direitos, ou não quer estar. Isto leva-o a sair do seu comodismo. Fato: Semana da família: orientação social, sobre direitos, saúde (foi médico e remédios). Registro de nascimento. Mutirão para arrumar a estrada.

Os patrões sempre levam vantagem. O lavrador que reclama é sempre demitido. No uso dos caminhões que carregam o fruto da terra, se quebram peças, estas são descontadas do salário dos lavradores. Os salários quase sempre vêm atrasados e eles devem trabalhar mais de 8 horas sem remuneração de extra.

NOVA IGUAÇU

ARio-Santos apresenta problemas de terra. As grandes empresas compram terra. Os antigos colonos residentes são despedidos. Ex.: Queimados e Itacuruçá.

Queimados - Fazendas Normandy - 45 famílias residentes (terra desapropriada pelo Estado). Os advogados da Diocese estão orientando. Os lavradores que não têm senso de união. Cada família faz a ação isolada com os compradores.

Itacuruçá - Espanhóis compraram terras. O juiz lavra despejo. São 60 famílias que estão em conflito na fazenda Santana. A fazenda tenta fazer a ação com cada possuidor individualmente. A diocese inicia o trabalho. Ir. Josefina assumirá a liderança.

Tingüá - O lavrador não tem ajuda; é explorado. O comprador intermediário paga pouco. A produção não é de lá, qualidade. Alguns são proprietários ou trocos usam as terras. As sementes são caras. O sindicato era em Caxias. Agora começa o setor de N. Iguaçu (sub-delegacia). Há dificuldade de solução burocrática: transferência de papéis, aposentadoria, etc. Alguns chegam a rasgar documentos por desânimo e desinteresse. Em competição a enxada e o trator. Disparidade de instrumental e de capital. Os jovens abandonam a lavoura.

VOLTA REDONDA (Vicariato de Angra dos Reis)

O litoral leste sul do Est. do Rio de Janeiro, abrangendo os Munic. de Angra dos Reis e Paraty conhecem uma mudança social a partir dos primeiros anos dos 70, pela implantação do Centro Nuclear de Itaboraí. A construção da monumental rodovia Rio-Santos e a promoção turística em toda a área. Esta mudança se manifestou especialmente pela especulação imobiliária, o êxodo rural para as periferias das cidades e a exploração dos preços do mercado, além das transformações no comportamento familiar e social.

Limitando-nos a especulação imobiliária, em vista de (ou a pretexto de) projetos turísticos, presenciamos o drama de povoados antiquíssimos de lavradores e pescadores, que estão sendo ameaçados na sua posse de terras que lhes permite a subsistência. Os meios são os comuns e outros incomuns.

Bracui - Povoador de mais ou menos 70 famílias, descendentes de antigos escravos que receberam a propriedade por doação dos próprios donos ainda no século passado.

Ao contrário da vontade dos doadores, um certo Coronel Honório Lima, no início deste século, se apresentou como comprador de toda a área, fato em que se baseia a Empresa Bracui Empreendimentos a se declarar a atual dona, por compra sucessiva. Esta pressionou os posseiros a vender sua posse, destruindo suas roças e oferecendo indenizações irrisórias. Muitos posseiros cederam.

O prefeito de Angra dos Reis se colocou à disposição de intermediário e conseguiu uma proposta de acordo: uma área de 1/2 ha. para cada família para iniciar horticultura, em troca da posse antiga. O povo não aceitou porque não tem condições nem conhecimentos para a horticultura. Acha que tem direitos inabaláveis pela herança da doação, e em última análise, pelo direito de ocupação.

Ultimamente o sindicato de Angra dos Reis tem se interessado no caso na pessoa de seu advogado que levou o caso ao processo.

A Igreja presente na região tem participado na caminhada do povo, através da conscientização dos direitos deles.

Campinho - Caso semelhante se passou no povoado de Campinho (Mun. de Paraty). Antigos moradores do lugar, descendentes de quilombeiros do século passado, cultivam em paz sua pequena roça, até que ouviram dizer que alguém se declarou "dono" das terras. Antes que a bomba pudesse estourar iniciaram uma ação de "usucapião", sob a orientação da Igreja do lugar e com a ajuda de um advogado de confiança. Graças à união dos moradores o caso podia se desenvolver sem muita demora em favor dos posseiros. A posse lhe é garantida já!

Fazenda Japuiba (Angra dos Reis)

Dem que haja 80 famílias, de que várias muito antigas, tem 3 proprietários que dividem entre si as terras. O principal se chama Nestor Gonçalves, conhecido proprietário e "grileiro", na região. Como de costume, em nenhuma das famílias tem documentos, e talvez nem o dono tenha. Nestor conseguiu, um ato de despejo de 47 famílias em 24 horas, através do juiz local. Nelson sob a alegação de "invasão de terras". A ordem não punha nem acordo nem indenização. Por intervenção da Igreja e o prefeito municipal, conseguiu-se sustar a ação e ficou pendente...

Paraty-Mirim (Paraty)

Um decreto do Gov. do Rio de Janeiro - jan. 1960, desapropriou a área de Paraty-Mirim, Pedras Azuis e Independência, para Reforma Agrária. A morte do Governador atrasou a execução do projeto, mas tinha desencadeado uma ocupação da área por lavradores de fora (E.S.) ao lado de antigos moradores do lugar - mais ou menos 100 famílias.

Em 1974 o Governo de Padilha "doou" a área toda para a "Flumitur" em vista de projetos de turismo.

Desde 1976 começou uma ação irracional de proibições de caça, desmatamento, roçada, melhoramentos de benfeitorias, da parte de funcionários da Flumitur, com a aparente finalidade de "esgotar" os posseiros até que saíssem. Estes funcionários tinham apoio de funcionários do IBDF (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal) e da Delegacia de Polícia de Paraty. Ameaças de várias espécies, mas a maioria do povo ficou resistindo, alguns se amedrontaram e venderam suas benfeitorias.

Um apelo, através de abaixo-assinado por metade dos moradores ao sindicato dos Trabalhadores Rurais de Paraty, resultou em nada, já que o próprio sindicato estava sendo pressionado pela Polícia e outras forças.

Itanema - Esta empresa apareceu dizendo-se dona de uma área ocupada por pescadores. Trouxe guardas privados que obrigaram o pessoal a deixar o lugar. Em troca eles receberam uma casinha pequena, de aspecto "limpo", na beira da Rodovia, colada contra os muros, com perigos constantes de se abalar com a mínima chuva, tudo isto em terras litigiosas... Os pescadores (mais de 30), se convenceram e foram.

Barra Grande (Paraty)

Junto com mais duas fazendas: S. Roque e Taquari, a fazenda Barra Grande pertence a "Fraternidade Branca Universal do Arcanjo Miguel", sede de uma religião pouco conhecida, que tem seus adeptos entre as classes altas do Rio e de S. Paulo.

A área reclamada de mais ou menos 18 por 18 km. contém centenas de posseiros que no decorrer do tempo, através de pressões se tornaram posseiros, obrigados a pagar 1/3 da renda da banana, à fazenda.

Quando alguns souberam que a lei para eles prescrevia apenas 10% de renda, começaram a conscientizar os companheiros e exigir seus direitos. O sindicato rural de Paraty os "ajudava".

A certo momento a fazenda quis "propor um acordo" através de um contrato, que foi unilateralmente proposto pela fazenda, não entanto, com o conhecimento do presidente do sindicato. Este último queria tirar proveito político da causa, dos dois lados.

Os parceiros foram informados do golpe e procuraram ajuda. Através do Ministério do Trabalho, da Igreja e advogados de confiança se conscientizaram do teor do "contrato" que era prejudicial e recusaram assinar. Deu um incidente com a expulsão dos advogados e o padre, da fazenda.

Mais tarde, diante do juiz numa proposta de acordo, eles recuaram, aceitando a renda de 20% (e não 10%), mas não assinaram o contrato compromissor.

Outros casos

Trinidade (Paraty) - 85 posseiros pescadores enganados pelo sindicato; venderam suas roças ao grupo BRASCAM-ADCLA. Causou sérios problemas sociais.

S. Gonçalo (Paraty) - de White Martins. O povo, desde 1917 vem sendo perseguido, ameaçado, pisado por não querer deixar suas posses. Alguns posseiros foram mortos.

Monsuaba (Angra) - Um investigador da Polícia de Paraty, com seus filhos, vem tentando "limpar" uma área, com antigos moradores, por todos os meios conhecidos, declarando-se dono.

Quem tenta solucionar?

Quem menos tem ajudado em quase todos estes casos é o órgão indicado para isso: o Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Em Paraty o sindicato tentou ganhar a confiança dos lavradores, em vista de interesses políticos, mas agiu extremamente traidor, ao menos em dois casos: Trinidade e Barra Grande.

Em Angra dos Reis ultimamente houve um grande melhoramento desde que um advogado tem assumido seriamente alguns casos, especialmente de Bracui, arriscando e enfrentando a ira dos grupos poderosos e do próprio prefeito (um interventor-militar), do lugar.

Em alguns casos as Prefeituras têm mostrado seus interesses na luta do povo, sem, no entanto, assumir nenhuma atitude que pudesse realmente resolver o caso dos lavradores perseguidos.

O povo dos lugares em conflito tem ajudado à sua própria maneira. Muitas vezes simplesmente se entregou diante do inevitável. Mas, aonde ele encontrou uma mão de apoio e de esclarecimento, muitas vezes agiu com coragem contra os agressores, especialmente unindo-se e fazendo peso em bloco, criando uma série de lideranças em seu meio de homens simples, mas eficientes na ação. Carlos Tinjão, Campinho, Bracui e até certo ponto Barra Grande. Um dos maiores inimigos é o medo que parece ser filho da ignorância, ou falta de conhecimento da própria realidade e dos direitos.

Advogados bem têm ajudado muito. Eles foram indicados pela Igreja e conseguiram a confiança do povo.

A Igreja - A atuação da Igreja data da primeira hora da luta. Inicialmente, sem poder mais do que acompanhar o povo sofrido nas suas emergências. Esta ação não era do "povo da Igreja", que era bastante inconsciente deste acontecimento. E até hoje a ação não vai muito além da consciência de clero e religiosos e uns poucos agentes de pastoral, leigos.

A conscientização e ação começaram a ser mais eficientes, a partir dos contatos com a C.P.T. Nacional e o empenho imediato em casos concretos, que foram revelando a extensão e as implicações dentro da estrutura latifundiária. Foi a Igreja que foi a procura de advogados sérios e de confiança. Ela que foi criando senso de responsabilidade dentro das comunidades. Nasceu a Comissão Pastoral da Terra (C.P.T.) no Vicariato, com 5 membros, para melhor poder assessorar e interligar toda a pastoral da terra, no Vicariato.

APROFUNDAMENTO

No plenário desenvolveu-se um aprofundamento, a partir dos dados que foram colocados pelas representações das dioceses.

Tem dois tipos de problemas que envolvem os lavradores rurais. Um é do possessor que tem problema de posse; outro é do trabalhador rural assalariado, que tem problemas com salário justo, direitos de trabalho, assistência, etc. Ambos correm o perigo de ficar sem terra ou sem trabalho, ou de se sentir aliciado de sair para a indústria nas grandes cidades para poder ganhar melhor a vida. Na cidade costuma acabar numa favela.

Por causa do problema de posseiros no Vicariato de Angra dos Reis estar numa emergência grande, nem sequer se pensou nos casos de "assalariados" no resto da diocese. É que a violência do problema parece ser mais sentida na área dos posseiros ameaçados.

De fato, a C.P.T. nasceu em cima desta realidade maior: a terra. O pessoal está sendo tocado fora da terra. Daí surge a migração em busca de novas terras, até que vai ser expulso novamente. E isto acontece no país inteiro. A Amazônia Legal foi o ponto inicial.

Porque tudo isto? O que está atrás desta realidade? O problema é geral? Porque os ambiciosos querem todas as terras? E daí fica evidente porque o problema é global e a questão de terra torna-se questão de todos os trabalhadores rurais e de toda a sua condição de vida. Porque, não encontrado terra, ele vai vender sua força de trabalho na terra que não é mais dele, para poder viver. Pela grande sobra de trabalhadores rurais, os donos podem pagar o mínimo possível e mandar alguém embora quando quiser.

Parece que neste caso os ricos e o governo se entendem bem. O governo quer aumentar a produção de carne. Para isso oferece incentivos fiscais para que grandes empresas rurais sejam aliciadas a investir muito capital na criação de gado de corte. Estes investimentos pedem pouca mão de obra e muita terra com capim. Para estimular a pecuária o governo vende facilmente terras extensas a estas empresas, sem tomar em conta os direitos que muitos trabalhadores possam ter que há tempo possuem e cultivam pedaços destas terras. Com isso crescem as capineiras e diminuem as lavouras. E o lavrador agora vai fazer o que? Se não quer morrer aceita qualquer outro trabalho, ou se defende dentro das leis ou vai embora, procurando terras novas.

O Estado do Rio de Janeiro foi declarado área prioritária de Reforma Agrária. Isto quer dizer que as terras deveriam ser distribuídas para todos os lavradores que as precisam para poder viver facilmente. No entanto esta lei nunca foi executada. Na região de Angra dos Reis as terras foram declaradas área prioritária para desenvolvimento do turismo. Quem tem muito dinheiro tanta comprar estas terras para poder aproveitar dos incentivos fis-

cais. O pequeno lavrador não consegue estas facilidades.

Além disso, as grandes empresas e fazendeiros podem comprar insumos em grande quantidade e a preços baixos. O pequeno lavrador não tem condições para poder aproveitar destas facilidades (caso de Tinguá: N. Iguaçu). Em Valença o módulo rural está fixado em certo número mínimo de hectares por imóvel. Por isso este imóvel não pode ser dividido em duas ou mais partes. Quem aproveita disso é o latifundiário que tem condições financeiras para aumentar, comprando e juntando partes ou imóveis inteiros ao seu. As grandes fazendas assim estão engolindo as pequenas. Fica evidente que a autoridade só beneficia o dono grande, enquanto o pequeno sofre calado, apesar de que as leis existem também em favor dos pequenos. Tem delegados que deixam impunes os assassinos de lavradores, porque "a lei é feita pelo fazendeiro". Tem juizes que são amigos dos fazendeiros; eles "não têm tempo para escutar os lavradores". Grandes que nem documentos têm, conseguem até despejos de pequenos. "O pobre tem pouca força e sabe que não tem força".

Nota-se que os problemas são muitos e estão ligados entre si. Eles têm causas. Como sair deles?

Por isso devo voltar a outra pergunta para que tudo possa ficar mais claro: "Porque tudo isto"? Porque a indenização aos lavradores expulsos não é feita em terras?

Em Nova Friburgo houve reformas das fazendas de café para pecuária. Isto reduziu a mão de obra.

Outro caso: um agricultor produz uma beringela grande e bonita que lhe custou 20,00 cruzeiros. No dia da venda no mercado ele recebe apenas CR\$ 15,00 do intermediário. Mas ele não reage para que o dono da terra não o mande embora.

O governo faz cooperativas para os produtores. Mas estas geralmente não funcionam. Por que? Porque estas cooperativas são organizadas de maneira tão burocrática que perdem completamente sua força. O sócio produtor não tem nada a dizer nas decisões. Os funcionários que passam bem.

As mesmas autoridades que assinaram os Estatutos da Terra em 1964 onde há previsão de Reforma Agrária das áreas públicas - colonização - melhoramento de vida para o homem do campo - desenvolvimento agrícola - cooperativas, estas mesmas autoridades agora estão favorecendo as empresas rurais e latifúndios, sacrificando o lavrador pequeno e seus direitos.

Porque esta lei não foi executada? E ainda por que aumentou-se os impostos dos pequenos enquanto se oferece incentivos fiscais aos grandes? Que tipo de desenvolvimento está atrás disto?

Mas, o que acontece no campo do lavrador acontece também na indústria. Todas as pequenas fábricas estão reclamando dos grandes que não dá para concorrer com as grandes, como os operários estão reclamando dos donos das fábricas. Parece que o menor é explorado pelo maior em todos os níveis. Para ganhar mais tem que engolir o menor.

E o pequeno, quando pode mudar? Será que pode mudar só mudando de lugar?

O que está atrás disto?

A riqueza do Estado do Acre era a borracha das seringueiras. Mas caiu a produção e o valor do produto. Veio, p. ex., Bradesco que "comprou" dezenas de milhares de hectares destas terras. Recebeu dinheiro para desma-

tar, plantar capim e por gado. Para ele teve dinheiro, mas para o seringueiro não. De repente volta o valor da borracha. E aparece dinheiro até para replantar borracha.

Cai o preço da carne - está difícil a exportação, reaparece o valor do café que também ~~fora~~ cortada.

Mas ^{pra} quem está na terra, o pobre não tem dinheiro. Na hora que o dono é um "grande", o dinheiro aparece para ajudar em tudo. E o povo pequeno não é ajudado em nada para se preparar para saber fazer melhor as coisas: escolas profissionais, maquinária, adubos... "Não que seria mal para o povo, se tivesse, mas é melhor ainda para os ricos"...

Resultado: O que vale dentro da nossa sociedade é o dinheiro: TERRA=dinheiro. GENTE=dinheiro. Com dinheiro se ganha mais dinheiro, daí mais direitos, daí mais vantagens, daí mais política. Os ricos se juntam para fazer mais dinheiro. Assim o trabalhador tem que valer muito para o dinheiro acumular muito.

Para nós o Evangelho nos faz pensar diferente. Gente é gente e gente vale mais. Porém estamos dentro de uma sociedade que não pensa assim. O cão está solto. O diabo é que os ricos querem por na cabeça do povo que ele deve ficar é assim mesmo - pequeno. Progresso - nos olhos deles - é só fazer coisas para render mais lucro. A gente só serve se rende mais. Daí que a maioria do povo vira serviço de máquina para produzir. Deve cobrar o menos possível para o povo, para sobrar mais para lucrar mais.

Por ex.: Manaus é o lugar do Brasil onde tudo é mais caro. No entanto, o salário é o mais baixo do Brasil. Não importa se a gente morre de fome.

Onde o gado e outras coisas (lucro) tomaram a importância de gente, tudo vai mal, mesmo com riquezas. Até a produção de coisas necessárias muitas vezes começam a faltar: arroz, feijão, coisas que antes nunca faltavam.

O povo ama a terra. Também ele gostaria de produzir muito, com ajuda de máquinas e adubo. Mas ele não consegue porque é pobre...

Porém como seria importante uma aprendizagem do técnico - que desequilibrou toda a produção agrícola - junto com o povo, inclusive com o índio.

Dia 30/9/1977

Em plenário, após os círculos, respondeu-se às seguintes perguntas:

I - Que rumos objetivos seguiremos na Pastoral da terra, nesta região?

- Povo
- Igreja
- Sindicato (colaboração)

Valença sugere:

- a) conscientizar grupos de influência na pastoral sobre os problemas da área rural;
- b) levar ao conhecimento das diversas Paróquias a realidade da situação do trabalhador rural;
- c) informar a todas as Dioceses sobre o que se passa na Pastoral da Terra.

Nova Friburgo

- a) conscientizar os que têm responsabilidades na Pastoral Paroquial e Diocesana;
- b) entrosamento com os sindicatos dos Trabalhadores Rurais. Contatos com a Federação - Fet g - Contag

Angra - Paraty

- a) Estamos inseguros. Queremos chegar a poder viver em paz.
- b) Queremos juntar forças, ser comunidade: Povo, Igreja, Sindicato. Trabalhar juntos na união para enfrentar as ameaças.

2a. pergunta: Para realizar isto, que trabalhos concretos programaremos?

Valença

- a) Entrar em outras regiões da Diocese e descobrir elementos que possam fazer parte da C.P.T.
- b) não desacreditar do Sindicato, mas ajudá-lo a se purificar;
- c) conscientizar através de boletins, de informações inter-regiões e dioceses;
- d) cooperativismo = através dos meios de comunicação criar o espírito. Sindicatos e Cooperativas.

Nova Friburgo

-ações concretas:

- a) levantamento mais detalhado da realidade diocesana;
- b) redigir um folheto em relação à Campanha da Fraternidade-78 - Justiça e Trabalho para todos.
- c) incentivar a celebração do dia do trabalhador rural: 25 de julho e do 1º de maio;
- d) elaborar cartilhas para o trabalhador rural - sobre os direitos do lavrador e notícias de interesse;
- e) divulgar entre o clero e agentes de pastoral o boletim da C.P.T.
- f) revisão periódica com as pessoas interessadas sobre aquilo que é

feito e do que não é feito. Sugestão de data: janeiro, encontro do clero - religiosos, grupos de influência. Informando-os, conscientizando-os.

Angra - Paraty

- a) Trabalhos de grupo,
 - formação de comunidade,
 - colaborar com o advogado fornecendo-lhe os elementos pedidos na ação jurídica
 - informar ao povo
 - guardar os devidos segredos
 - denunciar os erros (abrir o bico quando o negócio não estiver certo. Testemunhar os fatos)
- b) ação de grupo, formação: mexer com o pessoal, festas, círculos bíblicos
 - mutirão
 - reuniões
 - tudo que congrega e une
 - informar em âmbito local, regional.

Observação feita pelo Secretário Nacional: Os grupos revelam dois níveis de proposta:

- Participação do Povo
- Participação dos Agentes de Pastoral
- Ampliar a C.P.T. sem esquecer a ação do próprio Povo.
- Não esquecer que a ação deve ser sempre do Povo e dos Agentes.
- Na Pastoral da Terra o melhor é recuperar a consciência do Povo e não a freqüência ou setores esquecidos (associações, irmandades, etc.)

SÍNTESE DAS PROPOSTAS

- I - Em relação ao trabalhador: conscientização
 - União do povo trabalhador com o apoio de outros grupos para enfrentar a situação ou situações
 - Buscar contatos com S.T.R. onde é possível e com a Fetag (Federação dos Trabalhadores rurais e Agricultura) e Contag
 - Onde for necessário, ajudar a purificar o sindicato por dentro - numa linha de sindicalismo mais autêntico.
- II - Em relação aos agentes de pastoral:
 - conscientização: para os problemas rurais. Organizar a Pastoral, Paroquial e Diocesana, tendo em vista também a Pastoral da Terra e o interesse pelo Trabalhador rural.
- III - Ação
 - com o trabalhador:
 - 1) Colaboração Comunitária: caso de assistência jurídica
 - 2) Abrir o bico sobre as situações de injustiça, coragem e testemunho
 - 3) Mexer com a comunidade, mutirões, informações, grupos, etc.
 - 4) Preparar o Dia do Trabalho e do Trabalhador Rural: 25 de julho
1º de maio
 - 5) Preparar Cartilha sobre os Direitos: linguagem popular
 - 6) Levantamento da realidade agrária

COMISSÃO REGIONALCoordenadores Diocesanos

- Nova Friburgo: Pe. Joaquim van Leeuwen
- Valença: Pe. Argemiro Brochado
- V.Redonda (Angra) Pedro Geurts
- N.Iguaçu: Ir. Josefina Holzer

A Comissão recebeu do grupo delegação para estudar quem seria o coordenador do Regional, um dentro os quatro ou um quinto.

Sugeriu-se o nome de D. José Almeida Batista para participar da equipe C.P.T. e futuramente quem sabe, seria o Coordenador.

As Assembléias como instrumento de animação e conscientização não fiquem esquecidas. Começar logo a preparação das mesmas.

Marcar data, dentro de um semestre.

Comunicações

1) Prepara-se uma Assembléia de Nível Nacional para colocar em comum a realidade, a caminhada, as decisões. A Pastoral da Terra nasceu em um encontro de Pastoral da Amazônia.

Data: 25 a 29 de novembro

A representação por Região

Dois agentes por ex.: um padre, uma Irmã

Dois trabalhadores rurais que participem do trabalho pastoral e do sindicato rural.

Um Bispo ou coordenador

Despesas de viagem - serão feitas pela região

Estadia - o Nacional

2) Lembrete

Preparação de relatório das dioceses para a síntese do Regional

- migrações
- gastos
- intermediários
- posseiros
- vendas de terra

3) Encontros de Advogados

Quem em nossa região poderia participar para discutir a realidade do trabalho de assessoria, ligado às Dioceses, à Federação em conjunto.

Comunicar-se com: Vera Trindade

C. Postal 749

74000 - GOIÂNIA - GO

Assunto do Encontro:

Qual é a função da assessoria técnica jurídica?

Convidar pessoas comprometidas com os trabalhadores.

4) Cursos de formação sobre problemas da terra.

- Próximo: 2 semanas

C.P.T. e C.I.M.I.

Belém - Goiânia

Aprofundamento

7) Informação:

- Boletim - para trabalhadores e agentes
- Despertar Espírito de Cooperação: sindicato, cooperativas
- Folheto da Campanha da Fraternidade
- Ação com Agentes

1) Descobrir outras pessoas interessadas - Dioceses

2) Aproveitar reuniões do clero, despertar.

- Organização

1) Comissão: organizar-se em nível de Paróquia e Diocese

- reuniões periódicas
- coordenação C.P.T.
- preparar questionários para levantamento e preparar agentes para trabalhar com o Povo
- recursos: humanos
financeiros
- Assembléia na região com maior representação da base
- Comissão Regional
- C.P.T. tenha representantes da Base
- Grupo de ação em cada paróquia: trabalhadores

Nota: O Secretário Nacional sugere:

Saber recolher dados: como está a situação?

tem possesiros?

proprietários?

como são os salários, etc.

Recolher fatos: jornais

documentação

Entrevistas: saber montar esquemas

Históricos: o que o povo pensa de sua vida, de sua história

Ex.: um casal, há 10 anos casados, fizeram 17 mudanças desde a 1ª. quando saiu de Minas Gerais. Isto é uma história da Migração.

Teologia Pastoral
Sociologia
Política
Antropologia

5) Boletim da C.P.T. assinaturas, fazer listas, vale postal, contribuição CR\$25,00 anuais.

Reunião dos Coordenadores

Regionais:

Data:

Avaliação:

- nos plenários os trabalhadores falaram pouco. Os Padres falaram muito
- Perdemos um pouco na Organização
- Foi um grande passo, levamos uma boa bagagem
- Foi bom, abriu horizonte, levamos coisas boas para os companheiros
- Sente-se que houve busca pra se encontrar a maneira de defender os trabalhadores
- Houve dispersão no horário: É importantíssimo reunir. Uma alerta sobre a problemática. É válido encontrar. Esperamos frutos
- Não é só a gente que sofre. Muita gente quer caminhar. Levamos uma boa inspiração pra trabalhar melhor
- Levamos uma boa idéia, um bom caminho
- Gostei. Quando a gente pensa que sofre, num encontro deste, aprende como vai se unir e defender
- Agradeço o chamado e a explicação pra dar ajuda.
- Que Deus nos dê a Sabedoria pra saber responder bem à vida.
- Que Deus nos dê força e inspiração, força e saúde pra continuar
- Agradeço a Deus - que ele infunda luz na nossa mente e no nosso coração pra gente levar para os outros
- Abertura, sinceridade, um dos melhores encontros que já foi feito - linguagem simples à altura de todos.
- Negativo: pessoas falaram muito refeições distantes; o homem do campo come cedo.
- Surpresa encontrar as próprias Dioceses representando. Importante os Bispos terem enviado gente disposta a trabalhar. Ver a disposição de cada um. Vamos ter outras surpresas quando puzermos a mão na massa
- O ritmo do trabalhador é lento. Os encontros devem ter tempo.
- Todos tinham desejo de dar colaboração; ninguém com receitas
- Falamos mais que os trabalhadores.

Encerrando: Agradecimentos pela presença de todos e a presença de Ivo.

--*-*-*

AS ILHAS DA RESISTÊNCIA



Os Lavradores no Vale do Rio
São Francisco

Comissão Pastoral da Terra - CPT

" A S I L H A S D A R E S I S T Ê N C I A "
*** ***** *** *****

T e x t o e f o t o s d e :

Mariluce de S. Moura

E D I Ç Ã O :

SECRETARIADO NACIONAL - COMISSÃO PASTORAL DA TERRA

Caixa Postal, 749

74.000 - Goiânia - Goiás

Desenhos de : ELDA B.

(Avelino - Pág.29)

Foto da Capa : ARTUR IKISSIMA

Introdução

Ao escutar, tarde da noite, na casa de algum compadre, uma série de "casos de assombração" - um mais terrível do que o outro - a gente fica arrepiado, o medo tomando conta. Depois, voltando pra casa, enquanto todos abrem bem os olhos para não bater em alguma "aparição", o pessoal vai perguntando: "*será tudo isso coisa acontecida ou invencionice?*"; "*como é que pode acontecer umas desgraças dessas ? Sô se é malvadeza do diabo...*"

É bem capaz que você, amigo leitor, vai ter o mesmo arrepio, o mesmo medo e as mesmas perguntas ao terminar a leitura desse BOLETIM ESPECIAL, AS ILHAS DA RESISTÊNCIA. Nada de estranho. As coisas acontecidas às famílias dos trabalhadores rurais do vale do Rio São Francisco, desde Minas Gerais até Pernambuco, passando pela Bahia, Sergipe e Alagoas, são coisas que em tudo se parecem aos casos de assombração.

Com uma diferença muito grande, porém. É que tudo é FATO ACONTECIDO e FATO ACONTECENDO. Nada foi inventado. E sabemos que pouca coisa do que acontece está contada aqui. Tem muito sofrimento, muita injustiça, muita morte, que não deu pra colocar nessas páginas. E muita luta também não está contada. Ou por não serem conhecidos por nós, ou para não tornar este boletim longo demais.

Sendo fato tudo o que você vai ler, é bom ver quem é o "diabo" e quem são as vítimas nessa história toda.

E, no final, se você notar que os perseguidores e ladrões do povo são EMPRESAS DO GOVERNO e/ou GRILEIROS (empresas), e você sentir raiva deles todos, não precisa se preocupar. Quem tem coração e fé em Jesus só pode ficar com "*justa raiva*" diante dessas coisas que estão acontecendo.

Mas, por favor, não fique só com raiva.

Procure alegrar-se com o OUTRO FATO: a RESISTÊNCIA do povo sofrido do vale do Rio São Francisco.

Cresce o número, a união e a organização dos que estão deixando de lado o medo, e com essa sua força, estão enfrentando os opressores, mesmo quando são empresas do governo.

Mais importante ainda do que alegrar-se, será você procurar, junto com seus companheiros da Comunidade e do Sindicato, um jeito de apoiar os companheiros que já estão lutando, e um jeito de encorajar os que estão ainda com medo ou desanimados. É muito bom, você e seus companheiros, conhecerem essa verdade. Melhor ainda será ajudar o pessoal a enfrentar os problemas.

A COMISSÃO PASTORAL DA TERRA - CPT, ao publicar este BOLETIM ESPECIAL, torna público duas coisas:

1)- a total desaprovação do jeito com que estão sendo feitos os programas de irrigação e produção de energia elétrica, pela CODEVASF e CHESF, assim como a condenação da GRILAGEM, tão comum e tão cruel, em todo o vale do Rio São Francisco, por causa das INJUSTIÇAS causadas ao povo, por causa da miséria maior da população, ao contrário do tão falado "*progresso*", anunciado falsamente pelas propagandas oficiais;

2)- o apoio total à luta do povo, defendendo e promovendo sua união e organização como único instrumento capaz de conquistar seus direitos, especialmente a TERRA.

Comissão Pastoral da Terra

Indice

| | |
|--|---------|
| INTRODUÇÃO | |
| I - CORONÉIS VIOLENTOS DESDE O COMEÇO | Pág. 3 |
| II - DO RIO NASCIA A VIDA | Pág. 5 |
| Posse e exploração | |
| Vazantes Perdidas | |
| III - UM PROJETO PARA O SÃO FRANCISCO | Pág. 9 |
| IV - "UM DIA A BESTA FERA DESCEU NO RIO" | Pág. 11 |
| Os custos da eletrificação | |
| Retirada à força | |
| O maior lago artificial do mundo | |
| As indenizações irrisórias | |
| A mudança - "Tocados como animais" | |
| A agricultura arrasada | |
| Projeto mal executado | |
| Crescimento das cidades | |
| As doenças do lago | |
| Um projeto falido | |
| Itaparica : A nova ameaça | |
| A besta fera | |
| Parando tratores | |
| V - A AÇÃO DA CODEVASF | Pág. 33 |
| O caso Betume | |
| As perseguições | |
| Projeto de emergência | |
| Arrendamento ao próprio dono da terra | |
| Benefícios para a CODEVASF | |
| Terras para grandes empresas | |
| Desapropriações para o Massangano | |
| VI - A GRILAGEM COM O APOIO DO GOVERNO | Pág. 41 |
| Tratores e correntes - Algumas das armas de Robertão | |
| Assassinato de Eugênio Lira | |
| A invasão de Barra | |
| Apoio indireto do INCRA à grilagem | |
| Derrubada da igreja | |
| VII - OS CAMINHOS DA RESISTÊNCIA | Pág. 49 |
| A resistência dos Xokô | |
| Permanência no Miradouro | |
| Os Sindicatos, as Comunidades | |
| CONCLUSÃO | |

Coronéis violentos desde o começo

O rio São Francisco é um rio imenso, que percorre 2.660 quilômetros de sua nascente até o mar. Nesse longo caminho ele aparece com características diferentes e por isso se divide em quatro zonas:

Alto São Francisco, no Estado de Minas Gerais, onde está sua nascente.

Médio São Francisco, de Pirapora, até a barragem de Sobradinho, no Estado da Bahia.

Sub-Médio São Francisco, de Sobradinho até Paulo Afonso (nessa zona, ele divide a Bahia de Pernambuco).

Baixo São Francisco, de Paulo Afonso até o mar e que é o trecho onde ele passa por Alagoas e por Sergipe.

O Vale do São Francisco - ou seja, as terras que estão sob a influência desse rio - é uma região enorme, com aproximadamente 640.540 quilômetros quadrados. Todo rio grande como o São Francisco, de alguma forma, é uma riqueza natural e por isso atrai sempre as populações para suas margens, para o seu vale. Em toda a bacia do São Francisco, calcula-se que vivem 8 milhões de pessoas.

A história da ocupação do Vale do São Francisco começa ainda no Século XVI - no mesmo século do descobrimento do Brasil - quando a Coroa Portuguesa determinou que as terras do litoral ficassem reservadas somente para a cultura da cana, que era a mais nobre.

Os colonizadores que desejavam se dedicar à criação de gado tiveram que entrar para o sertão e dessa forma chegaram ao Vale do São Francisco. Por isso o rio teve como primeiro nome: "Rio dos Currais".



A esse tempo, o vale já tinha antigos habitantes: os grupos indígenas.

Mas vieram os colonizadores e vieram depois os "coronéis", com uma

história de terror, onde misturam violência e prepotência com paternalismo. As populações formadas por índios, escravos e brancos, com menor poder econômico, foram sempre subjugadas.

Colonos e "posseiros" são uma velha tradição no Vale do São Francisco e

por muitos anos eles foram apenas tolerados pelos "senhores da terra". Isso porque precisavam deles. Mas o País estava mais interessado no café, na cana, no cacau e a economia no São Francisco se arrastava. O governo não tinha um grande projeto para ele.



CEDIM

Do rio nascia a vida...

Para alguns poucos milhões de pessoas que vivem nas margens do Rio São Francisco, ao longo de cinco estados do Brasil - Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe - este rio e a sua própria vida sempre tiveram destinos ligados. A vida não poderia ser compreendida sem o rio. O rio era a fonte da vida. Ele dizia quando era época de plantar, de colher, de pescar. Ele se oferecia com o que podia trazer de bom para todos aqueles homens que viviam dele e fazia também as suas exigências: no tempo da cheia, tudo já devia estar colhido. Homem e rio se entendiam.

Nas terras férteis da vazante, na margem e nas muitas ilhas do rio, os homens plantavam o milho, a mandioca, o feijão de arranque, a abóbora, a batata. Sabiam que depois da cheia, as águas tinham deixado as terras muito boas para plantar.

Nas várzeas inundáveis, em outros pontos do rio, os homens plantavam arroz. E nas águas calmas, ao longo de quase todo o rio enorme, eles se acostumaram a pescar. Lançar suas redes e em tempo bom trazer os pequenos barcos com muitos peixes.

Quase sempre, os homens que plantavam com a vazante também tinham em terra firme, perto do rio, uma pequena roça, onde plantavam com a chuva e onde, além do feijão, da mandioca, do milho, costumavam ter algumas "fruteiras" (árvores frutíferas: mangueiras, umbuzeiros, bananeiras, etc.).

Nessas pequenas terras em ponto firme, eles costumavam ter algum gado, ou a criação miúda - cabras, ovelhas, etc..

O que tiravam do rio - peixes e plantas nascidas fortes com a vazante - servia para esses homens comerem, às vezes vender e quase sempre para dividir com outros poucos homens que se diziam donos das terras - em alguns casos até das águas - onde eles plantavam e viviam.

Sim, porque se o rio era generoso, isso não dava aos homens que trabalhavam junto com ele a garantia de sempre aproveitar toda a generosidade do rio. Porque, ao longo do rio São Francisco - o velho Chico -, desde há muito tempo, em alguns casos há mais de 100 anos, os homens que plantavam foram acostumados a pensar que não tinham todo o direito sobre a terra onde estavam suas casas, suas roças e seus lameirões. Foram obrigados a não ver, quase sempre, que se eram suas as mãos que faziam nascer os frutos da terra, era seu também o direito sobre essa terra.

E esses homens quase sempre cederam aos que diziam serem donos das terras e de uma grande parte daquilo que era produzido pelo seu trabalho e pela generosidade do rio.

Os melhores peixes, a metade da produção, em muitos lugares da beira do Rio São Francisco, sempre foram entregues a quem se dizia ser dono da terra.

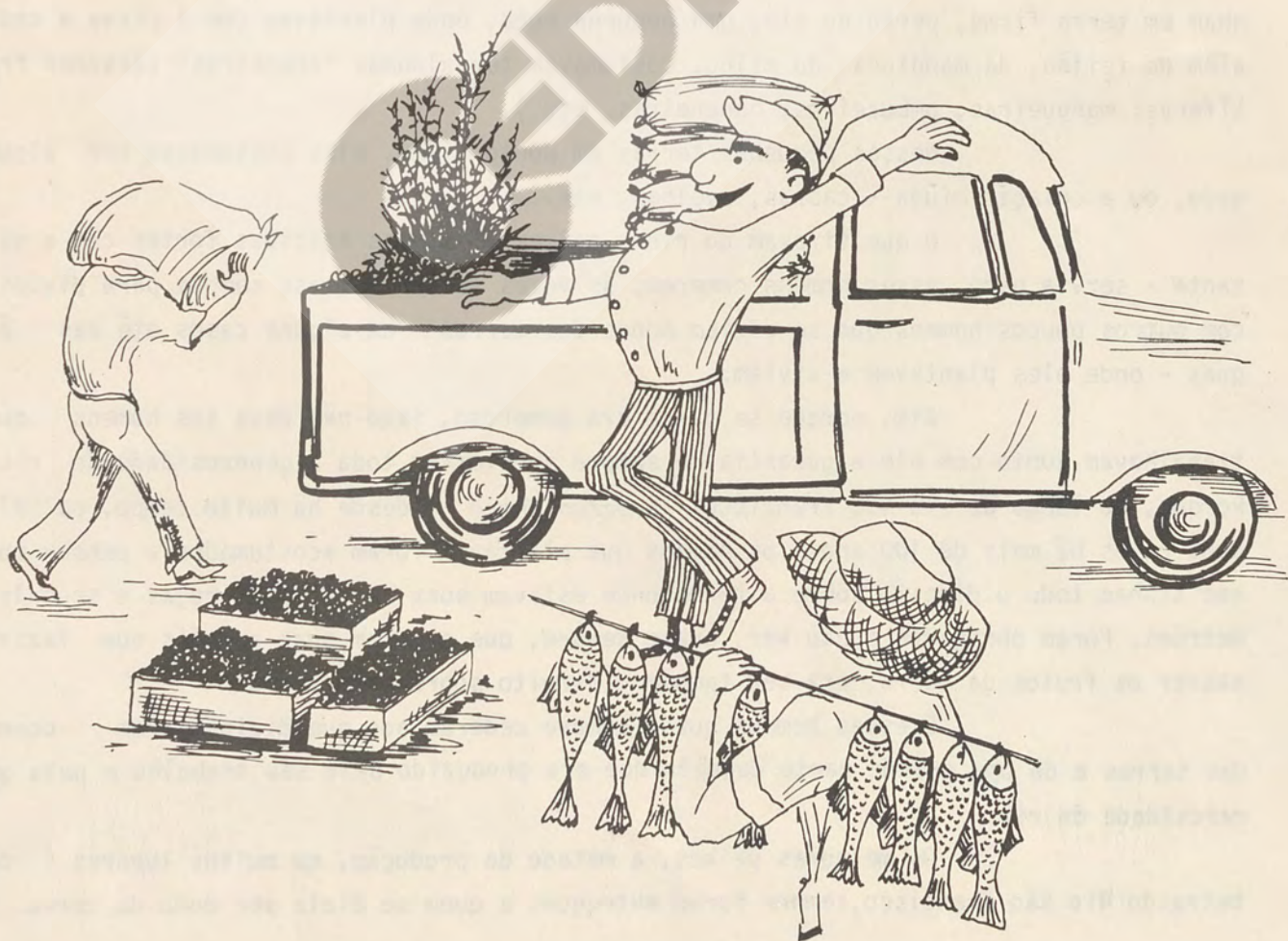
Posse e exploração

É verdade que não era em todo o rio que se dava metade ou uma parte maior da plantação aos que se diziam donos das terras. O sistema de meação, ou de parcelagem, não existe em todos os pontos do imenso São Francisco. Em certos lugares, os homens que plantavam eram donos do que produziam, sem terem que dividir o que colhiam com ninguém.

Mas nesses casos, na grande maioria, eles sempre foram posseiros, o que significa que têm a posse da terra, mas não têm o seu título de propriedade. Diferente dos colonos, dos granjeiros, ou dos pequenos proprietários, eles não podem tomar empréstimos em bancos. Pagam imposto sobre a terra, têm registro no INCRA, mas não conseguem tomar dinheiro para aplicar na terra.

Assim, eles conseguiam algum dinheiro sô com a venda direta de produtos, depois da colheita. E dessa forma, como pensar em usar técnicas que aumentam a produção? Como pensar em fazer alguma coisa diferente do plantar com a chuva, plantar com a vazante, colher e vender uma parte?

Nos casos dos meeiros e parceleiros, o que sempre puderam aproveitar é muito menor do que conseguiam os posseiros, que se instalaram em terras onde ninguém aparecia como dono. Metade do que a roça produzia era entregue ao dono da terra. A outra metade era vendida ao mesmo dono pelo preço determinado por ele. De três peixes pescados, dois eram para o dono da terra.



Vazantes perdidas

Num pequeno povoado, cinzento em parte, em parte avermelhado pelo barro e pela poeira, cerca de 10 homens e algumas mulheres assistem em torno de uma árvore à matança de um cabrito. Ele será a comida de uma parte considerável das famílias que moram nas 100 casas do lugar, naquele dia.

O pequeno povoado chama-se Marcos, ou Marcos Novo, um distrito do município de Remanso, na região de Juazeiro, no médio São Francisco. A sede antiga de Remanso e vários dos seus povoados foram cobertos pelas águas do Rio São Francisco, represadas com a barragem de Sobradinho.

Olhando pacientemente a morte do cabrito, Gabriel Gomes da Silva, 44 anos, 14 filhos, começa a contar:

"A gente plantava cinco, seis ou sete tarefas de terra na Ilha e todos tinham a vazante. Sabia quando o rio ia encher, sabia quando ia vazar. Plantava feijão, milho, melancia, mandioca, sabendo tudo isso. Nesse novo Marcos, a gente não tem nenhum controle do rio. Anunciam uma enchente, ela não vem e a gente fica sem saber como plantar. O rio agora está fechado pra pesca e a gente que tava vivendo nesses tempos só de peixe, tem que se virar. Ainda bem que o pessoal do mato é igual a animal, passa com tudo ou com qualquer coisa".

Com a voz firme, Gabriel resume:

"Aquilo lá (o povoado antigo de Marcos) era nosso. A pesca era direto. A criação tava segura. Agora, longe do rio como ele era, tem que esperar a chuva pra ver se vai plantar".

Bartolomeu Gomes dos Santos, um dos que esperam um pedaço de cabrito, faz a sua confissão:

"Sabe, eu tou fazendo é um negócio que dei o nome de assaltar: pescando escondido pra conseguir comer".

A muitos quilômetros de distância, no município de Porto da Folha, em Sergipe, região do Baixo São Francisco, Pedro Santana, Pedrito para os amigos, um líder de uma comunidade descendente dos índios Xokô, conta das suas relações com o rio e dos que se fizeram donos do rio no caso, a família Brito, de Propriá, Sergipe, da qual o prefeito Antônio Brito é um dos representantes:

"Na lagoa da fazenda Caiçara, a pescaria sempre foi na base de três por um: o pescador fica com um peixe e entrega dois ao patrão. Mas isso só depois de ele já haver separado para ele mesmo os peixes melhores e no dia que era marcado para a pesca. Plantação era na base da meia. Só que a meia dada tinha que ser maior que a que ficava pra gente. O resto, vendido ao patrão mesmo".

Pedrito, entretanto, achava isso melhor do que a situação da comunidade agora, quando os Brito estão dispostos a expulsá-los da terra de qualquer maneira.

"Agora a gente está proibido de plantar. A vazante tá lá e não pode plantar, não pode criar. Se for pegado pescando escondido, a gente apanha e vai preso. O rio tá aí, na frente da gente e ninguém pode fazer nada".

Na fazenda Caiçara, onde estão quase 30 casas de estuque, se desmanchando pouco a pouco, o rio realmente está a poucos passos. E os descendentes diretos dos Xocôs estão obrigados a viver quase que de doações de outras comunidades vizinhas.

Mais abaixo, em Pindoba, no município de Neópolis, Sergipe, o velho Antônio Vieira Barbosa, sentado na sala de sua casa, olha a antiga plantação de arroz, em frente à casa, que se estendia até o riacho Mussuĩpe, adiante vários metros.

"Com essa terrinha daí, sempre consegui comprar roupa pros nove filhos no fim do ano. Essa terra era herança do meu pai. Aqui nasci e me criei e me acostumei a trabalhar. Sabia quando a várzea alagava, sabia quando a várzea descia, tirava arroz bom daí".

"A terra foi desapropriada pela CODEVASF. Construíram uns diques, o rio não vaza e não enche. As águas estão niveladas. Eles ainda não fizeram nada. E eu sô aqui olhando. Todo mundo está perdendo as terras e a gente, quase nenhum tem mais do que viver. Quem ficou com alguma rocinha no alto, ficou mais pobre, mas ainda dá pra se virar. Mas é uma tristeza".

São todos eles - Gabriel, Bartolomeu, Pedrito ou Antônio Barbosa - homens que sempre estiveram ligados ao rio. De forma diferente, sempre foram explorados por outras forças que eram contra o rio ser generoso para eles. E hoje, por diferentes circunstâncias, são expulsos até mesmo de uma convivência estabelecida com o rio.

Esses homens, como milhares e milhares de outros que se espalham em volta do Rio São Francisco, têm hoje a sua história modificada por três seres que se apresentaram no Rio São Francisco e que se chamam CHESF, CODEVASF e GRILAGEM.



Um projeto para o São Francisco

Foi em 1948 que veio a decisão do governo de aproveitar o Rio São Francisco como uma fonte importante de energia. E a CHESF chegou com suas hidrelétricas, pouco a pouco invadindo tudo. A tal ponto que as obras que estão sendo executadas ou estão projetadas hoje, esgotam o potencial de energia do rio.

Vieram depois as idéias de desenvolvimento do vale, com projetos de agricultura irrigada.

vestir no vale. Para isso, o governo precisava criar o que se chama infra-estrutura: estradas, órgãos de assistência técnica à produção, programas especiais de crédito, aeroportos, etc.

No final de 1972, o Ministério do Interior e o Ministério do Planejamento patrocinaram a viagem de empresários às áreas mais ricas do vale. A essa altura, glebas imensas já haviam sido tomadas por norte-americanos, conforme apurou uma



Comissão Parlamentar de Inquérito, cujos trabalhos se encerraram em abril de 1968. O resto poderia ser entregue aos empresários do Centro-Sul: Assim pareciam pensar eles

Durante esse "milagre" havia um tipo de indústria que era muito importante para o tipo de crescimento que o País queria, ou que os grandes empresários queriam. Era a indústria que fabricava geladeiras, televisores, carros. No final desse "milagre", passou a ser mais importante a indústria que fabrica máquinas e equipamentos.

No campo, o que passava a ser importante para o governo não era a distribuição de terras aos agricultores, mas a chamada "modernização" e a chamada "ampliação da fronteira agrícola". Essa "modernização" e essa "ampliação" - com violência, expulsão de posseiros, substituição do meeiro pelo diarista, etc.- tinha que ser através da grande empresa: a empresa que compra máquinas e equipamentos, que planta produtos que dão mais lucro para ele do que o feijão, o milho e que, algumas vezes, industrializa o que planta.

Esse projeto geral está presente no São Francisco, como está no Norte e no Centro-Oeste - na sofrida Amazônia. Em todos esses lugares, o grito de desespero dos pequenos agricultores, dos posseiros, é o mesmo.

Para o São Francisco de uma forma particular, o novo governador da Bahia, Antônio Carlos Magalhães, diz que não existe ainda um projeto integrado de

todo o Vale. E ele quer fazer isso na parte do rio que banha a Bahia. "Sobretudo no oeste (no médio São Francisco), que tem uma dimensão maior que o Estado de São Paulo", diz ele.

Como ele diz que vai fazer isso ?

"Com agricultura, pecuária e mineração. Com irrigação dos vales e estradas, e com tudo que desenvolva essa região, mas que ainda está inexplorada".

Nesse projeto, ele diz que vai combater a grilagem, com decisão, "mesmo tendo aborrecimentos". Que tem que se encontrar meios para garantir a terra aos homens que nasceram ali, que tem de se proteger pelo menos o "lugarzinho deles".

Mas, ao mesmo tempo, ele diz que "os grandes projetos são indispensáveis. E como o Vale é um lugar de pouca densidade demográfica (pouco habitado) pretendemos atrair muitos investimentos (significa: grandes empresas) para que ele se torne um polo de desenvolvimento do País".

Em resumo, o projeto do governador da Bahia não é diferente do projeto geral de que falávamos antes. Apenas, como político, ele tem interesse em dizer que acha a grilagem um mal. E em outras declarações e projetos de governo nem se fala de posseiros (que são a questão principal).



ESTRADA PARA AS AGROVILAS
- Bom Jesus da Lapa

UM PROJETO, VÁRIOS...



Alto da Rolinha (Neópolis)

“Um dia, a besta fera desceu no rio”

No Rio São Francisco, nestes anos 70, um nome se transformou quase em terror. Para milhares de lavradores ele passou a significar a perda de suas terras, a perda de suas culturas, a expulsão do lugar onde sempre viveram, a destruição de comunidades formadas ao longo de muitos anos.

Para milhares de lavradores esse nome passou a significar a fim de suas cidades e povoados, o enterro sob as águas de suas casas, suas igrejas e até a perda de seus mortos nos cemitérios.

Este nome é CHESF, que quer dizer COMPANHIA HIDRELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO. Com ela, uma forma de vida, um modo de vida do povo passou a ser destruído por inteiro. Os lavradores perderam não somente os seus bens materiais, mas também uma forma de viver no mundo que já estava dentro de cada um deles. Dito de outra forma: milhares de pessoas foram arrancadas de sua cultura, ou perderam as suas raízes.



Expulsos da beira do rio, com quem sempre se entenderam, jogados na caatinga, em muitos casos, os lavradores perderam um pouco da sua força e da sua segurança. Dentro de cada um, perderam um pouco do que eram.

Tentando explicar isso, o bispo de Juazeiro, na Bahia, Dom José Rodrigues, um homem que dá o seu apoio aos lavradores que lutam contra os prejuízos que a CHESF lhes trouxe, diz assim:

"O Rio São Francisco fazia parte da paisagem espiritual dos lavradores que viviam nas suas margens. Quando lhes tiraram o rio, arrancaram alguma coisa de sua alma".

Foi por isso que um velho - é Dom José Rodrigues quem conta - da cidade de Casa Nova, inundada pelas águas do lago de Sobradinho, depois de ser retirado de lá, olhava o dia inteiro para as bandas do rio e começava a chorar. Olhava e chorava e desse jeito foi definhando, até morrer.

Mas por que tudo isso? O que a CHESF quer do rio e por que precisa espalhar tanta destruição?

Os custos da eletrificação

Até um tempo não muito distante, o velho Chico era conhecido como o "rio da integração nacional", porque ligava diferentes regiões do Brasil. Mas, desde que se começou a implantar a usina hidrelétrica de Paulo Afonso, em 1948, e principalmente com a sua inauguração em 1955, o governo passou a ver o Rio São Francisco, antes de tudo, como um gerador de energia.

O rio ia passar a servir para alimentar com energia as indústrias que deviam se instalar no Nordeste e as cidades que deviam crescer muito com essas indústrias. Para as pessoas que dependiam do rio para viver, essa energia de pouco ou nada ia adiantar, porque eles nem tinham energia elétrica na maioria de suas comunidades à beira do rio.

Depois de Paulo Afonso, veio, em 1962, a construção da represa de Três Marias, em Minas Gerais, perto das cabeceiras do rio, que prejudicou muito a pesca no médio e no sub-médio São Francisco.

Veio a construção de mais duas usinas em Paulo Afonso, a PA-2 e a PA-3, esta terminada em 1973. E para completar o que a CHESF chama de um sistema integrado, veio em 1970 o projeto da barragem de Sobradinho, junto com as usinas Paulo Afonso 4, Moxotô, Pedras, Itaparica, mais uma hidrelétrica abaixo da represa de Sobradinho, e outras ainda em projeto. No total, 11 usinas.

A hidrelétrica de Moxotô inundou, em 1973, a cidade de Glória e vários de seus povoados, desalojando alguns milhares de pessoas. Sobradinho trouxe o maior deslocamento de população já verificado até hoje, retirando de suas terras mais de 70 mil pessoas.

A hidrelétrica de Itaparica, na região de Petrolândia, Pernambuco, começa a desapropriar, já agora, alguns milhares de pessoas. Que área de terras será inundada? Quantas mil pessoas perderão suas terras, seus bens, sua forma de vida? A CHESF ainda não respondeu e já começou a desapropriar terras.

São obras gigantescas, que representam bilhões de cruzeiros gastos. E tudo isso para garantir energia suficiente para o Nordeste só até 1990.

Dentro de mais 11 anos, todos os sacrifícios impostos diretamente a mais de 100 mil pessoas (e indiretamente a um número muitas vezes maior) já não vão assegurar nem mesmo a energia que o governo diz que o Nordeste precisa. Até lá já se terá tirado do rio tudo o que ele pode oferecer de energia.

O chefe de obras da CHESF, engenheiro Eunápio Peltier de Queirós, sabe tanto disso que, no começo de 1977, quando começavam a subir as águas de Sobradinho, ele dizia para o jornal "O Globo":

"Mesmo com a construção de todas as hidrelétricas, temos capacidade de suprir as necessidades de energia do Nordeste só até 1990. Depois daí, só temos duas opções: energia nuclear, ou transmissão de energia gerada na Amazônia".

Por causa dessas coisas, falando de Sobradinho, que está na área de sua diocese, é que o bispo Dom José Rodrigues diz :

"Seriam mesmo necessárias essas obras nas proporções que estão sendo feitas ? E se são necessárias, por que antes de se pensar nas britadeiras, no cimento armado, nas máquinas, não se pensou no homem, esse homem do São Francisco? Por que tem que se fazer um progresso para enriquecer quem já é rico e desgraçar o pobre ?



SERIAM MESMO NECESSÁRIAS ESSAS OBRAS NAS PROPORÇÕES QUE ESTÃO SENDO FEITAS ? E SE SÃO NECESSÁRIAS, PORQUE ANTES DE SE PENSAR NAS BRITADEIRAS, NO CIMENTO ARMADO, NAS MÁQUINAS, NÃO SE PENSOU NESSE HOMEM DO S. FRANCISCO ?

POR QUE TEM QUE SE FAZER UM PROGRESSO PARA ENRIQUECER QUEM JÁ É RICO E DESGRAÇAR O POBRE ?

DOM JOSÉ RODRIGUES

Retirada à força

Num lugar quente e desolado, que transmite uma certa sensação de tristeza e desânimo, se levanta a cidade de Nova Glória. Casas simples, algumas vendinhas, a igreja, a escola, ruas empoeiradas e um movimento tão pequeno que, chegando lá, pode-se pensar que a cidade está abandonada.

O município de Glória tem cerca de 10 mil habitantes e foi atingido pela hidrelétrica de Moxotó, em 1973. Passou todo esse tempo e a nova sede contruída para o município é uma cidade não terminada.

Sentado na sala de sua casa, "seu" Armando Ferreira Soares, um velho de 72 anos, começa a chorar e a falar :

"A gente tinha uma ilha e a beira da vazante na Glória antiga. Tinha uma casa grande, com duas salas, tinha uma canoa. Plantava feijão, batata, melancia. Conseguia, às vezes, tirar da roça um caminhão de melancia, para vender nas balsas. Aqui, tenho só essa casa que prometeram a escritura e até hoje não veio. Por tudo que eu tinha a CHESF me deu somente cinco mil".

Ele passa a mão nos olhos e continua a falar:

"Lá em Glória, o Exército amarrou corda na cumieira das casas de quem não queria sair e derrubou tudo. Eu não queria assinar, não concordando com o preço que eles queriam me dar para indenização. Mas eu não podia nada contra uma companhia poderosa dessas, que tinha 40 advogados, o Exército e o governo tudo ao seu lado. E aí foi tudo assim: a gente aceitou a indenização que eles queriam dar, e foi jogado aqui, sem assistência, sem nada".

"Seu" Armando conta que avisaram que ele tinha que sair, seis meses antes:

"Aí foi aquela coisa: vendi umas 50 ovelhas por 1.500 contos, quase de graça. Das 20 cabeças de gado que tinha, morreram oito, o resto vendi por besteira. Vendi 70 bolas de arame por 1.500 contos e na verdade valia uns 35 mil. Era o desespero, o medo de não ter coisa nenhuma. Na Nova Glória fiquei dentro dessa casa, três vezes menor do que a que tinha, recebendo 1.404 cruzeiros de aposentadoria da Prefeitura, onde trabalhei 43 anos e terminei como chefe do serviço de finanças. Do INPS recebo pouco mais de 500 cruzeiros".

A diretora do ginásio de Glória conta que na beira do rio, perto da nova cidade, muitas pessoas que saíram da antiga, não conseguiram fazer roças, porque outras pessoas de Paulo Afonso chegaram primeiro e ali plantaram:

"A cidade ficou muito dependente de Paulo Afonso, porque antes era pequena mas tinha feira, tinha tudo. Agora só tem as vendinhas mesmo e o jeito é comprar comida e tudo em Paulo Afonso".

Nem todos que saíram da sede de Glória antiga se realocalizaram na nova sede do município construída pela CHESF. Muitos foram para Quixaba e outros povoados. Um desses é o velho lavrador Manoel Barbosa Fortes, o "Lelê Parreira", 65 anos.

Quando ouve falar na inundação de Glória, seu Lelê Parreira olha firme e diz assim :

"Falar nisso, é mexer com a coisa que tenho mais raiva na vida. Eu saí de Glória rebocado pelo Exército. Quando veio essa história dessa barragem de Moxotô, o que se viu no começo foi o Dr. Lindolfo, um doutor da CHESF, botando tudo que era cabra brabo no bolso. Sabia salivar o homem e a gente nem esperneava. Era uma conversa bonita de que a gente ia receber outra terra adiante, a CHESF iria irrigar terra pra gente, ia ser a maior das maravilhas".

Ele tinha uma terra grande com capim e gado. Era propriedade com escritura, registro no cartório de imóveis "e tudo isso, essa papelada ficou no serviço jurídico da CHESF, sem nunca ser devolvido".

No dia que chamaram "seu Lele" na CHESF para o pagamento, um empregado da companhia "buxixou" no seu ouvido: "Vale 12.800 contos". Mas, quando no escritório lhe comunicaram o preço, ele só tinha a receber 1.400 cruzeiros.

Lembrando, "seu Lele" demonstra toda a raiva que a coisa lhe provocou. Aí ele conta :

"Eu olhei pra os homens e disse que por esse preço eu dava a eles era uma nega feia pra fazer careta pra eles. Aí consegui pegar um papel que tava na ficha escrito 12.870 e carreguei. Nessa hora entrou um chefe do serviço jurídico, o Ferreira, e perguntou porque não me deram logo 10 mil pra ficarem livres de mim. Essa última parte eu não vi; um primo meu que tava lá é que me contou depois".

O pessoal foi saindo de Glória e "seu Lele" resistindo. Chamaram ele outra vez e ofereceram 3.600 de indenização. Ele não aceitou.

"Foi saindo todo mundo e ficou eu, mais um maluco, mais um homem que ajudava a derrubar as casas, para o pessoal pegar o material. Um domingo veio o Gilberto do alto-falante fazendo a propaganda que o rio ia encher logo, ia inundar tudo".

"Na segunda feira fui procurar a CHESF e lá estavam o Dr. Delio, o Dr. Marcilon e o Dr. Antônio. Dr. Antônio foi logo dizendo que sabia porque eu estava ali. Que eu tinha uma propriedade que valia cinco mil e que para não ter mais briga ele ia dar mais 2 mil do seu bolso".

"Eu olhei pra ele e disse:

- Conheço a CHESF desde 1948 e pelo que sei ela nunca precisou de ordenado dos empregados dela para pagar o que deve. O que o senhor deve me dar é o meu direito".

"Tirei do bolso o papelzinho que tinha pegado de ficha e disse que me deviam 12.870. Dr. Marcilon disse que era com os outros dois e não com ele. Aí eu falei:

- Infelizmente é tudo uma quadrilha só. Até logo".

"Cheguei em casa, estavam lá dois sargentos e dois soldados querendo que meu sogro saísse na marra. A mulher, fraca, estava tendo um ataque. Olhei pra um sargento e disse :

- Essa farda que tu tá vestindo, eu vesti em 1936, quando servi, e em 1943 quando fui convocado pra guerra. Não me mete medo".

"No dia seguinte eu fui embora. Distribuí minhas coisas pelas casas de cinco amigos e passei sete dias embaixo do imbuzeiro, até levantar essa casa onde estou".

"Terminaram me pagando 5.260. A minha propriedade, além do capim que eles diziam que não valia nada, tinha 140 pés de quixabeira, 76 caraibeiras, 350 pés de mamona, muito juazeiro, além de feijão e milho. Eram 40 tarefas. Agora, uma outra terra de 40 tarefas que eu tinha ficado ainda, na Baixa Pau Ferro, vai ter 20 tarefas cortadas por causa de linhas de transmissão".

Quixaba, o povoado onde mora "seu Lele", tem 266 casas. Quase duas mil pessoas. Mas, quase ninguém resistiu como ele à CHESF. A grande maioria aceitou as indenizações propostas, sem discussão. Para eles, como diz Dona Elza Soares de Souza, que tem 9 filhos, "era como se ninguém pudesse fazer nada. Todo mundo tinha mesmo que sair. Isso era o que a gente sabia. Desse modo, preferia receber qualquer coisa, para não ficar sem nada".

Dona Elza, fazendo chapéu e bolsa de palha com as filhas para completar o que a família ganha, conta que por 20 tarefas de terra, mais casa, quintal plantado de palma, curral grande e toda plantação de verdura, pagaram oito mil.

"Além disso, a gente perdeu a vazante, onde plantava muita coisa: batata, melancia, feijão, abóbora que dava pra comer e ainda dar de presente. A indenização não deu nem pra essa casa, que a gente levantou por 11 mil. E agora a gente só tem uma rocinha, aqui no alto, que depende da chuva pra dar".

Triste, ela lembra as muitas perdas:

"A igreja era muito bonita. Desmantelaram tudo. No alto, tinha uma cruz iluminada e já daqui vi um dia quando a torre caiu e a cruz também foi cortada. A gente ficou mais triste".

O maior lago artificial do mundo

A represa de Sobradinho criou o maior lago artificial do mundo: 37,5 bilhões de metros cúbicos de águas represadas, numa superfície de 4.214 quilômetros quadrados. Um total de 350 quilômetros de extensão. Este lago, maior que a metade do estado de Sergipe, foi feito com a finalidade de regularizar a descarga do rio São Francisco, para produção de eletricidade para a região Nordeste. Com ele, a descarga do rio passou a 2.063 metros cúbicos por segundo (mais do dobro da descarga normal) e garantiu-se uma produção de mais de 13 milhões de quilowatts de energia, a partir de 1980, isto é, mais do que vai gerar a hidrelétrica de Itaipu.

A barragem de Sobradinho, a 40 quilômetros de Juazeiro, na Bahia, começa o que a CHESF chama de "Sistema Integrado de Centrais Hidrelétricas do São Francisco", que daí até Paulo Afonso interrompe o Rio São Francisco em 11 trechos, onde ficarão as usinas. Este sistema, no qual serão investidos o total de 40 bilhões de cruzeiros, vai garantir energia suficiente para o Nordeste apenas até 1990.

O "maior lago artificial do mundo", criado para a produção de energia, sepultou sob suas águas as sedes de quatro cidades - Casa Nova, Remanso, Santo Antônio e Pilão Arcado - e dezenas de seus povoados, além de atingir trechos de mais dois municípios: Barra e Xique-Xique.

Eram cidades construídas a partir do século XVII (mais de trezentos anos atrás), quando o Rio São Francisco começou a ser colonizado (começou a ser explorado).

O lago de Sobradinho modificou profundamente - muitas vezes praticamente destruiu - a vida de cerca de 70 mil pessoas. E deixou espalhados em sua volta - às vezes também muito longe, como nas agrovilas de Bom Jesus da Lapa, a cerca de 600 quilômetros da região inundada - problemas sociais que se arrastam até hoje, sem nenhuma solução.

Embora a CHESF soubesse da necessidade de transferência de toda essa população, não se preocupou em fazer a mudança de uma forma organizada, para que não se criasse um drama maior do que o deslocamento em si já era.

Em cada uma das novas cidades criadas com a inundação das antigas, uma leva de gente sem terras, ou sem recursos para plantar, ou sem condições de plantar somente com o regime de chuvas, é um depoimento muito vivo de que, do ponto de vista humano, a CHESF tem mais fracassos do que outra coisa para apresentar com o lago de Sobradinho.

Entendido isto de outra forma, o que se pode dizer é que "pouco importava à CHESF, de uma maneira séria, o destino das populações arrancadas de suas terras. E se essa população não se organiza, não resiste unida, ela - que era pobre mas sabia o que fazer e como fazer para sobreviver em intimidade com o rio - não vai se salvar". Quem fala assim é o bispo de Juazeiro, Dom José Rodrigues.



Indenizações irrisórias

O que a CHESF decidiu em função do arrasamento brutal que ia fazer é que construiria novas sedes para as cidades que seriam inundadas. A população que aí morasse seria transferida para esses novos locais.

Quanto à enorme população rural que vivia nos pequenos povoados, só em 1975 - isto é, três anos depois de iniciada a construção da barragem - é que a empresa resolveu que seria deslocada para o Projeto Especial de Colonização da Serra do Ramalho (agrovilas), em Bom Jesus da Lapa, a cerca de 600 quilômetros da Região de Juazeiro.

O número de famílias que, no início, a CHESF dizia que deveria ir para as agrovilas (quatro mil) já era, entretanto, bem menor do que a população rural da região que ficaria inundada. E ainda assim, ela dizia que, ou o pessoal ia para Lapa, onde receberia toda a ajuda do governo, ou ficaria na beira do lago sem nenhuma ajuda.

Mas a população rural disse "não" a essa história de ser mudada para Lapa, sem direito de escolha.

Somente 1.200 famílias, 13,7% da população, aceitou ir. E em cima da mudança a CHESF teve que engolir que ia ter que indenizar esse povo (o que deixou de fazer com muitos) e arrumar povoados próximos às novas sedes dos municípios, para eles morarem e cultivarem.

Na verdade, nem sempre ela fez isso. Também em Pilão Arcado, por exemplo, não organizou povoados. Simplesmente jogou o povo na caatinga, sem nenhuma condição, sem casas, sem água, sem nada, para eles se virarem.

No meio dessa desorganização quanto a locais para onde o povo iria, em meio às ameaças para os agricultores irem para Lapa, corria a questão das indenizações. E hoje, em todas as novas cidades, em todos os povoados transferidos, se levanta um coro só contra o valor irrisório (muito pequeno), ridículo às vezes, das indenizações pagas aos pequenos agricultores.

"Eu tinha uma roça de oito tarefas na Intã e mais três tarefas plantadas na ilha, bem perto da sede de Casa Nova. Por todas as benfeitorias e mais a casa, me deram 45 mil cruzeiros, que não deu pra nada. Desde que mudei, não planto porque não tenho dinheiro, embora tenha um lote de 600 por 100 que me foi dado - conta o lavrador Dirceu Felipe da Cruz, em Casa Nova.

"Eu morava em Jatobá, a uma légua da sede de Casa Nova. Os homens mediram minha terra que deu 4.400 metros de cerca ao redor. Tinha tudo plantado e tinha escritura de terra. Tomaram escritura, tomaram tudo e me pagaram, com casa, roça, só 50 mil - conta o lavrador João Batista, hoje também morando em Casa Nova.

Demonstrando uma profunda revolta e muita raiva, "seu" Oscar Feitosa Passos, pai de 13 filhos, lavrador de Remanso, alteando a voz para dizer o quanto se sente roubado e esmagado, conta :

"Me levaram na onda. Quando fui procurado, eu disse que não tinha a minha roça para vender, mas se era obrigado por lei a vender à CHESF, que vinha nos

desabrigar, o preço era 35 mil. Eles voltaram depois, dizendo que iam pagar 13 mil. Protestei, mas sô chegou a 17 mil. Terra com 27 tarefas, cheia de fruteiras".

"Pior - ele continua - foi outra roça de 18 tarefas na Ilha do Souza, com 1.500 covas de cana, 676 de bananeira, casa de farinha motorizada. Não me pagaram um tostão e ficou tudo embaixo d'água. Hoje eu estou arrasado, sem nada".

José Gonçalves de Freitas, de Pilão Arcado, conta que das duas terras que tinha, "pagaram 40 mil, por benfeitorias em 48 tarefas e a outra não foi indenizada. Queriam dar 19 mil, chegaram até 50 e eu sem aceitar, porque achava que valia muito mais. Aí não pagaram nada".

Em Pilão Arcado também, João Gonçalves que continua até hoje morando em baixo de uma lona (desde março de 78), conta que pediu 200 mil pelas terras de 36 tarefas, todas plantadas, e mais duas casas, e a CHESF sô quis pagar 18 mil.

"Depois de muita luta, terminaram pagando 35 mil. A essa altura, metade do dinheiro eu já estava devendo de tantas viagens que fiz para tentar receber!"

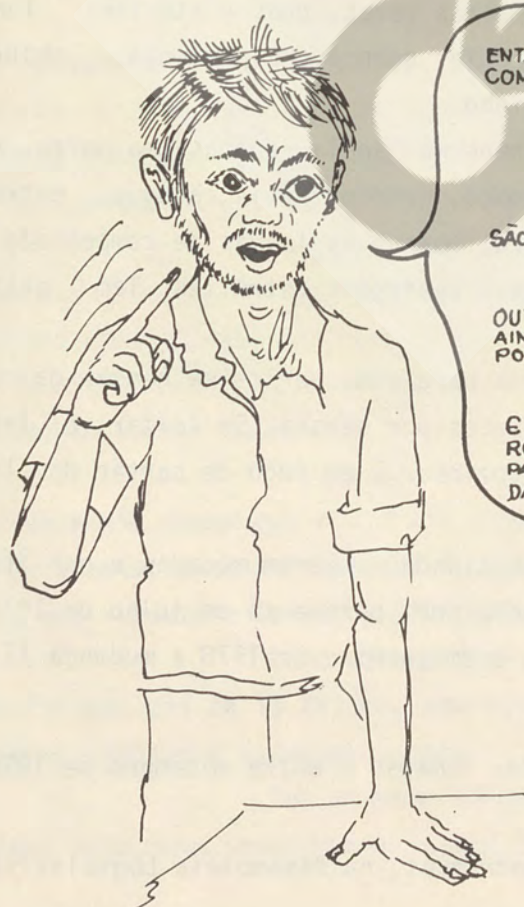
Quantas pessoas foram indenizadas de forma razoável?

Difícil encontrar uma voz que diga isso.

Quantas deixaram de ser indenizadas?

Não há um levantamento inteiro disso.

Mas, sô na sede de Pilão Arcado, onde se fez uma pesquisa com 354 famílias, 100 disseram não ter recebido qualquer indenização. E nenhuma benfeitoria feita depois das medições da CHESF, o que geralmente se deu dois anos antes da mudança, foi indenizada.



ENTÃO, SENHORES GRANDES, DA CHESF!
COMO PODE CUSTAR APENAS 1400, CRUZEIROS:
UMA TERRA GRANDE COM CAPIM E GADO,
140 PÉS DE QUIXABEIRA,
76 CARAIBEIRAS,
350 PÉS DE MAMONA,
MUITO JUAZEIRO,
FEIJÃO, MILHO...?
SÃO 40 TAREFAS.

OUTRAS 40 TAREFAS QUE EU TINHA FICADO
AINDA, VAI TER 20 TAREFAS CORTADAS
POR CAUSA DE LINHAS DE TRANSMISSÃO.

E SAIBAM, QUE A MINHA TERRA TEM ESCRITURA,
REGISTRO NO CARTÓRIO DE IMÓVEIS E ESSA
PAPELADA TODA ESTÁ AÍ NO SERVIÇO JURÍDICO
DA CHESF

Um exemplo é o de Cláudio Teixeira da Silva, de Pilão Arcado:

"Em 1976, "seu" Orlando Pimenta, procurador da CHESF, disse que eu podia fazer os melhoramentos que quisesse na minha propriedade, que não ia perder. Continuei fazendo a irrigação de 18 tarefas. No final, mil metros de canal, com mais de um metro de altura. Não me pagaram nada por essas benfeitorias, alegando que tudo foi feito depois do levantamento".

A mudança - "Tocados como animais"

Na periferia da cidade, tristes galpões de compensado, começando a apodrecer, davam em dezembro uma idéia da desordem, da angústia e do sofrimento com que se fez a mudança de Pilão Arcado. Nesses galpões montados pela CHESF - barracos de favela - 11 famílias ainda tentavam sobreviver. Estavam ali desde março de 1978.

No começo mesmo, esses galpões foram melhores que as lonas armadas embaixo dos umbuzeiros, para abrigar centenas de famílias desabrigadas de suas casas, sem ter para onde ir.

As águas em Pilão Arcado chegaram seis meses antes do que tinham previsto de início os homens da CHESF. Mas, nas outras cidades, o processo de mudança foi semelhante, embora as águas não tivessem se antecipado. Portanto, não há desculpa para a CHESF.

Os galpões de compensado em Pilão Arcado, em cujos cômodos minúsculos (quatro metros por cinco) foram amontoadas, muitas vezes, duas e até três famílias de 10 pessoas cada, são um exemplo que ainda hoje comprova e prolonga o absurdo da transferência da população atingida por Sobradinho.

Cobertos por "eternit", sem nenhuma janela, apenas uma porta, nos galpões o calor é sufocante quando faz sol. No começo, quando chovia, a água entrava pelos vãos da porta (em cima e em baixo), mas agora, quando as folhas de compensado já quase se derreteram, a chuva não precisa mais dessas passagens estreitas. Tem passagens bem maiores.

A água que se tem para beber e para qualquer coisa nesses galpões, é de três caixas de 250 litros, abastecidas duas vezes por semana. Se faltar, o jeito é caminhar 3,5 quilômetros para pegar no riacho. Cozinhar é em fogo de carvão do lado de fora. E assim por diante.

Pilão Arcado foi a última das cidades a serem mudadas e por isso esperava-se que fosse um pouco melhor. Mas não podia ser, porque só em julho de 1977 a CHESF resolveu que deveria começar sua construção e em janeiro de 1978 a mudança já se iniciava.

A primeira cidade transferida, Remanso - entre setembro de 1976 e janeiro de 1977 - não teve muito melhor sorte.

No depoimento de Dom José Rodrigues, na Assembléia Legislativa da Bahia, há este trecho:

"As primeiras famílias a chegarem na nova sede da cidade a encontraram sem as mínimas condições de vida: falta de água, de luz, de esgoto, de abastecimento. As detonações para implantação da rede de esgoto lançavam pedras sobre as casas, pondo em sério risco a vida das pessoas. As famílias ainda guardam essas pedras, para quem quiser ver".

De Casa Nova, a segunda cidade transferida, ele diz o seguinte, no mesmo depoimento :

"Sob pressão, aos atropelos, foi feita a mudança, para a cidade sem água, sem luz, casas por construir. E durante alguns meses, as famílias só tinham para se abrigar os umbuzeiros e as lonas improvisadas pela CHESF"

Casa Nova foi transferida nos primeiros meses de 1977.

Sento Sê, a terceira transferida, também em 1977, teve como abrigo para boa parte da população, as mesmas lonas, árvores ou um quarto pequeno num galpão de taipa, semelhante ao galpão de compensado de Pilão Arcado.

A CHESF prometera uma ajuda de 9 mil cruzeiros para a mudança. Bem poucos receberam. Prometeu transporte para o pessoal levar seus pertences. Quantos tiveram ?

"Eu morava no povoado de Macambira, em Pilão Arcado. Haviam prometido o transporte, mas me deram direito a só uma "carrada". O resto, tive de fretar tudo. Paguei 1.500 por uma barca até o Porto da Passagem e 1.500 por dois carros até a entrada desse lugar, Olho D'Água. O resto do caminho, uns quatro quilômetros, trouxe o material na cabeça, porque a estrada tava muito ruim, não passava carro. Os móveis, minhas coisas de madeira que eu mesmo fabricava, ficou tudo embaixo d'água"- conta João Gonçalves, de Pilão Arcado.

Animais, móveis, sacos de feijão e milho, roupas, foram incriveis as perdas da mudança. Quase todo mundo tem algo a contar sobre a perda. Tudo pelo atropelo, pressão, falta de transporte, desorganização.

A agricultura arrasada

A agricultura de toda a região do lago foi inteiramente arrasada. São dois anos sem colheita - o primeiro por causa da mudança e o segundo porque não houve dinheiro para desmatar roças, cercar, preparar o terreno e plantar.

Os agricultores de Sobradinho não só haviam perdido a maior parte do que tinham, como continuaram se endividando, comprando fiado em armazéns, etc. Sobreviver, a qualquer custo, era a única coisa que podiam fazer.

O gado foi perdido em sua grande maioria - em 70 a 80%, calculam alguns, afogado, na mudança, ou, depois, já nos novos locais, de fome, sede ou peste.

A pesca, em muitos lugares, se tornou extremamente difícil, porque o rio ficou longe. Mesmo assim, foi o último recurso de muitas famílias. Mas, já no fim do ano, o rio foi fechado para pesca, pela CHESF, porque era tempo de desova, e até este último recurso lhes foi tirado.

"Ano passado limpei a terra que me deram, mas nem cheguei a cerca para plantar, porque não tive dinheiro. Aí comecei a viver da pesca e, de noite, arran-jei um emprego de vigia na Telefônica. Agora, esses meses, tenho que viver só com o sa-lário m̃nimo desse emprego, porque fecharam o rio. Antes, a pescaria não fechava. A gen-te plantava de chuva e de vazante, todo mundo no seu pedacinho de terra. Aqui, não tem jeito não"- diz o lavrador Raimundo da Silva Guedes, de Casa Nova.

"Eu pedi muito, mas a CHESF não quis fazer logo a distribuição dos lotes, para o pessoal ir cuidando da terra antes de mudar. A criação se acabou to-da. Ninguém tinha onde botar pra comer, o mato era cheio de macambira, que o gado tem medo e os bichinhos ficavam se batendo até morrer. Foi 80% da criação perdida. Um com-padre meu trouxe 342 ovelhas e há um mês só tinha 40. Foi fome e doença"- diz Bartolo-meu Rodrigues, representante da Quadra Dois, de Pilão Arcado (cada quadra nessa cidade tem um representante que junto com o sindicato organiza o pessoal).

"Os três sacos de feijão que eu tinha se acabaram. Dinheiro da in-denização serviu só para comprar comida. Os 30 porcos que consegui trazer, morreram afogados" - diz João Gonçalves, de Pilão Arcado.

Essas situações se repetem infinitamente. Era tão gritante a si-tuação de miséria dos agricultores que não conseguiam plantar, que não tinham mais cri-ação, nem conseguiam sequer pescar - ou seja, condenados à fome e ao desespero cada vez maiores - que a Eletrobrás, no final de 1977, elaborou um programa de apoio ao de-senvolvimento sócio-econômico de Sobradinho, o chamado "PROJETO SOBRADINHO".

Projeto mal executado

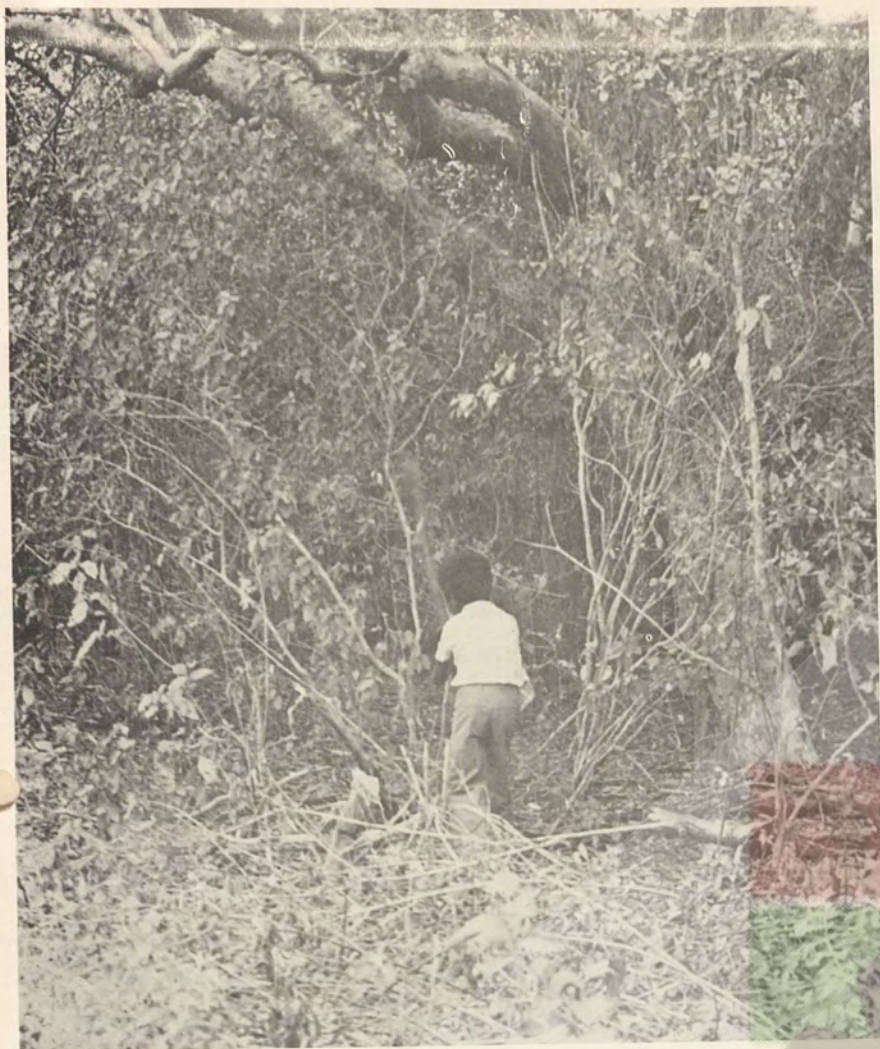
Não foi certamente por bondade que a Eletrobrás decidiu elaborar esse programa. Foram centenas de abaixo-assinados feitos pelos agricultores, cartas de bispos às autoridades, cartas e denúncias de sindicatos, enfim uma pressão vigorosa que obrigou o governo a tomar conhecimento da miséria aguda que se instalava em Sobra-dinho.

O Projeto, através do apoio à pesca, à agricultura, e à pecuária, através de programas de educação, saúde, etc., deveria dar à população "condições m̃-nimas de sobrevivência".

A Eletrobrás, através de levantamento feito na área, reconhecia que havia piorado muito a situação econômica e a qualidade de vida das populações transferidas e falava do seu receio de que aumentasse muito a emigração.

O programa foi aprovado com recursos de 144 milhões (103 da Ele-trobrás e 41 do Polocentro), para serem aplicados entre o final de 1977 e 1980. Sua exe-ção foi entregue à CHESF, o que de imediato deixou os agricultores de orelha em pé.

De modo resumido, o projeto daria ajuda em dinheiro para todos os agricultores, para desmatar as roças, e arame para cercar. Em cada povoado seria doa-do um hectare de terra para se cultivar legumes. Em seis povoados escolhidos, se prepa-rariam 50 hectares de terra irrigada, para o treinamento de pessoas que quisessem nela trabalhar.



MENINO AJUDA NO DESMATAMENTO
- Nova Praia (Pilão Arcado)

DIFÍCIL SOBREVIVER



Alto da Rolinha (Neópolis)

Crescimento das cidades

Depois da mudança, a população de Casa Nova aumentou de dois mil para seis mil habitantes. A de Remanso aumentou de seis mil para 18 mil habitantes. A de Pilão Arcado, de 1.500 para 6 mil pessoas e a de Sento Sê, de 1.500 para 4 mil pessoas. Por que ?

A propaganda sobre a "grande obra" que o governo estava realizando em Sobradinho, veiculada sobretudo pela televisão, atraiu milhares de pessoas, inclusive nordestinos que há muito tempo se encontravam em São Paulo.

"Eu estava há oito anos em São Paulo. Há um ano e dois meses estava com um bom emprego fixo, como carpinteiro, numa empresa de construção civil. Aí comecei a ver na televisão a propaganda do lago bonito, tudo bem por aqui. Comecei a ouvir muitas histórias de barragem. Dia 11 de abril de 1977, peguei a mulher e os dois filhos e vim. Não era nada disso. Ainda trabalhei de carpinteiro, mas agora é voltar pra São Paulo, ou ir pra Salvador. Não posso ficar sem emprego, preciso pagar INPS" - conta Sebastião dos Passos Costa, em Casa Nova.

"Tenho um filho que estava em São Paulo. Quando viu aquela beleza na TV se arrumou. Agora não tem mais serviço" - conta o comerciante Esteves José de Castro, de Casa Nova.

Ouvindo a conversa, o pedreiro José Barbosa da Silva diz que é de Chorrochô, na Bahia, e vivia em Petrolina. - "Soube que tinha muito trabalho por aqui, há dois anos, e vim".

São muitas histórias. E quase sempre com o final de que o trabalho está escasseando. A construção de casas e outras obras já vai chegando ao fim e o pessoal sem ter como viver.

As doenças do lago

Em Marcos, um povoado de Remanso a que já nos referimos, as crianças mostram a pele esticada sobre a barriga inchada, os olhos muito abertos nos rostos magros, às vezes tristes, e tudo sustentado nas perninhas finas e encardidas, fazendo o retrato tão comum das zonas de pobreza e sofrimento desse imenso Nordeste.

As mulheres se fazem magras, ossos do rosto quase aflorando à pele, peito chato, murcho pela mesma pobreza e pelo mesmo sofrimento.

Mas a esse retrato tão comum, crianças e mulheres de Marcos acrescentam um traço novo: uma estranha vermelhidão nos lábios, às vezes bolhas, que dão a impressão de que se abriram em carne viva.

"Está quase todo mundo assim, desde que mudou pra cá. Aparece uns carocinhos na língua e na boca e dá uma dor de garganta horrível" - diz Maria Barreto de Lima. Darcila Mendes de Souza continua :

"Só pode ser a água. O rio fica muito longe, a três léguas e a gente pega água até pra beber no meio dos paus, no riacho perto".

São várias as mulheres que falam e gritam:

"Fizeram encanação, fizeram chafariz, mas não botaram motor, não adiantou nada"

De fato, no meio da praça, uma grande caixa d'água se levanta como monumento inútil.

Não surpreende essa doença que aparece em muitos lugares, mas chama atenção especial em Marcos, onde é muito concentrada - das 100 famílias do povoado, a maior parte tem sempre um caso para contar. Como, aliás, não surpreendem os casos de hepatite em Remanso e muitas outras doenças que não eram comuns em Sento Sê.

Em 77, o estudioso Roberto Goodland, ouvido pelo jornal *O Globo*, falou dos muitos problemas de saúde que deveriam surgir quando fosse tempo de baixa vazão do rio.

Cemitérios, árvores apodrecidas embaixo d'água, milhares de animais afogados, tudo isso se somava para a contaminação da água. E, curiosamente, no núcleo agrícola de Barreiras, que será inundado pelas águas da barragem de Itaparica, em Petrolândia, milhares de árvores serão derrubadas antes da chegada das águas. O administrador do núcleo, Alonso Leite Sã diz que é *"para evitar problemas nas turbinas"*. Será apenas isso?



Um projeto falido

No meio de tantos relatos que não deixam lugar a dúvida quanto à grave crise de vida em que a CHESF fez mergulhar tantos milhares de pessoas na área da Barragem de Sobradinho, uma pergunta se insinua: Que fim levou o Projeto Especial de Colonização da Serra do Ramalho, isto é, o projeto das agrovilas de Bom Jesus da Lapa?

Hoje, o INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - que dirige o projeto, precisa buscar famílias de colonos no Mato Grosso para encher as agrovilas esvaziadas. Precisa tirar famílias de Coribe e Santa Maria da Vitória (já conseguiu 500), atingidas pela grilagem violenta de terras nesses municípios - deixando portanto a terra livre para a ação dos grileiros - *"para não perder todo o investimento no projeto"*. Se as famílias de Sobradinho desistem, a gente tem que preencher as agrovilas com gente de outras localidades", diz o executor do projeto, o agrônomo Boileau Dantas Wanderlei.

Desde o início, a resistência da população da área a ir para as agrovilas foi muito grande. Segundo Boileau, foram 1.200 famílias. Hoje - é ele ainda quem diz - perto de 200 voltaram para seus municípios. Será mesmo esse número ?

Em dezembro de 1977, sabia-se que 91 famílias tinham voltado. Elas continuaram a sair, em grande número. Continuam ainda a sair. Tomam o vapor e, sem dinheiro, sem ter mais casa ou terra no lugar para onde voltam, elas querem *"recomeçar de algum jeito, deixar o inferno que é a agrovila"*.

Ainda morando nas agrovilas, grupos grandes dizem cheios de fé :

"No próximo vapor a gente vai embora, com fé em Deus. Não temos mais nada, mas lá, de alguma forma a gente vive. Isso aqui não tem mais nada pra gente".

O que são as agrovilas ?

Um projeto feito sem nenhuma consulta aos principais interessados, ou seja, aqueles que se tornariam vítimas da barragem.

Para fazer as agrovilas, o governo desapropriou, por decreto, em abril de 1975, uma área de 257.500 hectares, ao sul do Rio Corrente, *"destinada a acomodar a população rural da área a ser inundada pelo Reservatório de Sobradinho"*.

Essa área fica bem próxima da sede de Bom Jesus da Lapa - atravessando-se o rio, a uns 15 quilômetros - e a cerca de 600 quilômetros da região atingida pela barragem.

Em abril de 1976, mais precisamente no dia 28, partiu no vapor "São Salvador", fretado pela Companhia de Navegação do São Francisco, a primeira leva, de 30 famílias, para a agrovila nº 5.

Com as agrovilas, o governo pretendia, conforme está no papel (no estudo feito pela empresa Hidroservice, por encomenda da CHESF e do INCRA), *"a elevação do nível de vida do agricultor..."*

"A grande maioria dos agricultores a serem reassentados, atualmente constituída por posseiros, arrendatários, agregados, foreiros, etc., passará à categoria de proprietário, condição essa que certamente propiciará um maior estímulo para o trabalho e também o credenciará a usufruir o crédito rural, o que não ocorre atualmente", dizia o relatório do estudo.

As agrovilas, conforme esse mesmo estudo, também deviam substituir uma região que não dava quase nenhuma renda ao Estado, por outra capaz de contribuir muito para a renda gerada pela agricultura, para o Estado da Bahia.

Ainda o mesmo estudo definia como metas do Programa Especial de Colonização da Serra do Ramalho: reassentamento de quatro mil famílias de Sobradinho, sendo que mil dessas são agregadas e receberão somente lotes urbanos (a casa, com um quintal); reorganização das parcelas de mil famílias que já moravam na área do projeto, para legalização de sua posse; construção de 16 agrovilas, com 5 mil casas para agricultores, além dos prédios para administração e residências para o pessoal do projeto; construção de 840 quilômetros de estrada, de 19 escolas, de 16 postos de saúde, de uma igreja, um clube, 16 armazéns; implantação do sistema de abastecimento de água e de energia elétrica.

Ainda eram metas usar todos os membros da família que pudessem trabalhar, no cultivo da terra e elevação do padrão de vida do agricultor.

Na vila, os agricultores receberiam o terreno com uma casa e, na área de plantação, terra de 20 hectares para cultivar. Receberiam logo um título provisório e, depois de três anos de experiência, o título definitivo da propriedade. Quando terminassem de pagar os 12.360 cruzeiros pela terra e pela casa, para o que teriam um prazo de 20 anos, receberiam a escritura definitiva. Logo na chegada, receberiam dois meses de salário de ajuda e financiamento do banco.

Mas, na prática, o que se verifica quase três anos depois de muda da a primeira leva de famílias?

"A gente trabalha, se acaba e não vê resultado. Capina hoje, três dias depois o mato já cresceu, a gente capina outra vez e fica nisso. O financiamento do banco era de acordo com o serviço. Quem limpava mais terra, conseguia tirar um pouco mais. Mas tinha gente que só podia tirar 300, 400 contos, porque não conseguia dar vencimento de limpar a terra. Esse financiamento leva meses para sair e quando sai, o que a gente tem que fazer do dinheiro é pagar as dívidas das compras de comida feitas no armazém", diz Maria José dos Santos da Cruz, que mora na rua C, na Agrovila nº 5.

"As coisas da gente aqui não têm nenhum valor, ninguém compra. A gente colhe feijão e nem a cooperativa compra. Abóbora, não consegue vender nenhuma. A mandioca não adianta nem tirar e está perdida nas roças como mato brabo. O terreno é bom, mas que adianta, se a gente não consegue vender nada? O que a cooperativa compra muito é mamona, mas muita gente não se dá bem com a mamona, fica com uma canseira, uma falta de ar de quase morrer. Algodão, a cooperativa também compra. Mas se a gente vende mil cruzeiros, 500 é pra pagar às catadeiras, porque ninguém dá vencimento ao algodão se não tem muita gente pra colher logo" - diz Júlia dos Reis.



De longe, as agrovilas (que se atinge por uma estrada que é um verdadeiro atoleiro) com as casinhas pintadas de branco, dão uma idéia de organização, uma sensação de que tudo está melhor que nos antigos povoados de onde vieram as pessoas que ali estão, onde as casas de sopapo, mesmo de longe, davam sensação de miséria.

Mas, de perto, na porta da casa de Salviano dos Reis, na Rua C da Agrovila 5, onde aos poucos o povo vai se reunindo para falar de suas dores, se pode ver que as crianças são magras, sujas e apresentam o mesmo rosto de muita pobreza e fome. Enquanto os pais falam, elas roem algumas espigas de milho cruas.

"A gente trabalha mais de barriga vazia do que cheia. Passa semanas e semanas caminhando pra roça sô com um prato de farinha. Nem peixe a gente tem direito a ter, porque o rio está a três lēguas. Os barcos que alguns trouxeram, ou se perderam nas águas, ou foram roubados. O meu mesmo foi roubado" - diz Gonçalo da Silva Brito.

"Não foi nada do que prometeram, nenhuma das facilidades que diziam que a gente ia ter. Título das casas nunca deram e eu sô vou ter um dinheirinho pra ir embora, porque vou vender uma vaca que comprei logo com o dinheiro da indenização das benfeitorias lã de Casa Nova" - é Maria José quem torna a falar.

"Aqui é bom pra quem é rico. Quem tem máquina pra plantar, ou quem pode ter muito gado. Para nós, melhor é voltar pra beira do rio, porque lã a gente sabe se virar" - diz Rosiclaire Alves.

Bem distante, em Casa Nova, numa casa da quadra X, Olegário Nunes de Souza, que voltou da agrovila nº 7 em novembro, conta sua experiência :

"Disseram que a gente ia encontrar muita bondade lã. Ia ser tudo dono das casas e dos lotes. E é tudo ao contrário. A gente não tem direito a nada, não consegue vender as coisas. Eu não tava dando certo mesmo. Voltei e estou aqui sem nada, dando um jeitinho de pescar. Eu tinha rocinha na vazante, tinha na caatinga e agora nada. Tenho que ver se me viro por aqui mesmo".

Mas, o que aconteceu ?

A idéia que se espalhou por Bom Jesus da Lapa é que o pessoal de Sobradinho não melhora de vida, porque é preguiçoso e não gosta de trabalhar.

Para o doutor Boileau, "o que acontece é que, mesmo reconhecendo que aumentaram sua renda, eles não se adaptaram, porque deixaram parentes no lugar de onde vieram e porque estavam muito ligados à pesca".

Ele diz ainda que a mulher é quem influencia mais para a volta.

Mas, a verdade é que os agricultores não aumentaram sua produção, não receberam qualquer titulação, mesmo provisória, da terra e não se sentem donos de sua vida, não conseguem sobreviver por conta própria nas agrovilas.

Hoje, das 2.300 famílias que estão distribuídas nas 11 agrovilas já construídas, menos de 1.000 são de Sobradinho. E dentro de mais dois anos "o INCRA não terá mais nenhum compromisso de esperar que eles encham o projeto. Irã selecionar agricultores de outras áreas, de uma forma mais séria", diz Boileau.

Itaparica: A nova ameaça

Se a barragem de Sobradinho já é o retrato pronto e acabado de toda a miséria provocada pelas grandes obras de energia onde se pensa em tudo menos no povo que ocupa a terra, a Usina de Itaparica, em Petrolândia, no estado de Pernambuco, é a nova ameaça. Ela traz o medo de que se repitam os mesmos sofrimentos. A mesma expulsão do povo, com perda de terras e casas.

Centenas de operários já foram mobilizados para a construção dos acampamentos da CHESF. Uma nova cidade - a cidade-livre de Petrolândia - onde se misturam operários, agricultores desapropriados, comerciantes, gentes chegadas de outras terras, na esperança de conseguir muito trabalho, se formou rapidamente. E nessa nova cidade se multiplicam os problemas de brigas e roubos.

Para dar lugar ao acampamento da CHESF, à construção de estradas, para o desenvolvimento das obras, até dezembro 270 famílias tinham sido desapropriadas. E um dos chefes do escritório da CHESF em Petrolândia afirmava que as desapropriações ainda não haviam atingido 2% do total.

Algumas dessas famílias já tinham sido desalojadas de Glória, na época da construção de Moxotô. Foram agora expulsas pela segunda vez e estão ameaçadas de o serem por uma terceira, para dar lugar ao aeroporto.

E fica uma dúvida: para onde irão todos os que devem ser desapropriados por Itaparica ?



Do lado pernambucano, essa é uma região muito habitada. Do lado baiano, a área mais próxima é o Raso da Catarina, terra bruta de caatinga, onde não podem viver. E o resto da terra boa, do lado do rio Moxotô, já está sendo ocupado por projetos da CODEVASF.

A Besta-Fera

No município de Petrolândia também existe um povoado chamado Quixaba. No início de dezembro, um grupo de mais de 30 agricultores desse povoado, se reuniu para falar do que a barragem de Itaparica está significando para eles. Aliás, reunir não é uma prática muito comum para esses agricultores. Eles se reúnem, discutem seus problemas, estabelecem uma tabela de preços das benfeitorias e têm conseguido vitórias na briga contra a CHESF pelas indenizações. Mas ainda não estão satisfeitos. Eles querem *"terra por terra e não por dinheiro"*.

Foi nesse povoado que "seu" Manoel Luís Nascimento contou o seu sonho da besta-fera, um sonho que simboliza bem o que é a CHESF para os pequenos agricultores.

"Me arretirei da casa de Glória e não peguei logo o feito da casa daqui. Lá dentro da roça eu tinha um pê de catingueira que ia espiar todo dia. Aí, um dia, sonhei que estava lá e via uma mulher estrepada no galho da catingueira, calada. Três vezes perguntei o que queria ali e ela sem responder. Finalmente ela disse :

"Eu sou a besta fera e de hoje em diante vou sair de casa em casa de todo mundo".

Eu disse :

"Na minha você não vai".

Aí ela disse :

"É a primeira que vou. Chego na quarta-feira".

Seu Manoel acordou e daí em diante ficou esperando alguma coisa acontecer.

"Esperei terça, quarta, quinta, não aconteceu nada, achei que ela não vinha mais".

"Quando chegou na sexta-feira, peguei os animais e vinha . saindo da aguada, quando vi um jipe parado na cancela. Os dois burros brabos correram. Ajuntei os animais, pus no cercado e me encaminhei pro jipe: Estavam dois moços. Perguntaram meu nome, perguntaram se a propriedade era minha, se o açude era meu e aí disseram:

"Você vai dar um lugar pra gente passar".

"Eram os homens da CHESF. Queriam a terra. Precisavam de 80 metros de largura e 400 de comprimento para passar a estrada.

Desse dia em diante, ninguém mais se aquietou aqui. Aí eu fui ver: Era a besta-fera. Não chegou na quarta, mas chegou na sexta-feira".



Enquanto as velhas se benzem ao ouvir o nome da besta-fera, a dizer "Deus me livre", um agricultor completa :

"A CHESF foi uma semente de mostarda plantada em Paulo Afonso. Mos tarda tem aquela semente pequenininha, que ninguém vê. E de repente, a planta toma tudo".

Parando tratores

Todos os agricultores têm histórias importantes para contar.

"Seu" Jerônimo Luciano da Silva resistiu oito meses, brigando por melhores preços para suas benfeitorias e veio polícia e ameaça de que o Exército ia ti rar ele da terra de qualquer jeito.

"Seu" Raimundo Nogueira Nascimento conseguiu deixar os funcionários da CHESF desesperados, porque entre uma quinta-feira e um sábado, conseguiu, com a ajuda dos companheiros, plantar duas tarefas de palmas, para não entregar a terra sem benfeitorias.

A CHESF, em vista disso (não contava com esse pagamento das palmas) não concluiu o processo de indenização e dessa forma oito meses se arrastaram. Finalmente chamou "seu" Raimundo. Ele não aceitou o preço.

Alguns dias depois chegaram os tratores para limpar a sua terra. Com mais 10 homens, ele se postou na frente das máquinas e não houve trabalho. Um mês e alguns dias os tratores ficaram parados. Finalmente, um funcionário da CHESF chegou para conversar com ele e ele argumentou que, àquela altura, mais de nove meses depois, a palma que foi contada como nova já tinha brotado e, pela tabela, o preço da palma velha era mais alto. A CHESF não teve saída.

"Seu" Raimundo também parou tratores de uma empreiteira da CHESF, que cortaram os arames de sua roça, sem ele ter recebido nenhuma indenização.

Foi intimado a ir à delegacia, aí convocou mais 23 companheiros para irem juntos.

Depois, ele e mais quatro agricultores receberam intimação para irem ao quartel do Exército e lá estavam advogados da CHESF.

"Quando mostramos a intimação ao oficial, eles foram embora e, no final, o oficial disse que não sabia como ia ficar, porque antes não estava nem sabendo da nossa ida ao quartel".

Todos eles têm histórias semelhantes.

Pelo exemplo que sabem de Sobradinho, estão mais organizados.

"Mas nós estamos sofrendo. Ficávamos na beira do rio, plantávamos tudo e aqui só dá planta uma vez por ano quando chove. Lá a gente plantava que dava para comer e vender. Era cebola, alho, batata, arroz. Aqui, se não chove a gente não tinha nem para comer" - diz uma mulher.

"Nós cercamos posses aqui. Mas o que queremos mesmo é uma área para sermos recolocados. Na beira do rio, sabemos que não tem mais lugar, mas queremos uma área com condições de água e terrenos bons para agricultura como eram os nossos".

"Queremos receber dinheiro pelas benfeitorias, mas terra só paga outra terra", garante "seu" Manoel.



Indenizações justas para benfeitorias,

mas TERRA, só por outra TERRA.

A ação da CODEVASF

CODEVASF quer dizer : COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO VALE DO SÃO FRANCISCO.

Antes de existir essa empresa como ela é, existiu a Comissão do Vale do São Francisco e depois a SUVALE, Superintendência do Vale do São Francisco, que lhe deram nascimento.

Aparentemente, todas pretendiam o desenvolvimento do vale, através da agricultura irrigada. Os grandes projetos de irrigação - dizia o governo - iam trazer a modificação do sistema de terra para a melhoria das condições de vida do povo da região.

A verdade, entretanto, é bastante diferente, sobretudo quanto à melhoria das condições de vida do povo.

Como a CHESF, a CODEVASF vem expulsando milhares de agricultores das terras que cultivam ao longo do São Francisco, levando-os a se transformarem em trabalhadores volantes (diaristas) ou emigram (saírem de sua região, em busca de sobrevivência).

E se alguém colheu muitos benefícios da ação da CODEVASF, são as grandes empresas agro-industriais, principalmente na região de Petrolina e Juazeiro. Fora dessas empresas, o outro órgão que se beneficia dos projetos de irrigação, é a própria CODEVASF.

Alguns acontecimentos que vêm ocorrendo na zona do Baixo São Francisco, (Propriá, Neópolis, etc.) e do sub-médio São Francisco (região de Juazeiro e Petro-

lina) mostram bem o que é que significa a CODEVASF para os pequenos agricultores, posseiros e meeiros dessas regiões.

O caso Betume

Um caso acontecido na Fazenda Betume, em Neópolis, no Estado de Sergipe, é típico de como a CODEVASF trata o povo.

Nessa fazenda de 7 mil hectares, que era propriedade de José Antônio Pereira, viviam 268 assalariados.

O governo federal assinou um decreto de utilidade pública para essa área, que tinha que fazer parte do "Projeto Betume", um dos projetos da CODEVASF para o baixo São Francisco. Quando foi acertado o preço da compra da fazenda pela CODEVASF, José Antônio Pereira declarou que tinha somente 60 empregados e ficou certo no contrato de compra e venda que o pagamento das obrigações trabalhistas para demissão desses empregados ficaria por conta da CODEVASF.

A empresa, então, no dia da homologação do acordo trabalhista, levou os cheques prontos e os recibos já assinados pelo presidente da CODEVASF para distribuir aos 60 assalariados.

A Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Sergipe, através do seu advogado, Wellington da Mota Paixão, observando que os valores eram inferiores ao que a lei estabelece, decidiu

não homologar o acordo. Entretanto, 21 trabalhadores, que estavam já há cinco meses sem trabalho, aceitaram os cheques e foram demitidos. Os outros 39 continuaram como empregados da CODEVASF, com ação na Justiça.

Posteriormente, os 21 também entraram com ação na Justiça, pedindo complementação do pagamento e ganharam em Aracaju. Em seguida, a Federação deu entrada à causa dos outros 208 não declarados pelo antigo proprietário e que a CODEVASF não queria indenizar. A Justiça Federal condenou a empresa a indenizar a todos os 268 assalariados.

Depois veio a briga pelos meeiros que também existiam na fazenda e contra quem a CODEVASF entrou com ações de desapropriação. Mas ela perdeu, e corre ainda na justiça a causa em que o advogado da FETASE está tentando demonstrar que esses 656 parceiros também têm que ser indenizados, porque, na verdade, em termos do direito, eles eram empregados do antigo dono.

Para o advogado, se o parceiro não tem direito a vender a parte da sua produção a quem quer (vende ao dono da fazenda), se são somente do parceiro as despesas com a plantação, adubo, semente, se o dono da fazenda desconta no final todo o adiantamento que deu para essas despesas, então o parceiro, na verdade, é empregado, disfarçado de parceiro. E tem de ser indenizado.

As perseguições

Não foi apenas através da Justiça que a CODEVASF tentou pisotear todos os direitos do povo do Betume. Houve ameaças com polícia e a negação de trabalho para os que estavam com causa na Justiça.

Houve a expulsão do povo de suas casas e como compensação, o que ela fez foi levantar, num terreno defronte da estrada da fazenda, 200 casas de taipa, cobertas de palha, tristemente arrumadas como conjunto habitacional. Este lugar é conhecido como Alto da Rolinha.

Somente depois de muitas denúncias e depois da presença do Ministro do Interior, Rangel Reis, na área, a CODEVASF admitiu dar trabalho de diarista ao pessoal expulso da fazenda.

Por esse trabalho, ela paga 40 cruzeiros por dia aos homens e 20 cruzeiros às mulheres. E, em dezembro, ameaçou dispensar o trabalho das mulheres.

Deixemos esse povo falar :

"Nasci e me criei na Fazenda Betume. Plantava arroz e vendia meeiro pra 'seu Zeca (o dono). Terminava ficando tudo pra ele, porque as despesas eram nossas.

Quando a CODEVASF apareceu por aqui, em 1975, a conversa era bonita: Terreno ia ser do pessoal, casa era pra todo mundo. Aí quando começaram a querer indenizar as benfeitorias, era tudo muito abaixo do preço. Lutamos muito. São eu dei umas oito viagens a Aracaju. Fomos uma vez a Brasília e o ministro não recebeu a gente. São quando ele veio aqui a gente conseguiu falar e ele disse que tinha trabalho pra todo mundo".

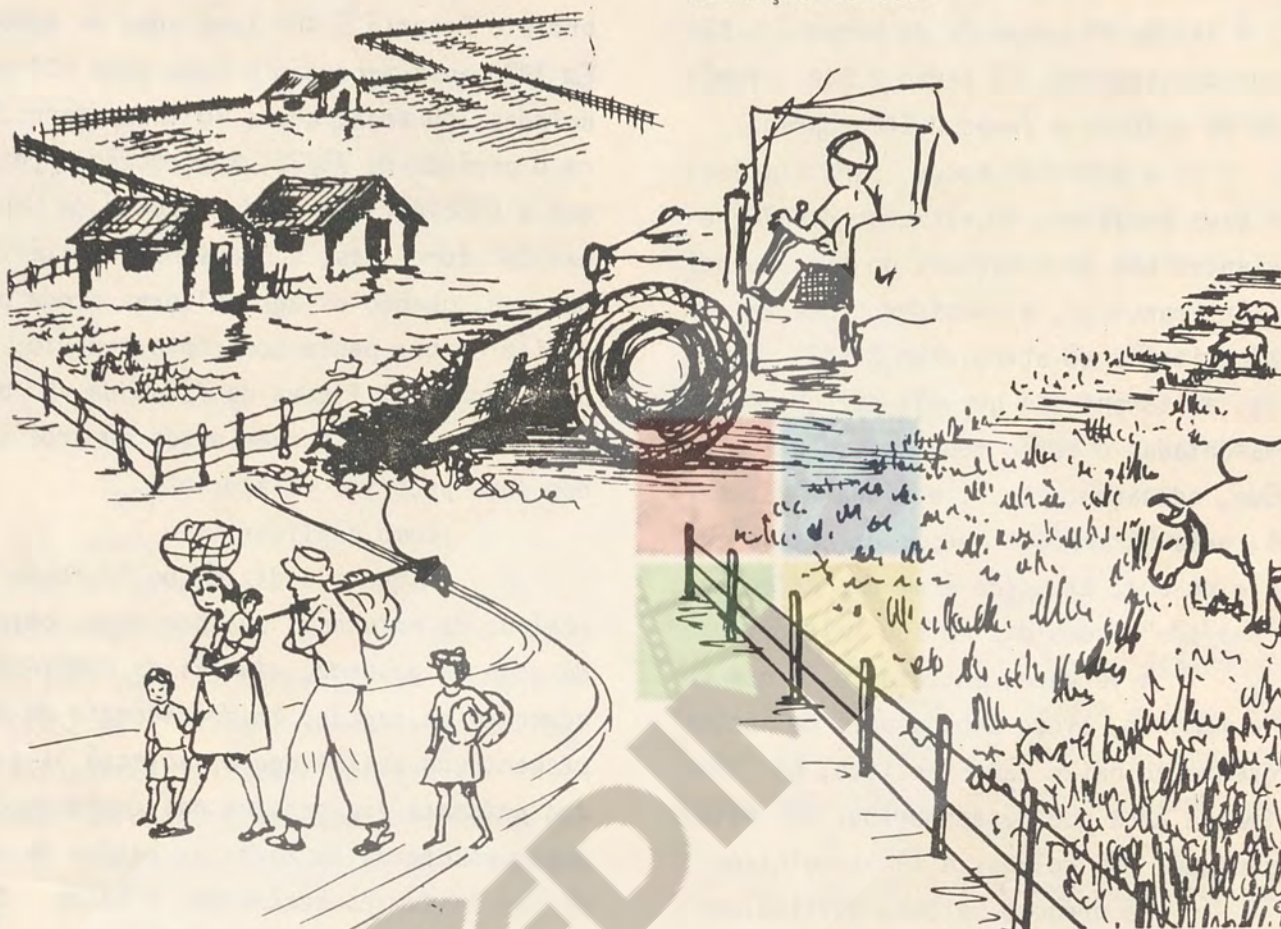
"Um dia vieram cinco tratores para derrubar tudo. Paramos as máquinas, dizendo que a gente só ia sair quando pagassem as indenizações. Mas com todo esse sofrimento, nunca saímos" - conta Francisco Matias dos Santos.

"Foi gente ficando com carga na rua, gente presa, mulher abortando e nós aqui - diz Maria Esperalda Lima.

Alguns foram chamados para ficar como parceiros no projeto.

"Não dá. A gente trabalha e nunca é dono de nada. Cada vez deve mais. Tem

dois anos de experiência e depois disso, se a gente não funcionar como eles querem, botam pra fora sem a gente ter direito a nada. Isso não pode ser bom", diz Maria Assunção Santos.



Projeto de emergência

O projeto da CODEVASF para o baixo São Francisco começou a nascer de um chamado "Projeto de Emergência", feito ainda no tempo da SUVALE, para evitar que a cultura do arroz tivesse sua área diminuída em 12 mil hectares, por causa da barragem de Sobradinho.

É um relatório da própria CODEVASF, de agosto do ano passado, quem diz:

"Com a regularização do rio proporcionada por Sobradinho, parte das várzeas serão permanentemente inundadas e outras não serão mais inundadas temporariamente. Assim, a cultura do arroz que se desenvolve há muitos anos com a irrigação

natural proporcionada pelo rio, terá sua área diminuída em 12 mil hectares, por inundação permanente de cinco mil hectares e por falta de inundação periódica, de sete mil hectares".

Assim a CHESF criou o problema e a CODEVASF o completou.

Hoje, os 15 projetos em implantação ou a serem implantados no baixo São Francisco, são responsáveis pela desapropriação de 40.502 hectares, dos quais, até agosto do ano passado, mais de 17.500 já tinham sido. Isso correspondia a 1.763 propriedades rurais e, considerando-se o caso da fazenda Betume (com quase mil fa-

mílias vivendo dentro dela), dá para se imaginar quanta gente foi expulsa das terras.

Os 15 projetos do baixo São Francisco, somados, só terão 2.542 famílias de colonos e darão 2.542 empregos.

A CODEVASF tomou, para implantar seus projetos, 48 várzeas, das 76 existentes nas duas margens do rio, no baixo São Francisco, e considerou que as desapropriações só atingiriam 2.542 famílias, exatamente as que ela diz que serão reassentadas e terão toda assistência em saúde, educação, etc... e ainda terão terras, pois *"a redistribuição de terras entre o pessoal atingido é um dos alicerces do projeto"*, como diz em seu relatório.

A verdade, entretanto, é que até o momento, cinco anos depois de estar presente no baixo São Francisco, em toda a imensa área que desapropriou, só estão assentados 356 colonos e 19 parceiros.

No projeto Betume, particularmente, existem somente 22 colonos e 19

parceiros. E eram quase mil famílias que moravam na área desse projeto.

Os dados de produção são também muito significativos.

Em 1977, obteve-se na área do projeto Propriá 5.407 toneladas de arroz. Em 1978 essa produção baixou para 524 toneladas, ou seja, quase 10 vezes menos. Para o período de 78/79, a produção total que a CODEVASF estima de arroz é de apenas 840 toneladas. E ela sabe que até 77, ou seja, quando os agricultores ainda produziam em boa parte por conta própria, a produção anual ficava na faixa de 5 mil toneladas. Sabe, porque esses números são dos seus próprios relatórios.

Como explicar isso?

O que ela diz é que *"durante o período de maturação dos projetos, objeto da ação do governo, através da CODEVASF, a economia da região, em decorrência da implementação dessas ações, sofrerá os efeitos naturais que ocorrem nas implantações dessa natureza, em todas as partes do mundo que se tem conhecimento. O baixo São Francisco não seria exceção"*.

Arrendamento ao próprio dono da terra

Isso que ela diz é uma forma de esconder uma verdade mais direta: a desorganização, o caos que estabeleceu nas terras do baixo São Francisco, a expulsão de milhares de agricultores, o medo, a insegurança que criou e tudo isso naturalmente afetando a produção.

Mas os agricultores contam isso de um jeito mais vivo. Vamos ouvi-los no povoado de Pindoba, município de Neópolis, atingido pelo projeto Betume e Propriá:

"Eu plantava arroz, na minha terra própria, na várzea em frente à casa. A CODEVASF desapropriou e não fez nada. A gente também, já desapropriado, parou de plantar. Aí ela resolveu arrendar as terras aos antigos donos, para eles plantarem. Não sei a quantos arrendou, mas eu mesmo não quis. Tou vivendo de minha aposentadoria do FUNRURAL" - conta José Vieira de Araújo, 65 anos.

"Eles falaram em arrendamento, mas acho que viram que ninguém queria, não

ia dar certo. Aí disseram que a gente podia ficar plantando, até que eles fossem usar a terra. Alguns estão plantando, outros não. Também não se sabe quando é que eles vão precisar, aí a gente fica com medo de plantar e eles tomarem antes da gente colher" - conta o velho Antônio Vieira Barbosa.

Além da várzea que perdeu bem em frente à sua casa, Antônio Barbosa perdeu um terreno em Propriã, que a CODEVASF classificou quase todo como ilha e por isso não lhe indenizou.

"Essa terra era do meu avô, com escritura e tudo. O rio quebrou o terreno. De uns seis anos pra cá, o rio começou a botar terra de novo no pedaço que tinha quebrado e emendou. Mas eles insistiram que é ilha, que é da Marinha e, da terra toda, umas 15 tarefas, eles só pagaram meia tarefa. Foi 1.700 cruzeiros. Diziam que só isso era terra firme. Não é, eu sei que o terreno inteiro é um baixio e daqui a dois anos a terra ia estar toda nivelada outra vez. Não adiantou dizer isso a eles".

Antônio Barbosa diz que sem a

terra do arroz, "que todo ano dava a roupinha pros nove filhos", sem a terra em Propriã, ele não sabe como vai viver. Na casa grande, boa, onde mora, ele fica olhando a várzea, agora inútil e diz:

"Vou ficar só com uma rocinha que dá milho e capim e mais quatro vaquinhas aperreadas. Ficar no projeto da CODEVASF? Não, ela não me chamou, nem chamou ninguém daqui". Antônio Barbosa é velho e não interessa à CODEVASF.

Pela terra na várzea, "herança do pai, do avô, terra trabalhada há muito tempo", ele vai ter direito a 5 mil cruzeiros.

"Os grandes, como Lauro Seixas e outros, dizem que não recebem o preço que eles querem pagar e botam na Justiça, mas o pequenos, como é que fazem? Eu vou em Penedo reclamar, me mandam pra Propriã. Em Propriã, me mandam pra Penedo e ficam nisso. Pior é que do tempo da desapropriação pra cá, nada vale mais a mesma coisa. Uma vaca era 2 mil, hoje é 10 e eles vão pagar é pelos cálculos velhos. A gente se conforma porque é o jeito".

Benefícios para a CODEVASF

A quem servem os projetos da CODEVASF no baixo São Francisco?

Os relatórios da empresa dizem que "Na fase inicial de implantação da Cooperativa dos Agricultores do baixo São Francisco, COBASF, a CODEVASF será permissionária do uso da terra e benfeitorias". Ou seja, só ela manda. Mais adiante o relatório diz:

"Essa fase, altamente importante, que implica num processo dinâmico, culmina com a criação de uma cooperativa, cu-

jo sucesso como empresa estará representando o sucesso da própria CODEVASF como associada".

A forma sutil (disfarçada) que a CODEVASF encontra para dizer que os parceiros jamais serão donos da terra é essa: "...sendo os bens fundiários de propriedade da cooperativa, implicitamente eles também pertencem aos associados, embora estes não os possam alienar... A cooperativa será plenamente a dona da terra. Cada parceiro terá o produto de sua parcela".

E que direitos tem esse parceleiro ?

A CODEVASF diz que *"ele será convidado a deixar o núcleo de produção"*, isto é, será mandado embora, se no final dos primeiros dois anos de teste, sua capacidade de explorar a terra não estiver satisfazendo a empresa; se modificar o objetivo da concessão da parcela ou se deixar de cultivar a parcela por três meses; ou ainda *"se se tornar elemento de perturbação para o desenvolvimento das atividades do núcleo, por sua conduta ou de membros da sua família, ou por inadaptação à vida comunitária"*.

O que é que isso significa ?

A CODEVASF não explica e por isso o parceleiro fica com a insegurança e o medo, enquanto a empresa fica com todos os direitos sobre ele. É dito pela empresa que o que compete ao parceleiro é executar o plano de exploração da parcela que lhe foi destinada pelos técnicos (da CODEVASF). É dito também que eles tem de concordar com a modificações técnicas que a CODEVASF quiser fazer para melhorar a produção etc.

Isto significa que, na prática, ele não tem nenhum direito a escolher. O que ele deve é obedecer sempre, concordar.

Terras para as grandes empresas

No médio São Francisco, os primeiros grandes projetos de irrigação, como Mandacaru e Bebedouro, serviram, antes de tudo, para abrir caminho para as grandes empresas privadas, para as agro-indústrias. São elas que se beneficiam de todo o dinheiro investido pelo governo nas obras para irrigação e é em função do seu interesse que se determina quais as culturas que devem se desenvolver nas áreas dos projetos.

Segundo o diretor da 3a. Delegacia Regional da CODEVASF, Geraldo Araújo, a empresa tem, no sub-médio São Francisco, dois projetos em operação - Bebedouro e Mandacaru - três em construção - Curaçá, Maniçoba e Tourão - e dois em projeto - Masangano e Salitre.

Para ele, é fundamental levar indústrias para esses projetos, porque elas é que asseguram o sucesso do programa da CODEVASF, que no total prevê a irrigação de 500 mil hectares de terras da região, dos 3 milhões de terras boas identi-

ficadas. *"Nossa disponibilidade de água é só para 500 mil hectares"*, diz ele.

"Não podemos plantar 100 mil hectares sem uma comercialização assegurada e além do mais a grande empresa é que serve de apoio ao resto da agricultura" - diz ele.

Na prática, o que significa isso ?

A CICANORTE, segundo Geraldo Araújo, tem 1.500 hectares de terra, mas para sua fábrica precisa de uma produção bem maior de tomates, do que isso lhe dá. A AGROVALE, ainda segundo ele, tem 5 mil hectares de terra irrigada pela CODEVASF, mas precisa de muito mais cana do que essa terra lhe dá, para produzir 2,2 milhões de sacos de açúcar e 120 milhões de litros de álcool por ano, como pretende.

Então, na área dos projetos, os agricultores que não são ligados nem à CICANORTE, nem à AGROVALE, são obrigados a plantar tomate e cana para abastecer essas indústrias.



20 FAMÍLIAS JOGADAS EM GALPÕES DA CHESF
Pilão Arcado

UMA SOLUÇÃO OFICIAL: FAVELAS NO SERTÃO



FAMÍLIA ABRIGADA EMBAIXO DE ÁRVORE
- Nova Praia (Pilão Arcado)

Na verdade, a quantidade de terras que as grandes empresas têm, de acordo com outras fontes, não é aquela declarada pela CODEVASF. De acordo com a revista "VISÃO" (edição de 22 de dezembro de 75), "as empresas instaladas na região abrangem 41 mil hectares, sendo 14 mil da CICA NORTE, 6.500 da Tomate do Brasil (Projeto Salitre, 4.500 e Projeto Massangano, 2.000) 2 mil hectares da Fuchs Gewurze, 2.500 hectares do Grupo Coelho (Salitre), 15 mil hectares da AGROSAFRA e mil hectares da AGROCERES.

"Os projetos em implantação compreendem 20.100 hectares, dos quais 6.500 se referem ao Projeto Malhada Real (Fazenda Milano, Fazenda Catalunha, Sociedade Agro-pastoril do São Francisco, Mamoku Yamoto, Fazenda Indústria Século XX, Tomate do Brasil), 11.400 são do Projeto Tourão (AGROVALE e ALFANOR) e os restantes 2.200 hectares correspondem ao projetos Bebedouro e Mandacaru", é ainda a revista "VISÃO", muito ligada aos empresários, quem diz. Como esse levantamento é de 1975, os

números devem ter-se elevado.

Para implantar os projetos, a CODEVASF desapropria milhares de pequenos agricultores e posseiros nas áreas imensas.

"Nós oferecemos a eles a oportunidade de ficar, como colonos, trabalhando nas agro-indústrias, etc.. Mas se não querem, não podemos obrigar. Indenizamos, e eles decidem o que fazer", diz Geraldo Araújo.

Na verdade, não é bem assim.

"O que se exige para que um homem seja aproveitado no projeto é tanta coisa, que a grande maioria não tem condições. Saber ler e escrever (numa região onde há 70% de analfabetos), ter tradição agrícola, boa força de trabalho (baseada nos filhos, inclusive), tanta coisa que não dá pra maioria ser colono", diz Dom José Rodrigues, bispo de Juazeiro. E ele lembra: dos 22 homens de Mandacaru (36, segundo a CHESF), somente quatro são homens da região.



Desapropriações para o Massangano

O projeto Massangano, que terá somente 5 hectares destinados a colonos (no total, 20 mil serão irrigados e 40 mil vão ser desapropriados), vai desapropriar 500 famílias em Petrolina e 90 em Casa Nova, no povoado de Papagaio. Na verdade, as desapropriações vão em ritmo acelerado.

"O terreno aqui é muito bom e já é propriedade de mais um século. Nunca mais vamos achar terrenos como esses. E ficar aqui, mesmo que a gente quisesse, uma boa parte não ia poder, porque a CODEVASF exige gente que tenha de 45 anos abaixo", diz Martiniano Moreira de Souza, 50 anos, e a vida inteira vivendo em Papagaio.

"Nasci e me criei aqui. Nasci e me criei trabalhando por minha conta. Agora, ou saio, ou vou ser mandado pelos outros? Isso não pode. Aliás, como eu tenho 50 anos, mesmo que quisesse ficar, a CODEVASF não ia deixar", diz o agricultor José Martins de Souza.

"Indenizaram a terra do meu pai porque por ela tem que passar um canal principal do projeto da CODEVASF. Eram 1.500 metros circulados. Pagaram 145 mil e não vai dar pra arranjar outro canto bom. O Sindicato tem uma tabela, mas a CODEVASF tem outra e o medo que a gente tem

de reagir é muito grande" - comenta um outro agricultor.

Muitos querem ir embora, outros pretendem ficar na área do projeto, como Francisco Silva e Souza, que teve o armazém na beira da estrada que liga a Juazeiro e a casa indenizados por 112 mil :

"Eu achei que não foi mal e que ro ficar com comércio dentro do Projeto. Mas quero ficar independente; dependente, não !"

Nesses projetos da CODEVASF, parte do dinheiro aplicado é do Banco Mundial. No baixo São Francisco, 73 milhões de dólares serão aplicados por esse banco (mais de 1,5 bilhões de cruzeiros) e no médio São Francisco, somente em Massangano, 59 milhões de dólares (mais de 1,2 bilhões de cruzeiros).

"Então, para credenciar melhor os projetos para esse banco, eles têm que ter um alcance social", diz Geraldo Araújo.

É por isso que na área dos projetos se instalam escolas, posto odontológico, essas coisas. Somente porque o Banco Mundial está preocupado com a crise de alimentos no mundo e faz investimentos que depois serão pagos pelo país: às custas do sacrifício de milhares e milhares de agricultores.

A grilagem com o apoio do governo

A grilagem de terras, embora seja caracterizada como uma ação de particulares, não está desligada do projeto que o governo tem para o Vale do São Francisco.

Uma parte substancial das empresas agro-industriais que grilam milhares de hectares de terras no São Francisco - expulsando, assim como a CHESF e a CODE VASF, milhares e milhares de pequenos agricultores - tem o apoio da SUDENE e de bancos oficiais, como o Banco do Nordeste do Brasil, para implantar seus projetos.

A SUDENE, nem a outras agências de governo que apoiam esses projetos, interessa saber se são legítimos os títulos de propriedade de terras que os grileiros apresentam. Nem interessa saber que destino está reservado aos posseiros e pequenos agricultores que secularmente ocupam essa região. Sequer perguntam se existem ocupantes nas terras que os empresários apresentam como objeto de um grande projeto agrícola ou pecuário.

É essa a primeira proteção oficial que os grandes grileiros de terra do São Francisco recebem. Mas não é somente essa.

A corrupção de alguns juizes, o envolvimento da polícia, e a acusação de que são subversivos todos os que defendem o direito dos pequenos agricultores, são outras formas de apoio que os grileiros recebem, para levar a bom termo os seus projetos, não importa se à custa da violência mais cruel contra quem tenta deter um pouco os seus passos.

Incêndio de roças, derrubada de cercas, raspagem da plantação com tratores e correntes, prisões, ameaças de morte a até assassinatos mesmo, são alguns dos métodos usados pelos grileiros, quando não conseguem convencer os posseiros a lhes entregarem a terra por preços irrisórios.

Em todas as partes do Vale do São Francisco - em algumas áreas de forma mais aberta e violenta, em outras de maneira mais sutil - a grilagem se processa como uma das formas mais bem sucedidas de conseguir terra já beneficiada, a custo quase nenhum.

Tratores e correntes- algumas das armas de Robertão

"Robertão" é um nome que já apareceu várias vezes nos jornais de Salvador e algumas vezes em jornais do Rio e São Paulo que circulam em todo o Brasil.

É o nome do grileiro mais conhecido do Grupo Leão, famoso pela prática da grilagem em várias partes do Estado da Bahia.

Um relato que reproduzimos é o do agricultor Manoel Dias de Santana, do município de Barra, uma das centenas de vítimas dos Leão :

"Cheguei com minha família aqui há 13 anos e o povo falava que a terra no povoado de Boa Vista do Procópio era tudo devoluta. A gente começou a trabalhar uma posse e quando já tínhamos trabalhado bastante, apareceu um cidadão chamado Macário, um ex-padre, dizendo que as terras eram dele. Pedi pra comprar uma gleba e ele fez a maior confusão e a gente não fez nenhum negócio. Aí ele terminou vendendo para uma companhia, para os Coelho (outro grupo conhecido pela grilagem de terras no São Francisco). Os Coelho aquietaaram a gente dizendo que vendia para todos os posseiros de Boa Vista do Procópio que quisessem. Isso foi de 72 para 73".

Os posseiros, em Boa Vista do Procópio, ocupavam uma área de cerca de 5 mil hectares, segundo "seu" Manoel Dias. Ele pessoalmente tem 200 hectares e os genros e filhos mais 300.

"Paguei 5 mil cruzeiros na Secretaria de Terra, no tempo que a vaca ainda custava 150 cruzeiros, para o topógrafo medir e eu poder registrar isso".

Em 1976, os Leão chegaram dizendo que a terra era deles.

"Tirei certidões de compra e venda e vi que eles não têm nenhuma terra nesse lugar. Resolvi resistir. E aí começou a confusão que se arrasta até hoje, a gente vendo a hora de ter morte, e sem poder plantar nem nada".

Em agosto de 1976 os posseiros deram entrada numa ação de manutenção de posse. O juiz, "que parece meio bandeado para o lado deles", não deu a liminar até hoje.

"Há dois anos, o advogado deles pegou o processo no cartório e não devolveu. Tudo assim na Justiça".

Enquanto a ação permanece na Justiça, muitos posseiros desistiram de continuar resistindo. Eram quase 30, hoje há somente 12 que ainda se mantêm no lugar, apesar de todas as violências praticadas contra eles. "Seu" Manoel conta algumas dessas :

"No ano retrasado, quinta-feira santa, eu estava no terreiro de casa e aí passaram dois carros cheios de homens, com arame, e foram cercar na frente da minha casa. Aí nós pegamos um caminhão e fomos atrás deles, dispostos. Chegamos e o "seu" Leãozinho, que dá o nome de Diniz Leão, me olhou com a arma encostada na perna.

Fui rompendo pelo meio dos homens, aí ele jogou a arma no carro e eu disse a ele que cerca ali ele só ia fazer com ordem da Justiça. Ele quis conversar mais e eu terminei dizendo que só tinha três coisas a dizer a ele: que só queria justiça, que o dinheiro dos posseiros tem o mesmo valor do dinheiro dele e que onde o homem derrama suor, derrama sangue também se for preciso.

Aí ele me perguntou se eu não tinha visto um avião rolando por ali. E ameaçou dizendo que era o Robertão, pra nos intimidar e que ele viria fazer a cerca".

Em outubro de 78, "a jagunçada deles chegou com dois tratores, a corrente amarrada, e começou a passar em volta da nossa casa e seguiu por uma lãgua desmatando tudo, botando de raiz pra cima barrigudas enormes. A mata revirada fica de uma altura que nem gado passa e não tem jeito de recuperar aquilo".

"Em 1976 eles fizeram uma cerca na raça, com pistoleiros armados até de metralhadora. Os posseiros depois cortaram a cerca. Ele deu queixa na Secretaria de Segurança Pública dizendo que nós é que tínhamos invadido a terra dele e levou um tenente lá na minha casa, pra dizer que eu tinha roubado madeira da terra dele".

"Seu" Manoel diz que quando Leãozinho vai procurá-lo para fazer acordo, o que ele diz é que não conhece documento de terra dele.

"O senhor é um grileiro e não conheço terra sua por aqui".



Assassinato de Eugênio Lira

A grilagem de terras na Bahia tem um dos seus momentos mais dolorosos e violentos com o assassinato do advogado Eugênio Lira, no dia 22 de setembro de 77 às 7,30 da noite, quando foi morto por um tiro em plena rua.

Eugênio Lira, como advogado do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Maria da Vitória e Coribe, defendia os posseiros contra a ação de grileiros que chegam àquela área vindos de todas as partes do Estado e de outras regiões do país.

Quando foi assassinado, Eugênio Lira estava se preparando para fazer um depoimento na Comissão Parlamentar de Inquérito da Assembleia Legislativa, que a purava grilagem de terras.

Ele jamais pode fazer esse depoimento, mas sua mulher, Lúcia Lira, prestou uma bela homenagem à memória do marido, fazendo na Assembleia o relato que Eugênio deveria ter feito. No depoimento, ela relatou os mais expressivos casos de grilagem, mostrou o envolvimento da polícia civil e da polícia federal, o envolvimento da justiça, mostrou o clima de terror e de insegurança que existe na região, contra os posseiros e quem tenta defendê-los.

Apontou como grileiros a família Fê Souza (Agostinho Alexandrino, Alexandrino Agostinho, Geraldo e Antônio), Alberto Nunes, Waldeli Lima Rios (um dos mandantes do assassinato de Eugênio Lira), Jener Pereira Rocha, Coribe Agropecuária S/A. (ligada ao grupo do jornal "Tribuna da Bahia"), Rosalvo e Cícero Espínola Teixeira e Carlos Fraga, esses três últimos grilando em Bom Jesus da Lapa.

Vamos ver alguns trechos dos casos apresentados por Lúcia Lira:

Sobre a Coribe Agropecuária ela relata que "16 chefes de família, das localidades de Coqueiro, Boa Vista, Alagadiço e Alagoinhas, todas no município de Coribe, encaminharam em agosto de 1976, ao INTERBA, um protesto contra essa empresa. No protesto comprovam que são antigos posseiros, com mais de 30 anos de posse, de glebas inteiramente beneficiadas, das quais retiram a sua subsistência e que há vários meses vinham sendo procurados por pessoas que se dizem ligados ao grupo Gôes-Cohabita, como representantes da Coribe Agropecuária S/A., com propostas de negociação de áreas beneficiadas, a troco de indenização insignificante".

"Em se tratando de terras devolutas ocupadas há muitos anos, consideradas pelo próprio Governo Federal como prioritárias para a Reforma Agrária, o estranho comportamento dos tais representantes causou justificável expectativa e medo irreprimível. Enquanto essas providências eram tomadas - continua o relato - a Coribe procedia a abertura de variantes, culminando por invadir áreas beneficiadas e até legalmente tituladas, pertencentes a mais de 80 posseiros e pequenos proprietários".

Mais adiante, o depoimento de Lúcia diz :

"Sob alegação de que o Estado concedeu-lhe o título de toda a área, a Coribe abriu variantes de até 5 léguas, sem respeitar áreas reconhecidamente documentadas e ocupadas há anos por terceiros.

Cerca de 120 famílias se encontravam ameaçadas e 80 já se encontravam ilhadas dentro de um círculo.

Sob o pretexto de que dispõe de cobertura governamental, com projeto na SUDENE, a empresa tem se servido dissimuladamente da pressão econômica e apelado para ameaças..."

Em outros relatos, os atos de banditismo, os incêndios de roças, a derrubada de cerca, as ameaças de morte, a violência policial, aparecem como as formas mais comuns da expulsão de posseiros e pequenos proprietários.

Enquanto isso, até hoje, ainda estão impunes os mandantes do crime contra Eugênio Lira.



A invasão de Barra

Segundo o que diz Dom Orlando Dotti, Bispo de Barra - uma área de grilagem violenta - foi a partir do apoio da SUDENE às empresas agrícolas, que começaram os conflitos de terra nessa região.

Na parte sul do município, onde estão as melhores terras, "quase não existe mais conflito entre grandes e pequenos, porque os grandes já tomaram tudo". No resto do município a grilagem prossegue.

E o que se tem hoje em Barra é que as populações ribeirinhas ficaram espremidas em faixas de terra mínimas, onde moram. Já não têm a terra firme para plantar e as ilhas, seu último reduto, estão saturadas. Ainda assim, fazendeiros, não satisfeitos com a expulsão feita até agora, estão pretendendo algumas ilhas.

"É um povo encurralado, destinado a morrer. São quase mil famílias, do meio para o norte do município e mais mil para o sul, destinadas a perecer.

Como se não bastasse, as ilhas estão sofrendo uma modificação muito grande no seu sistema de águas, depois da construção da barragem de Sobradinho. O prazo da vazante diminuiu muito e o tempo entre o plantio e a colheita ficou muito curto" - diz Dom Orlando Dotti.

Um dos casos de Barra mais tristemente famosos é o do Pixaim, onde há quatro anos, devido à resistência da população, os fazendeiros queimaram todas as casas, sem deixar vestígios. Até hoje o caso não foi julgado.

"Eu acho que a partir daí os fazendeiros criaram mais coragem para praticar todas as suas violências, sem nada sofrer em troca", diz Dom Orlando.

Os grupos Coelho, de Pernambuco, Leão, Curvelo, de Salvador e a empresa Inojosa (que tem sede em Campos, no Rio de Janeiro) são os mais famosos grileiros dessa área. As terras estão sendo tomadas para as grandes plantações de cana e para criação de gado.

Apoio indireto do INCRA à grilagem

Em áreas distantes, três exemplos parecidos da tentativa de expulsar comunidades inteiras das terras onde sempre viveram, deixam bem claro como a grilagem é um processo que se estende por todo o São Francisco, para acabar com o sistema de posse e de pequenas propriedades.

Esses exemplos são a Ilha do Miradouro, em Xique-Xique, a Retiro da Picada, também em Xique-Xique e, muito longe, já no Estado de Sergipe, o da Ilha de São Pedro, no município de Porto da Folha.

Todas as três comunidades são exemplos de resistência quase heróica à violência, à prepotência e às arbitrariedades dos grandes grileiros. E precisamente por serem exemplos da resistência do povo, deixamos o caso do Miradouro e da Ilha de São Pedro, para o próximo capítulo, que trata dos caminhos da resistência.

Abordamos aqui o caso do Retiro da Picada, para demonstrar como o INCRA — Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — que deveria ser o órgão promotor da reforma agrária, na verdade oferece seu apoio à grilagem.

O Retiro da Picada, embora pertença ao município de Xique-Xique, é mais facilmente alcançável através de Barra. Subindo-se o rio, num dos seus trechos mais bonitos, pontilhado por ilhas, em lancha rápida a motor, chega-se ao Retiro em cerca de três horas.

O povoado mesmo, depois que se salta na beira do rio, fica a uma hora de caminhada.

Lá, embaixo de uma grande árvore, os moradores se juntaram para contar as violências contra eles praticadas pelos jagunços da família Mariani, de Salvador, que resolveu expulsá-los das terras que dizem ser de sua propriedade, não importa com que métodos.

O povoado tem pouco mais de 100 casas de taipa, dispostas em três ruas. A comunidade é formada por 128 famílias, 1.053 pessoas que nasceram naquela terra. Eles não sabem exatamente há quanto tempo seus pais, avós e bisavós ocuparam aquela posse. Mas, sem dúvida, faz muito tempo.

"Minha mãe tem 120 anos e conta que o avô dela, meu bisavô, nasceu aqui", diz Valentim Borges Santana.

Os Mariani sempre foram tidos por eles como os donos da propriedade e muitos dos posseiros foram por anos seguidos vaqueiros da família.

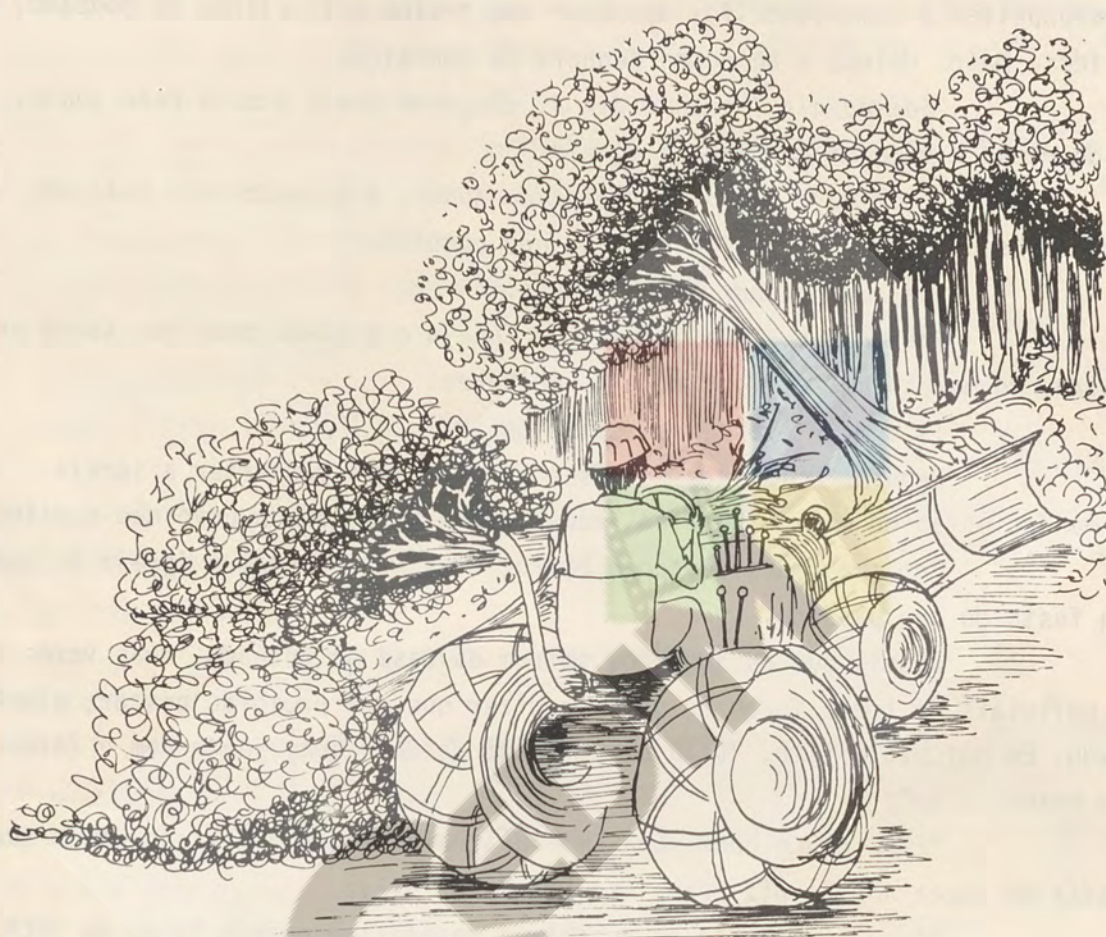
"Mas eles não mexiam com a gente. A fazenda tem léguas e léguas de terra e não precisavam de mexer na posse da gente. E os Mariani mesmo não costumavam vir aqui. Ficava os administradores deles. Eu estou com 50 anos e só agora conheci uma pessoa dessa família", diz Joaquim José dos Santos.

Os problemas começaram entre 75 e 76, quando veio a primeira ordem: os posseiros deviam retirar o gado que tinham nas terras. Aguadas, picadas, tudo foi cercado pelo fazendeiro.

"Gado morreu de fome e sede. O que conseguimos levar até a ilha se salvou, mas a grande parte se perdeu por aí, porque os jagunços tocaram, ou morreu. Um dia, nós derrubamos a cerca porque a gente não tinha água nem pra beber, a não ser no rio, que fica a quatro quilômetros".

A comunidade tinha 600 cabeças de gado. Hoje elas estão reduzidas a vinte e duas.

Depois vieram as outras ordens: não podia tirar pau da caatinga para fazer qualquer coisa, não podia consertar as casas, não podia utilizar as terras foradas, limites do povoado para plantar. O pessoal foi ficando acuado.



Derrubada da igreja

A violência, entretanto, redobrou quando os posseiros deram entrada na Justiça a uma ação de manutenção da posse e em setembro de 77 o juiz concedeu a liminar a seu favor.

"Aí vieram um bando de jagunços, trazidos até de Pernambuco, e se instalaram na casa da ponta da rua principal do povoado. A casa se encheu de arma. Tiro aqui tava como pípoca, de uma ponta a outra da rua. Um pistoleiro gritava: Atira de lá que eu atiro de cá. As portas da gente ficavam fechadas por medo de tiro", conta Aurelino Francisco da Silva.

Canoas foram quebradas a golpes de machado, agricultores foram ameaçados de morte com revólveres apontados para eles, a comunidade foi ameaçada de ter as casas incendiadas, "como aconteceu em Pixaim", rapazes foram espancados, o gado do fazendeiro passou a invadir sistematicamente as roças plantadas.

"Foram três meses de bagunça, com eles aqui dentro, fazendo toda sorte de absurdo", diz Francisco Borges.

"Uma filha minha estava com 10 dias de parida no dia que eles começaram a trocar tiros com mais gosto. Com o choque, ela saiu correndo daqui até o rio, com o menino agarrado e lá a gente foi encontrar ela, sem querer soltar o menino. Já fui até em hospital e até hoje ela continua ruim com o choque", conta Olindina Pereira Mota.

A forma que os fazendeiros encontraram, entretanto, de mais espezinhar e desrespeitar a comunidade, foi derrubar com trator a igrejinha do povoado, na véspera da festa maior deles, a de Nossa Senhora da Conceição.

"Foi no dia 7 para o dia 8, chegaram com o trator pelo fundo, às duas horas da manhã e meteram em cima da igreja.

Rebentou o oitão, a parede do fundo, e a santa veio cair do altar, em pezinha no meio da igreja. Foi milagre não quebrar.

Foi uma maldade muito grande.

Cabras e ovelhas encheram a igreja e a gente teve que fazer nossa festa assim, na maior tristeza", contam as mulheres.

Isso aconteceu em dezembro de 1977.

Depois, o fazendeiro disse que mandaria consertar a igreja. As pedras que mandou estão no mesmo lugar ao lado da igreja, porque o povo não aceitou.

Com suas mãos, oitão e barro, eles recuperaram a igreja e puderam fazer a festa do ano passado.

Depois que os jagunços saíram da casa do povoado, duas vezes destacamentos policiais de Irecê foram ao povoado dizer que era proibido pescar, plantar ou criar gado. Em outubro último, "veio um policial de Salvador, junto com o fazendeiro, dizer a mesma coisa".

"Eles podem continuar, mas nós vamos ficar aqui, não vamos sair. Vamos insistir em fazer roça", diz Francisca Borges da Silva.

Revolta violenta os posseiros manifestam quando falam do INCRA.

Falam todos ao mesmo tempo.

"Três vezes eles vieram aqui. Uma vez foi com o bispo e os fazendeiros, pra gente fazer uma reunião. As outras vezes vinham com alto-falante e diziam que era pra nós ir pras agrovila, que lá era muito bom, tinha água, luz, plantação. E diziam que era pra ir pra gente desocupar os terrenos dos fazendeiros".

"Quem já foi pra lá voltou contando horrores", grita um.

"Nada de bom contam os que voltaram, tudo é ruim", fala outro.

"O INCRA deve tá ganhando dinheiro deles, pra querer mandar a gente pra agrovila", diz um mais exaltado.

"Querem tocar a gente pras agrovila como bicho. A gente tem terra, não precisa de outra terra pra viver, não. A gente quer essa onde está há muito tempo, com as benfeitorias que a gente fez", diz Joanita Francisca da Silva.

E a sentença final deles:

"Não se vai sair daqui desse jeito. Se a gente não tiver nenhum direito, se a justiça disser isso, a gente sai. Mas vai ser sem INCRA, do jeito que a gente conseguir fazer".

Os caminhos da resistência

Ao longo do rio, nas suas beiradas, nas suas ilhas e mais para dentro, na caatinga para onde muitos foram mudados, sem direito de escolha, o povo do São Francisco ensaia os passos da resistência.

São muitos - é ainda uma grande maioria - que, abatidos, curvam a cabeça sobre o pescoço e dizem que nada podem. Nada conseguem contra uma companhia poderosa como a CHESF, "com mais de 40 advogados", ou como a CODEVASF. Nada podem contra os grileiros, donos de empresas particulares, que usam os métodos mais absurdos para dobrá-los e expulsá-los.

Mas aumenta o número dos que descobrem que têm direitos. Que a vida é um direito seu e não "um favor dos ricos". Que o produto da terra que cultivam é seu

por direito.

São muitos os que descobrem que o poder dos grandes não pode fazer deles menos homens.

Ao descobrir isso, eles passam a resistir.

Sindicatos passam a ser um caminho da resistência.

A Igreja, em alguns lugares, passa a ser um canal para que tenham voz.

As Federações dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, a Confederação-CONTAG - passam a ser instrumentos que tem de defendê-los.

E vem a atuação direta dos pequenos agricultores, na forma de centenas e centenas de abaixo-assinados. De denúncias às autoridades. De viagens a Brasília, onde poucas vezes são recebidos.

A resistência dos Xokó

Numa região onde, segundo seus habitantes, "o boi está tomando o lugar do homem", vive uma comunidade de 34 famílias descendentes dos Índios Xokó.

Nessa zona de grilagem violenta que abrange três municípios - Porto da Folha, Poço Redondo e Monte Alegre - entre agosto e dezembro do ano passado, ocorreram 35 crimes de morte por conflitos de terras.

Em apenas uma semana, aconteceram quatro assassinatos pelas mesmas razões.

São cenas brutais que o Presidente do Sindicato de Porto da Folha, Manoel Oliveira, descreve, como o assassinato do meeiro Zé de Terto e da sua mulher, enquanto trabalhava quebrando milho.

"A filha só não morreu também, porque correu. Tudo isso porque Zé do Ter

to antes de plantar o capim do dono da terra, teve que colher o feijão dele que nasceu rápido, porque o inverno foi muito bom".

É nessa região, mais precisamente em Porto da Folha, na Fazenda Caiçara, que estão os descendentes dos Xokô.

O pequeno povoado é formado por cerca de 30 casinhas em estado muito precário, à beira do rio. No arruado à frente das casas estão os tamarindeiros plantados pela velha Maria. Defronte do povoado está a ilha de São Pedro.

A história de esmagamento dos primitivos habitantes dessas terras - grupos de índios, entre os quais os Xokô, que a disputaram entre si - tem mais ou menos um século.

Essas terras, conforme atestam uma série de documentos levantados por estudiosos, foram doadas numa extensão de uma légua em quadra (36 quilômetros quadrados) aos índios que a habitavam, por Dom Pedro II.

Essa doação confirmava uma muito anterior, feita por Dom João IV, logo depois da vitória dos portugueses contra os holandeses, porque os índios haviam ajudado os portugueses nessa luta.

Enfim, a terra já era deles (os índios tinham a posse da terra muito antes que os portugueses chegassem), mas a doação dos reis servia para confirmar isso.

Mas, apesar disso, no final do século passado, o coronel João Fernandes de Brito alegou que já haviam acabado os aldeamentos indígenas que existiam ali e aforou as terras ao município.

Não era verdade. Ainda existiam indígenas ali e um dos seus chefes, Inocêncio, fez várias viagens ao Rio de Janeiro, a última em 1917, para reclamar o direito sobre suas terras.

O Coronel Brito aforou todas as terras, inclusive a Ilha de São Pedro, que era sede da freguesia, sede das missões de frades, desde 1832.

Dessa ilha, foram despejadas, no decorrer de algumas décadas, cerca de 100 famílias de descendentes de índios que ali viviam.

Uma grande parte dos Xokô resolveu ir embora e foi acolhida pelos índios Cariri, de Porto Real do Colégio, em Alagoas.

Outra parte ficou e passou a ser subjugada pelos Brito.

As terras que os Brito tomaram, passaram a se chamar Fazenda Belém e dentro dela estava a Fazenda Caiçara, onde moram os descendentes dos Xokô.

Como passaram a viver eles ?

"Plantávamos de meia, só que a meia dos Brito era muito maior e a nossa era entregue a eles, pelo preço que davam. Pescávamos e os melhores peixes eram separados pra ele. Depois disso, os que sobravam eram divididos na base de três por um (de três, dois para os Brito, um para eles). Só podíamos pescar em dias marcados por eles. De qualquer jeito, a gente vivia, tinha nossas festas, nossas coisas", conta Pedrito Santana, um líder natural do grupo.

Em 1976, entretanto, a partir do pretexto do grupo não ter apoiado o candidato dos Brito a vereador, João Brito - irmão do prefeito de Propriá - passaram a proibir qualquer movimento da comunidade.

Proibiram a pesca, a plantação, a criação, alegando que tudo seria plantado de capim, porque eles iriam criar gado.



AGRICULTORES DESAPROPRIADOS
- Itaparica (Petrolândia)

AS FORMAS DA RESISTÊNCIA



FAZENDO O BARRO

Proibiram as festas, o jogo de futebol, a música - com ameaças de quebrar o violão na cabeça do tocador, Jaime Apolônio - avisaram que não tinha mais nenhum serviço para eles e que não vendariam mais leite para as crianças. "Tudo pra forçar a gente a sair", diz Nilo Acácio dos Santos.

Fazendo panelas de barro, a comunidade resistiu. Uma mulher consegue fazer 100 panelas em duas semanas. Se conseguir vender tudo, vende por 100 cruzeiros, levando em canoas para Alagoas.

Mas em setembro último, tomaram uma decisão:

No dia 13 de setembro, invadiram a Ilha de São Pedro e 41 famílias (34 da Fazenda Caiçara e outras de outros pontos da Fazenda Belém), em apenas dois dias, cercaram, com mourões e três fios de arame, 810 tarefas de terra.

Mas, em menos de uma semana, se fez valer o poderio político dos Brito.

Foi-lhes concedida uma liminar de reintegração de posse. O pessoal dei-

xou a ilha e voltou às suas casas na Fazenda Caiçara.

"Mas a ação continua na Justiça. E nós temos que ganhar, porque a terra é nossa e lá estão nossos mortos para provar", diz Pedrito Santana.

De fato, lá está o cemitério, construído no século passado, a bela igreja e os restos das casas, inclusive o alicerce da casa imperial que teria abrigado Dom Pedro II.

Reunidos na fazenda Caiçara, eles contaram, em dezembro último, as dificuldades que passam (vivem mais de doações de comunidades vizinhas) e a sua força de resistir.

"Nós não vamos sair. A justiça tem que vir e a gente tem que ficar livre do cativoiro. Nós somos filhos da ilha e queremos vencer para não ser mais dominado", diz Maria José de Freitas.

Todos falam, todos querem dizer alguma coisa. E o fundamental de tudo que dizem é que querem a ilha, que têm direito à ilha, a plantarem e criarem, livres, e por isso resistem.



Permanência no Miradouro

A história da Ilha do Miradouro também é uma antiga história de resistência. De invasão de terras compradas de forma fraudulenta e de resistência dos seus antigos ocupantes a partir daí.

O velho José Antônio dos Santos, ex-presidente do Sindicato de Xique-Xique conta a história de Miradouro de uma forma impressionante. Talvez porque ele mesmo seja uma figura impressionante, com seus 78 anos que parecem menos de 60, seu corpo rijo e largo, embora magro, sua mansidão e seu sorriso bem humorado. Talvez porque a história de Miradouro e de Zé Antônio - a resistência de um e de outro - tenham se misturado tanto, que são uma coisa só.

"Sou de Remanso e saí de lá com a idade de 16 anos. Andei por Salvador e em 1922 vim para Xique-Xique.

Quando cheguei, a ilha já era habitada com três povoados. Eles já existiam há mais de 200 anos. Os moradores trabalhavam na terra, criavam e pagavam uma pequena importância aos padres que eram encarregados de cuidar da ilha.

"Miradouro e mais duas ilhas, a de Coroadado Gado, que era sua vizinha ao lado do poente e que se chamava Ilha do Boi, e a ilha dos Cavalos, que ficava ao norte, foram doadas, como vim saber depois, há muito tempo, por uma senhora, à Igreja. Vi a escritura dessa doação quando veio até Xique-Xique, já em 1972, por aí, um enviado do Ministério do Interior para fazer a vistoria da ilha e ficar a par do que estava ocorrendo".

Zé Antônio continua a contar:

"Voltando um pouco, quando cheguei, havia grandes proprietários, aqui da região, que de vez em quando se ofereciam para comprar: José de Souza Nogueira, Francisco Guimarães e Gustavo Pinheiro, foram alguns que conheci. Mas a condição da escritura era a Igreja não vender a ilha e não se vendia.

Mas de 1936 pra 37, um outro proprietário aqui da região, Litecílio Rocha, conquistou um padre de nome Monseñor Costa, que era novo aqui, para lhe vender as terras. O padre consultou o bispo de Barra e ele mandou que vendesse.



Houve protesto e "seu" Santinho Bessa, que também era proprietário e conhecia a história da doação, entrou com o protesto na Justiça. Só que o mesmo advogado que defendia o protesto de "seu" Santinho, Wanderlino de Souza Nogueira, por 15 mil réis, recebeu mais 15 mil réis de "seu" Litecílio para sair da defesa. E a coisa morreu.

Começou tudo a ficar ruim. Os lavradores passaram a pagar renda ao "seu" Litecílio, mas mesmo assim ele botava na ilha gado que prejudicava os lavradores.

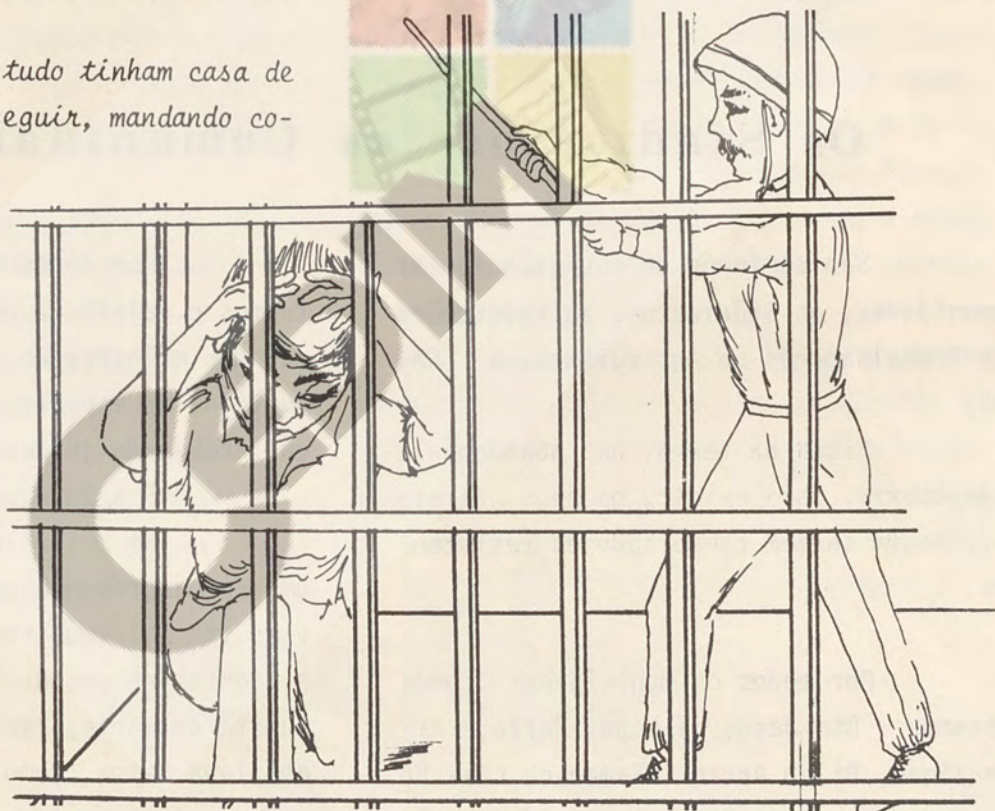
Chegava a tomar gado de outros proprietários para derrubar a cerca dos lavradores.

Os povoados tudo tinham casa de telha, ele deu de perseguir, mandando cobrir só de palha.

Aí o sindicato foi criado em maio de 71, eu fiquei como presidente e a coisa piorou. Foi polícia derrubando roça, destelhando casas, quebrando telhas, perseguição de toda natureza.

Eu passava semana inteira dentro da ilha, conversando com o pessoal, orientando. Passei a viajar pra Salvador.

Gente presa por qualquer pretexto. Uma vez foi porque um lavrador tomou um saco ou dois de feijão a um padre para plantar e pagar na colheita. A planta não deu e ele não teve como pagar. E a gente foi pra delegacia para não matarem ele de pancada".



Muita gente foi se mudando, mas outros ficaram, plantando e criando, apesar de tudo.

Quando chegou em 71, "seu" Litecílio passou a ilha para o poder dos genros e um deles, Rodrigo Marçal Figueiredo, filho da região, aumentou a perseguição. Começou a botar os lavradores pra fora com tudo que tivessem. Nem galinha podia ficar.

A resistência foi de toda forma. Algumas vezes os lavradores amarraram o gado dos fazendeiros, para eles não invadirem a roça.

A tentativa de dobrar os lavradores também foi de várias formas. Chegaram a oferecer 20 mil cruzeiros, em 72, a Zé Antônio, para ele largar tudo.

Hoje, a causa está ganha. E a consciência do povo de Miradouro é maior.

Zê Antônio, fala mansa e segura e com um saber que parece nascer no coração, diz:

"Eu sou quase analfabeto, nunca tive escola, mas sempre foi o meu ideal, dar o direito a quem tem.

Às vezes, plantando, eu fico pensando que foi um dom que Deus me deu essa coisa de falar, de dirigir o sindicato.

Fico lembrando de uma vez que eles abriram sete roças para o gado entrar. Fui a Salvador e dois dias depois, mandei dizer que o pessoal se prontificasse para fechar as roças. Cheguei, tinha

oito homens. Nove horas, já eram 30 homens. Metemos o peito e todo mundo sô almoçou três horas da tarde, com o trabalho terminado.

Estou cansado, mas não dá pra largar o pessoal e o sindicato, porque tem tudo isso".

Cortando fumo, o rosto bonito, com a pele negra bem esticada sobre os osos do rosto, sempre a mesma fala que não se altera, ele diz:

"Tenho tanto amor, sofri tanto, que não sei se vale a pena deixar tudo isso".

Os Sindicatos, as Comunidades

São caminhos de resistência. As Comunidades, os Sindicatos, as Federações dos Trabalhadores na Agricultura, a CONTAG.

Ficar na terra, não abandoná-la e descobrir, para exigir, os seus direitos. Assim se têm comportado os resistentes.

Por todos os municípios onde passamos - Bom Jesus da Lapa, Barra, Xique-Xique, Pilão Arcado, Remanso, Casa Nova, Juazeiro, Petrolina, Paulo Afonso, Petrolândia, Porto da Folha, Propriá - por muitos dos seus povoados onde andamos, em muitos pontos do imenso Rio São Francisco, encontramos centenas de abaixo-assinados, cartas denunciando violências, relatos de viagens de agricultores em busca do seu direito, a Brasília, relatos de resistência na terra, parando tratores, amarrando gado - de alguma forma dizendo "não" a quem tenta espezinhar seus direitos.

Por todos esses lugares, encontramos o relato da resistência na Justiça, das milhares de causas que estão na Justiça, na esperança de que haja justiça, apesar de juizes corruptos.

E a Igreja ?

Em muitos pontos ela está como uma força presente, sendo chamada de "subversiva" e "comunista", tendo seus padres e agentes de pastoral ameaçados de surras ou até de morte. Tendo igrejas invadidas em plena missa, como ocorreu em Propriá, onde os Brito nutrem um ódio feroz pelo Bispo Dom José Brandão.

E tudo isso porque, no seu trabalho de evangelização, a Igreja no São Francisco passou a ser um canal para a voz do agricultor pisoteado e passou a dizer a ele que sua força está nele próprio juntamente com os outros agricultores. Que somente sua própria força, seu próprio trabalho, pode transformar o momento de hoje, ou a sua vida de hoje.

Ao ser terminado este trabalho, duas coisas importantes estavam acontecendo: o encontro do Vale do Rio São Francisco e as enchentes.

Este encontro foi uma conquista dos trabalhadores rurais. Eles, que vivem os problemas, decidiram organizar-se, ir a Brasília para reclamar das autoridades e exigir da CONTAG uma presença maior. Aí é que os dirigentes da CONTAG resolveram atender ao pedido dos trabalhadores e organizaram esse terceiro encontro do Vale do Rio São Francisco. Foram convidados os sindicatos do Vale e as Federações dos Estados de Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e Minas Gerais.

O encontro foi coordenado pela própria CONTAG. Foram convidadas também algumas pessoas ligadas à Pastoral da Terra.

Nesse encontro, mais que nos primeiros dois, os trabalhadores presentes fizeram com que a verdadeira situação dos camponeses do Vale fosse bem examinada.

Mais ainda: exigiram que fosse feito um plano de trabalho bem sério para apoiar e defender o povo assaltado pela CHESF, CODEVASF, pelos grileiros e por outras grandes empresas. Várias equipes foram organizadas. Nelas entra o pessoal da base, mais advogados, educadores e gente das Federações e da CONTAG. Todas as equipes contam também com o apoio da Pastoral da Terra.

Nos dias do encontro, a enchente já estava chegando a Juazeiro. O São Francisco já tinha inundado Minas Gerais e boa parte da Bahia. Depois do encontro, o quadro da cheia do São Francisco só fez piorar. Pra todo lado, nas cidades e nos campos, o número de flagelados é enorme. E todos falaram que se tratava da maior enchente dos últimos tempos.

Na hora da enchente, autoridades e técnicos falam em "*calamidade pública*", "*situação de emergência*", e outras coisas. E é certo que a enchente traz muitos problemas, muito sofrimento. E o povo atingido por ela precisa de socorro, de ajudas e de solidariedade. Mas, será que os problemas criados às famílias dos pequenos proprietários, dos posseiros e dos parceiros do Vale do Rio São Francisco pela CHESF, pela CODEVASF e pelos grileiros não são bem maiores ?

Nós cremos que a resposta a esta pergunta é dada pelo próprio povo, e o leitor a encontrou neste BOLETIM: os problemas das enchentes até que passam rápido, mas a expulsão da terra é um drama que não acaba mais. Perder uma plantação é muito triste. Mas perder a própria terra é muito pior. Não tem comparação.

O povo que está sendo enganado e roubado nas indenizações, tanto da CHESF quanto da CODEVASF, que está abandonado por ter acreditado nas promessas bonitas das duas empresas do governo federal; que não tem vez no projetos de irrigação; que está sendo violentamente tocado pelos grileiros, todo esse povo vive numa situação de CALAMIDADE SOCIAL PERMANENTE !

O que quer dizer isto ? É que a CHESF vai produzir energia elétrica para as empresas, as grandes empresas. A CODEVASF faz irrigação para dar ainda mais vez e apoiar as grandes empresas. Os grileiros, sempre apoiados pelos "de cima", vão tomando as terras e as passam às grandes empresas. E o povo pequeno, o trabalhador rural ? Bem, esse tem que sair ! Aí está a explicação do que é CALAMIDADE SOCIAL PERMANENTE.

Mas o povo não está ainda derrotado, e nem o será. Ao contrário. Ele já começa a sentir a sua força. Sua união e organização crescerão, e com elas as vitórias serão cada vez mais frequentes.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA -

E haveria mais: distribuição de mudas de fruteiras, construção de 10 casas de farinha, orientação técnica para o uso de sementes e inseticidas.

O projeto prometia ainda a distribuição dos títulos de propriedade das terras e casas, a todos. A doação de 10 cabras e um bode para quem pudesse criar. A organização de cooperativas de pesca, com financiamento de barcos, motores etc.. Postos de saúde, material para rebocar as casas de taipa, construção de 12 postos comerciais em algumas cidades e povoados etc..

De acordo com o projeto, todos esses itens, no final de 1978, estriam pelo menos começados.

Mas, o que se tem ?

Nada, à exceção da ajuda em dinheiro e arame para as roças. Esse dinheiro, junto com o arame, cujo valor estabelecido foi de 12 mil cruzeiros (que os agricultores acham irreal, porque a soma do que ele prevê, mourões, mão de obra etc., segundo eles, dá no mínimo 20 mil) não chegou a todos.

E a CHESF, como executora do projeto, se arvorou o direito de, pa-
ra muitos, sô conceder 6 mil em vez de 12 (argumentava ela que esses já tinham recebido ajuda de mudança e não tinham mais direito ao total).

Decidiu que o pessoal da sede de Casa Nova, mesmo sendo agricultor, não tinha direito à ajuda. Decidiu que, na sede de Pilão Arcado, o pessoal recebia 12 mil e na caatinga, somente 6 mil. Enfim, esse dinheiro, além de atrasado, foi distribuído sem nenhum critério.

Endividados, sem comida mais nenhuma, muitos agricultores pegaram os 4.100 que lhes sobravam (dos seis, porque o resto era valor do arame) e simplesmente compraram comida. Assim aconteceu em Olho D'Água, assim aconteceu nos galpões de mi-
séria de Pilão Arcado, no povoado de Marcos, em Remanso e em muitos outros lugares.



O SENHOR QUER SABER O QUANTO
A POPULAÇÃO AUMENTOU NESTAS
CIDADES, DEPOIS QUE A CHESF
TOMOU CONTA DO RIO SÃO FRANCISCO ?
VEJA:
CASANOVA : DE 2 MIL A 6 MIL HABITANTES.
REMANSO : DE 6 MIL A 18 MIL "
PILÃO ARCADE : DE 1500 A 6 MIL "
SENTO SÉ : DE 1500 A 4 MIL "

TUDO ISSO POR CAUSA DA PROPAGANDA SOBRE
A "GRANDE OBRA" DE SOBRADINHO. E MUITOS VIERAM
NA ILUSÃO.
HOJE ELES PASSAM FOME...

O LAVRADOR
E SEUS COMPANHEIROS

O QUE VAMOS TRATAR NESTE LIVRINHO

Outro dia dois lavradores estavam esperando condução.

Iam levar sua colheita à feira.

Seus cestos estavam cheios de tomates. Levavam também oito pencas de bananas e três sacos de feijão.

Um lavrador perguntou ao outro:

"Diga-me, compadre, se a gente não levar nossos tomates e nosso feijão à feira, o pessoal da cidade vai comer o que?"

"Ora, compadre, respondeu o outro, se a gente não vender nossos produtos, tem outros lavradores, iguais à gente, que vendem feijão, arroz,... Olha lá, vem ali o ônibus. Tá vendo, tem muito lavrador".

Tem muito lavrador por este Brasil a fora.

Todos trabalham na terra.

Eles, suas mulheres, seus filhos.

Todos plantam. Todos colhem.

Vendem o que colhem para o pessoal da cidade se alimentar.
Operários e donos de fábricas,
comerciantes e aqueles que trabalham nos bancos e escritórios;
todos enfim.

O ônibus parou. Os dois lavradores subiram.
Já tinha muita gente no ônibus.
Todos tinham tomates, feijão. Alguns levavam milho.
"Veja só, disse um deles, duas vezes por semana vou à feira.
Sempre consigo vender tudo, mas o preço não recompensa.
Parece que a gente só tem obrigação!"
"Não só obrigação, compadre, disse o outro.
O lavrador tem direitos também."

.....
: NESTE LIVRINHO VAMOS TRATAR A VIDA :
: DO LAVRADOR E SEUS COMPANHEIROS :
:
:

CONTEÚDO DO LIVRINHO

| | Página |
|--|--------|
| Quem alimenta o pessoal que mora na cidade ? | 2 |
| O que está acontecendo com os lavradores no
Estado do Rio de Janeiro ? | 4 |
| O que está acontecendo com os nossos companheiros
lavradores de todo o Brasil ? | 8 |
| A terra está nas mãos de quem ? | 12 |
| Quem produz mais ? O pequeno lavrador ou o
grande proprietário ? | 14 |
| O lavrador pode contar com a lei ? | 16 |
| Quem está dentro da lei ? | 18 |
| A nossa lei, qual é ? | 20 |
| Quais os direitos do posseiro ? | 22 |
| Quais os direitos do arrendatário ? | 24 |
| Quais os direitos do parceiro ? | 26 |
| Quais os direitos do assalariado rural ? | 28 |
| Como garantir os nossos direitos ? | 32 |

QUEM ALIMENTA O PESSOAL QUE MORA NA CIDADE ?

Os dois lavradores que estavam esperando condução, iam vender na cidade três sacos de feijão. É pouco para todos os moradores das cidades do Brasil inteiro.

Em 1970 os lavradores de PARATI colheram nas suas terras 2.083 sacos de feijão. Neste mesmo ano, os lavradores do Estado do Rio de Janeiro, juntos, encheram 669 caminhões com sua colheita de feijão.

Seis anos depois, isto é, em 1976, eles produziram muito mais feijão. Foram necessários 720 caminhões para levar a colheita de feijão para as cidades.

Neste mesmo ano, os lavradores do Estado do Rio colheram mais de três milhões de caixas de tomate.

Para transportar esses tomates foram necessários mais de 143 caminhões por semana.

Em 1976, os lavradores produziram também bastante banana e, por dia, foram carregados 9 caminhões.

E arroz? Quantos sacos de arroz os lavradores do Estado do Rio produziram em 1976?

Mais de um milhão de sacos de 60 quilos.

No Brasil inteiro, os lavradores juntos produziram tanto milho que deu para encher mais de meio milhão de navios grandes.

.....
O LAVRADOR É IMPORTANTE PARA O POVO DA CIDADE ?

POR QUE ?
.....

O QUE ESTÁ ACONTECENDO COM OS LAVRADORES NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO ?

**EMPRESA
INTIMIDA** **INTERNACIONAL
POSSEIROS EM PARATI**

Jornal do Brasil
26 de fevereiro de 1978

**VIOLÊNCIA CONTRA MORADORES
DA PRAIA DE TRINDADE**

Jornal do Brasil
9 de abril de 1978

BRIGA POR TERRA EM CABO FRIO
TEM MAIS UM POSSEIRO FERIDO

Jornal do Brasil
5 de março de 1978

ÊXODO RURAL ESVAZIA O NORTE FLUMINENSE

Jornal do Brasil
20 de maio de 1974

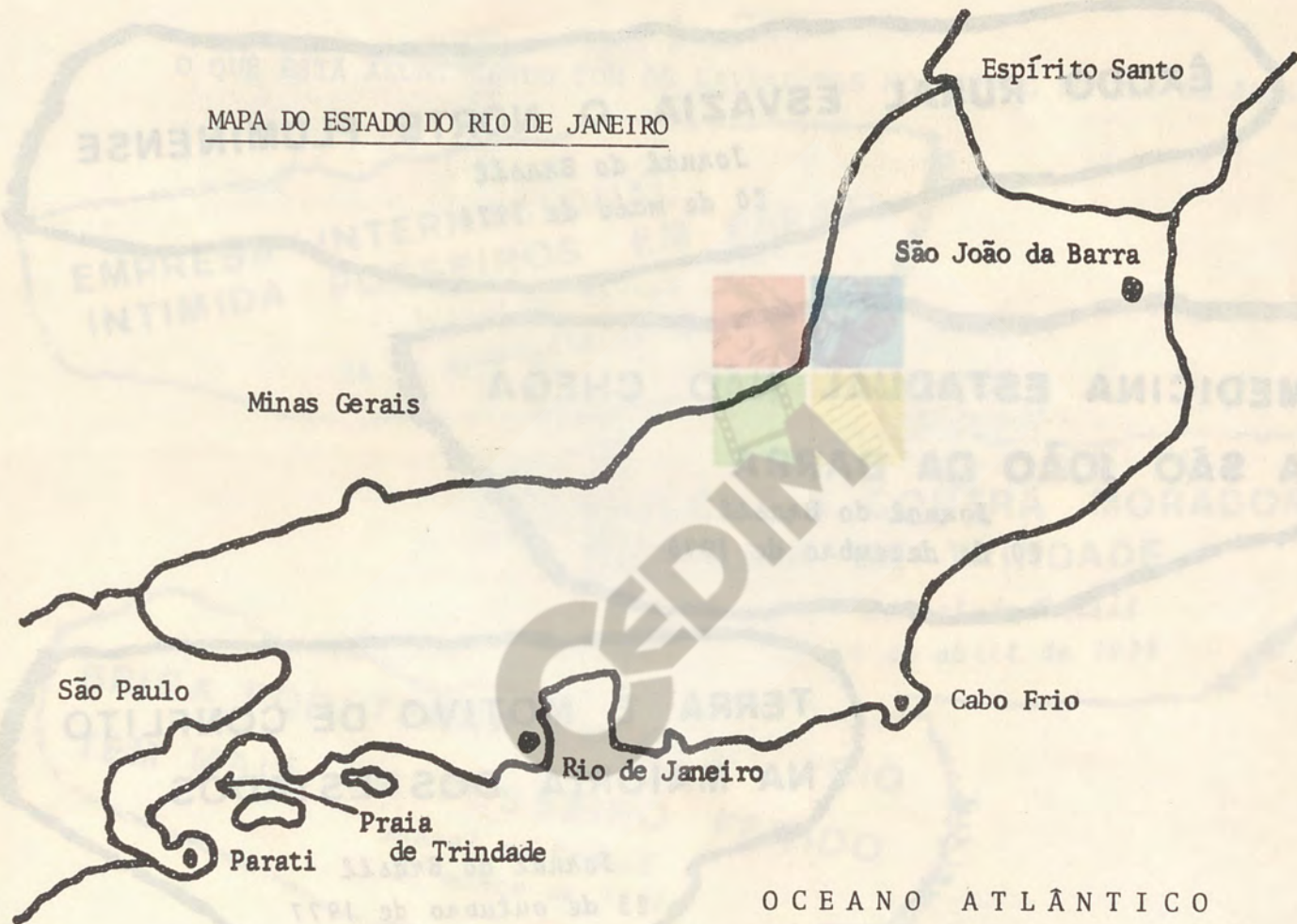
**MEDICINA ESTADUAL NÃO CHEGA
A SÃO JOÃO DA BARRA**

Jornal do Brasil
20 de dezembro de 1976

**TERRA É MOTIVO DE CONFLITO
NA MAIORIA DOS ESTADOS**

Jornal do Brasil
23 de outubro de 1977

MAPA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO



E NO SEU LUGAR

O QUE ESTÁ ACONTECENDO ?

O QUE ESTÁ ACONTECENDO COM OS NOSSOS

COMPANHEIROS LAVRADORES DE TODO O BRASIL ?

EMPRESAS AMPLIAM A OCUPAÇÃO DO PARÁ

Jornal O Estado de São Paulo
15 de dezembro de 1976

**RONDÔNIA NÃO TEM MEIOS
PARA MANTER COLONIZAÇÃO**

Jornal do Brasil
24 de julho de 1977

**SINDICATO BAIANO AFIRMA
QUE GRILEIROS EXPULSAM FAMÍLIAS**

Jornal do Brasil
7 de junho de 1977

**LUTA PELA TERRA
GERA VIOLÊNCIAS NA AMAZONIA**

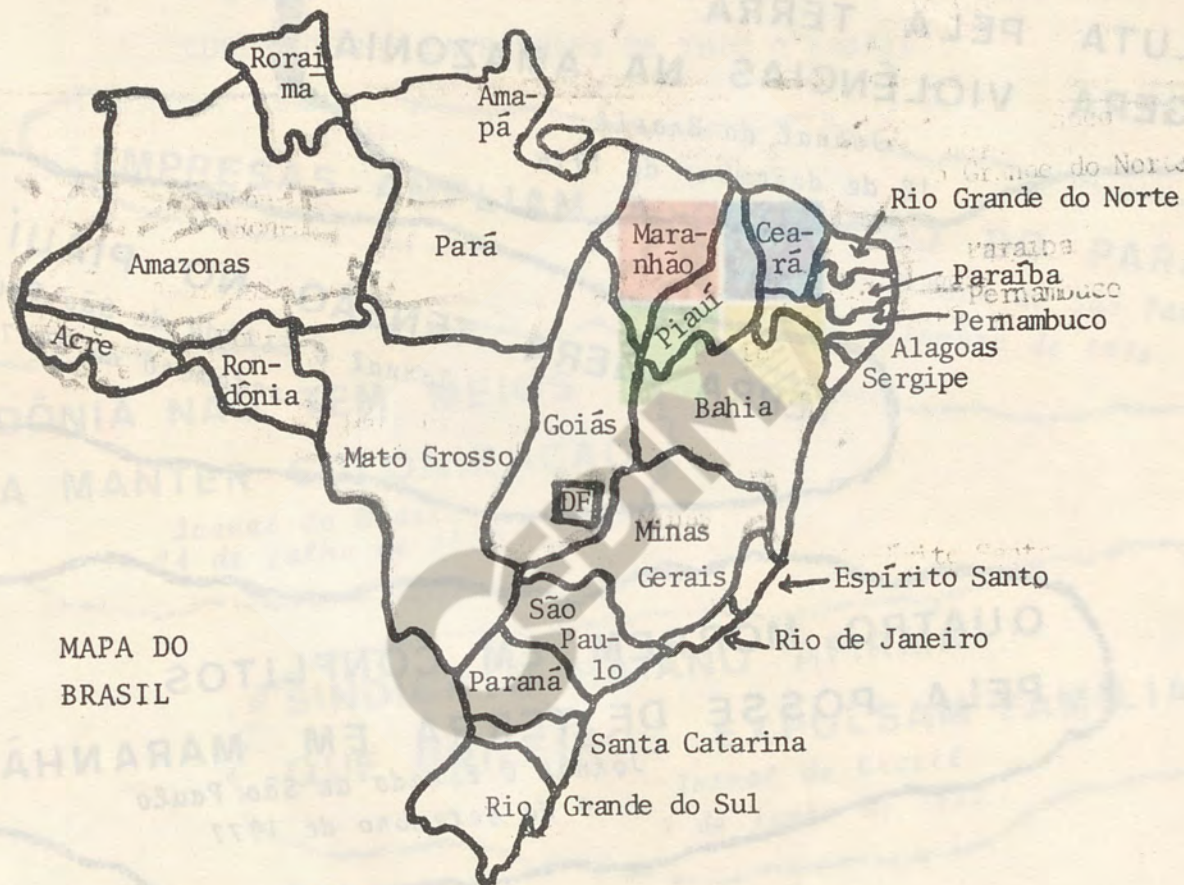
Jornal do Brasil
12 de dezembro de 1976

TERRA GERA TENSÃO NO PIAUÍ

Jornal O Estado de São Paulo
1º de setembro de 1977

**QUATRO MORREM EM CONFLITOS
PELA POSSE DE TERRA EM MARANHÃO**

Jornal O Estado de São Paulo
9 de setembro de 1977



O QUE VOCÊ SABE DA LUTA DOS LAVRADORES
EM OUTROS ESTADOS ?

A TERRA ESTÁ NAS MÃOS DE QUEM ?

**LATIFÚNDIOS DETÊM 72,6% DE ÁREAS AGRÍCOLAS
NO RIO GRANDE DO SUL**

O Estado de São Paulo
21 de setembro de 1977

GRUPOS ESTRANGEIROS COM 30 MILHÕES DE HA

Jornal Diário do Comércio e Indústria
13 de julho de 1978

Em 1975 quase a metade das terras estava nas mãos de 1 por cento.
Isto é, de cada 100 proprietários de terra,
52 trabalhavam 10 hectares de terra,
47 tinham menos de 500 hectares e
1 possuía mais de 500 hectares.

O CAMPO SE MODERNIZA

E O TRABALHADOR PARA ONDE VAI ?

Diário de Comércio e Indústria

13 de julho de 1978

SURGEM OS TRATORES

E OS LAVRADORES VÃO FORMAR FAVELAS

(Jornal O Estado de São Paulo 28/08/77)

POR QUE MUITOS LAVRADORES TÊM POUCA TERRA ?

E

POR QUE POUCOS FAZENDEIROS TÊM MUITA TERRA ?

QUEM PRODUZ MAIS ?

O PEQUENO LAVRADOR OU O GRANDE PROPRIETÁRIO ?

Os moradores das cidades muitas vezes pensam que são os grandes proprietários que abastecem as feiras e os supermercados.

Pensam também que os grandes proprietários é que exportam e que produzem matéria-prima para as indústrias.

O pessoal vê na televisão potentes tratores, colhedeiras e arados mecânicos.

Por isso pensa assim.

A verdade é outra.

O pequeno lavrador aproveita melhor a terra.

O IBGE, um órgão do Governo,

afirma que os lavradores com menos de 100 hectares de terra, produzem mais feijão do que os grandes proprietários.

De cada 100 caminhões carregados de feijão, 72 transporta, o feijão da colheita dos pequenos lavradores.

Enquanto o grande proprietário colhe um saco de milho, o pequeno lavrador tira dois.

O lavrador que trabalha menos de 100 hectares de terra, produz um pouco menos de algodão.

Arroz, os grandes proprietários produzem bem mais.

.....
O PEQUENO LAVRADOR APROVEITA MELHOR A TERRA.

O SEU TRABALHO É RECOMPENSADO ?

COM QUE APOIO ELE PODE CONTAR ?
.....

O LAVRADOR PODE CONTAR COM A LEI ?

Os lavradores estavam bastante animados, ao voltarem da feira, pois conseguiram bom preço para seus produtos. Resolveram organizar uma pelada.

Ao entrar em campo, os times devem observar as regras do jogo: impedimento, pênalti, escanteio.

Os jogadores procuram respeitar as regras, pois o juiz está de olho.

Na sociedade em que vivemos, é parecido.

Existem grupos com interesses contrários.

Cada um puxa a brasa para sua sardinha: os patrões e os empregados; os proprietários e os arrendatários; os fazendeiros e os posseiros.

Para resolver estes interesses contrários, no decorrer do tempo foram feitas as leis.

Quem faz as leis?

São as autoridades competentes.

É o Poder Legislativo.

É a Câmara, o Senado, a Assembléia, o Congresso.

Não é qualquer autoridade que pode fazer leis. A polícia, por exemplo, não tem autoridade para fazer lei. A função dela é outra.

Os patrões e os fazendeiros conseguem

que o Poder Legislativo, em geral, faça leis que lhes são favoráveis.

Mas a História mostra que o contrário também acontece.

Assim, há alguns anos atrás, os patrões exigiam que os operários trabalhassem 12 e até 16 horas por dia.

Foi com muita luta e com muita união

que os trabalhadores conseguiram a jornada de 8 horas.

Assim, as leis são resultado de pressões e exigências.

.....
: COMO O LAVRADOR PODE CONSEGUIR LEIS :
:

: QUE LHE SÃO FAVORÁVEIS ? :
:.....

QUEM ESTA DENTRO DA LEI ?

No final do primeiro tempo, o centro-avante fez um gol.

Foi uma gritaria geral. Alguns achavam que estava impedido.

A situação ficou confusa.

Não se chegava a uma conclusão.

Foi quando o juiz, depois de consultar o bandeirinha, decidiu que o gol era legal.

Será que foi mesmo?

As leis são o resultado de exigências e de lutas.

Por isso, cada conflito deve ser examinado.

É o juiz que faz isto. Ele decide quem dos interessados está dentro da lei.

Assim, a lei por si não é bastante. É um pau de dois bicos.

COMO O LAVRADOR PODE CONSEGUIR
SEUS DIREITOS NA JUSTIÇA ?

A NOSSA LEI ? QUAL É ?

No Brasil, pelo menos a metade dos trabalhadores vive da terra.

O trabalhador da cidade já conquistou direitos e continua lutando. Para o lavrador também existem leis. Ele deve conhecer essas leis e saber se são boas ou devem ser melhoradas.

A lei principal para o lavrador é o ESTATUTO DA TERRA.

Tem o número 4.504 e foi feita no dia 30 de novembro de 1964.

A lei ESTATUTO DA TERRA fala de

- . Reforma Agrária
- . IBRA (que depois virou INCRA)
- . colonização
- . impostos
- . crédito rural
- . cooperativas
- . uso e posse da terra.

As partes do ESTATUTO DA TERRA que interessam mais aos lavradores, falam sobre os direitos de cada categoria: posseiros, arrendatários e parceiros.

Os direitos dos assalariados rurais estão numa outra lei, mais nova que o ESTATUTO DA TERRA.

A lei que regula a situação do assalariado rural, chama-se LEGISLAÇÃO TRABALHISTA RURAL.

Tem o número 5.889 e foi feita em 8 de junho de 1973, 31 anos depois da C.L.T., a lei para os assalariados da cidade.

.....
VOCÊ CONHECE OS DIREITOS
DA SUA CATEGORIA ?
.....

QUAIS OS DIREITOS DO POSSEIRO ?

Posseiro é o lavrador que trabalha na terra e que não tem título registrado.

Esta terra pode estar registrada em nome de outras pessoas, pode ser terra pública, terra abandonada ou até terra que o lavrador acha que é dele, mas o papel que ele tem, não tem valor legal.

os direitos do posseiro

Se o posseiro trabalha e mora na terra durante vinte anos ou mais, sem nunca ter tido questões com quem se diz dono, pode requerer o USUCAPIÃO, ou seja, se tornar proprietário da terra.

Se a terra foi pública, também pode se tornar proprietário.

Para isso ele deve cumprir as exigências do INCRA.

É o PROCESSO DISCRIMINATÓRIO da Lei 6.383 de 7 de dezembro de 1976.

Ninguém pode despejar o posseiro sem mais nem menos.

O juiz é que deve examinar o caso. É um direito do posseiro.

Se o juiz determinar o despejo,

as benfeitorias que o posseiro acrescentou à terra,

devem ser indenizadas.

É um direito do posseiro.

Só depois de receber a justa indenização, ele tem de deixar a terra.

QUAIS OS DIREITOS DO ARRENDATÁRIO ?

Arrendatário é o lavrador que aluga terra com ou sem benfeitorias.

O arrendatário se obriga a pagar uma determinada quantia ao proprietário pelo aluguel da terra.

Por lei, o preço do aluguel não pode ser mais do que 15% por ano, do valor que o proprietário declarou no cadastro do INCRA.

os direitos do arrendatário

O contrato do aluguel deve ser escrito ou de boca.

É direito do arrendatário que o proprietário observe a lei. senão o contrato não tem valor.

A lei diz que os prazos mínimos de aluguel são:

- . 3 anos para lavoura temporária ou criatório miúdo
- . 5 anos para lavoura permanente ou criação
- . 7 anos para exploração florestal.

O arrendatário tem o primeiro direito à compra da terra ou à renovação do contrato do aluguel.

Seja em caso de despejo,

seja em caso da não renovação do contrato,

o arrendatário tem direito de permanecer na terra

até receber a indenização total das benfeitorias

que fez à terra.

O arrendatário também tem o direito de não ser despejado

durante o tempo do contrato,

a não ser

que o proprietário ou seus filhos

precisem trabalhar esta terra.

QUAIS OS DIREITOS DO PARCEIRO ?

Parceiro é o lavrador considerado pela lei, sócio do proprietário da terra.

Ele entra com o trabalho e o proprietário, com a terra.

O ESTATUTO DA TERRA e o Decreto 59.566 falam das leis da parceria.

os direitos do parceiro

O contrato entre o lavrador e o proprietário deve ser por escrito ou de boca.

O parceiro tem direito a um contrato de pelo menos três anos.

Se desejar, pode encurtar o tempo do contrato.

Após terminar o tempo do contrato, o parceiro tem o direito de preferência à renovação, mesmo se o proprietário não quiser mais explorar a terra.

O parceiro tem direito a

- . moradia na terra
- . cultivar e
- . criar animais

para seu uso e para as necessidades da sua família

- . indenização total quando for despejado da terra

A divisão da colheita

O parceiro tem direito a toda a sua produção menos:

- . 10% se o proprietário deu a terra nua
- . 20% se o proprietário contribuiu com a terra preparada e a moradia
- . 30% se o proprietário entrou com moradia, galpões, cercas, valas, currais
- . 50% se o proprietário além de tudo isso contribui com máquinas, sementes, animais de tração e outras ajudas
- . mais de 50% se o proprietário, em alguns casos de criação de rebanhos, paga comissão pela venda de reses e faz meação no leite.

QUAIS OS DIREITOS DO ASSALARIADO RURAL ?

Assalariado rural é o trabalhador do campo, que vive de salário. Os direitos do assalariado rural estão previstos na LEGISLAÇÃO TRABALHISTA RURAL.

carteira profissional

Conforme esta lei, a Carteira Profissional é o contrato de trabalho mais importante diante da Justiça.

Na Carteira Profissional deve estar anotado:

1. cargo do trabalhador
2. data de admissão
3. salário
4. condições especiais se houver
5. assinatura do patrão

Mesmo se o assalariado rural não tiver esta carteira, pode exigir seus direitos na Justiça por meio de testemunhas.

salário

O assalariado rural tem direito ao salário mínimo regional e ao 13º salário.

jornada de trabalho

A jornada normal de trabalho é de 8 horas.

Após cada seis horas de trabalho, o assalariado rural tem direito a pelos menos, uma hora para comer e descansar.

Para cada hora extra,

ele tem direito a pelo menos 20% sobre seu salário normal.

Caso trabalhe à noite,

ele tem direito a 25% a mais.

descanso remunerado

A lei prevê que o assalariado rural tem direito a um dia de descanso por semana e a 30 dias de férias por ano.

demissão

Ao ser demitido, o assalariado rural tem direito a receber o maior salário ganho para cada ano de trabalho.

O patrão tem a obrigação de dar AVISO PRÉVIO, isto é, avisar com 8 ou 30 dias de antecedência, conforme o caso:

- . 8 dias para diaristas
- . 30 dias para mensalistas

Estando há mais de 10 anos com o mesmo patrão, este só pode demitir o trabalhador:

- . com justa causa
- . comprovada na Justiça do Trabalho

salário do menor

O assalariado rural com mais de 16 anos e menos de 18 anos, tem os mesmos direitos que seus companheiros de trabalho.

reclamação de direitos

O assalariado rural pode reclamar seus direitos na Justiça do Trabalho até dois anos depois do caso acontecido.

COMO GARANTIR OS NOSSOS DIREITOS ?

Os dois lavradores que estavam na beira da estrada, esperando condução, foram vender, juntamente com seus companheiros, os tomates, o feijão e as pencas de banana. Na feira encontraram companheiros de outros lugares, que estavam vendendo seus produtos.

Depois de venderem tudo, os dois lavradores foram ao sindicato para pagar a mensalidade.

A época das eleições estava chegando, e não queriam perder o direito de voto.

Conversando com os companheiros perceberam que os problemas de cada um eram problemas da classe.

Quais são estes problemas?

Como os lavradores podem resolver estes problemas?

No Brasil existem 13.950.000 lavradores que trabalham na terra.

O que eles fazem para obter seus direitos?

Eles conhecem seus direitos?

O que fazer para que todos os lavradores conheçam seus direitos?

.....
: TROQUE IDÉIAS COM SEUS COMPADRES :
: SOBRE ESTE LIVRINHO :
.....

3.º Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais

PERÍODO: 21 a 25 de maio de 1979.

LOCAL: BRASILIA - DISTRITO FEDERAL

TRABALHADORES RURAIS

Participe do seu Sindicato na luta por melhores dias para o homem do campo, reivindicando:

FORTALECIMENTO DO MOVIMENTO SINDICAL

- Reforma Agrária
- Melhores Salários
- Melhor Crédito Agrícola
- Melhor Previdência Social

A sua participação é importante, vá ao seu sindicato, dê sua opinião.

PROMOÇÃO: - CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES
NA AGRICULTURA

- CONTAG
- FEDERAÇÃO DE TRABALHADORES NA AGRICULTURA
- SINDICATOS TRABALHADORES RURAIS.

A DIRETORIA.

FETAG/RJ.

Do: Presidente da FETAG-RJ
Ao: Coordenador de Pastoral do NI-RJ

PROPOSTAS DO ESTADO DO RIO PARA O CONGRESSO DE TRABALHADORES
RURAIS

I - COMISSÃO DE SINDICALISMO E EDUCAÇÃO SINDICAL
LOCAL: C E S I R .

No Brasil não existe liberdade sindical. Tudo que o Sindicato pode fazer está na CLT. Esta lei tem uma parte que fala sobre sindicalismo, isto é: como fundar sindicatos, quais os direitos e deveres, como deve ser feita a eleição, etc. Por essa lei, o Sindicato fica muito preso ao Ministério do Trabalho. Todo movimento sindical é então fiscalizado pelo Ministério do Trabalho que pode até intervir no Sindicato e afastar diretores eleitos. Foi o caso que aconteceu recentemente com os metalúrgicos de São Paulo. O movimento sindical está, pois, reivindicando que seja tirada da CLT. o Título Quinto que fala dos sindicatos, ficando os trabalhadores livres para formar sua organização sem depender do Ministério. Há também, além da CLT. outras leis que tiram a liberdade dos Sindicatos e das pessoas. E se as pessoas não têm liberdade, os Sindicatos formados por elas, também não têm. Mas sem autonomia sindical, a liberdade do trabalhador nunca será completa.

1. Autonomia e Liberdade Sindical.

- Que o Sindicato aumente sua atuação na defesa do trabalhador.

- Retirar da CLT. o Título Quinto, que fala sobre o sindicalismo, cabendo aos trabalhadores, através das Assembléias, o direito de decidir como vai ser a vida do Sindicato, isto é: fundação, estatutos, eleições, direitos e deveres dos sócios, prestação de contas, entre outros.

- Revogação de todas as leis de exceção, sobretudo a Lei de Segurança Nacional e Salvaguardas incorporadas à Constituição.

- Os trabalhadores que são os maiores interessados na democracia devem se unir à luta de todas as outras forças democráticas nesse sentido.

- Devem os trabalhadores lutar pela garantia dos seguintes direitos: votar e ser votado, eleições livres e direta, liberdade de opinião e informação, direito de ir e vir, garantido pelo Habeas Corpus, liberdades sindicais e anistia. E aí consideramos que Democracia verdadeira é aquela em que o trabalhador participa efetivamente das decisões políticas nacionais, ou seja: participando da criação ou alteração das leis existentes e da criação ou alteração de programas governamentais.

2. Organização Sindical.

- Fim do Estatuto Padrão.
- Eliminação de qualquer interferência de não as sociados na vida do Sindicato, sendo a Assembléia Geral o órgão soberano de decisões.
- Propostas imediatas, considerando a legislação ainda em vigor, na parte de sindicalismo:
 - que o nº de 200 trabalhadores seja o mínimo necessário para o reconhecimento do Sindicato e que após 6 meses da data de entrega da documentação do Sindicato, seja o mesmo reconhecido obrigatoriamente.
 - que após fundado o Sindicato seja providenciado imediatamente o registro civil da entidade no Registro Civil de Títulos e Documentos.
 - que a comprovação do exercício da profissão exija na investidura, reconhecimento e eleições sindicais, sejam feitas através de declaração de tres associados do Sindicato, devendo essas declarações serem submetidas " ad referendum " da Assembléia, que lhes conferirá a validade.
 - que, nas eleições para cargos de Diretoria e Conselho Fiscal, concorrendo mais de uma chapa, seja considerada eleita aquela que alcançar maioria simples dos votos.
 - que seja necessário apenas o " referendum " da Assembléia, para que o Sindicato receba contribuições, doações e legados.

3. Educação Sindical.

- que se intensifique o trabalho educacional de base, de forma a mostrar aos trabalhadores rurais que o Sindicato é um órgão de defesa, reivindicação e representação da classe, fazendo com que haja maior participação dos trabalhadores na vida sindical;
- que ao se associar no Sindicato o trabalhador receba uma orientação sobre os objetivos do Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais;
- que se desenvolva um contato permanente dos Dirigentes Sindicais com a base, através de Delegacias Sindicais;
- que os Sindicatos promovam a formação de equipes, com os próprios associados, para o desenvolvimento do trabalho sindical;

- Que sejam aproveitadas, neste trabalho educacional, as potencialidades daqueles que colaboram com o Movimento Sindical (funcionários, bolsistas, etc.)
- Que os Sindicatos devem ir as bases e trazer os trabalhadores ao Sindicato, para discutirem e estudarem seus problemas, seus direitos e como o Sindicato poderá funcionar como meio de defesa e pressão para conseguir isso tudo e melhorar a vida do trabalhador.
- Que o Sindicato discuta com os trabalhadores a importância da liberdade e da democracia na vida de cada trabalhador e na vida do Sindicato.
- Que a Confederação, as Federações e os Sindicatos intensifiquem, ao máximo, os programas educacionais, seja cada qual em seu nível, seja com trabalhos integrados;
- Que se destine mais recursos para o trabalho educacional;
- Que os programas educacionais sejam desenvolvidos atendendo às necessidades das várias faixas de categorias (pequenos proprietários, arrendatários, parceiros, posseiros e assalariados);
- Que os programas educacionais visem também a integração da família do trabalhador no Movimento Sindical.
- Que haja formação e treinamento de assessores educacionais num trabalho integrado, Sindicatos, Federação e CONTAG para auxiliar na coordenação de programas educacionais a nível regional, dentro de cada Estado;
- Que esses assessores educacionais prestem assistência aos Sindicatos de uma mesma região, colaborem no trabalho de base, desenvolvido por estas entidades, e também no trabalho preparatório para fundação de novos Sindicatos.
- Que seja ampliado o número de escolas de técnicas agrícolas, de 1º e 2º graus, às quais tenham acesso os trabalhadores rurais e seus dependentes, de forma a serem instaladas em todas as micro-regiões de cada Estado e que sejam totalmente subsidiadas pelo Poder Público;
- Que seja ouvido o Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais quanto à realização de cursos de treinamento de mão de obra especializada em tarefas agrícolas, promovidas pelo SENAR, PIPMO, EMATER, e também dos cursos de Prevenção de Acidente de Trabalho no meio Rural, da FUNDACENTRO;

- Que sejam incluídos nos currículos escolares de todos os níveis, noções de associativismo, no meio rural;

- Que seja instituída a Semana Sindical de Trabalhadores a nível nacional, de 25 de abril a 1º de maio, a exemplo do que já ocorre no Rio Grande do Sul e Santa Catarina;

Quanto ao PEBE:

- Que sejam concedidas Bolsas de Estudo a todos os estudantes da unidade familiar de trabalhadores sindicalizados.

- Que seja eliminada a contra partida por parte do Sindicato para aumento de quotas de Bolsas de Estudo;

- Que o valor da Bolsa de Estudo seja o do maior salário mínimo vigente no País;

- Que o pagamento em duas parcelas seja efetuado a 30 de julho e a 30 de janeiro;

- Que a perda da Bolsa de Estudo se verifique somente após duas reprovações consecutivas;

- Que sejam concedidas também, quotas de Bolsas de Estudo para Sindicatos em fase de reconhecimento (através das Federações);

- Que seja estendida Bolsa de Estudo ao Curso Universitário.

Quanto ao Material Escolar:

- Que o Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais reivindique, junto ao Poder Público, doações de material escolar para os filhos de trabalhadores rurais, em todos os níveis do primeiro grau.

Quanto ao M O B R A L :

- Que o MOBREAL aperfeiçoe seu trabalho de alfabetização da população brasileira, dada a grande necessidade de se acabar com o analfabetismo;

- Que haja fiscalização rigorosa, por parte do Poder Público, para verificar se realmente os trabalhadores estão sendo alfabetizados.

4. Auto-Sustentação.

- Que o movimento sindical estude formas de sobre viver sem depender da contribuição sindical.

- Que os Dirigentes Sindicais intensifiquem o trabalho junto às bases, esclarecendo os trabalhadores da necessidade de sua contribuição direta para com a entidade, a fim de torná-la mais livre e atuante, e também a que fim se destinam todos os recursos que o órgão sindical arrecada;

- Que o Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais deve intensificar as diversas maneiras de obter recursos para sua auto-sustentação, como por exemplo: bônus, campanhas e demais promoções, etc., de forma a poder vir a dispensar a Contribuição Sindical;

- Que, sendo a Contribuição Sindical dinheiro do trabalhador, deveria ser destinada unicamente em seu benefício, assim, reivindicamos que os 20% (vinte por cento) da Contribuição Sindical, destinados ao Fundo Emprego e Salário, revertam em favor da categoria, reduzida, também, para 6% (seis por cento) a conta do INCRA na arrecadação da mesma Contribuição Sindical.

5. Enquadramento Sindical.

- Que as atividades nas empresas agroindustriais sejam enquadradas pela atividade desempenhada pelo trabalhador, e não pela atividade econômica principal desenvolvida pela empresa.

- Que, o movimento sindical deve manter posição firme e vigilante, mobilizando toda a categoria, até que se concretize na legislação as proposições aprovadas pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria do Ministério do Trabalho nº 3265, instituindo-se módulo específico de enquadramento sindical, com base na Instrução Especial INCRA nº 5 e garantido o direito de opção para os produtores detentores de 1 (hum) a 3 (tres) módulos.

- Que os caseiros e empregados em áreas de lazer e sítios de recreio que realmente exerçam atividades agrícolas, sejam considerados trabalhadores rurais para os efeitos trabalhistas e de enquadramento. Para tanto, devem ser incluídos no Art. 2º da Lei nº 5.889.

II - LEGISLAÇÃO TRABALHISTA

LOCAL: Instituto Presbiteriano

Os trabalhadores rurais tem direitos garantidos na lei, mas alguns desses direitos não são cumpridos porque noso Movimento Sindical se acha impedido de usar suas forças. E existem também alguns direitos da lei que precisam ser mudados ou até criados para poder atender às necessidades do trabalhador

Para isso é necessário:

1. Política Salarial e Contratação Coletiva.

- Revogação das Leis de Arrecho Salarial. (Leis nº 4.725, de junho/65, Decr. nº 15/66 e Decr. nº 17/66 e Lei nº 6.147/74) que tem provocado a queda do poder de compra do salário, só beneficiando os empregadores e levando à miséria e fome milhões de famílias de trabalhadores.

- Que seja devolvido, com a máxima urgência à Justiça do Trabalho, o poder normativo nas negociações diretas entre empregados e empregadores.

- Não é o salário causa do aumento do custo de vida e da inflação, portanto o controle da inflação deve se dar não arrochando os salários, mas controlando os enormes lucros que as empresas e os atravessadores têm tido nos últimos quinze anos.

- Que os reajustes de salário sejam feitas trimestralmente, de acordo com os índices de aumento do custo de vida.

- Que o salário mínimo atenda realmente aos gastos do trabalhador e de sua família como dito na Constituição e que seja um só para todo o País, e não o Salário de fome que recebemos atualmente. O DIEESE, por exemplo, calculou que um Salário Mínimo viável para todo o Brasil seria em torno de Cr\$ 6.114,00 (seis mil cento e quatorze cruzeiros) .

- Que o Movimento Sindical se utilize mais da Contratação Coletiva como forma de lutar por melhores salários e melhores condições de vida e trabalho.

3. Direito de Greve.

- Que seja revogada a Lei 4.330/64 e 1.632/78 para que possam os trabalhadores se utilizarem livremente do legítimo direito de greve, sem serem por isso prejudicados.

4. Contratação Individual.

- O acréscimo de um parágrafo ao artigo 38, da Consolidação das Leis do Trabalho, concedendo poderes aos Sindicatos de reclamar na Justiça do Trabalho a anotação da Carteira, in dependentemente de procuração do trabalhador.
- Que o empregador forneça cópia de comprovante - de pagamento, contendo a discriminação das importâncias pagas, des contos efetuados e identificação do empregado e do empregador.
- A inclusão de um artigo na Lei nº 4.090, da Gra tificação Natalina, determinando o pagamento da referida gratifi cação em dobro, quando pago após o dia 20 de dezembro.
- A introdução de um parágrafo no artigo 459, da CLT., fixando uma multa diária de 5% (cinco por cento) sobre o va lor de referência regional, nos casos de descumprimento dos pra - zos de pagamento determinados no parágrafo único deste artigo.
- Que o Movimento Sindical reivindique junto ao - Ministério do Trabalho e a Caixa Econômica Federal uma efetiva fis calização, a fim de obter-se a regularização do recolhimento pe los empregadores rurais para com o PIS.
- O pagamento integral dos dias em que não houver trabalho em virtude da ocorrência de chuvas, ou de outros fatores alheios à vontade do trabalhador.
- A alteração do parágrafo 3º, do Artigo 9º, da Lei nº 5.889, de 08.06.73, de maneira a permitir ao trabalhador - rural sua permanência na moradia até 60 (sessenta) dias após a quitação geral dos seus direitos.
- A alteração do artigo 7º, da Lei nº 5.889/73 e seu parágrafo único para regular a hora extra e alterar a remune - ração da hora noturna, de forma a estabelecer a remuneração de am bas com acréscimo de 100% (cem por cento) sobre a remuneração nor mal, computado como noturno o período compreendido entre as 19:00 horas até às 5:00 horas do dia seguinte, para qualquer atividade.
- A revogação do parágrafo único do artigo 11, da Lei 5.889/73, e a alteração do referido artigo, para garantir ao maior de 14 anos salário mínimo equivalente ao do Trabalhador a - dulto.
- Que se estenda ao trabalhador rural a proteção' da Portaria Ministerial nº 491, de 16.09.65, que dispõe sobre ati vidades e ocupações insalubres, quando operar com inseticidas, her micidas e fungicidas, etc.

- Que seja assegurada na Lei nº 5.889/73, a obrigatoriedade do patrão fornecer a condução gratuita para deslocar o empregado até o local de trabalho, considerando-se o tempo gasto no percurso de ida e volta, como de efetivo serviço, para todos os efeitos legais, vedado o transporte de instrumentos e ferramentas cortantes junto com os trabalhadores.

- Alteração da redação do § 1º, do art. 477, da CLT., para tornar obrigatório a homologação da rescisão de contrato de trabalho do empregado com mais de noventa dias de serviço, com a assistência do Sindicato respectivo.

- Nos casos em que não houver Sindicato no município, a assistência obrigatória será do Sindicato mais próximo; na falta de ambos, da autoridade do Ministério do Trabalho.

- A extensão a todos os assalariados rurais do direito de acesso a uma área de terra de até dois hectares, na forma do Decreto nº 57.020, de 11.10.65.

- Alterar a legislação que regulamenta o repouso remunerado para assegurar a remuneração em dobro dos domingos e feriados, efetivamente trabalhados e não compensados, acrescida do pagamento normal a que tem direito.

- Que a moradia fornecida aos trabalhadores rurais seja gratuita ficando o empregador obrigado ao pagamento de um adicional de 20% (vinte por cento) do salário de referência, aos seus empregados, quando não fornecer a moradia, ou quando este não atender os requisitos mínimos de habitabilidade, higiene e segurança, consistente em: casa de alvenaria ou madeira, calafada, coberta de telha, com piso, contendo no mínimo dois quartos, sala, cozinha e banheiro com instalações sanitárias normais, de acordo com as necessidades da família do trabalhador.

5. Trabalho Assalariado Temporário

- Que sejam cumpridas as normas do CONTRAN, especialmente no que diz respeito ao transporte dos assalariados temporários.

- Que a Contratação Coletiva seja uma forma de fazer esses trabalhadores participarem da vida do Sindicato.

6. Fiscalização do Trabalho

- A criação de um quadro de Inspectores do Trabalho, específico para a área rural, preferencialmente em cada Município, com a atribuição de fiscalizar o cumprimento das normas de proteção do trabalho, sempre com o acompanhamento do Sindicato de classe, inclusive quanto ao Programa de Integração Social - PIS.

7. Prescrição

- Que o movimento sindical mantenha sua posição - de vigilância e mobilização para que, em hipótese alguma, seja alterada a redação do artigo 10, da lei 5.889/73.

8. Estabilidade e FGTS.

Dada as recentes declarações de autoridades nos jornais sobre a implantação do FGTS no meio rural, o Movimento Sindical se posiciona firmemente contra essa medida pelos seguintes motivos:

1. Acabará com a estabilidade no emprego.
2. Aumentará a expulsão de trabalhadores das fazendas, aumentando o número de trabalhadores temporários submetidos a toda forma de exploração.
3. Ameaçará a Prescrição do artigo 10 da Lei nº 5.889, quando da opção do trabalhador.
4. Concentrará enorme soma de recursos nas mãos - do governo, dinheiro que deveria ser pago diretamente ao trabalhador.
5. Esses recursos serão utilizados para construção de casas nas terras dos fazendeiros, aumentando a riqueza dos grandes e aumento do preço da terra. Ou então serão construídas agrovilas que garantirão aos fazendeiros mão de obra barata e a proliferação de favelas.
6. Hoje o trabalhador ao ser demitido recebe o dinheiro da indenização e faz o que quer. Com o FGTS, esse dinheiro é arrecadado pelo governo que vai financiar casas nas terras dos fazendeiros. Essas casas serão descontadas do trabalhador a título de aluguel. Assim o trabalhador paga a casa que não é sua duas vezes. Com seu dinheiro ela é construída e por ela vai pa

gar todo mes um aluguel.

Portanto exigimos:

- a revogação do art. 20 da Lei 5.889;
- a manutenção da estabilidade para o trabalhador rural.

9. Justiça do Trabalho.

- Que sejam criadas Juntas de Conciliação e Julgamento, da Justiça do Trabalho, em todas as Comarcas, evitando-se, assim, o acúmulo de processos e os consequentes prejuízos aos trabalhadores rurais.

- Que a unificação das audiências trabalhistas - (conciliação, instrução e julgamento) seja observada rigorosamente.

III - QUESTÕES AGRÁRIAS.

Só a Reforma Agrária garantirá aos trabalhadores rurais melhores condições de vida e trabalho e a liberdade necessária para uma verdadeira participação política nas decisões da Nação. Por isso a Reforma Agrária é a maior de todas as nossas reivindicações.

Reforma Agrária é mudar o jeito de como a terra está dividida. Para isso, o Governo deverá desapropriar os latifúndios que não estão sendo trabalhados. Essas terras serão distribuídas para os trabalhadores sem terra ou com pouca terra. Mas isso só vai acontecer quando todos os trabalhadores estiverem unidos dentro dos Sindicatos para pressionar o Governo a fazer essa Reforma.

A Reforma Agrária já está na Lei: que é a Constituição e o Estatuto da Terra. Mas não foi conseguida até agora porque faltou maior pressão dos trabalhadores que ainda não estão unidos e participando disso.

I. Reforma Agrária e Colonização.

- Que a Reforma Agrária deve se processar de forma ampla, imediata e porque não drástica da distribuição dos direitos sobre a propriedade privada da terra agrícola, promovida pelo Governo, visando e objetivando a promoção humana, social e econômica do Homem do campo.

- Que a Reforma Agrária não pode se arrastar de uma forma indefinida, devendo ter o seu início e o seu término amplamente programados, dentro de uma diretriz segura, orientada e determinada pelo Governo, para que os homens sem terra ou com pouca terra possam formar uma sociedade digna, humana e produtiva e, ainda, figurar no contexto da sociedade que forma a nação brasileira, como uma força ativa e produtiva.

- Que seja cumprido o artigo 28, do Estatuto da Terra, determinando que o Fundo Nacional de Reforma Agrária deve ser constituído:

- a) do produto da arrecadação da Contribuição de Melhoria cobrada pela União, de acordo com a legislação vigente;
- b) do restabelecimento da destinação específica de 3% (tres por cento) da receita tributária da União, extinto pelo Decreto nº 200;
- c) dos recursos oriundos das verbas de Órgãos e de Entidades vinculadas por convênio ao Insti

tuto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.

d) das doações recebidas;

e) da receita do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

- Que esses recursos sejam aplicados conforme determina o § 1º, do artigo 28, do Estatuto da Terra, o qual determina a sua aplicação, exclusivamente para o pagamento das desapropriações.

- Que seja criado o instituto da área máxima permitida por proprietário rural, fixando-se o mesmo limite utilizado para a classificação de latifúndio por dimensão, considerado o agrupamento de imóveis rurais, ainda que situados em municípios distintos, nos termos do artigo 4º, Inciso V, item "a", e artigo 46, § 3º, da Lei 4.504, de 30 de novembro de 1964.

- Que na classificação de latifúndio por dimensão, seja considerado o agrupamento dos vários imóveis que pertençam a um único proprietário, ainda que situados em municípios distintos, nos termos do artigo 4º, Inciso V, item "a", e artigo 46, § 3º, da Lei 4.504, de 30 de novembro de 1964.

- Que a Reforma Agrária não pode ser confundida com Colonização, como está sendo feita na Amazônia. Não basta ocupar os espaços vazios. A verdadeira Reforma Agrária é distribuir as terras que hoje estão nas mãos dos latifundiários.

- Que, ainda, somente com a união e participação de todos os trabalhadores rurais, será possível realizar uma efetiva Reforma Agrária, conforme determina o Estatuto da Terra.

- Que os Sindicatos de Trabalhadores Rurais, Federações e Confederação sejam um permanente e ativo órgão de pressão contínua junto ao Governo, para que o processo de Reforma Agrária não seja distorcido e cumpra suas humanas finalidades, devendo para tanto:

a) levantar e indicar quais as áreas críticas - (Ex: áreas de tensão social, latifúndios improdutivos), que estão a exigir a Reforma Agrária;

b) levantar as necessidades das regiões, economicamente ocupadas, em que predomine a economia de subsistência e cujos ocupantes necessitem de assistência adequada.

da competência para as atividades agrícolas, como é o caso de milhares de "boias-frias", pedindo prioridade para a ocupação de áreas desapropriadas, sob o sistema de "Cooperativas Integrais de Reforma Agrária";

d) levantar e cadastrar toda a mão-de-obra ociosa, nas propriedades minifundiárias, mediante a desapropriação de áreas nas periferias dos Centros Urbanos para a produção de hortifrutigranjeiros, bem como a mediante desapropriação de áreas agricultáveis mas não utilizadas;

e) selecionar, finalmente, os trabalhadores beneficiários da Reforma Agrária.

- Que a distribuição da terra deve obedecer uma ordem rigorosa de prioridade, segundo as necessidades dos Trabalhadores Rurais, e que a distribuição de terras deve obedecer a seguinte ordem:

1º - aos que trabalham no imóvel desapropriado' como posseiros, assalariados, parceiros ou arrendatários;

2º - aos chefes de família numerosa, cujos membros se proponham a exercer atividades agrícolas nas áreas a serem distribuídas;

3º - aos agricultores cujas propriedades sejam comprovadamente insuficientes para o sustento próprio e o de sua família;

4º - aos agricultores cujas propriedades não alcancem a dimensão da propriedade da região;

- Que o INCRA passe a ser vinculado diretamente à Presidência da República, revestindo-se de maior poder de decisão.

- Que o Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais, não pode simplesmente reivindicar e aguardar o desenvolvimento do processo da Reforma Agrária, mas dela participar de forma atuante, ativa e contínua, pleiteando para tal, que seja incluído como Membro Consultivo, nas decisões a serem tomadas pelas autoridades responsáveis pela Política de Reforma Agrária.

3. Terras Públicas.

- Que seja vetada a distribuição de terras a grupos econômicos e que a mesma seja distribuída somente a trabalhadores rurais com pouca ou sem terra;

- Que seja proporcionado a terra o desempenho de sua verdadeira função social.

- Que nas áreas onde já existem posseiros, seja proibido o ingresso de novos requerimentos para a ocupação dessas áreas por pessoas estranhas.

- Que nas regiões onde existem terras públicas, o INCRA forneça aos Sindicatos a sua localização com a respectiva área.

4. Grilagem

- Que as áreas em litígio sejam desapropriadas e distribuídas para os posseiros e não para os grileiros como vem acontecendo na maioria dos casos.

- Que se exija do Poder Público maior fiscalização nos Cartórios, quando da elaboração de escrituras, sobre a demarcação das áreas a serem abrangidas e comprovação das posses anteriores.

5. Posse e Proteção Possessória.

- Que seja orientado ao posseiro a proteger a sua posse; como exemplo citamos: o plantio de culturas permanentes, etc.

- Que sendo a posse mansa e pacífica, após 5 (cinco) anos, automaticamente o mesmo imóvel passará ao domínio do posseiro, através do usucapião.

- Que seja permitido pelo IBDF, o desmatamento de áreas pelos posseiros, desde que as mesmas venham a ser utilizadas como exploração agrícola e ou pecuária.

- Que sejam instaladas, imediatamente, Comissões Agrárias em áreas prioritárias regionais de Reforma Agrária, conforme determina o artigo 42, do Estatuto da Terra.

- Que os posseiros de áreas de conflito resistam às pressões, usando suas próprias forças, como diz o artigo 502 do Código Civil e permaneçam na terra em que trabalham.

- Que o Movimento Sindical denuncie através da imprensa, de relatórios, de revistas, boletim sindical, abaixo assinado, as irregularidades que vem ocorrendo com os posseiros.

6. Arrendamento e Parceria.

- Que nos conflitos dos contratos de arrendamento e parceria haja efeito suspensivo, para as decisões judiciais sempre que for interposto recurso.

- Que somente tenham validade os contratos agrários que obedeçam rigorosamente o Estatuto da Terra e seus regulamentos.

- Que nos casos de reclamação pelo não cumprimento dos contratos agrários por qualquer das partes, caiba aos Sindicatos de Trabalhadores Rurais a fiscalização. As eventuais despesas correrão por conta da parte infratora.

- Que as decisões dos Contratos Agrários sejam homologadas nos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, a exemplo dos contratos de trabalho.

- Que haja penalidade administrativa aos proprietários que não cumprirem com o Estatuto da Terra, a exemplo dos infratores da CLT.

- Que seja acrescentado mais 1 (hum) item, no Inciso VI, art. 96, do Estatuto da Terra, o qual deverá ter a seguinte redação: "Na partilha dos frutos da parceria de culturas permanentes, a cota do parceiro-outorgante nunca poderá ser superior à 50% (cinquenta por cento)".

- Que no Congresso Nacional sejam discutidas e analisadas as contradições existentes na Lei 4.504 e o Decreto nº 59.566, principalmente em relação aos prazos mínimos de parceria, tendo em vista que o Judiciário, em alguns Estados, admite o prazo de 5 (cinco) anos, como mínimo para exploração de lavoura permanente e noutros, admite prazo menor, de 3 (tres) anos.

Conclusão final.

Sendo efetivada uma verdadeira Reforma Agrária, conforme determina o Estatuto da Terra, os problemas de arrendamento e parceria serão extintos.

7. Funcionamento da Justiça.

- Criação de uma Justiça Agrária, especialmente para dirimir os conflitos que versam sobre a posse e uso da terra.

- Criação de um Código Agrário que corporifique toda a legislação atinente ao tema.

- Inclusão obrigatória nos currículos das Faculdades de Direito, Cadeira de Direito Agrário.

- Que nesse processo de implantação da Justiça Agrária, sejam ouvidas e permitidas a participação da Liderança do Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais.

Recomendações:

1. - Que o Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais aprofunde estudo de toda a legislação atinente ao Movimento, voltado especialmente com o sentido de que se cumpra a Lei nº 4.504, do Estatuto da Terra.
2. - Que o Movimento Sindical oriente os trabalhadores à ajuizarem as competentes ações judiciais, para exigir o cumprimento da legislação agrária.
3. - Que o Movimento Sindical aprofunde seus conhecimentos sobre a legislação que disciplina a compra de terras por estrangeiros, a fim de limitar a venda de terras indiscriminada aos não nacionais.

IV - P O L Í T I C A A G R Í C O L A

LOCAL : C E S I R

A política agrícola do Govêrno tem atendido somente aos grandes proprietários. Os pequenos produtores que também precisam desenvolver suas lavouras e criação não conseguem empréstimos nos bancos, nem preços justos para sua produção.

Propostas:

1. Crédito Agrícola.

- Que seja criado um Programa Especial ampliado de Crédito aos pequenos agricultores, com a simplificação da burocracia existente, com juros mais acessíveis e prazos mais adequados, tanto para custeio como para investimento e destinada a todas as necessidades, quer para a agricultura, quer para a pecuária.

- Que os valores de financiamentos concedidos sejam de acordo com as reais necessidades dos pequenos agricultores.

- Que nos financiamentos de custeio as garantias recaiam somente no penhor da produção.

- Que em casos de dificuldades na comercialização das safras os prazos sejam prorrogados por mais 6 (seis) meses sem acréscimos de juros e sem prejuízo de novos financiamentos.

- Que seja facilitado aos trabalhadores rurais, sem título (arrendatários e parceiros) o acesso ao crédito rural, não sendo necessária a apresentação da Carta de Anuência e avalista, recaindo a garantia dos financiamentos somente sobre o penhor da produção.

- Que nos financiamentos de investimentos em máquinas de implementos agrícolas os prazos de pagamento sejam estipulados em 7 (sete) anos, com 2 (dois) anos de carência, juros baixos, e sejam concedidos também para agrupamentos de pequenos agricultores.

- Que nos financiamentos para armazéns e silos nas pequenas propriedades, sejam atendidas as reais necessidades dos pequenos agricultores e os créditos concedidos sem juros, prazo de 10 (dez) anos com carência de 3 (tres) anos.

2. Crédito Fundiário.

- Que nos financiamentos fundiários o prazo para o pagamento seja fixado em 20 (vinte) anos, com 3 (tres) anos de carência, e juros anuais de 6% (seis por cento), sem correção monetária.

- Que a terra financiada sirva de garantia do crédito.

- Que o crédito fundiário seja concedido no valor real da compra do imóvel, isto é, seja o financiamento no montante de 100% (cem por cento).

- Que o crédito fundiário seja estendido somente ao trabalhador rural com pouca terra ou sem terra, até atingir 6 módulos da região com base na Tabela I - Índices Básicos Por Micro-Regiões, anexa à Instrução Especial INCRA nº 5.

- Que o Crédito Fundiário seja liberado o mais urgente possível.

4. Seguro Agrícola.

- Que seja instituído um seguro agrícola facultativo, com garantia total da produção estimada, cujo valor seja estabelecido de acordo com os preços mínimos; que não esteja vinculado aos financiamentos bancários; e que os resgates, os prejuízos sejam feitos no prazo de 30 (trinta) dias a contar dos eventos.

5. Assistência Técnica e Insumos.

- Que os preços e a qualidade dos insumos sejam rigorosamente controlados e fiscalizados evitando as altas indiscriminadas de preços e falsificação na qualidade dos insumos.

- Que haja o controle rigoroso por parte do governo na distribuição e uso de defensivos agrícolas, e a proibição da produção daqueles que sejam comprovadamente tóxicos ao homem e ao solo.

- Que os órgãos de assistência técnica atinjam a todos os municípios; que tenham um sentido educacional para os pequenos agricultores; e que a introdução da tecnologia moderna respeite o conhecimento e a experiência acumulada dos agricultores, com o aproveitamento dos seus próprios recursos, mediante maiores estímulos à utilização de adubação orgânica e uso da tração animal.

- Que os órgãos de assistência técnica incentivem e propiciem as condições necessárias, para que os pequenos agricultores possam executar práticas conservacionistas e de reflorestamento.

6. Comercialização e Preços Mínimos.

- Que os preços mínimos fixados anualmente não sejam mínimos, mas sejam justos; e que os critérios para a fixação observe as disposições do Estatuto da Terra entre as quais destacamos o artigo 85 e seus parágrafos;

- Que as entidades de classe possam participar, efetivamente, na formulação da política de abastecimento, principalmente na fixação dos preços pelo Governo.

7. Cooperativismo

- Que haja maior apoio e incentivo ao Cooperativismo através de um trabalho educacional, no sentido de que as Cooperativas atuem em conformidade com os verdadeiros princípios da doutrina Cooperativista, objetivando levar os pequenos agricultores a participarem na vida de suas cooperativas.

8. Exportação e Mercado Interno.

- Que os produtos de lavoura como milho, feijão, arroz e mandioca tenham um preço justo como tem os produtos que são vendidos no estrangeiro, como café, cana, soja, trigo e cacau.

- Que seja assegurado ao pequeno produtor a participação em centros de abastecimentos já existentes ou a serem criados nas regiões produtoras; e que sejam evitadas as importações de produtos agrícolas, sem prejuízo da produção nacional.

V - PREVIDÊNCIA SOCIAL RURAL

LOCAL: C O N T A G .

Os trabalhadores rurais hoje já contam com alguns direitos previdenciários, conquistados pelo Movimento Sindical. Mas ainda faltam muitos direitos, que os trabalhadores da cidade já têm. É preciso também a modificação de alguns direitos que já existem para o meio rural, e garantir um atendimento médico e odontológico condigno para o trabalhador rural e sua família.

Para isso é necessário:

1. Benefícios Pecuniários.

1.1. Aposentadoria por Tempo de Serviço ou por Velhice.

- Que seja concedido a todo trabalhador rural, se ja ele chefe de família ou não, aposentadoria aos 35 anos de serviço ou por velhice aos 60 anos de idade.

- Que a aposentadoria por velhice ou por tempo de serviço seja estendida também à esposa do trabalhador rural.

- Que seja estendido aos aposentados da previdência social rural um abono especial previdenciário.

- Que o mínimo para aposentadoria do trabalhador rural seja o equivalente ao maior salário-mínimo vigente no País.

- Que a aposentadoria do trabalhador rural assalariado seja igual a percepção do seu salário.

- Que a aposentadoria do trabalhador rural produtor seja proporcional aos recolhimentos acumulados durante o ano, partindo-se do maior salário mínimo vigente no país.

1.2. Aposentadoria por Invalidez.

- Que seja concedido a todo o trabalhador rural a aposentadoria por invalidez, no valor de 100% (cem por cento) do maior salário-mínimo vigente no país.

- Que para fins de aposentadoria por invalidez, não seja considerada incapacidade total e definitiva, mas sim, seja considerada a incapacidade para a atividade rural.

1.3. Auxílio Doença.

- Que seja estendido a todo trabalhador rural o auxílio-doença a exemplo dos trabalhadores urbanos.

1.4. Pensão por Morte

- Que seja estendido o benefício da Pensão por Morte também à viúva do trabalhador rural, cujo marido faleceu an

tes da vigência da Lei Complementar nº 11 (onze), de 25 de maio de 1.971, desde que comprove a permanência no meio rural.

- Que o valor da Pensão por Morte seja equivalente ao da Aposentadoria por Tempo de Serviço.

1.5. Auxílio Funeral.

- Que seja estendido a todo trabalhador rural, es-
posa e demais dependentes, a partir de 12 anos de idade, o auxí-
lio funeral no valor de dois maiores salários mínimos vigente no
País.

- Que seja estendido ao dependente do trabalhador
rural, com menos de 12 anos de idade, auxílio funeral no valor do
maior salário mínimo vigente no País.

1.6. Auxílio Natalidade - Salário Família - Auxílio Reclusão:

- Que seja estendido a todos os trabalhadores ru-
rais, auxílio natalidade, salário família e auxílio reclusão, nos
mesmos moldes da previdência social urbana.

1.7. Prazo de Pagamento dos Benefícios.

- Que todos os benefícios da Previdência Social -
Rural sejam pagos com juros moratórios e correção monetária, a
partir do pedido, quando houver atraso por mais de 60 (sessenta di-
as)

2. Assistência Médica Hospitalar.

- Eliminação das cobranças de exames complementa-
res, bem como da taxa de participação dos serviços médico-hospita-
lar, aos trabalhadores rurais produtores (TRP).

- Que os pagamentos dos profissionais, hospitais e
exames complementares sejam efetuados pelo órgão da Previdência,
por Unidade de Serviço (US).

- Que os exames complementares sejam gratuitos in-
dependente de internação ou não.

- Direito a livre escolha de Hospital pelo traba-
lhador rural e seus dependentes, inclusive médicos.

- Que todos os tipos de doença sejam enquadrados
para efeitos de atendimento do INAMPS.

- Que somente os Sindicatos de Trabalhadores Ru-
rais sejam credenciados a emitir Guias de Encaminhamento, de acôr-
do com os artigos 58 e 150, do Decreto nº 73.617, de 12.02.74.

3. Assistência Ambulatorial e Odontológica.

- Que haja um critério único, a nível nacional, para reajustamento dos subsídios dos Convênios Assistenciais da Previdência, que poderia ser baseado na ORTN.

- Que o prazo do reajustamento de tais subsídios seja semestral.

- Que seja extinta a participação de todos os trabalhadores rurais nos pagamentos para atendimentos médico ambulatorial e odontológico.

- Que o valor do subsídio possibilite uma prestação de assistência médica e odontológica mais de acordo com as necessidades dos trabalhadores rurais.

- Que não seja permitida a redução da carga horária nos ambulatórios e gabinetes odontológicos.

- Que os Sindicatos de Trabalhadores Rurais convenientes com o INAMPS sejam isentos da taxa patronal da Contribuição Previdenciária.

4. Serviço Social

- Que seja distribuído a todos os Sindicatos de Trabalhadores Rurais medicamentos da linha CEME.

- Que seja ampliada a variedade de medicamentos da linha CEME.

- Que seja posta em prática, com toda a amplitude, os serviços sociais, nos moldes dos artigos 35 e 36, do Decreto nº 73.617, de 12.02.74.

- Que seja concedida uma verba para cobrir despesas de transporte e diária do trabalhador rural e seus dependentes que necessitem de tratamento médico-hospitalar especializado fora do domicílio residencial, nos mesmos moldes da Previdência Social urbana.

5. Acidente do Trabalho Rural.

- Que o Seguro de Acidente do Trabalho Rural seja estendido a todos os dependentes do trabalhador rural, a partir dos 12 (doze) anos de idade, desde que comprove o exercício da atividade rural.

- Que seja considerado acidente do trabalho rural, o acidente ocorrido no trajeto de sua casa até o local de trabalho e vice-versa.

- Que no caso de acidente do trabalho rural, com perda de membros ou função, ou por morte no exercício da profissão, seja estendido a todo trabalhador rural, uma indenização por redução de capacidade de trabalho ou indenização por morte a exemplo da Previdência Social urbana.

- Que o pagamento do seguro de acidente do trabalho rural seja feito de imediato.

6. Enquadramento Previdenciário

- Que seja alterada a redação do parágrafo 1º do Artigo 10 do Decreto 73.617 para caracterizar a qualidade de trabalhador rural para os efeitos previdenciários, de maneira que haja comprovação de sua atividade na ocasião em que for requerer qualquer benefício.

7. Atuação do Movimento Sindical.

- Que o Movimento Sindical reivindique um atendimento condigno ao trabalhador rural e seus dependentes nos Hospitais que mantem convênio com as Entidades Previdenciárias. Pois os trabalhadores tem sido sistematicamente mal atendidos nesses hospitais. Melhorando o atendimento hospitalar e ambulatorial - do FUNRURAL ou do INAMPS, os Sindicatos não terão tanto trabalho assistencial. Queremos pois que as Entidades Previdenciárias assumam serviços que são seus. Para isso é necessário primeiro' que os Sindicatos façam mais uso de suas prerrogativas legais como fiscais da Previdência Social Rural.

Conselho Regional de Farmácia.

Considerando:

- Que o Conselho Regional de Farmácia (CRF), de Santa Catarina está notificando os Sindicatos de Trabalhadores Rurais que distribuem medicamentos da linha CEME, porque não possuem inscrição naquele Conselho e profissional farmacêutico para fiscalizar a distribuição.

- Que este fato representa uma séria ameaça ao Movimento Sindical pois, nossas Entidades não teriam condições financeiras de suportar um ônus desta natureza, com reais prejuízos aos trabalhadores rurais.

- Que essas notificações são feitas com cobertura jurídica de Lei Federal.

P r o p õ e - s e :

- Que o Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais fique em estado de alerta e vigilância permanentes, pois, caso prosperem essas notificações nos demais Estados do Brasil ha-ja uma mobilização à nível nacional, com uma tomada de posição , para que os trabalhadores rurais não fiquem privados desses me-
dicamentos.



